

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

SIBELI FERNANDES

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL: ESTRUTURA E LÓGICA DAS
PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES EM IPEÚNA/SP**



Rio Claro, São Paulo.
2018

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS – RIO CLARO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

SIBELI FERNANDES

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL: ESTRUTURA E LÓGICA DAS
PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES EM IPEÚNA/SP**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Área de Concentração: Organização do Espaço

Orientadora: Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira
Ferreira

Rio Claro, São Paulo.
2018

F363o Fernandes, Sibeli
 A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL :
 ESTRUTURA E LÓGICA DAS PROPRIEDADES
 RURAIS FAMILIARES EM IPEÚNA/SP / Sibeli
 Fernandes. -- Rio Claro, 2018
 227 p.

 Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista
 (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio
 Claro
 Orientadora: Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira

 1. Geografia Rural. 2. Agricultura. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo
autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

SIBELI FERNANDES

**A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL: ESTRUTURA E LÓGICA DAS
PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES EM IPEÚNA/SP**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Campus de Rio Claro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutora em Geografia.

Comissão examinadora

Profa. Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira (Orientadora)
IGCE/UNESP/Rio Claro – SP

Profa. Dra. Ana Cláudia Giannini Gomes
FCAV/UNESP/Jaboticabal-SP

Prof. Dr. Sérgio Luis Antonello
CEAPLA/UNESP/Rio Claro – SP

Prof. Dr. João Carlos Geraldo
UNIARA/Araraquara-SP

Profa. Dra. Giancarla Salamoni
ICH/UFPel/Pelotas-RS

Resultado: Aprovada
Rio Claro, SP, 07 de novembro de 2018.

Dedico:
A comunidade rural do município de Ipeúna.

AGRADECIMENTOS

Chegou o momento de encerrar mais um ciclo de minha vida profissional, difícil não se emocionar ao recordar todos os momentos vividos nesses três anos e meio. Primeiramente gostaria de agradecer a Deus, responsável por minha existência.

A Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Campus Rio Claro.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), Código de Financiamento 001 e com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil (CNPq), processo 168222/2017-5.

A Prefeitura Municipal de Ipeúna pelo apoio logístico, que possibilitou meu contato com os produtores rurais que são os personagens principais desse estudo.

Aos produtores rurais, que gentilmente colaboraram fornecendo dados referentes a organização do espaço rural ipeunense.

A Professora Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, por possibilitar minha participação no Núcleo de Estudos Agrários – NEA e na Rede de Estudos Agrários. Agradeço pela paciência, por todo conhecimento transmitido através dos grupos de estudos, das orientações, pelo contato intenso que tivemos no desenvolvimento desse estudo, pela amizade que construímos, saiba que admiro muito a pessoa e profissional dedicada que és. Sentirei saudade do nosso convívio, dos conselhos e ensinamentos.

Aos professores e professoras membros da banca examinadora que gentilmente aceitaram participar da arguição.

A Professora Giancarla Salamoni, pela amizade, pelos conselhos e por ter me incentivado a trilhar novos caminhos acadêmicos na Unesp, hoje eu consigo entender todo o carinho que você sente por esse lugar.

Aos funcionários do Departamento de Geografia, Rose Franchin, Hias Boschini e Gilberto Donizete pela amizade, sentirei saudades da pausa para o nossos cafés. As funcionárias da Pós-Graduação em Geografia, Maria Elisabete e Máica Barbosa pela amizade e carinho.

Amigos aos quais tive o prazer terem por perto no decorrer da pós-graduação com Ana Letícia, Rogério, Yume, Pedro, Elaine, Alessandra, Felipe, Marcelo, Raiane, Franciele, Maurício, Patricia, Juliana e Bruna, conviver com vocês fez toda a diferença, tornou a caminhada divertida, mais doce e com mais “foco na tese”. Agradeço também aos meus amigos Vanesa e Miguel, por sempre estarem dispostos a conversar e a dar boas risadas, vocês são pessoas incríveis, os admiro!

Agradeço aos meus companheiros de NEA, que junto comigo, sujaram as botinas de barro e comeram bastante poeira na realização do trabalho de campo (Bianca, Matheus, Isadora, Murilo, Rodrigo, Guilherme e Matheus Sanaiotti) sem vocês essa pesquisa não seria possível. A Bianca, Marcela e Cibele, sou grata pelo convívio, pelas conversas e pelos sonhos compartilhados.

Aos colegas do Grupo de Oração Universitária – GOU Fogo do Céu, que a fé e o amor nos uniu.

A todos meus familiares, em especial a minha amada mãe Neuza Maria Fernandes, por todo o apoio, por todas as vezes que me colocou em suas orações e por todo o amor de mãe. Hoje sou o reflexo de todo o esforço, dedicação e confiança que você depositou em mim, espero um dia poder retribuir todo esse carinho. A minha querida Tia Patrícia, mulher de fibra e com um coração enorme sempre me aconselhando nas minhas escolhas. A minha prima Fabiana por ter se disponibilizado a realizar correção de alguns artigos e também da Tese.

Ao meu companheiro de vida Felipe, por todo o carinho, dedicação e persistência por não ter desistido de nós. Suportar a distância não é fácil, resistimos e percebo o quanto nosso relacionamento amadureceu. Obrigada por todo o amor, paciência, compreensão e apoio. Te amo!

Enfim, a construção dessa tese só foi possível graças à colaboração de cada um de vocês e como diz Isaac Newton: “Se vi mais longe, foi por estar de pé em ombro de gigantes”.
Muito Obrigada!

"Un peu de science éloigne de Dieu, beaucoup de science y ramène" (PASTEUR, 1957, p. 66).

RESUMO

O município de Ipeúna localiza-se no interior do estado de São Paulo, pequeno município urbano industrial, que mantém em seu território atividades industriais de significado econômico na área da metalurgia, agroindústria de frangos e aviação civil. Coloca-se no chamado quadrilátero açucareiro do Estado, área com grande densidade e intensidade da monocultura canavieira praticada em moldes convencionais, trazendo como consequência uma paisagem não diversa, além de uma pecuária pouco desenvolvida. Em contra partida, a estrutura fundiária é baseada em pequenas propriedades que configuram espaços com potencial para geração de trabalho e renda. A partir desse entendimento, defende-se aqui a tese que mesmo dentro de um espaço dominado pela produção moderna, representado pela monocultura canavieira e pela atividade pecuária pouco desenvolvida, além da presença de indústrias de representatividade nacional, é possível encontrarmos a lógica de organização familiar nas propriedades existentes, tendo em vista que o processo de ocupação do município esteve diretamente ligado à tradição agrícola com base no trabalho familiar. Em busca dessa comprovação definiu-se como objetivo geral caracterizar a organização do espaço rural no município de Ipeúna/SP, identificando a presença da lógica familiar e do potencial para multifuncionalidade, elencando o potencial produtivo, paisagístico, turístico e cultural das propriedades rurais. Para a realização desta pesquisa utilizou-se o método pluralista e as contribuições da abordagem sistêmica. Através de visitas, anotações em caderno de campo, aplicação de formulário (organizado segundo a divisão do sistema da agricultura e grau de modernização dos agricultores), tabulação, análise e compreensão dos elementos, foi possível demonstrar a estrutura e a lógica de organização das propriedades rurais. A presença da lógica de organização familiar pode ser identificada, como vulnerável, pois, a propriedade rural não é mais um local de moradia desses agricultores, tal motivo deve-se a falta de segurança. Para os proprietários de terra, a propriedade rural representa o local de produzir e trabalhar, já na perspectiva dos beneficiários de reforma agrária, o assentamento garante, um local de moradia, além disso, ele oferece uma série de atributos, como a força de trabalho, que favorecem a implantação de um modelo de fazer agricultura em moldes naturais. As famílias tradicionais do município não são agricultoras familiares, elas são proprietárias de terras. A produção de alimentos é diversificada, presente na maioria das propriedades e pode ser considerada como uma das premissas básicas na organização da agricultura familiar. A alternatividade dos produtos está representada pela produção de mandioca e milho. A cana-de-açúcar e a pecuária são as atividades tradicionais e mostram a integração dos agricultores com as indústrias. A introdução da multifuncionalidade da paisagem como uma estratégia de reprodução social e territorial, fortalecerá a agricultura familiar. É vontade do poder público local que o desenvolvimento rural de base natural e do turismo em área rural se concretize, é um projeto futuro do município. Para que isso se torne realidade é importante que ocorra a efetiva integração da iniciativa privada, do poder público e principalmente da comunidade na tomadas de decisões e na elaboração de políticas públicas.

Palavras-chave: Organização do espaço rural. Ipeúna/SP. Propriedades Rurais. Diversidade no campo.

ABSTRACT

The city of Ipeúna, in the countryside of the state of Sao Paulo, Brazil, is a small industrial urbanized city that houses significant industrial activities in metallurgy, industrial poultry farming, and civil aviation. It lays in a region known as the Brazilian sugar belt, where the conventional farming of sugar cane is widely spread and livestock production levels are low – making its landscape little diverse. In contrast, its land structure is based on small rural properties full of potential for fomenting labor activities and income raising. Thus, this study aims to state that, even in a region where modern farming plays a big whole – through sugar cane monoculture, low levels of livestock production, and big national enterprises – it is possible to find family-based organizations at small rural properties, once the settlement of the city was directly connected to traditional farming based on family farms. In order to substantiate such thesis, we aimed to characterize the organization of the rural area of the city of Ipeúna-SP, identifying the existence of family farms and their multifunctional potential when it comes to production, landscaping, tourism, and culture. To do so, this research used the pluralist method and systemic approach contributions. We could demonstrate the structure and organization of the rural properties of the city by visiting them and taking notes; applying forms (considering different farming systems and different levels of modernization of the farmers), and developing charts for analyzing and comprehending such features. We could identify that the family farm organization of the region is vulnerable. Farmers no longer live at their rural properties due to their lack of security. Landlords now see their rural properties as work and production places. But, on the perspective of people who were benefited with the land reform, land settlement ensures not only a place for living, but it also offers labor force for organizing farming in natural molds. The most traditional families in the city are not family-based farmers, but landlords. In the region, food production is diverse, widespread in most rural properties and may be considered one of the basic premises of family farm organization. Manioc and corn farming represents the variety of the harvests in the region. Sugar cane and livestock show how farmers interact with local industries. Introducing landscaping multi-functionalism as a strategy for social and territorial reproduction shall strength family-based agriculture in the city. Public authorities have plans to develop the city's natural farming and rural tourism. To do so, it is important that private organizations gather with public authorities and the community for decision-making and the development of public policies.

Key-words: Organization of rural areas. Ipeúna-SP. Rural properties. Farming diversity.

RESUMEN

El municipio de Ipeúna se localiza en el interior del estado de São Paulo, pequeño municipio urbano industrial, que mantiene en su territorio actividades industriales de significado económico en el área de la metalurgia, agroindustria de pollos y aviación civil. Se sitúa en el llamado cuadrilátero azucarero del Estado, área con gran densidad e intensidad de monocultivo de caña de azúcar practicada de formas convencionales, trayendo como consecuencia un paisaje no diverso, además de una pecuaria poco desarrollada. En contraposición, la estructura agraria se basa en pequeñas propiedades rurales que configuran espacios con potencial para generación de trabajo y rentabilidad. A partir de ese entendimiento, se defiende la tesis que, dentro de un espacio dominado por la producción moderna, representado por el monocultivo de caña y por la actividad pecuaria poco desarrollada, además de la presencia de industrias de representatividad nacional es posible encontrar la lógica de organización familiar en las propiedades existentes, teniendo en cuenta que el proceso de ocupación del municipio estuvo directamente relacionado a la tradición agrícola basada en el trabajo familiar. En la búsqueda de esta comprobación se definió como objetivo general caracterizar la organización del espacio rural en el municipio de Ipeúna/SP, identificando la presencia de la lógica familiar y del potencial para multifuncionalidad, enumerando el potencial productivo, paisajístico, turístico y cultural de las propiedades rurales. La presencia de la lógica de organización familiar puede ser identificada, como vulnerable, pues, la propiedad rural ya no es un lugar de vivienda de esos agricultores, tal motivo se debe a la falta de seguridad. Para los propietarios de tierras, la propiedad rural representa el lugar de producir y trabajar, ya en la perspectiva de los beneficiarios de reforma agraria, el asentamiento garantiza, un local de vivienda, ofrece una serie de atributos, como la fuerza de trabajo, que favorecen la implantación de un modelo de hacer agricultura de formas naturales. Las familias tradicionales del municipio no son agricultoras familiares, ellas son propietarias de tierras. La producción de alimentos es diversificada, presente en la mayoría de las propiedades y puede ser considerada como una de las premisas básicas en la organización de la agricultura familiar. La alternativa de los productos está representada por la producción de yuca y maíz. La caña de azúcar y la pecuaria son las actividades tradicionales y muestran la integración de los agricultores con las industrias. La introducción de la multifuncionalidad del paisaje como una estrategia de reproducción social y territorial, fortalecerá la agricultura familiar. Es interés del poder público local que el desarrollo rural de base natural y del turismo en área rural se concretice, es un proyecto futuro del municipio. Para que esto se realice es importante que ocurra la efectiva integración de la iniciativa privada, del poder público y principalmente de la comunidad en la toma de decisiones y en la elaboración de políticas públicas.

Palabras clave: Organización del espacio rural. Ipeúna / SP. Propiedades Rurales. Diversidad en el campo

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Localização do Município de Ipeúna.....	23
Figura 2	Organização da estrutura metodológica.....	61
Figura 3	Esquema paradigmático para análise dos trabalhos: espaço metodológico quadripolar.....	62
Figura 4	Organização metodológica quadripolar.....	63
Figura 5	Origens geográficas do sistema da agricultura.....	66
Figura 6	Sistema da agricultura: subsistemas internos e externos.....	67
Figura 7	Variáveis para medir o grau de modernização da agricultura.....	72
Figura 8	Estrutura e lógica da organização das propriedades rurais.....	73
Figura 9	Croqui percurso urbano, Ipeúna/SP.....	79
Figura 10	Divisão em quadrantes do município.....	80
Figura 11	Bacia do Rio Corumbataí.....	82
Figura 12	Mapa da rede de drenagem do Município de Ipeúna/SP.....	84
Figura 13	Mapa de vegetação e rede de drenagem do município de Ipeúna/SP.....	85
Figura 14	Parque Ecológico Henrique Barbeta “Salto do Nhô To” e Rio Cabeça.....	86
Figura 15	Mão de pilão e pontas de flechas.....	86
Figura 16	Oeste Paulista, 1822.....	89
Figura 17	Planta do Sítio Invernada, 1896.....	90
Figura 18	Capela de Santa Cruz da Invernada, tradicional festa de São Sebastião em 1910 e Igreja Matriz de Ipeúna/SP.....	91
Figura 19	Caieiras.....	93
Figura 20	Carro de Boi.....	94
Figura 21	Vendedores Ambulantes – Leiteiros.....	96
Figura 22	Escola municipal; escola de música; prédios habitacionais em construção, e ginásio de esportes.....	98
Figura 23	Tratores no perímetro urbano, Ipeúna/SP.....	99
Figura 24	Hortas urbanas e plantação de milho.....	99
Figura 25	Criações no perímetro urbano.....	100
Figura 26	Produtos agrícolas cultivados nas propriedades.....	116
Figura 27	Mapa de Distribuição da cana-de-açúcar no município de Ipeúna/SP.....	120
Figura 28	Produtos beneficiados – queijo e cachaça.....	122
Figura 29	Produção animal encontrado nas propriedades.....	124
Figura 30	Insumos e técnicas de manejo da produção.....	127
Figura 31	Camping e chácaras de lazer.....	129
Figura 32	Relevo íngreme e tocos de eucalipto, Ipeúna/SP.....	130
Figura 33	Assoreamento dos cursos d’água, Ipeúna/SP.....	134
Figura 34	Tipos de recursos hídricos: poços artesianos, nascentes, rios, cachoeiras.....	135
Figura 35	Utilização não agrícola da água: hotéis e chácaras de lazer.....	135
Figura 36	Distribuição das propriedades rurais visitadas no município de Ipeúna/SP..	141
Figura 37	Propriedades da Prefeitura Municipal.....	142
Figura 38	Equipamentos encontrados nas propriedades rurais.....	148
Figura 39	Cercas elétricas e câmeras de segurança.....	152
Figura 40	Propriedades à venda.....	153
Figura 41	Produtos destinados ao autoconsumo.....	157
Figura 42	Feira de produtos Naturais em Ipeúna/SP.....	158
Figura 43	Estrutura e Lógica da Organização das Propriedades Rurais.....	159
Figura 44	Estrutura e Lógica da Organização das Propriedades Rurais de Ipeúna/SP..	160

Figura 45	Mapa de uso da terra do município de Ipeúna/SP.....	161
Figura 46	Caminhos teóricos de interpretação da noção de multifuncionalidade.....	166
Figura 47	Construções religiosas.....	168
Figura 48	Casarões encontrados na área rural de Ipeúna/SP.....	169
Figura 49	Atrativo paisagístico encontrado nas Propriedades rurais.....	173
Figura 50	Mapa das Potencialidades Turísticas, Ipeúna/SP.....	175
Figura 51	Mapa das espacialidades em Ipeúna/SP.....	179
Figura 52	Tipificação dos espaços rurais em Ipeúna/SP.....	179

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	População urbana e rural - Município de Ipeúna/SP.....	102
Gráfico 2	Porcentagem da população rural, por sexo- Ipeúna/SP.....	102
Gráfico 3	Distribuição por sexo segundo grupos de idade (1991-2000-2010)	104
Gráfico 4	Distribuição do PIB (porcentagem) por setores da economia.....	105
Gráfico 5	Porcentagem da área ocupada ano 1995/1996.....	107
Gráfico 6	Porcentagem da área ocupada ano 2007/2008.....	107
Gráfico 7	Caráter da mão de obra.....	115
Gráfico 8	Utilização de Insumos nas propriedades.....	126
Gráfico 9	Tipo de atividade desenvolvida nas propriedades rurais.....	129
Gráfico 10	Atividade que gera mais renda.....	130
Gráfico 11	Tempo, em anos, que se dedica a agricultura e pecuária.....	131
Gráfico 12	Total da renda mensal em Salários Mínimos.....	132
Gráfico 13	Pirâmide Etária: População Assentamento Horto de Camaquã, Ipeúna/SP.....	137
Gráfico 14	Pirâmide Etária: População Rural, Ipeúna/SP.....	137
Gráfico 15	Forma de obtenção da propriedade rural.....	146
Gráfico 16	O tamanho da Propriedade é, hoje, suficiente para a manutenção/sustento da família.....	146
Gráfico 17	Equipamentos encontrados nas propriedades.....	147
Gráfico 18	Em caso de não possuir nenhum equipamento, o produtor.....	148
Gráfico 19	Acesso a crédito rural.....	150
Gráfico 20	Quantas vezes a família vai ao supermercado.....	157
Gráfico 21	Existência de construção antiga ou religiosa na propriedade.....	168
Gráfico 22	Realização de festas religiosas ou culturais.....	170
Gráfico 23	Existência de atrativo natural ou paisagístico.....	172
Gráfico 24	Atrativo culinário nas propriedades.....	177
Gráfico 25	Atrativo de artesanato tradicional em sua propriedade.....	177

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Questões selecionadas a partir do formulário.....	73
Quadro 2	Planejamento da pesquisa.....	75
Quadro 3	Aspectos das formas espaciais, cotidiano e do modo de vida.....	97
Quadro 4	Propriedades rurais da Prefeitura Municipal.....	142
Quadro 5	Famílias tradicionais.....	144
Quadro 6	Sucesso na agricultura.....	151
Quadro 7	Função da agricultura/agricultor.....	151
Quadro 8	Prioridade de investimento.....	151
Quadro 9	Em que situação venderia suas terras.....	152
Quadro 10	Problema em residir no campo.....	152

LISTA DE BOX

Box 1	Centro de Pesquisa Mokiti Okada – CPMO.....	26
Box 2	Agricultura Natural.....	27
Box 3	Município de Interesse Turístico – MIT.....	28
Box 4	Empresa Korin Agropecuária Ltda.....	29
Box 5	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF....	153
Box 6	Igreja Messiânica Mundial do Brasil.....	162
Box 7	Desenvolvimento Local.....	183

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	População total, por gênero, rural/urbana, Ipeúna /SP.....	103
Tabela 2	PIB PER CAPITA – microrregião de Rio Claro/SP.....	105
Tabela 3	Número de UPAs por ano pesquisado.....	106
Tabela 4	Situação do entrevistado em relação com à propriedade.....	110
Tabela 5	Principal atividade do proprietário.....	111
Tabela 6	Quem reside na propriedade.....	111
Tabela 7	Administração e tipo de exploração da propriedade.....	112
Tabela 8	Exploração direta pela família em hectares.....	112
Tabela 9	Tipos de Exploração indireta.....	113
Tabela 10	Tempo em anos que a propriedade pertence à família.....	114
Tabela 11	Tempo que a propriedade pertence à família assentada	114
Tabela 12	Número de pessoas da família.....	115
Tabela 13	Principais produtos da agricultura: Frutas/árvores frutíferas.....	117
Tabela 14	Principais produtos da agricultura: Hortaliças.....	118
Tabela 15	Principais produtos da agricultura: Legumes.....	118
Tabela 16	Principais produtos da agricultura: Grãos.....	119
Tabela 17	Principais produtos da agricultura: Gramíneas e outros produtos.....	120
Tabela 18	Produção animal.....	123
Tabela 19	Produção animal: Principais destino.....	123
Tabela 20	Processamento artesanal de algum produto.....	123
Tabela 21	Divisão das tarefas.....	124
Tabela 22	Assistência Técnica.....	126
Tabela 23	Práticas/técnicas de manejo da produção.....	127
Tabela 24	Membro da Família que recebe aposentadoria.....	132
Tabela 25	Recursos hídricos encontrados nas propriedades.....	134
Tabela 26	Informações sobre o meio rural.....	139
Tabela 27	Tipo de associativismo.....	139
Tabela 28	Importância de estarem organizados em associações.....	139
Tabela 29	Tamanho das Propriedades rurais em hectares.....	143
Tabela 30	Frequência de produtores que produzem para o autoconsumo.....	156
Tabela 31	A família costuma frequentar feiras para comprar alimentos.....	157
Tabela 32	Tipos de produtos comprados no supermercado e na feira.....	158

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

APP	Área de Preservação Permanente
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CATI	Coordenadoria de Assistência Técnica do Estado de São Paulo
CEAPLA	Centro de Análise e Planejamento Ambiental
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CONSEG	Conselho Municipal de Segurança
CPMO	Centro de Pesquisa Mokiti Okada
DAP	Declaração de Aptidão
DEGEO	Departamento de Geografia
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGCE	Instituto de Geociências e Ciências Exatas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ITESP	Instituto de Terras do Estado de São Paulo
LUPA	Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária
MIT	Município de Interesse Turístico
NEA	Núcleo de Estudos Agrários
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIB	Produto Interno Bruto
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
REA	Rede de Estudos Agrários
SEAD	Sistema Estadual de Análise de Dados
UNESP	Universidade Estadual Paulista
UPA	Unidades de Produção Agropecuária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 Objetivos	23
1.1.1 Objetivo Geral:	23
1.1.2 Objetivos específicos:	23
1.2 Síntese Metodológica	23
1.3 Recorte Espacial	24
2 AGRICULTURA FAMILIAR: PERMANÊNCIA E DESCONTINUIDADES CONCEITUAIS	31
2.1. A polissemia conceitual: as pesquisas clássicas	31
2.2 A polissemia conceitual: as pesquisas brasileiras.....	48
2.3 As particularidades das agriculturas familiares	54
3 OS CAMINHOS PARA CONCRETIZAR A INVESTIGAÇÃO	59
3.1 O enfoque sistêmico aplicado à organização do espaço rural	64
3.2 O planejamento da investigação	75
4 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE IPEÚNA/SP	80
4.1 Caracterização Físico Ambiental.....	80
4.2 Resgate histórico: os primeiros registros.....	87
4.3 O recorte espacial: Caracterizando o município de Ipeúna	96
5 ESTRUTURA E LÓGICA DAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES.....	109
5.1 Delineando os subsistemas internos das Propriedades Rurais.....	109
5.1.1 Subsistema Social: Quem é o produtor.....	109
5.1.2 Subsistema de Produção: O que é e para quem é produzido.	116
5.1.3 Subsistema Técnico: Como é produzido.	124
5.2 Delineando os subsistemas externos das Propriedades Rurais.....	128
5.2.1 Subsistema econômico: Qual o custo da produção e sua rentabilidade.	128
5.2.2 Subsistema ecológico: Recursos hídricos na propriedade.	132
5.2.3 Subsistema demográfico-cultural	136

5.2.4 Subsistema Político: Participa de sindicatos e/ou cooperativas.	137
5.3 Delineando o Grau de Modernização dos Agricultores	140
5.3.1 Área total das propriedades: O tamanho da propriedade e sua forma de aquisição.	140
5.3.2 Nível tecnológico: Os equipamentos.....	146
5.3.3 Nível de investimento: Acesso ao crédito rural e prioridade de investimentos.....	149
5.3.4 Práticas de autoconsumo: Quais as práticas e para quais produtos.	154
6 POSSIBILIDADES E CONCLUSÕES	162
6. 1 Possibilidades: a multifuncionalidade da paisagem rural em Ipeúna/SP	163
6. 2 CONCLUSÕES	178
REFERÊNCIAS	184
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	193
Apêndice A: Quadro Conceitual	195
Apêndice B: FORMULÁRIO “Organização do Espaço Agrário: Informações como base do conhecimento”.	201
Apêndice C: ROTEIRO ENTREVISTA E TRANSCRIÇÃO	211

1 INTRODUÇÃO

As escolhas que levam à realização de uma pesquisa podem ser as mais variadas possíveis. Nesse caso, o desenvolvimento dessa tese de doutorado se deve as investigações realizadas na iniciação científica, ao trabalho de conclusão de curso, ao mestrado e as pesquisas que a Rede de Estudos Agrários - REA¹ (registrado no diretório do CNPq) vem desenvolvendo. A referida rede encontra-se ancorada pelo estudo de temas comuns e norteadores como multifuncionalidade, estratégias de reprodução social e territorial, políticas públicas e desenvolvimento rural, autoconsumo e mercantilização, tendo como objeto de estudo a agricultura familiar e como categoria geográfica de análise a paisagem rural.

Da mesma maneira, a ideia para desenvolvimento desse estudo partiu de um interesse em conhecer mais a fundo o rural do Estado de São Paulo, essa curiosidade surgiu no IV Encontro da Rede de Estudos Agrários, sediado em Rio Claro/SP no ano de 2014. Naquela oportunidade foi realizado um trabalho de campo na área rural do município. Surgiu ali os questionamentos prévios que desencadearam o projeto de doutorado: Como é a organização da agricultura nas áreas urbanizadas? Quem são os agricultores familiares e como organizam seu espaço na escala local? Quais são as alternativas encontradas pelos agricultores para sua manutenção na área rural? Quais as estratégias de reprodução social desse grupo para permanecerem na área rural? Tais questionamentos nos levaram a algumas definições, que foi a realização do projeto de pesquisa considerando a presença da organização espacial da agricultura familiar.

O estudo se justifica, em primeiro lugar, por gostar do “rural”, estar em contato com os agricultores, aprendendo com seus hábitos tradicionais, com as atividades as quais integram suas identidades sociais, interesse não só pelo rural, mas pela Geografia. Outrossim, contribuir e dar continuidade aos estudos desenvolvidos pela REA, que tem um projeto de pesquisa maior com o objetivo de avaliar a multifuncionalidade na organização do espaço pela agricultura familiar através de abordagens comparativas sobre a paisagem rural nos estados de MG, RS e SP. Em conformidade com esse objetivo já foram desenvolvidos no Estado de São Paulo

¹ Informações sobre os encontros da Rede de Estudos Agrários acesse: <http://wp.ufpel.edu.br/leaa/rede-de-estudos-agrarios/>

estudos sobre o espaço rural dos municípios de Rio Claro² e Brotas³. Buscamos agora novos elementos para dar continuidade aos estudos comparativos sobre a diversidade na organização espacial e histórica da agricultura familiar em diferentes estados brasileiros.

Justifica-se ainda, o convênio vigente desde o ano de 2016 entre a Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro/SP e a Prefeitura Municipal de Ipeúna/SP. As outras unidades envolvidas na realização da pesquisa são o Centro de Análise e Planejamento Ambiental – CEAPLA e o Departamento de Geografia/IGCE. Sabe-se que o discurso do poder público local e da área de segurança é marcado pela falta de informações sobre a área rural do município e pela dificuldade de acesso às propriedades rurais. Além disso, a participação do Conselho Municipal de Segurança – CONSEG e o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, garantida através da participação em *Workshop* e reuniões realizadas no Plenário da Câmara Municipal, nos auxiliaram ao longo das diferentes fases da pesquisa. Diante dessas justificativas, passa-se agora a dedicar-se aos conceitos, metodologia e análise dos dados de pesquisa que nortearam o desenvolvimento desta tese.

A agricultura é o resultado das atividades de cultivo e criação desenvolvidas por grupos humanos, com aplicação de algum tipo de técnica, sobre um determinado espaço. Portanto, o caráter polissêmico da agricultura familiar e as diversidades encontradas na sua organização espacial tornam-se componentes centrais para o entendimento da multiplicidade do rural brasileiro. Constata-se, assim, que as diversidades espaciais criam tipos específicos de agricultores e agriculturas. Na percepção de Mazoyer e Roudart (2010),

(...) as formas de agriculturas observáveis variam conforme o lugar, a tal ponto que de uma região do mundo a outra, podemos classificá-las em gêneros muito diferentes. Enfim, com o tempo, toda agricultura se transforma. Em dada região do mundo podem suceder-se espécies de agricultura completamente distintas, que constituem as etapas de uma ‘serie evolutiva’ característica da história dessa região (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 44).

No espaço da agricultura de caráter familiar, pode-se observar algumas características principais que a definem, tais como: predominância do trabalho familiar, propriedade individual da terra, constituindo o patrimônio da família, produção para o autoconsumo e

² Pesquisa: “Diagnóstico e caracterização do Potencial das propriedades rurais familiares em Rio Claro - SP para a multifuncionalidade”, coordenado pela Prof.^a Dra. Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira – UNESP/Rio Claro.

³ DAMBRÓS, Cristiane. Organização espacial e paisagem rural - O potencial multifuncional das pequenas propriedades em Brotas e Rio Claro/SP. 2016. 192f. Tese (Doutorado em Geografia) - IGCE, UNESP, Rio Claro, 2016.

semiespecializada para o mercado e, por fim, a propriedade rural como o lugar de morar, produzir e trabalhar.

Diante de todas as transformações técnicas e produtivas, a agricultura familiar não perdeu o seu caráter familiar e, tampouco, deixou de ser uma forma social de produção e de trabalho capaz de apropriar-se do espaço rural com o qual desenvolve interações sociais importantes, como no caso da organização dos sistemas produtivos, ou mesmo, através das interações com outros atores sociais existentes no espaço rural. Ou seja, as relações familiares dão a tônica das relações de produção e de consumo no interior das propriedades rurais (GAZOLLA, 2006).

Neste estudo, entende-se como agricultura familiar as propriedades rurais nas quais estão fundamentadas no tripé terra-trabalho-família, que são categorias analíticas indissociáveis e que norteiam, teórica e metodologicamente, os estudos sobre o tema. A categoria analítica refere-se a distintas formas de organização produtiva, que leva em conta o contexto, o lugar e a época de que se trata a referida pesquisa. Os trabalhos de Carneiro (1999; 2001; 2008), Wanderley (1995; 2000; 2001) e Gazolla (2006) são alguns exemplos nesse sentido. Além dessa “safra” de autores, não se pode esquecer das contribuições das pesquisas clássicas que fornecem as bases para a elaboração e reflexão conceitual. Destacam-se entre esses principalmente Chayanov (1974; 2017) que investigou a fundo como era a racionalidade da unidade econômica do camponês e sua base de estudo foi a situação particular do campesinato russo.

Entretanto, tratar da agricultura familiar implica em identificar os argumentos que norteiam os debates e os termos utilizados na análise e conceituação desse tema. Para tanto, a reprodução e a manutenção dos agricultores familiares no espaço rural apresentam novos arranjos no que se refere à organização produtiva, pois estão condicionados tanto à fatores internos da unidade produtiva, quanto aos fatores externos de configuração da sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, entende-se que essa forma social de produção na agricultura ocupa um lugar importante na sociedade e na economia brasileira. Se partir da diversidade espacial como a característica principal da realidade agrária do Brasil, fica evidente que existe, historicamente, um rural diferenciado em contextos regionais.

A partir da contribuição dos autores citados anteriormente, ainda são escassos os estudos dedicados à temática da agricultura familiar em regiões onde a agricultura não é a principal atividade econômica. Em virtude disso, o presente trabalho estimula um debate sobre o perfil da agricultura familiar em regiões urbanizadas. Especificamente, foi desenvolvido um estudo

de caso no Município de Ipeúna (figura 1), em virtude de apresentar algumas peculiaridades em seu território elenca-se:

- Predomínio da monocultura canavieira praticada em moldes convencionais, trazendo como consequência uma paisagem não diversa (“mar de cana”), além de uma pecuária pouco desenvolvida;
- Estrutura fundiária na qual dominam as pequenas propriedades, que configuram espaços com potencial para geração de trabalho e renda;
- Área de Proteção Ambiental (APA Corumbataí-Perímetro Corumbataí e APA Piracicaba/Juqueri Mirim), que têm em seu território atividades (monocultura da cana-de-açúcar e mineração de calcário e argila) não condizentes com suas características ambientais, prejudicando o objetivo da APA, que é a proteção dos ecossistemas;
- Existência do Centro de Pesquisa Mokiti Okada⁴ (Box 1), que tem como objetivo pesquisar, estudar, assessorar e desenvolver projetos de pesquisa e desenvolvimento com base nos princípios, conceitos e práticas da Agricultura Natural, modelo agrícola sustentável, de base agroecológica;
- O poder público no município incentiva programas ligados ao desenvolvimento rural sustentável, como a feira de agricultores familiares e produtos naturais, que ocorre uma vez por mês;
- Ipeúna sancionou a lei municipal nº 1228, de 26 de novembro de 2015, que nomeia o município como “Capital Nacional da Agricultura Natural”, a qual criou a “Comissão Municipal da Agricultura Natural”, órgão paritário encarregada de planejar as ações que visem a promoção da Agricultura Natural (Box 2);
- Projeto de lei estadual nº 464/2017⁵ no qual Classifica Ipeúna como Município de Interesse Turístico – MIT (Box 3). O município faz parte do Roteiro Turístico Serra do Itaqueri. Existem 10 sítios arqueológicos reconhecidos, que anualmente atraem visitantes com as mais diferentes motivações (pesquisa, estudo, observação, visitação), outros cinco sítios arqueológicos ainda em verificação, tornando Ipeúna

⁴ Em 2018 ocorreu uma reorganização operacional que culminou em uma nova nomenclatura a CPMO, agora ela passa a ser nomeada como Korin Meio Ambiente.

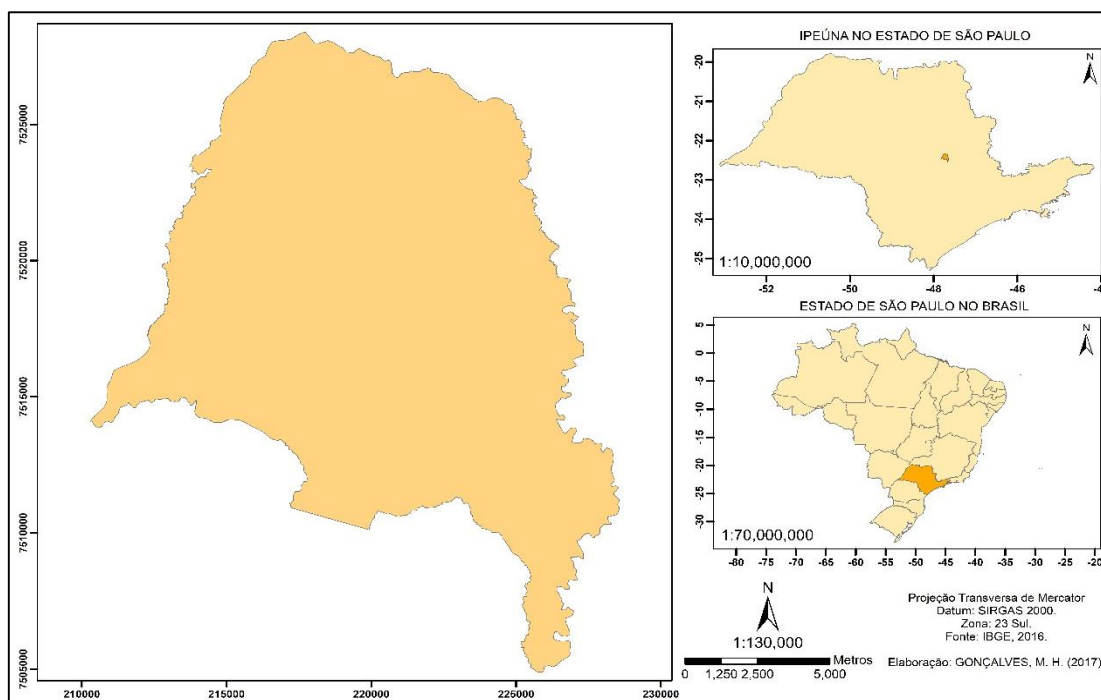
⁵ Sancionado em 13 de junho de 2017 junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

o município com maior quantidade de sítios arqueológicos no Brasil. Devido as suas características físico-ambientais formado por relevo de montanha, Ipeúna sedia anualmente eventos de esportes radicais, jipes e motos. Estas características conferem à Ipeúna potencialidades turísticas relevantes que, se organizadas, podem gerar emprego, renda e melhoria da qualidade de vida para a população e contribuir para o desenvolvimento do turismo regional.

Além destes aspectos Ipeúna está localizada em área urbano-industrial, mantendo em seu território atividades industriais de significado econômico na área da metalurgia, agroindústria de frangos, aviação civil, entre outras.

A partir disso, questiona-se: qual o modelo de organização do espaço rural que prevalece nesse município? É possível encontrar o modelo de organização de agricultura familiar em espaços dominados pelo urbano-industrial? A presença majoritária das pequenas propriedades no território municipal indicaria a existência de agricultura familiar? A partir dessas questões norteadoras, defende-se a tese: mesmo dentro de um espaço dominado pela produção moderna, representado pela monocultura canavieira, e pela atividade pecuária pouco desenvolvida, além da presença de indústrias de representatividade nacional, é possível encontrarmos a lógica de organização familiar nas propriedades existentes, tendo em vista que o processo de ocupação do município esteve diretamente ligado à tradição agrícola com base no trabalho familiar.

Figura 1: Localização do município de Ipeúna, São Paulo



1.1 Objetivos

Tendo em vista o contexto até aqui discutido, esta pesquisa se estrutura baseada no atendimento dos seguintes objetivos:

1.1.1 Objetivo Geral:

Compreender a organização do espaço rural no município de Ipeúna/SP, identificando a presença da lógica familiar e do potencial para multifuncionalidade, elencando o potencial produtivo, paisagístico, turístico e cultural das propriedades rurais.

1.1.2 Objetivos específicos:

- a) Caracterizar o sistema interno e externos da agricultura presentes na agricultura do município de Ipeúna/SP;
- b) Tipificar os espaços rurais do município pesquisado;
- c) Traçar um perfil socioeconômico e sociodemográfico dos agricultores da área de estudo;
- d) Discutir a lógica da organização familiar no rural de Ipeúna; e
- e) Apontar as potencialidades turísticas presentes em Ipeúna, com vistas ao desenvolvimento rural.

1.2 Síntese Metodológica

Nesta seção apresenta-se brevemente os caminhos escolhidos para o desenvolvimento e delineamento deste estudo. A metodologia é o ponto crucial para o desenvolvimento da investigação, consiste interpretar a realidade, a partir da ótica qualitativa, que emprega como ferramentas para poder responder à tese a aplicação de formulário com os agricultores, entrevista, anotações em caderno de campo, tabulação e análise dos dados. Para chegar ao resultado desejado foi necessário perpassar por algumas fases importantes: levantamento bibliográfico para a fundamentação da pesquisa; trabalho de campo; coleta de dados secundários (censitários, econômicos e sociais); busca de material iconográfico e cartográfico. Esses dados subsidiaram e situaram o trabalho sob a perspectiva da Geografia Rural.

A partir da definição dos objetivos, da exposição da tese desenvolvida e definição dos *loci* de estudo, expõe-se as principais etapas que não foram consideradas de forma engessada, portanto, muitas aconteceram de forma simultânea no decorrer do desenvolvimento da pesquisa.

- Revisão bibliográfica em livros, artigos, dissertações e teses;

- Fundamentação teórica;
- Entrevista;
- Levantamento, pesquisa e compilação de dados secundários;
- Trabalho de Campo no perímetro urbano;
- Trabalho de Campo e aplicação do formulário (semiestruturado) na área rural;
- Tabulação e análise dos dados primários.

Em se tratando de uma pesquisa que visou conhecer a organização do espaço rural, utilizou-se a contribuição de Alves (2008, p. 238) para explicar o método pluralista escolhido, “[na] Geografia há uma dificuldade de obter um método para a análise da organização do espaço, dependendo do enfoque da pesquisa o uso de um pluralismo metodológico é uma alternativa para alcançar os objetivos propostos”. Por esse viés, entende-se que o espaço é composto de uma pluralidade de elementos, que, embora heterogêneos, podem ser interpretados como o resultado de uma multiplicidade de fatores ou concebidos como integrados. A utilização de um único método não contempla a diversidade de técnicas de pesquisa, as quais devem estar face a face à fundamentação teórico-metodológica.

A estrutura e lógica da organização das propriedades rurais busca compreender a composição das propriedades rurais em diferentes contextos regionais. Com a utilização dessa metodologia foi possível compreender o arranjo do espaço rural no município de Ipeúna. Assim, o levantamento de dados de campo compreendeu a elaboração, teste, aplicação de formulários (baseado em um roteiro semiestruturado) junto aos proprietários de terras, gestores públicos, caseiros e administradores, além de anotações em caderno de campo. O roteiro foi organizado segundo a divisão do Sistema da Agricultura (DINIZ, 1986) e Grau de Modernização dos agricultores (WANDERLEY, 1995), tendo como foco apresentar com elevado grau de detalhamento a organização do espaço rural em Ipeúna. É importante destacar que algumas questões foram incorporadas ao formulário em função da expectativa e dos interesses dos membros do CONSEG, inventário das estradas rurais, e da Empresa Korin Agropecuária Ltda. (Box 4).

1.3 Recorte Espacial

Ipeúna é um pequeno município do interior paulista, localizado a 196 km da Capital São Paulo, 21 km de Rio Claro, 42 km de Piracicaba. Também está próxima à três estâncias: Analândia (estância turística climática) 56 km, São Pedro 32 km (Estância turística) e Águas

de São Pedro (Estância hidromineral) 35 km. Também está inserida no chamado quadrilátero açucareiro do estado de São Paulo, área onde a densidade e intensidade da cultura canavieira é, sem dúvida, a de maior importância no país. A afeição por terras daquela cultura tem sido marcante ao longo das últimas duas décadas, substituindo cultivos alimentícios e de pastagens, impulsionada pela política de produção de combustíveis de origem vegetal implantada pelo governo central. O predomínio da monocultura canavieira e da pecuária praticada em moldes convencionais trazem como consequência uma paisagem não diversa (“mar de cana” e pastagem) em algumas áreas do município.

A presença da cana-de-açúcar e da pecuária também chamam a atenção em função dos equipamentos, insumos e animais que são mobilizados nas propriedades. Por outro lado, a dispersão populacional, o isolamento das propriedades, a falta de iluminação são aspectos facilitadores para a circulação de pessoas estranhas ao local e que tem transformado a zona rural em uma área de grande insegurança, se contrapondo à tradição do campo como espaço do sossego, tranquilidade e da segurança. O aumento nos registros de roubos no município é um fato que levou à criação de um Conselho Municipal de Segurança. Também não se pode esquecer que o poder público municipal vem estimulando o desenvolvimento de atividades turísticas na área rural, o que exige o acesso fácil aos potenciais turísticos.

Dados secundários referentes ao Projeto LUPA/CATI⁶, mostram que no ano de 2008, os números totais de propriedades rurais com dimensão física de 0 até 50 hectares presentes no município são de 258 propriedades administradas pelo proprietário e família, caracterizam a estrutura fundiária. Tendo em vista que a maior concentração de pequenas propriedades é na porção norte não foi feita uma divisão equitativa pelo município. No período de abril de 2017 até maio de 2018 foram percorridas um total de 254 propriedades rurais, porém, em 69 dessas ocorreram duas situações: não se obteve a localização de alguns proprietários por diferentes motivos (como por exemplo residirem em outros municípios distantes de Ipeúna), ou também as propriedades estavam com aspecto de abandonadas. Diante deste cenário, foram tabulados os dados de 185 propriedades rurais, que permitiram caracterizar a organização do espaço rural do município de Ipeúna/SP.

Após esta breve introdução, este trabalho foi sistematizado em mais cinco seções. A primeira seção consiste em mostrar as diferentes definições acerca da formação conceitual da

⁶ Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária/Coordenadoria de Assistência Técnica do Estado de São Paulo

agricultura familiar, perpassando pela definição de campesinato através da leitura dos clássicos europeus, o entendimento de propriedade rural e utilizado por diversas áreas do conhecimento, destacando as pesquisas desenvolvidas no Brasil levando em conta os diferentes contextos históricos e as localizações geográficas. Na segunda seção, apresenta-se o planejamento e organização da estrutura metodológica do trabalho para a obtenção dos resultados coletados na área rural de Ipeúna. A terceira seção compreende a apreciação das informações que possibilitaram conhecer como se apresentam a vegetação, rede de drenagem (principais rios), bem como as áreas de Preservação Ambiental e destacar as peculiaridades físico-ambientais presentes na área de estudo. Na quarta seção discorre-se sobre os resultados da pesquisa de campo realizada através da aplicação de formulário, que possibilitou revelar a estrutura (interna e externa) e a lógica de organização das propriedades rurais. Na quinta e última seção, apresenta-se os elementos da multifuncionalidade da paisagem rural como uma possibilidade futura ao município, indica-se as potencialidades turísticas presentes na área rural e, subsequente estão as considerações finais da pesquisa.

Box 1 CENTRO DE PESQUISA MOKITI OKADA – CPMO

O Centro de pesquisa Mokiti Okada localiza-se na área rural do Município de Ipeúna/SP, no qual possui estrutura administrativa e infraestruturas de apoio à pesquisa como laboratórios, casa de vegetação e estufas

Tem por objetivos pesquisar e desenvolver um modelo agrícola afinado com as atuais necessidades mundiais que assegure a produtividade, a segurança dos alimentos, que promova o bem-estar socioeconômico, a saúde de produtores e consumidores, fazendo uso de práticas que respeitem e sejam fundamentadas nas Leis da Natureza, além da assessoria e consultoria em busca de soluções sustentáveis na agricultura e pecuária.

Os projetos são multidisciplinares e executados por pesquisadores que atuam no campo e em laboratório próprio, mas também em parceria com instituição de pesquisa, universidades, empresas privadas ou em propriedades agrícolas particulares.

Além de atuar na pesquisa em si, o CPMO tem participação em alguns fóruns, tanto no âmbito estadual, na Comissão da Produção Orgânica do Estado de São Paulo (CPOrg/SP), Conselho de APAs –como conselheiro no desenvolvimento sustentável e de conservação das Áreas de Proteção Ambiental Corumbataí e Piracicaba, quanto federal na Câmara Temática da

Agricultura Orgânica – CTAO), na elaboração do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO.

O CPMO é constituído por quatro setores que desenvolvem projetos próprios e projetos que envolvem os demais setores.

Seus setores de pesquisa são:

- Setor de pesquisa em manejo de solo e planta

Linhas de atuação: Manejo de solo, fertilidade de solo, microbiologia, Fitossanidade e Extensão/consultoria.

- Setor de pesquisa & desenvolvimento de sementes

Linhas de atuação: Pesquisa e Desenvolvimento de produtos, registros, grãos e Extensão/consultoria.

- Setor de pesquisa em animais de produção

Linhas de pesquisa: Nutrição, bem-estar e ambiência e Extensão/consultoria.

- Setor de microbiologia aplicada a agricultura e pecuária

Linhas de pesquisa: Controle biológico, desenvolvimento de produtos animal e agrícola, probióticos, indução de resistência e Extensão/consultoria (CPMO, 2018).

Box 2 AGRICULTURA NATURAL

A agricultura natural foi idealizada pelo filósofo e espiritualista japonês Mokiti Okada, como uma alternativa para os problemas decorrentes da prática da agricultura convencional. Observador dos princípios da Natureza, criou o método da Agricultura Natural para resgatar a pureza do solo e dos alimentos, preservar a diversidade e o equilíbrio biológico e contribuir para a elevação da qualidade da vida humana. Mokiti Okada alertou para a necessidade de uma avaliação cuidadosa sobre os “bons resultados” obtidos pelo uso indiscriminado de agrotóxicos, que têm caráter passageiro e acarretam graves consequências ao meio ambiente. A impregnação de resíduos químicos nos alimentos, a alteração do verdadeiro sabor dos mesmos, o comprometimento da saúde do lavrador, que manipula tais produtos, e do consumidor, além da contaminação de mananciais, leitos de rios, lençóis freáticos, enfim da ampla degradação ambiental que afeta toda a cadeia alimentar.

Esse modelo de produção agrícola foi desenvolvido colocando a questão da saúde humana como objetivo principal e divulgada mundialmente através das instituições messiânicas (KORIN, 2018).

Na explicação de Demattê (2014 p. 111) “(...) apesar de o modelo de Agricultura Natural ter sido escrito e inicialmente realizado no Japão, foi no Brasil que encontrou um campo fértil para seu desenvolvimento. (...) convém assinalar que o conceito fundamental da Agricultura Natural é o absoluto respeito à natureza.”

Box 3 MUNICÍPIO DE INTERESSE TURÍSTICO – MIT

O estado de São Paulo cria, por meio da lei complementar nº 1.261 de abril de 2015, os municípios de interesse turístico.

Capítulo III- Dos Municípios de Interesse Turístico

Artigo 4º - São condições indispensáveis e cumulativas para a classificação de Município como de Interesse Turístico:

I - ter potencial turístico;

II - dispor de serviço médico emergencial e, no mínimo, dos seguintes equipamentos e serviços turísticos: meios de hospedagem no local ou na região, serviços de alimentação e serviço de informação turística;

III - dispor de infraestrutura básica capaz de atender às populações fixas e flutuantes no que se refere a abastecimento de água potável e coleta de resíduos sólidos;

IV - possuir expressivos atrativos turísticos, plano diretor de turismo e Conselho Municipal de Turismo, nos mesmos termos previstos nos incisos II, VI e VII do artigo 2º desta lei complementar.

Capítulo IV -Da Elaboração Legislativa

SEÇÃO I - Dos Projetos de Classificação de Municípios Turísticos

Artigo 5º - O projeto de lei que objetive a classificação de município como Estância Turística ou como de Interesse Turístico deverá ser apresentado por qualquer Deputado, devidamente instruído com os seguintes documentos:

II - para classificação de Municípios de Interesse Turístico:

- a) estudo da demanda turística existente no ano anterior à apresentação do projeto, a ser realizado pela Prefeitura Municipal em convênio com órgão público estadual, federal, instituição de ensino superior ou entidade especializada;
- b) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos atrativos turísticos do município, de que trata o inciso II do artigo 2º desta lei complementar, com suas respectivas localizações e vias de acesso;

c) inventário, subscrito pelo Prefeito Municipal, dos equipamentos e serviços turísticos, do serviço de atendimento médico emergencial e da infraestrutura básica de que tratam os incisos II e III do artigo 4º desta lei complementar;

d) cópia do Plano Diretor Municipal de Turismo e atas das 6 (seis) últimas reuniões do Conselho Municipal de Turismo, devidamente registradas em cartório.

§ 1º - A Comissão da Assembleia Legislativa incumbida de apreciar os projetos de lei de classificação de municípios como Estância Turística ou de Interesse Turístico encaminhará os documentos de que trata este artigo à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo, para sua manifestação quanto ao cumprimento dos requisitos estabelecidos nesta lei complementar.

§ 2º - Caberá à Secretaria de Estado competente para os assuntos relacionados ao turismo manifestar-se sobre cada projeto e, para efeito do disposto no artigo 6º desta lei complementar, elaborar o ranqueamento das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turístico, com base nos requisitos estabelecidos nesta lei complementar, escalonados de acordo com a matriz de avaliação proposta em regulamento, para efeito de classificação de, no máximo, 70 (setenta) Estâncias e 140 (cento e quarenta) Municípios de Interesse Turístico, que serão habilitados a receber recursos do Fundo de Melhoria dos Municípios Turísticos, previsto no artigo 146 da Constituição do Estado (SÃO PAULO, 2015).

Box 4 EMPRESA KORIN AGROPECUÁRIA Ltda.

Empresa fundada no ano de 1994, com visão empresarial baseada na filosofia e no modelo de produção da Agricultura Natural de Mokiti Okada, que privilegia o equilíbrio entre preservação e uso dos recursos naturais. Foi pioneira na criação do frango Antibiotic Free (AF) – sem antibióticos e promotores artificiais de crescimento. Integramos valores ecológicos e sociais, para a produção de alimentos naturais (livres de agroquímicos). Orientam tecnicamente os agricultores, para o fortalecimento de unidades agrícolas familiares sustentáveis, adotando e transferindo iniciativas tecnológicas inovadoras, capazes de gerar o desenvolvimento econômico e social dos praticantes. Trabalham em parceria, no sistema de integração, com 27 produtores, aos quais transferem tecnologias para a prática do método de Agricultura Natural. Possuem o compromisso de desenvolver uma prática agrícola justa, capaz de oferecer alimentos puros, sem prejuízo à saúde dos produtores e dos consumidores, resguardando a integridade ambiental. Mantem a responsabilidade ética de

garantir não apenas a qualidade dos produtos, mas também a qualidade de origem dos produtos. Conceito de sustentabilidade da Empresa Korin: “Um produto sustentável é aquele que origina-se de uma cadeia produtiva que preserva o meio ambiente, é livre de insumos químicos e valoriza o trabalho e a saúde de todos os envolvidos, desde o campo até os grandes centros urbanos.” (KORIN, 2018).

2 AGRICULTURA FAMILIAR: PERMANÊNCIA E DESCONTINUIDADES CONCEITUAIS

Neste capítulo expõe-se as definições de algumas das denominações indicadas pelas mais diversas áreas do conhecimento sobre os termos camponês, campesinato, produção familiar, pequeno produtor familiar, unidade familiar de produção, pequena propriedade, agricultura camponesa, agricultura familiar, agricultura familiar camponês, definições que foram obtidos em consulta no dicionário de sociologia e no dicionário de educação no campo. Mostra-se uma breve retomada histórica a respeito dos estudos clássicos, a posteriori mostra-se as contribuições de autores brasileiros e as abordagens utilizadas na contemporaneidade, levando em conta os diferentes contextos históricos e localizações geográficas. O olhar atento na observação do campo exploratório, pautado na diversidade espacial encontrada no município de Ipeúna, tais como uma paisagem não homogênea e a estrutura fundiária baseada em pequenas propriedades, foram os condicionantes que influenciaram para a escolha do conceito da agricultura familiar.

2.1. A polissemia conceitual: as pesquisas clássicas

Tratar de um tema que reúne mais de um significado, implica em identificar com prudência os argumentos que norteiam os debates e os termos utilizados na análise e conceituação. Para tanto, entende-se que este grupo de agricultores ocupa um lugar importante na sociedade e na economia rural.

Na literatura acadêmica, as denominações de camponês, campesinato, produção familiar, pequeno produtor familiar, unidade familiar de produção, pequena propriedade, agricultura camponesa, agricultura familiar e agricultura familiar camponesa, foram algumas das nomeações utilizadas pelas mais diversas áreas do conhecimento. Buscou-se a origem da palavra camponês que vem do campo, deriva-se da palavra *campus*, no latim. Moura (1981) explana:

Em Roma, *paganus* designava o habitante dos campos, da palavra latina *pagus*, que tanto significa um território rural limitado por marcos, como também a aldeia camponesa, ficou a palavra *pago*, que no sul do Brasil designa o campo onde se nasceu, o rincão de origem. *Paganus*, em latim, foi transmutado em *payan*, no francês, e *peasant*, no inglês, que significa exatamente *camponês* (MOURA, 1981, p. 15, grifos do autor).

As sociedades agrárias apropriam-se de um número expressivo de palavras que remetem a camponês. Investigou-se as definições presentes em dicionários, o de sociologia define camponeses da seguinte maneira:

Classe de pequenos produtores agrícolas que, do ponto de vista profissional e da gestão da terra, são relevantes independentes, por possuírem ou controlarem de fato ou de direito por força de acordos de propriedade, de arrendamento, de concessão, ou dos usos locais, tanto a limitada superfície de terra que cultivam e sobre a qual criam animais para o trabalho ou para a sobrevivência sozinhos ou em parceria com outros, daí tirando produtos destinados ao autoconsumo, ao mercado ou à acumulação coletiva, quando a maior parte dos instrumentos de trabalho, dos animais, das sementes, do dinheiro líquido necessário ao cultivo e à criação; são também independentes pelo fato de empregarem, nessa atividade, a própria força-trabalho, integrando-a costumeiramente com a ajuda de colaboradores familiares e só ocasionalmente com o trabalho assalariado externo (GALLINO, 2005, p. 68).

Para melhor entendimento, pesquisou-se as definições de campesinato, agricultura camponesa e agricultura familiar, tais termos foram consultados no Dicionário da Educação do Campo⁷. Os autores Caldart et al (2012) conceituam campesinato como um conjunto de famílias existentes em um determinado território, possuem acesso à terra e aos recursos naturais que são os responsáveis por suprirem suas necessidades imediatas de consumo “e o encaminhamento de projetos que permitem cumprir adequadamente um ciclo de vida da família - mediante a produção rural, desenvolvida de tal maneira que não se diferencia o universo dos que decidem sobre a alocação do trabalho dos que se apropriam do resultado dessa alocação” (CALDART et al., 2012, p. 113).

No que se refere ao modelo ou a forma de se fazer agricultura, encontramos duas definições, agricultura camponesa e agricultura familiar. A primeira significa o modo de fazer agricultura e o modo de viver das famílias que possuem acesso à terra, a solução dos problemas reprodutivos são através da produção rural. Famílias camponesas estabeleceram uma especificidade que lhes é própria, tanto no modo de produzir, como na vida comunitária e também na forma de conviver com a natureza. Suas unidades de produção possuem a relevância da reprodução social dos trabalhadores diretos que são os membros da família, que denotam uma racionalidade diferente de uma empresa capitalista que é baseada no trabalho assalariado para a obtenção de lucro (CALDART et al., 2012).

A segunda definição explana que a agricultura familiar pode corresponder à duas categorias específicas. A categoria analítica e categoria de designação política/normativa, a qual

⁷ Ver mais definições em: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

define a amplitude e os limites da afiliação dos produtores. À categoria analítica atribui-se a definições acadêmicas e suas distintas formas de organização produtiva, que leva em conta o contexto regional que está sendo definido, ou seja, de que lugar se está falando? Ou o que Lamarche (1993) chamou de uma realidade multiforme. Caldart et al (2012) explicam ambas categorias:

O termo *agricultura familiar* corresponde a múltiplas conotações. Apresenta-se como categoria analítica, segundo significados construídos no campo acadêmico; como categoria de designação politicamente diferenciadora da agricultura patronal e agricultura camponesa; como termo de modernização política referenciado da construção de diferenciadas e institucionalizadas adesões a espaços políticos de expressão de interesses legitimados por essa mesma divisão classificatória do setor agropecuário brasileiro (agricultura familiar, agricultura patronal, agricultura camponesa); como termo jurídico que define a amplitude e os limites da afiliação de produtores (agricultores familiares) a serem alcançados pela categorização oficial de usuários reais ou potenciais do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (decreto nº 1.946, de junho de 1996). Como categoria analítica, a despeito de algumas distinções reivindicadas no campo acadêmico, corresponde à distinta forma de organização da produção, isto é, a princípio de gestão das relações de produção e trabalho sustentadas em relações entre membros da família, em composição social e do ciclo de vida de unidades conjugais ou de unidades de procriação familiar. (...) A capacidade e as condições de trabalho são articuladas com base em relações familiares, a análise conceitual da agricultura familiar leva em consideração a diferenciação de gênero, os ciclos de vida e o sistema de autoridade familiar em diferentes contextos (CALDART et al., 2012, p. 32-33, grifos dos autores).

A definição dos dicionários relevou as particularidades e diversidade do conceito e de seus muitos significados. Deste modo, entende-se que o camponês refere-se a uma classe independente, a qual produz alimentos destinados ao autoconsumo, ao mercado e à condensação coletiva; utilizam a própria forma de trabalho, usando normalmente a ajuda mútua e casualmente trabalhador assalariado. O campesinato atribui-se ao conjunto de famílias camponesas em um determinado espaço geográfico politicamente determinado, porém leva-se em conta as restrições das realidades locais, regionais e nacionais que ajudam a definir os aspectos e as existências. A agricultura camponesa, além de ser uma maneira de se fazer agricultura, é também o modo de viver das famílias.

A discussão sobre a existência ou não de uma agricultura familiar na realidade agrária atual ainda é foco de estudos acadêmicos e tem repercussões nas políticas públicas, principalmente, na tentativa de compreender a diversidade de estratégias adotadas pelos agricultores para se organizar e reorganizar diante das especificidades do modo de produção capitalista. Assim, os trabalhos procuram investigar sobre o seu destino, as formas como irá se desenvolver no mundo contemporâneo, seu processo de adaptação ao sistema de mercado, seu

desenvolvimento paralelo ao sistema capitalista, ou ainda, a possibilidade de seu desaparecimento por completo com a intensificação das relações capitalistas no campo.

Recuperou-se algumas abordagens referenciadas nos estudos da atualidade, que são importantes para entender a mobilidade do capitalismo no campo. Indubitavelmente, autores que merecem destaque nos estudos clássicos sobre o campesinato são Marx (1986), Lênin (1988), Kautsky (1980), Mendras (1978), Tepicht (1973) e Chayanov (1974)⁸, que tendem a propor destinos similares à produção camponesa, embora analisando diferentes contextos históricos e distintas localizações geográficas.

Para Marx (1986) a particularidade fundamental do modo de produção capitalista foi a dissolução dos meios de produção. O capitalismo supõe que deve existir de um lado o proprietário dos meios de produção e de outro os trabalhadores livres. Esse mesmo autor afirma que o modo de produção capitalista domina não somente a atividade fabril, mas também a atividade agrícola na qual o capitalista somente se distingue dos demais pelo setor em que aplica o seu capital. Dessa forma a agricultura capitalista teria três classes, a saber: o proprietário fundiário, o empresário capitalista e o trabalhador assalariado. Nesse sentido, não haveria lugar para um personagem que conseguisse desempenhar os três papéis e, por isso, o camponês, que tem incorporado em si essas três funções estaria fadado ao desaparecimento, à medida que se implantasse o sistema capitalista. De acordo com Oliveira (1988, p.4) Marx “(...) parte do pressuposto de que o modo de produção capitalista suscita a separação entre trabalhadores e meios de produção, a produção familiar estaria fadada ao desaparecimento à medida que o capitalismo se desenvolvesse, já que sua característica principal é a conjunção meios de produção/trabalho”.

Abramovay (1992)⁹ acrescenta que apesar da importância da agricultura no trabalho de Marx (1986), não existe algo que complete o eixo de articulação da questão agrária do final do século XIX: produção familiar, suas tendências e suas funções no desenvolvimento capitalista. Dessa maneira, Marx (1986) deixa evidente a extinção dos camponeses uma vez que as grandes

⁸ As obras desses autores se inscrevem historicamente no século XIX até início do século XX e apresentam como elemento central a desagregação da organização social camponesa pela penetração do capitalismo no campo.

⁹ As razões pelas quais o campesinato está praticamente ausente da obra de Marx não podem ser compreendidas com base naquilo que Popper (1970/1979) chamou de sociologia ou psicologia da descoberta: não é por etnocentrismo, nem por viver num país onde o campesinato já tinha declinado irreversivelmente que Marx não se dedica a estudar a produção familiar, mas por razões que se prendem à própria lógica de sua obra e cuja explicação exige uma pequena digressão teórica (ABRAMOVAY, 1992, p.32-33).

propriedades absorveriam as pequenas, assim as camadas mais pobres do campesinato não aguentariam os altos impostos cobrados pelos latifundiários capitalistas.

Entretanto Abramovay (1992) atenta-se a um lapso conceitual cometido no livro “O Capital”, Marx não se debruça em construir uma explicação rigorosa de camponês, ou seja, tal definição geral de camponeses é histórico com caráter descritivo. Assim, Abramovay (1992) explana,

(...) é preciso entretanto, deixar claro uma consequência teórica: é impossível encontrar na estrutura d’*O Capital* um *conceito* de camponês. Se do ponto de vista marxista, é impossível falar *conceitualmente* em classe operária e burguesia, campesinato é uma expressão que não encontra lugar definido no corpo de categoria que formam as leis básicas do desenvolvimento do capitalismo (ABRAMOVAY, 1992, p. 35, grifos do autor).

Marx (1986) considerava a expulsão dos camponeses como uma condição necessária ao desenvolvimento do capitalismo. Em seus estudos, trata o campesinato como classe social dotada de “baixa classicidade”, ou seja, não constituiria uma classe no sentido estrito das categorias utilizadas no pensamento marxista¹⁰. O próprio autor ofereceu “vestígios” que indicariam a permanência do campesinato não na sua forma original, mas transformado, integrado ao sistema capitalista.

A principal característica da teoria formulada por Lênin (1988) é a diferenciação social do campesinato, tão importante quanto apoiar as reivindicações antifeudais e antiabsolutistas dos camponeses como um todo é mostrar a heterogeneidade do mundo rural (ABRAMOVAY, 1992, p. 41).

Para Lênin (1988) a economia capitalista é o resultado do desenvolvimento da economia mercantil que tem como esfera o mercado. Tal economia caracteriza-se principalmente por ser dessemelhante. A divisão social do trabalho é a base do desenvolvimento da economia mercantil, sendo fundamental a criação de um mercado interno para o capitalismo. Com o advento do mercado, da economia mercantil e do capitalismo, a agricultura passou a ser um ramo econômico com o propósito de produzir mercadorias.

Esta especialização da agricultura resultou, segundo este mesmo autor, em uma diminuição da população que vive na área rural, já que, camponeses transformaram-se em

¹⁰ Ver mais sobre o assunto em ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1992.

operários assalariados na área urbana. Isto pressupõe a perda de seus meios de produção, que resultou em seu empobrecimento.

A concepção de Lênin (1988), de que a penetração do capitalismo no campo provocaria transformações no agro mundial, é sem dúvida indiscutível. Entretanto, o desaparecimento do campesinato, com consequente transformação em burguesia e proletariado rural, não pode ser plenamente constatado. No entanto, aqueles que mantiveram a posse da terra, seja como proprietário ou como parceiro, desempenham a função que é primordial à condição camponesa, ou seja, eles se mantêm como trabalhadores. Esta é a finalidade que os distingue dos operários agrícolas, que estão integrados ao mercado não somente como consumidores, mas também como produtores e mais ainda como consumidores de mercadorias e meios de produção.

Segundo esse autor, existiria a formação de duas classes distintas no campesinato, como resultado do processo de transformação da economia camponesa, seriam novos tipos de populações rurais: a burguesia agrária e os trabalhadores assalariados. A classe da burguesia agrária era formada pelos camponeses capazes de concentrar maior quantidade de terra compatível com o padrão de desenvolvimento do capital e a segunda classe era composta pela maior parte dos agricultores camponeses, estes expropriados da sua condição de proprietários de terra.

É com Lênin que se desenvolve o mais importante paradigma marxista no estudo da questão agrária: *“o esforço permanente de encontrar na diferenciação social dos produtores a essência da vida agrária de qualquer país capitalista”* (ABRAMOVAY, 1992, p. 43, grifos do autor).

Kautsky (1980), em seu livro “A Questão Agrária”, procurou esboçar as transformações experimentadas pela pequena exploração no decurso do desenvolvimento capitalista. Camponês não é apenas caracterizado como agricultor, mas também como industrial, o camponês autossuficiente passou a sofrer concorrência da indústria que, revestida de grande superioridade, eliminou rapidamente a indústria doméstica camponesa. Abramovay (1992) complementa a abordagem na medida em que relata que Kautsky concentra-se na ideia de industrialização da agricultura, “na impossibilidade de o pequeno estabelecimento agrícola incorporar às conquistas técnicas, organizacionais e econômicas à disposição dos capitalistas e, portanto na tendência que o grande e não o pequeno se integre com a indústria” (ABRAMOVAY, 1992, p.46-47).

Quanto mais o setor urbano, da época, influenciava a atividade agrícola, mais o camponês sentia necessidade de obter dinheiro, fosse para efetuar o pagamento pelo uso da

terra, fosse para realizar a compra de algumas mercadorias. A única forma de obter este dinheiro era transformando seus produtos em mercadorias e vendendo-os ao mercado. Esses produtos, já não eram mais os de sua pequena indústria doméstica, ele teria agora que suprir o mercado dos produtos que a indústria urbana não produzia. Então o camponês passa a ser um agricultor/produtor de mercadorias. Kautsky (1980) defendia, na verdade, a superioridade técnica da forma familiar de produção sobre a grande exploração capitalista. Consequentemente, é nesse plano que se estruturou a resposta e o pensamento agrário do autor.

A transformação da produção agrícola em mercadorias não possibilitou mais a relação direta entre produtor e consumidor. A maior distância e duração do mercado criaram a necessidade de um intermediário, ou seja, um comerciante para o qual o agricultor vendia a sua produção. Caso os negócios não fossem satisfatórios, a única garantia dada ao intermediário era a terra, algumas vezes perdida, e em decorrência, a consequente transformação definitiva do camponês num proletário e, diante dessa situação, a família camponesa se dissolvia. Outro motivo para a dissolução da família camponesa é sua transformação em produtora agrícola exclusiva. Enquanto indústria doméstica, nos períodos de menos trabalho o excedente de mão de obra era desviado para esta atividade. Quando a indústria doméstica rural era sobrepujada pela indústria urbana, a saída era o assalariamento temporário.

A proletarianização do camponês se dava via assalariamento. Essa mão de obra assalariada era absorvida pela grande exploração que, segundo Kautsky (1980), era qualitativamente mais vantajosa que a pequena exploração.

Kautsky (1980) partilhou com Lênin a opinião sobre as influências provocadas pela eclosão do mercado. O enclave da revolução econômica foi o surgimento da industrialização e do comércio urbano. Segundo ele, a possibilidade de auto exploração encontrada pelos camponeses representa um obstáculo à adoção de inovações tecnológicas e, consequentemente, impedia a completa generalização do modo de produção capitalista. A matriz do desenvolvimento do capitalismo na agricultura são os estudos de Kautsky e Lênin, que vêm se mostrando cada vez menos capazes de explicar os fenômenos contemporâneos (ABRAMOVAY, 1992, p.20).

Os estudos de inspirações marxistas, relatadas acima, não viam possibilidade de permanência do camponês, entretanto o desenvolvimento da economia capitalista contribuiu para a sua continuidade. É importante assinalar, sob o ângulo teórico, que não faz sentido para o marxismo a ideia de uma economia camponesa (ABRAMOVAY, 1992, p.52). A partir disso

a perspectiva marxista mostra-se limitada para explicar as distintas formas de existências de produção familiar no atual cenário da agricultura.

Convém lembrar que, segundo os autores marxistas, o campesinato tenderia a desaparecer, ou tornar-se uma forma residual em meio às intensificações das relações capitalistas de produção. Por não possuir características compatíveis com as exigidas pelo sistema seria automaticamente impossibilitado de atingir um nível de desenvolvimento e disputar novos espaços no interior do modo de produção capitalista. No paradigma dos clássicos marxistas não há lugar sequer para que se coloque a questão, hoje decisiva, das razões pelas quais a agricultura familiar tem sido, nessas noções, a principal forma social do progresso técnico no campo (ABRAMOVAY, 1992).

As contribuições de Jerzy Tepicht (1973) baseiam-se na autocrítica de uma experiência prática, é a essa síntese que o economista dedicou sua mais importante obra. Dessa pesquisa, o que nos interessa, não é tanto o aspecto político, mas sim os resultados da própria definição de campesinato na tentativa de unificar num só corpo teórico as teses marxistas com as de Chayanov¹¹. (ABRAMOVAY, 1992).

Tepicht (1973) define campesinato como um modo de produção particular, que não gera uma formação econômica e por isso se adapta às regras do sistema econômico dominante. A economia camponesa está incorporada à economia capitalista através da mercantilização. Essa economia cresce, se desenvolve e envelhece mantendo, entretanto, certos princípios particulares dentre os quais se destaca a simbiose entre empresa agrícola e família, que é sua característica dominante. Abramovay (1992) explica:

Embora não seja gerador de formações sociais específicas, já que possui justamente a capacidade de incrustar-se e diferentes formações sociais, o campesinato pode ser identificado por uma série de características universais:

- Unidade indissociável entre o empreendimento agrícola e a família;
- Uso intensivo de trabalho;
- Natureza patriarcal da organização social.

Além dessas três características o modo de produção camponês, (...) Tepicht expõe: a família camponesa cumpre tanto no capitalismo como no socialismo, a função importante de permitir a oferta de produtos agropecuários a preços inferiores aos das grandes empresas. A base desta diferença de preços reside em última análise no fato de que o camponês não exige, para manter-se na atividade, a obtenção da taxa média de lucro, (...) o essencial é a obtenção de uma renda que permita fundamentalmente a reprodução da própria família (ABRAMOVAY, 1992, p. 73).

¹¹ Alexander Chayanov, pesquisador russo, principal expoente de um grupo de economistas agrícolas e engenheiros agrônomos que ficou conhecido como “Escola da Organização da Produção”. O autor dedicou-se a realizar uma análise da produção familiar enquanto portadora de uma especificidade necessária e fundamental para o espaço agrário (Salamoni 1992).

O autor apresenta a especificidade do campesinato em relação à lógica da funcionalidade do sistema capitalista, destacando quatro aspectos da economia e sociedade camponesa, a saber:

1. O caráter familiar, exercido através de um forte individualismo quanto ao exterior com nítida percepção “do nosso”, “do outro” ou “deles” e de um forte coletivismo interno no sentido de que as necessidades ou decisões da família tenham precedência ao querer individual;
2. Relação entre fatores de produção, que se estabelece na economia camponesa pela substituição entre terra e trabalho, na qual a intensificação do trabalho possibilita um melhor resultado produtivo no uso da terra escassa;
3. Relação entre Economia Camponesa e o Mercado, que distingue o campesinato da economia tribal ou do agricultor “farmer”, colocando a economia camponesa como parcialmente mercantil ou parcialmente integrada ao mercado; e,
4. Relação entre Trabalho e Renda, na qual o trabalho conjunto do grupo familiar gera uma renda global dimensionada para o atendimento das necessidades do grupo família.

Tepcht (1973) em sua obra “Marxisme et Agriculture: Le Paysans Polonais”, apoia-se na proposição que as famílias camponesas possuem em seu interior forças marginais e não transferíveis: às forças marginais seriam aquelas atividades praticadas pelas mulheres, idosos e crianças em tempo parcial, a força de trabalho não transferível garantia e assegurava o autoconsumo familiar.

Dessa maneira, as atividades que demandavam mão de obra em abundância deveriam ser realizadas pelos camponeses, uma vez que sua força de trabalho não transferível tornava a produção agrícola mais barata do que se fosse realizada através do trabalhador assalariado. A atividade que requer muito capital deveria ser realizada pelas empresas capitalistas (FARIA, 2001).

Uma contribuição valorosa da análise específica do campesinato, que procura entender seu funcionamento interno e que pode explicar a persistência, foi realizada por Aleksander Vassilievitch Chayanov¹² e por este fato detém-se detalhadamente em sua teoria e naqueles que seguiram seus postulados teóricos.

¹² Para mais detalhes a respeito da biografia de Chayanov, ler Capítulo 2 do livro Chayanov e o Campesinato de Horacio Martins de Carvalho, 2014.

Chayanov (1974) deu uma contribuição ímpar ao estudo do campesinato, investigou a fundo como era a racionalidade da unidade econômica do camponês e sua base de estudo foi a situação particular do campesinato russo. Nas considerações de Archetti¹³(2014) “todo o período que vai de 1890 até a revolução e, posteriormente, até as medidas de coletivização na década de 1930 está marcado pela polêmica entre populistas, marxistas e a tendência da qual Chayanov formava parte, conhecida como escola para a análise da organização e produção camponesa” (ARCHETTI, 2014, p. 16).

Esse autor merece destaque na leitura dos clássicos, pois se dedicou a realizar uma análise do trabalho familiar dentro do modo de produção capitalista enquanto portadora de uma especificidade necessária e fundamental para o espaço agrário, muito embora passível de mudanças, e que possui uma diversidade de formas de organização interna dos elementos terra, trabalho e capital. É por demais relevante como contribuição teórico-prática para todos aqueles que desejam compreender, não apenas historicamente, mas, também, no contexto contemporâneo, a dinâmica da economia camponesa no Brasil a partir de observações microeconômicas (CARVALHO, 2014).

Até a década de 1960 não havia traduções de suas pesquisas para a literatura ocidental, seus estudos eram conhecidos apenas em espanhol e/ou francês. Definia-se como Agrônomo social, iniciou sua carreira em Moscou, trabalhando como professor titular do Departamento de Organização Agrícola.

Há apenas dois artigos em português, “Viagem de meu irmão Alexei ao País da utopia camponesa” e “Teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas”, que a pouco tempo foi traduzido por Sérgio Schneider, o livro “A teoria das cooperativas camponesas”. No estudo de Salamoni (1992), o que identifica a produção intelectual de Chayanov é o que ele estabeleceu como linha mestra de sua investigação: o estudo da distribuição dos recursos terra, trabalho e capital no interior das unidades camponesas. “La organización de la unidad económica campesina” é sua obra mais conhecida. Sobre a sua trajetória, a autora retoma:

Chayanov esteve por algum tempo ligado ao governo de seu país e chegou a fazer parte do Ministério da Agricultura por dois anos (1921 – 1922), logo após a Revolução Russa. Foi um período de proeminência para Chayanov, pois, ao assumir um posicionamento político no governo, acabou por se envolver profundamente com o tema da coletivização da agricultura. Colocando-se numa posição contrária à política dirigida pelo Estado, sua proposta defendia um processo de ‘auto-coletivização’,

¹³ Tradução do espanhol feita por Horacio Martins de Carvalho a partir do texto da “Presentación” de Eduardo P. Archetti em *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Ediciones Nuevas Visión SAIC, 1974.

centrada na iniciativa dos próprios agricultores, único meio capaz de tornar viável sua sobrevivência (SALAMONI, 1992, p.62, aspas da autora).

Em 1929 inicia-se uma época conturbada, na qual Chayanov e seus colegas são acusados de defender a manutenção da propriedade individual. Ele é obrigado a sair do seu cargo de diretor do Centro do Linho, na descrição de Carvalho (2014),

A partir de 1929, a discussão sobre a diferenciação camponesa torna-se perigosa. Chaynov e seus colegas, inclusive Kondratieff foram acusados por alguns economistas “marxista-agrários” de defender a perpetuação da propriedade individual, de ignorar o marxismo, de serem adeptos da escola austríaca, entre outras acusações. Em 1928, foi obrigado a deixar o posto de diretor do instituto que havia fundado. (...) percebendo a impossibilidade de ver a realização de seus planos no que diz respeito à organização de cooperativas - ou sentindo o cerco apertar e percebendo a impossibilidade de mudança na política agrária executada pelo governo (CARVALHO, 2014, p. 36).

Em 1930 Chayanov e alguns de seus seguidores foram acusados de promover a “Contra Revolução”, submetidos a um pseudo-processo (VAN DER PLOEG, 2016), presos e condenados ao esquecimento. Chayanov morreu na prisão no Arquipélago Gulag.

Assim, no dia 21 de julho de 1930, Chayanov foi preso sob a acusação de ser membro de certo Partido do Trabalho Camponês, que jamais existiria. Após passar anos na prisão à espera do julgamento que não ocorreu, foi exilado para Alma-Ata capital do Cazaquistão, república soviética na Ásia Central. (...) Em 1937, no auge da repressão stalinista, foi novamente preso sob mais uma acusação fabricada. Condenado ao fuzilamento no dia 3 de outubro do mesmo ano, foi executado no mesmo dia, aos 49 anos de idade. Naquele momento a ciência do cooperativismo perdia um de seu melhores ativistas (CARVALHO, 2014, p. 37).

Após todos os fatos relatados acima, Van der Ploeg (2016) afirma:

Entretanto, antes de esses trágicos episódios se tornarem uma característica sistemática da sociedade soviética, a Rússia pós-revolução era um caldeirão vivido de ideias em ebulição, onde as perspectivas de mudança rural de grande projeção eram amplamente discutidas. Chayanov estava envolvido em muitos níveis, foi um dos que incorporaram o otimismo desses movimentos (VAN DER PLOEG, 2016, p. 25).

Chayanov ocupou um lugar de destaque na história dos estudos sobre o campesinato, suas ideias foram representantes do pensamento neopopulista¹⁴. O período que se estende ao pensamento Chayanoviano é de 1900 até os dias de hoje. De acordo com Wanderley (2009),

(...) é a atualidade deste projeto que mantém o interesse no conhecimento da contribuição de Chayanov, pois o desafio que hoje se coloca aos pesquisadores rurais tem a mesma natureza daquela a que ele e a Escola da organização e produção estavam enfrentando naquela ocasião (WANDERLEY, 2009, p. 147).

A Escola da Organização e Produção criada por Chayanov teve como fundamento o comportamento econômico, observado nos camponeses da zona rural russa, que não se ajustava

¹⁴ Os neopopulistas defendiam a viabilidade da agricultura camponesa, enfatizando sua habilidade característica em sobreviver e prosperar sob quaisquer circunstâncias; e mais, propugnavam que a terra deveria ser toda transferida para unidades camponesas privadas. Isto pode ser visto como consistente projeto de Reforma Agrária (SALAMONI, 1992).

aos modelos de políticas agrárias propostas pelas teorias marxistas/lenistas¹⁵. Para a delineação de suas ideias, Chayanov e seus colegas desenvolveram uma metodologia. Sua fundamentação surgiu a partir do que outros estudiosos já haviam proposto, que se resumia em elaborar questões a serem respondidas e a partir destas respostas novas questões eram elaboradas. Na explicação de Archetti (2014):

O grande debate sobre a questão agrária russa não apenas se vincula ao problema da posse da terra e suas formas mais adequadas para a passagem ao socialismo, mas incluía outras dimensões associadas à disponibilidade de recursos econômicos e técnicos que tornaria viável uma transformação radical das condições de vida camponesa (ARCHETTI, 2014, p. 16).

Wanderley (2009) afirma que os escritos de Chayanov devem ser resgatados, pois além das contribuições intelectuais existe uma dimensão política em suas obras,

Chayanov publicou cerca de sessenta textos, além de numerosos artigos em revistas. Sua Obra ‘constitui o resultado teórico e prático de vários decênios de pesquisa e de discussões sobre as questões agrárias na Rússia à época da Revolução’. É inegável que esta limitação inibe uma reflexão mais aprofundada de seu pensamento. Além da contribuição intelectual há uma dimensão política das suas obras. O que o motivava era a explicitação das potencialidades do campesinato russo. Minha convicção é de que sua concepção sobre a produção familiar na agricultura guarda sob vários aspectos, uma atualidade surpreendente, e por essa razão precisa ser resgatada (WANDERLEY, 2009, p. 137, aspas da autora).

A Escola de Organização e Produção propugnava que a distribuição dos recursos terra, trabalho e capital, nas unidades produtivas familiares, estava guiada por uma racionalidade singular, capaz de tornar a propriedade familiar um elemento fundamental, tanto para o funcionamento geral da economia, como para a organização do espaço. Oliveira (1988) explica,

Tratava-se de um problema analítico e não estatístico, já que dados para estas três unidades de análise estavam disponíveis. Após vários estudos concluiu-se que a família era a melhor escala para entender a unidade de produção, de sociedade e de reprodução. Diante disto, dois problemas surgiram: Como a diversidade regional (socioespacial) afetava a unidade familiar camponesa? E como correlacionar as diversas categorias encontradas e realizar a regionalização? Para obtenção de tal regionalização, o estudo da dinâmica do real-social, desencadeou duas linhas de análise: Estudos de Orçamento- como as pessoas gastam seu rendimento? Seria considerado Despesa e Produção junto? Surge então uma análise de fluxo na qual o domicílio do camponês se baseia numa combinação de rendimento. A estratégia para a análise era combinar estes vários rendimentos que não significaria ser puramente uma combinação de rendimentos agrícolas. Estudos dinâmicos – havia diferenciação dentro das vilas camponesas – ricos e pobres (OLIVEIRA, 1988, p.13).

Wanderley (2009) considera uma dupla referência, que na opinião da autora é tratada como um desafio aos estudiosos da atualidade. O mérito da contribuição das análises de Chayanov está na “complexidade do meio histórico e à morfologia interna das unidades de

¹⁵ Baseadas na dinâmica das categorias clássicas – renda, salário e lucros.

produção que reside a meu ver, a grande riqueza da análise de Chayanov e um grande desafio aos estudiosos atuais da questão da produção familiar na agricultura” (WANDERLEY, 2009, p.143).

Chayanov parte do princípio que para entender o campesinato é necessário considerar, além da organização interna familiar, as condições externas nas quais as unidades produtivas familiares estão envolvidas: comercialização da produção e a modernização dos processos técnicos e produtivos. Se interessava, também, pelas inovações na agricultura. O elemento central da análise de Chayanov é a empresa familiar, enquanto unidade de produção e consumo. Nesse sentido, Oliveira (1988) referência os quatro principais pontos da teoria de Chayanov:

Estas são as bases da teoria de Alexander Chayanov sobre a organização da economia camponesa que se assenta em quatro pontos principais: 1. Análise epistemológica: propõe uma análise que não se opõe às outras já realizadas, mas que tome como base de estudo a menor unidade possível, ou seja, o empreendimento. Admite o estudo de diferentes lógicas de organização econômica desenvolvendo-se e trabalhando conjuntamente de tal modo que a lógica camponesa pode ser combinada com outras lógicas. 2. Particularidade da Economia Camponesa: existe uma relação entre produção e consumo, na qual é o consumo que imprime a quantidade de trabalho. Quanto às relações produtivas, não é o consumo que marca a diferença entre camponeses e trabalhadores assalariados, mas sim o uso do trabalho familiar. 3. Concentração vertical: a ocupação do camponês é definida por uma combinação de tarefas. A tarefa fundamental do camponês é produzir mercadorias agrícolas que somente o levem a procurar tarefas para complementar sua renda e comprar o que estes produziam. 4. Projeto para o futuro: a economia familiar camponesa deve ocupar um determinado lugar na economia, além do que, sua vinculação com o capital deverá possibilitar formas de desenvolvimento distintas (OLIVEIRA, 1988, p. 14).

Complementando essas ideias, Abramovay (1998) explica que,

[...] mais do que um teórico da economia camponesa, Chayanov elaborou uma teoria do funcionamento das unidades produtivas baseadas fundamentalmente no trabalho familiar. Enquanto a renda dependesse fundamentalmente do trabalho familiar haveria um balanço entre a penosidade deste trabalho e as necessidades de consumo da família: uma vez preenchidas as necessidades, cada unidade adicional de trabalho passaria a ter, para a família, valor decrescente. Esta é a base teórica que permitia a Chayanov contestar a validade da lei da diferenciação social dos produtores, propondo em seu lugar uma espécie de diferenciação demográfica (ABRAMOVAY, 1998, p. 72).

Portanto, Chayanov diz que o camponês avalia subjetivamente as necessidades de consumo da família, a partir das quais objetivamente programa a quantidade de trabalho necessário para supri-la. Na análise marxista o limite é o salário, enquanto que para Chayanov é a auto exploração da forma de trabalho familiar. Assim, exerce papel fundamental a composição familiar, que definirá o limite máximo e mínimo de trabalho exercido. Existe um movimento que constitui a história da família. “la fuerza de trabajo la unidad exploración doméstica esta totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados em la familia” (CHAYANOV, 1974, p. 17).

O autor desenvolve um estudo levando em consideração a dinâmica demográfica da família que determinará a variação no volume de consumo e trabalho. O volume da atividade econômica não envolverá somente a atividade agrícola, mas outras atividades dentro e fora da propriedade, das quais provenham uma renda, que somada àquela proveniente da produção agrícola, resultarão na renda global da família que será utilizada para a satisfação das necessidades dos membros da família. Para determinar o volume de trabalho a ser realizado pela família, o camponês executa um balanço no qual, através de uma avaliação subjetiva, define o grau de auto exploração ao qual a família terá que se submeter para satisfazer a relação trabalho/consumo. O camponês buscará o aumento da produção se o resultado do esforço do trabalho não resultar na satisfação de suas necessidades básicas.

Em resumo, o que determina o volume de trabalho da família é o consumo. Tendo como exemplo a família constituída basicamente de crianças pequenas terá uma sobrecarga de trabalho que recairá sobre os pais. Ao contrário, em uma família na qual todos os membros adultos trabalham, haverá uma subdivisão maior do volume de trabalho para cada membro e assim um equilíbrio no balanço braços e bocas.

A adoção do termo empresa familiar, na análise das unidades produtivas, é importante para diferenciar da categoria marxista que utiliza empresa capitalista. Embora as empresas familiares apresentem traços coerentes com a lógica do capital, se distinguem das empresas capitalistas pela sua dinâmica particular de funcionamento. A empresa familiar atua sob a responsabilidade dos membros da família, que subordinam sua força de trabalho à sua unidade de produção, não contratam força de trabalho exterior e possuem seus próprios meios de produção, nem sempre a terra. A unidade familiar é dotada de certa autonomia, e sua organização interna orienta-se em função da produção, consumo, relações de sociabilidade e ajuda mútua dos membros do grupo doméstico.

É importante salientar que a família trabalha para satisfazer suas necessidades básicas que podem ser simplesmente biológicas, como é o caso da alimentação e vestuário, mais aquelas necessariamente impostas socialmente e economicamente, como a compra de um automóvel, de um trator, de uma televisão, micro-ondas, geladeira, pagamento de taxas, juros, impostos, etc. A família camponesa procura satisfazer suas necessidades da maneira mais fácil, assim pondera sobre todas as oportunidades de trabalho que lhe são oferecidas e distribui a mão de obra por entre atividades. Então, torna-se frequente o fato da família deixar de utilizar terra e os meios de produção dos quais dispõe ou liberar parte da mão de obra, se outras oportunidades

de trabalho lhe são rendosas. Oliveira (1988) fala de dois fatores que estão intimamente ligadas às atividades da família:

Primeiramente, a sazonalidade que se observa na agricultura. Determinados cultivos possuem seu tempo de germinação e colheita restritos a certos períodos do ano e assim, liberam mão de obra para outras atividades. Por outro lado, situações de favorecimento do mercado podem dar oportunidade a outras atividades, principalmente artesanais e à especialização em produtos voltados para o comércio (OLIVEIRA, 1988, p. 17).

Para Chayanov, o camponês jamais deixará de satisfazer suas necessidades para acumular capital,

(...) solo de modo gradual, al ir aumentado la productividad de la fuerza de trabajo y al poder ampliarse el presupuesto personal para ir cubriendo una tras otra las necesidades familiares, el jefe de la explotación puede destinar una cantidad cada vez mayor el ingreso a la reovación y formación de capital. El outra palabras, podemos decir que ne la unidad económica de explotación familiar los adelantos para renovar y están vinculados com el processo de satisfaccion de las necesidades personales y que, em todos los casos, su importe depende de la que pueden satisfacerse estas necesidades (CHAYANOV, 1974, p. 238).

A economia camponesa apresenta peculiaridades devido ao caráter familiar da sua divisão do trabalho, e são as relações de parentesco que definem tanto a unidade de produção quanto a de consumo, formando uma simbiose entre empresa agrícola e família. A teoria apresentada por Chayanov representa um meio que deve ser levado em conta nos estudos atuais, visto que se opõe à visão relatada anteriormente. Como observam Gerardi e Salamoni (1994),

[...] o trabalho de Chayanov representou um instrumento de análise inovador, pelo fato de se opor à visão tradicional a respeito da produção familiar camponesa que, via de regra, é encarada sob a ótica do sistema capitalista e de seus padrões de modernidade. [...] para melhor entender as singularidades dessas formas, é necessário incorporar às análises a ótica fornecida pelos próprios agentes do processo produtivo: os camponeses (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 207).

Para as autoras, os indicadores socioeconômicos apresentados por Chayanov, presentes no interior das unidades produtivas, podem explicar como estão combinados os fatores de produção na agricultura:

[...] quanto maior o número de trabalhadores em uma mesma família, menores serão as possibilidades de ver o seu produto aumentado. Isso porque, à medida que um novo membro for adicionado ao conjunto da mão de obra familiar, tem-se que a fração de produtos suplementar que ele obtém com seu trabalho tende a zero e a parcela corresponde à renda individual decresce; é a chamada “lei dos rendimentos decrescentes”, um dos pontos mais explorados por Chayanov, na análise da dinâmica interna das unidades produtivas camponesas. É evidente que essa situação pressupõe que o excesso de mão de obra esteja combinado com limitados recursos de terra, considerando-se, ainda, que não haja progresso técnico (GERARDI; SALAMONI, 1994, p. 201).

A utilização intensiva ou não dos recursos terra, trabalho e capital está ligada à satisfação das necessidades familiares. A influência de fatores econômicos sobre os processos de renovação e acumulação de capital na exploração familiar também é percebida por Chayanov,

mas sob o prisma dos níveis de bem-estar da família camponesa. A partir disso retoma-se os indicadores básicos para a análise:

1. Renda Bruta da exploração resultante de produção total da família (agrícolas e não agrícolas) é dada em função de que todos os membros do grupo familiar atuam segundo suas capacidades pessoais para atingir um nível satisfatório das necessidades;
2. Parcela investida na reprodução e renovação dos meios de produção, conhecido como “gastos econômicos”, serve para os gastos em mecânica, animais, insumos, construções, compra de terras;
3. Orçamento pessoal da família está relacionado ao autoconsumo familiar, contabilizando o que é necessário para a sobrevivência da família (alimentação, roupas, etc.) o agricultor passa a comprar produtos industriais; e,
4. Parcela não investida diretamente na unidade produtiva, o destino é a poupança familiar, porém só será investida nas renovações de capital se as mínimas condições de sobrevivência da família estiverem garantidas.

O camponês assume um comportamento econômico distinto daquele do que foi apresentado pelas teorias marxistas. Entende-se que ele é o dono, o gestor e o produtor, colaborando diretamente na produção de alimentos e/ou produção de matéria prima. Salamoni (1992) explica:

Por outro lado, na lógica do pensamento chayanoviano, o camponês não apresenta uma contradição antagônica ao sistema que o envolve, como defendeu Marx. Mas sim, a presença do campesinato indica a coincidência de três funções reunidas numa só pessoa – o proprietário fundiário, uma vez que detém a propriedade da terra, a figura do empresário rural, porque gerencia o funcionamento da exploração agrícola; e, ainda, a função de produtor, ao participar diretamente do processo produtivo (SALAMONI, 1992, p. 69).

Em complementação ao que foi descrito até agora, para entendermos as raízes epistemológicas do conceito de camponês associado à sua permanência, apoiamo-nos nas contribuições de Mendras (1978) e Shanin (2005), ambos compreendem o camponês como um grupo que conseguiu se adaptar e resistir às mutações da sociedade e, além disso conservar algumas heranças agrárias.

Mendras (1978) define o camponês a partir do grupo doméstico, cuja organização econômica e social determina uma autonomia relativa frente à sociedade que o domina, mas permite sua originalidade. As relações econômicas com esta sociedade se mantêm garantindo uma autarquia relativa, na qual não se distingue produção de consumo. Shanin (2005) elenca quatro características genéricas e específicas do camponês:

1. A propriedade rural familiar como a unidade básica da organização econômica social;
2. A agricultura como a principal fonte de sobrevivência;
3. A vida em aldeia e a cultura das pequenas comunidades rurais; e
4. A situação oprimida, isto é, a dominação e exploração dos camponeses por poderosas formas externas.

Assim, o centro das particularidades camponesas, parece repousar na natureza e na dinâmica da organização da propriedade rural familiar, enquanto unidade básica de produção e modo de vida. A partir disso, em nossas análises, é necessário entender a família camponesa, a propriedade como a unidade indissociável que conta ao mesmo tempo os braços que trabalham e as bocas que tem de ser alimentadas. A preocupação dominante do camponês é a perpetuação do sistema, a manutenção de seu gênero de vida e a continuidade de sua família, grupo doméstico e linhagem. A terra é o patrimônio familiar (MENDRAS, 1978).

Somando-se a essas ideias, deve-se observar o camponês, sua unidade de produção e sua família como as partes centrais da investigação. Shanin (2005) afirma: “o camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades e interações com o contexto social mais amplo” (SHANIN, 2005, p. 5).

O fim dos camponeses apontado por alguns autores marca o término de um tipo de sociedade milenar, cujo arranjo estrutural e cujos modos de transformação foram modificados e não desaparecidos. Sendo assim, o campesinato não desaparece, ele se adapta ao novo modelo de sociedade que surge. Mendras (1978, p.13) afirma “o camponês transforma-se em agricultor, produtor agrícola que é, ao mesmo tempo, “empreiteiro” e “trabalhador”, proprietário de seus meios de produção, mas que não utiliza - ou só em pequena escala - mão-de-obra assalariada”.

No que diz respeito ao prosseguimento das heranças agrárias dos camponeses, destaca-se a produção de alimentos para o autoconsumo. A produção para o autoconsumo não gera rendimentos monetários diretos, ela representa uma economia de renda, pois evita gasto com a compra de alimentos no mercado. Quanto mais diversificada for a produção camponesa, mais variada e requintada será a alimentação da família. Conforme Mendras (1978):

Um sistema de autoconsumo supõe uma estreita correspondência entre o que se produz e o que é consumido, entre o sistema agrário e o regime alimentar. Essa correspondência pode ser estável durante grandes períodos e transformar-se rapidamente em outros, seja porque a introdução de novos cultivos agrega novos produtos à dieta tradicional, seja porque um novo refinamento da dieta impulsiona novos cultivos. Mas em todos os casos cada produção se faz responder a um consumo

preciso. O que é verdadeiro para a alimentação também o é para outras necessidades (MENDRAS, 1978, p. 45).

Com base no que foi demonstrado até agora com a retomada da leitura dos autores clássicos, foi compreendido as particularidade, as diversidades de grupos sociais variados em diferentes contextos e localizações geográficas, o apêndice A colaborou na elaboração deste capítulo. Percebe-se que o camponês se apresenta como singular e, portanto, remete à uma complexidade também peculiar para a sua conceituação.

Para caracterizar determinada unidade de produção faz-se necessário que se tome como referência vários elementos que abarquem a amplitude das formas de permanência que este segmento encontrou e encontra para se reproduzir em meio às relações capitalistas de produção. Campesinato é o mais antigo e mais universal de meio produção conhecido na história: ele consegue se adaptar ao novo modelo de sociedade que surge.

2.2 A polissemia conceitual: as pesquisas brasileiras

A partir deste momento preocupa-se em resgatar as contribuições de alguns autores brasileiros e descrever como se desenvolveram as contribuições teóricas a respeito das formas camponesas, políticas de imigração, pequena propriedade e das denominações regionais sobre a agricultura familiar.

No Brasil, particularmente, a concepção histórica mostrou formas e condições camponesas, porém não se reconhece a presença histórica do campesinato tal como existiu na Europa. Como categoria histórica, o campesinato é constituído por diversidade na produção, abastecimento do mercado interno, mão de obra familiar e a área ocupada possui dimensão distinta daquelas voltadas à produção monocultoras.

A sociedade brasileira seria então configurada pela polarizada relação senhor–escravo e, posteriormente, capital–trabalho. A economia foi configurada através das grandes propriedades, pelo trabalho escravo e pela monocultura voltada à exportação, visto que a economia brasileira é de base agrícola. Linhares; Silva (1981) relatam elementos que ajudam na designação do sistema socioeconômico no Brasil colônia:

[...] concentração dos núcleos urbanos ao longo da costa, a função portuária das principais cidades, o caráter rural da população, a extrema precariedade do comércio interno, a extrema escassez da moeda, a lentidão das comunicações internas, não apenas em virtudes das distâncias e dos caminhos, como também dos transportes, a estreiteza das atividades artesanais e a quase inexistência de atividades manufatureiras, a fragilidade numérica, econômica, social e política dos comerciantes residentes na colônia, a importância numérica, social e política da burocracia do

Estado. E, ainda, uma estrutura de consumo que refletia a hierarquia entre ricos e pobres, senhores e escravos do mundo rural - alguns gêneros e algumas mercadorias de luxo para os ricos, a mandioca para todos e, sobretudo, para os pobres; uma estrutura familiar, entre a classe dominante, de tipo patriarcal (LINHARES; SILVA, 1981, p. 109).

Ao analisar a estrutura interna da sociedade colonial, percebe-se que a produção de alimentos para o abastecimento local se realizava através de formas produtivas como a brecha camponesa, uma vez que consistia na concessão de um pequeno espaço de terras que tinha relativa diversidade de produtos agrícolas e criação de animais, ou seja, a produção agrícola destinada ao autoconsumo acontecia nas “franjas” das grandes fazendas monocultoras. Cardoso (1979) relata duas modalidades acerca da brecha camponesa, as quais foram percebidas pelo pesquisador Tadeu Lepkowski: 1) a economia independente de subsistência que os negros fugidos organizavam nos quilombos; 2) os pequenos lotes de terra concedidos em usufruto, nas grandes fazendas, aos escravos não domésticos, criando uma espécie de mosaico camponês-escravo, na qual o escravo era trabalhador agrícola ou industrial (CARDOSO, 1979).

No regime escravista-colonial existiram outras formas possíveis de atividades camponesas, mas o papel principal da brecha camponesa foi a preocupação na produção de alimentos para garantir a alimentação de núcleos urbanos, de acordo com Linhares; Silva (1981):

A chamada “brecha camponesa”, constituiu-se numa das formas que assumiu, no período colonial, a necessidade de produzir alimentos e escapar dos altos custos e da precariedade do abastecimento metropolitano. [...] mas a brecha camponesa não era a única forma de produção de alimentos na Colônia. [...] toda uma tradição historiográfica brasileira que procura ver as formas de vida camponesas como um elemento novo da paisagem. O país, constituído a partir do latifúndio escravista, não teria conhecido a pequena produção familiar no campo (LINHARES; SILVA, 1981, p. 134. Grifos dos autores).

Não existiam no Brasil leis que incluíssem a questão da alimentação dos escravos. Sabe-se que existiam determinações de que o sábado era livre¹⁶, para que pudessem dedicar à produção diversificada de alimento e ao cultivo de mandioca, denominado como o pão da terra. Porém a brecha camponesa não era a única forma de produção de alimentos que contava na época colonial. Linhares; Silva (1981) descrevem detalhadamente mais dois seguimentos, tais como: Lavradores de Canas obrigados e os Pequenos Produtores ou Posseiros.

À margem do latifúndio, existia todo um seguimento de produtores profundamente vinculados à este, e que deveriam atender às suas necessidades mas, também de garantir a normalidade de uma relação de subordinação (...) o grande engenho aparece rodeado de lavradores que têm suas canas obrigadas no engenho e, mesmo, por

¹⁶ Por trás desse “tempo livre” os senhores das fazendas queriam que seus escravos produzissem em excedentes para a alimentação de sua família (LINHARES; SILVA, 1981).

aqueles que trabalham nas próprias terras do engenho. Estes, aliás, além das canas, plantavam mandioca, legumes e possuem grandes números de capoeira que deveriam se constituírem em recursos para o abastecimento local e para a eventualidade de crises. De qualquer forma, o fundamental a reter é que esses chamados “lavradores de canas obrigados” não eram exclusivamente produtores de cana, mas também produziam alimentos para o autoconsumo e, ainda, para um fornecimento eventual às grandes unidades produtivas. Outro segmento responsável pela produção de alimentos era aquele constituído de pequenos produtores, no mais das vezes posseiros, que formavam uma ampla franja demográfica na região do agreste (LINHARES; SILVA, 1981, p. 131).

Pode-se afirmar, que a partir deste resgate de ideias, a gênese das formas camponesas no Brasil vai ao encontro do protocampesinato, o qual define-se pela produção de alimentos realizada pelos escravos e suas famílias, atividades praticadas no interior das grandes propriedades agroexportadoras. Participação dos Lavradores de Canas e os Pequenos Produtores ou Posseiros, ambos eventualmente forneciam alimentos às grandes unidades produtivas.

Estudar a história da agricultura brasileira, através da evolução no tempo e no espaço, e direcionar o olhar aos grupos sociais preocupados em produzir alimentos para o autoconsumo significa dizer que de norte a sul a “área que ela ocupa, e continuará ocupando, é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa e não ambicionada por interesses mais poderosos (a fronteira aberta)” (LINHARES; SILVA, 1981, p. 119).

Com o passar do tempo¹⁷ o regime de trabalho escravo entrou em decadência, o crescimento das riquezas se tornou inviável às custas da sujeição do cativo do negro. Devido à própria impossibilidade da reprodução do escravo e do escravismo como forma de exploração e dominação, a grande propriedade entrou em crise e os grandes fazendeiros necessitavam de mão de obra barata para preencher as demandas trabalhistas em suas fazendas. Dessa maneira, pode-se dizer que as políticas de colonização foram um plano do governo para suprir a demanda de mão de obra, já que naquela época eram as lavouras de café as que mais necessitavam de trabalhadores.

Com isso, em vários pontos do país abriram-se espaços para imigrantes pobres vindos de países como Itália, Alemanha, Suíça, Portugal e Espanha, para a criação de núcleos de colonização voltados à pequenas propriedades, ou pequenas lavouras como eram chamados na época. Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo, Paraná e Santa Catarina foram os estados escolhidos para os projetos oficiais de imigrantes. Petrone (1982) explica:

¹⁷ Lei 3353 de 13 de maio de 1888, ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm e Lei 601 de 1850, ver em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L0601-1850.htm acesso em 02 fev. 2016

Imigração e colonização, ou seja, recorrer aos contingentes de emigrantes da Europa e o aproveitamento de áreas desocupadas com pequenas propriedades policultoras, trabalhadas pelos proprietários e suas famílias, eram processos intimamente ligados até pelo menos as primeiras medidas restritivas à imigração, já no começo do governo de Getúlio Vargas. Em 1818 criou-se, assim, Nova Friburgo, nos arredores do Rio de Janeiro, com imigrantes suíços. Recorrendo a alemães, instalou-se próximo a Porto Alegre, em 1824, o núcleo colonial de São Leopoldo. Daí para frente, até o fim da Primeira República, esses projetos de colonização com imigrantes sucederam-se, sendo vastas áreas do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Paraná e do Espírito Santo ocupadas dessa maneira. A partir da década de 1840, entretanto, parcela dos imigrantes que procuravam o Brasil foi disputada pelos cafeicultores paulistas que pretendiam usar o imigrante como braço nas suas lavouras em substituição ao escravo. Os projetos de colonização com imigrantes terão, portanto, a fazenda de café principalmente a de São Paulo, como concorrente quanto ao destino do imigrante, sendo essa concorrência particularmente sentida nos anos que se seguem à abolição da escravidão (PETRONE, 1982, p.7-8).

Os imigrantes que foram para os estados do sul do Brasil, eram destinados às pequenas propriedades, formando pequenos núcleos coloniais; já os imigrantes que se dirigiram ao estado de São Paulo eram designados a trabalhar como mão de obra. Neste estado, especificamente, subsidiava as passagens dos imigrantes que se destinavam a trabalhar nas fazendas de café. “A maioria dos estados interessados não podiam arcar com as despesas decorrentes desses programas, tirando proveito dessa situação o Estado de São Paulo que, com os recursos gerados pela produção café, continuava subsidiando as passagens dos imigrantes que se destinavam à fazenda de café como mão-de-obra” (PETRONE, 1982, p. 14).

As políticas de colonização tiveram como objetivo levar trabalhadores livres para suprir a mão de obra nas fazendas cafeeiras, todavia, ocorreu a criação de um grupo de pequenos proprietários que teriam acesso à terras. Santos (1984) reitera:

A política de imigração assumiu, em nosso país, já nessa época, uma feição dúplice: era apresentada com insistência, tanto para os imigrantes quanto para os governantes de seus países, como um programa de colonização, de criação de uma camada social de pequenos proprietários, quando, porém, a ênfase qualitativa e quantitativa no recrutamento e localização dos imigrantes estava, na verdade, na formação de um contingente de mão de obra para as grandes fazendas. Quando essa duplicidade era questionada, sobretudo em face de condições de vida difíceis para os trabalhadores das fazendas, argumentava-se que os sacrifícios dos primeiros anos no país de adoção seriam compensados pelo acesso à pequena propriedade depois de alguns anos de privação voluntária e de trabalho obstinado. Praticamente, todos os núcleos coloniais estabelecidos no Sul e no Sudeste, foram-no sob essa inspiração, como garantia exterior de que na estrutura da sociedade brasileira abria-se lugar para uma camada de pequenos proprietários prósperos, conservadoramente comprometidos com o princípio da propriedade privada e do trabalho familiar autônomo (SANTOS, 1984, p. 12).

Em vista disso, afirmamos que a pequena propriedade rural sempre foi destinada aos pequenos agricultores. No sentido de buscar compreensão, a definição de pequena propriedade, apropria-se da explicação realizada por Diniz (1986), o qual destaca a propriedade sendo administrada, exclusivamente pela família: “Pequena propriedade: essencialmente trabalhada

pelo proprietário e sua família; podem ocorrer propriedades de tamanho tão pequeno que a mão-de-obra se torne excedente e os membros da família procurem outra ocupação” (DINIZ, 1986, p.66). A definição de Lorena (1988) é vista por três dimensões, física, econômica e humana:

Podemos determinar o tamanho de uma propriedade agrícola por uma dimensão física, de área, por uma dimensão econômica, de valor, ou por uma dimensão humana, de emprego de mão de obra. A dimensão física pode ser dada pela área da propriedade, por sua área aproveitável ou pela área efetivamente explorada e pode ser medida em hectares ou outra unidade fixa ou em módulo, sendo esta uma medida variável de acordo com a localização do imóvel e o tipo de exploração em que é empregado. A dimensão econômica pode ser dada pelo valor da propriedade, pelo valor da produção, pelo valor do crédito utilizado etc. A dimensão humana pode ser dada pelo número de trabalhadores normalmente usados (proprietários e familiares, arrendatários, parceiros e assalariados). O tamanho fixado por apenas uma dessas variáveis será sempre deficiente, permitindo distorções que farão uma propriedade parecer muito menor ou muito maior do que realmente é. É necessário considerar sempre as três variáveis ou pelo menos duas delas (LORENA, 1980, p. 23).

As pesquisas desenvolvidas no Brasil, à maioria das vezes, tomam como parâmetro de análise as dimensões físicas e a mão de obra empregada. Dessa forma, para auxiliar na conceituação, termos presentes como pequena propriedade, pequenos proprietários, pequena produção, pequeno produtor agrícola, unidade familiar de produção, foram as definições mais usadas nas pesquisas referentes aos anos 1970, 1980 e 1990 (Apêndice A).

A partir dos anos 1990, os agricultores tornaram-se especializados em produzir matéria prima para as indústrias. No entanto, permanece a característica da pequena propriedade como um local de morar e produzir. Mota, Schmitz e Freitas (2007) explicam a transição conceitual de pequena propriedade à agricultura familiar:

A pequena propriedade explicita uma noção de diminuta importância em relação à grande produção no contexto de modernização conservadora, surgindo associações com algo pequeno, por exemplo, em termos de área do estabelecimento ou do valor da produção. (...) A denominação pequena produção substitui a partir dos anos 70, a então hegemônica noção de campesinato contribuindo assim para a despolarização do tema. Está estreitamente ligada a transformação política do Estado (ditadura militar). A denominação pequena propriedade não corresponde à heterogeneidade de situações da agricultura que este termo pretende descrever. Já a denominação agricultura familiar está ligada à redemocratização do país e à existência de políticas específicas para esse seguimento, fruto da mobilização dos movimentos sociais a partir dos anos 90 (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007, p. 131).

Na década de 1990 temos duas contribuições importantes, a primeira é “A agricultura familiar” de Hugues Lamarche (1993), resultado de uma investigação realizada por estudiosos de diferentes países, nos quais se inclui o Brasil, com a Prof^a. Dr^a. Maria Nazareth Baudel Wanderley e outros pesquisadores brasileiros, que objetivaram através de metodologia comum caracterizar a agricultura familiar em diferentes contextos e referendar o conceito de produtor familiar.

A segunda é o convênio FAO/INCRA também se vinculou ao estudo da agricultura familiar brasileira, tomando como base as tabulações do Censo Agropecuário de 1996 este estudo reativou o debate sobre a importância desse grupo social. Guanzirolí et al, (2000) esclarecem:

Em contraste com a elevada concentração da propriedade de terra, o estudo revela que 85,2% dos estabelecimentos agropecuários são explorados por produtores familiares, que utilizam pelo menos 50% da mão de obra da própria família. Revela também que a agricultura familiar ocupa 30,5% das terras agricultáveis, mas responde por 37,9% da produção agropecuária brasileira. Sistemas de produção diversificados que reduzem o risco econômico e elevam o nível de bem-estar especialmente por meio do auto suprimento de alguns componentes básicos da alimentação (GUANZIROLI et al, 2000, p. 7).

A diferenciação em contextos sociais, econômicos e culturais, cria tipos específicos de agricultores e agriculturas. O relatório técnico da FAO/INCRA comprova a diversidade e especificidades da agricultura familiar brasileira:

(...) estudos indicam que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade em relação ao seu meio ambiente, à situação dos produtores, à aptidão das terras, à disponibilidade de infra-estrutura etc., não apenas entre as regiões, mas também dentro de cada região. Isto confirma a extrema necessidade de aprofundar o conhecimento das realidades agrárias específicas que caracterizam a geografia agrária brasileira, bem como revela a necessidade de incorporar de forma efetiva e ágil tais conhecimentos ao processo de planejamento das políticas públicas para o meio rural (GUANZIROLI et al, 2000, p. 7).

Tendo em vista o tamanho do território nacional, os acontecimentos históricos, mais a condensação dos estudos localizados, surgem diferentes denominações regionais a respeito dos grupos que vivem no campo. É por esse motivo que afirma-se que a agricultura não pode ser caracterizada como homogênea; ela aparece organizada sobre a superfície terrestre de formas diferenciadas. Enquanto, na atualidade, algumas áreas do território brasileiro encontram-se em estágio avançado de desenvolvimento agrícola, outras ainda mantêm formas tradicionais de produção. A vista disso, parte-se da diversidade espacial como a característica principal da realidade agrária do Brasil, pois fica evidente que se tem, historicamente, um modelo de agricultura diferenciado em geografias regionais.

Assim, promover um debate e reflexão sobre a organização da agricultura apresenta-se como vital, na medida em que este segmento agrega uma parcela significativa da população rural e é movido por uma lógica que ultrapassa as imposições do sistema capitalista que condicionam as relações da sociedade de forma mais geral.

Acresce que no ano de 1996, o Governo Fernando Henrique Cardoso, implementa o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, “voltado ao atendimento de produtores rurais com áreas não superior a quatro módulos fiscais e que

contratam até dois trabalhadores. Desde então tais produtores passaram a usufruir de tratamento diferenciado, tendo acesso ao crédito oficial em condições bastante favoráveis” (HESPANHOL, 2008a, p.383).

2.3 As particularidades das agriculturas familiares

Até aqui foi possível observar que os conceitos são dinâmicos e, muitas vezes, apresentam um caráter polissêmico, ou seja, possuem mais de um significado, se transformam com a realidade e assumem novos termos para expressar e comprovar as pesquisas. Em vista disso, uma característica relevante na compreensão das dinâmicas presentes na agricultura familiar é o fato de a família morar e viver na comunidade rural e participar das atividades socioeconômicas presentes nesse espaço. O caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio fundiário/terra, trabalho/família e produção/consumo, no interior das unidades produtivas, e que orienta uma lógica de funcionamento específica (WANDERLEY, 2009).

Tendo em vista as novas tendências dos estudos que tratam sobre a permanência da agricultura familiar em pesquisas localizadas, a noção desses atores sociais passa por uma reconceitualização, adaptando-se às circunstâncias históricas que são rapidamente transformadas. Primordialmente, nesta pesquisa busca-se compreender o conceito de agricultura familiar como categoria analítica em um pequeno município urbano industrial. Sob esta questão é válido lembrar de Carneiro (2008):

Não há uma estrutura mais *verdadeira* que a outra, trata-se de alternativas que irão orientar nosso olhar de maneira a enfatizar, ou a menosprezar, determinados aspectos da realidade. As classificações e as definições que surgem são frutos, portanto, de um determinado olhar e, como tal, são expressão de determinados interesses sobre o social, já que informam, normalmente, práticas políticas ou propostas de intervenção. Aceitar a relatividade ideológica de uma classificação tipológica ou de um modelo (entendido aqui também como conceito) não significa, porém, abolir o rigor teórico-metodológico, mas sim, atentar para os limites do conhecimento sobre a realidade (CARNEIRO, 2008, p. 255-256, grifos do autor).

Apoiados na importância social, econômica e política da agricultura familiar, existem autores¹⁸ que discutem a capacidade de adaptação desse segmento às novas realidades sociais

¹⁸ FONSECA, Ana Ivânia Alves; SILVA, Cássio Alexandre da; COSTA, Silvine Gasparino. (orgs.). **Estudos Agrários: o desenvolvimento de pesquisas no rural**. Montes Claros: Unimontes, 2015. ALVES, Flamarion Dutra; VALE, Ana Rute do. (orgs.). **Faces da Agricultura Familiar na Diversidade do Rural Brasileiro**. Curitiba: Appris, 2015.

e a sua permanência como forma de resistência aos ditames do capital. Afirma-se que a agricultura familiar é dotada de uma lógica específica, voltada para princípios internos da propriedade rural, para fazer frente à racionalidade do mercado. Em consonância com Mota, Schmitz e Freitas (2007) destacamos cinco vantagens ao se tratar de agricultura familiar:

1) é responsável pela maior diversificação dos sistemas de produção e da conservação da biodiversidade; 2) pode contribuir, assim, para um manejo adequado dos recursos naturais; 3) apresenta, em geral, maior produtividade em áreas menores; 4) valoriza a coexistência das diferenças culturais pela “personalidade” que cada estabelecimento tem; e 5) apresenta a possibilidade de maior proximidade entre consumidor e produtores na identificação da origem dos alimentos, uma das tendências em cursos nos novos padrões de consumo (MOTA; SCHMITZ; FREITAS, 2007, p.129).

Dessa forma, é a lógica do agricultor familiar em estabelecer estratégias de reprodução social e de sobrevivência, que explica o fato da permanência da produção familiar dentro dos padrões modernos de produção no interior da economia capitalista. Por exemplo, o agricultor procura produzir, então, produtos cujo caráter alternativo permitisse que fossem tanto consumidos quanto vendidos (PAULILO, 1990). É possível compreender por que esta produção não desaparece, ao contrário, se reproduz e permite a permanência desses atores como os responsáveis pela produção e abastecimento de alimentos dos centros urbanos. Como afirma Wanderley (2009)

Retomo aqui, a proposta teórica formulada por Hugues Lamarche (1993), segundo a qual os agricultores familiares são portadores de uma tradição, mas que devem adaptar-se às condições modernas de produzir e de viver em sociedade, uma vez que todos, de uma forma ou de outra, estão inseridos no mercado moderno e recebem a influência da chamada sociedade englobante (WANDERLEY, 2009, p. 189).

Paulilo (1990) destaca três elementos meritórios, a saber: relação de produção, participação no mercado e diversificação agrícola. Seriam, então, agricultores familiares, aqueles produtores que usam mão de obra predominantemente familiar, apresentam diversificação da produção e, o consumo alimentar da família venha, principalmente, da propriedade familiar.

No conjunto dos conceitos examinados anteriormente, ressaltam-se algumas características intrínsecas à produção familiar, destacamos que “o caráter familiar da “agricultura familiar” não se reduz somente ao “trabalho familiar” (CARNEIRO, 2008), e vão ao encontro dos elementos destacados por Chayanov (1974), Wanderley (1995; 2000) e Carneiro (2008), os quais podem ser resumidos em sete características:

- Predominância da organização produtiva familiar;
- Jornada de trabalho variando conforme as necessidades impostas pelas atividades agrícolas;

- Propriedade individual da terra sendo patrimônio da família, quando o agricultor detém totalmente a posse dos meios de produção;
- Relações de sociabilidade com a comunidade;
- Origem étnica e as tradições agrícolas herdadas dos antepassados;
- Produção para o autoconsumo e semiespecializada para o mercado e, por fim,
- A propriedade rural representa o lugar de morar, produzir e trabalhar.

Sob o mesmo prisma, outra marca da família é o seu coletivismo interno, expresso na organização e na divisão do trabalho, ou seja, cada família adapta sua capacidade de trabalho conforme as características de gênero e idade dos membros do grupo doméstico. Todos os membros da família participam das tarefas ligadas à produção agrícola, direcionando seus esforços para a formação de um patrimônio fundiário e de reprodução do capital produtivo. Wanderley (2000) afirma “(...) como percebido nos estudos clássicos, estas coletividades rurais são, aqui também, depositárias de uma cultura cuja reprodução é necessária para a dinamização técnico-econômica, ambiental e social do meio rural, ao mesmo tempo em que são portadoras de um sentimento de pertencimento a este espaço de vida” (WANDERLEY, 2000, p.30).

Sendo assim, a agricultura familiar não perdeu, ao longo do tempo e a despeito das transformações técnicas, a sua lógica familiar e, tampouco, deixou de ser uma importante forma social de produção e de trabalho, capaz de desenvolver interações importantes com outros atores sociais existentes no espaço rural e urbano. A complexidade dos processos de transformação pelos quais passa o mundo rural, como chama a atenção Wanderley (2009), exige que se discuta sobre o significado da agricultura familiar nesse novo contexto da integração da agricultura com a indústria, e do rural com o urbano. Diante disso:

Mesmo integrada ao mercado e respondendo às suas exigências, o fato de permanecer familiar não é anódino e tem como consequência o reconhecimento de que a lógica familiar, cuja origem está na tradição camponesa, não é abolida; ao contrário, ela permanece inspirando e orientando – em proporções e, sob formas distintas, naturalmente – as novas decisões que o agricultor deve tomar nos novos contextos a que está submetido. Esse agricultor familiar, de certa forma, permanece camponês (o camponês “adormecido” de que fala Jollivet), na medida em que a família continua sendo o objetivo principal que define as estratégias de produção e de reprodução e a instância imediata de decisão (WANDERLEY, 2003, p. 48).

Observam-se as características peculiares que explicam a existência, adaptação e permanência no contexto da atual agricultura, justificando a tendência de olhar a agricultura familiar em uma perspectiva teórica mais ampla, a título de exemplo, relacionado a atividades de caráter não agrícola. É necessário enfatizar que os agricultores são portadores da história de seus lugares de vida, de trabalho, bem como de suas estratégias produtivas. O agricultor não

está apenas escondido no passado ou em locais distantes. Às vezes, desempenha um papel discreto, mas também decisivo, em lugares altamente modernizados (VAN DER PLOEG, 2006).

É importante lembrar que em algumas pesquisas o olhar privilegia as dinâmicas econômicas e produtivas (sob a ótica capitalista das relações de mercado) pelo fato da agricultura ser um setor da economia, porém, nesta pesquisa não se privilegiou uma visão setorial, pois é o grupo familiar que assume a centralidade na organização da agricultura; é a família que sustenta as relações sociais diversificadas, por isso não pode ser observada de maneira isolada, deve ser analisada na sua totalidade. Carneiro (2008) chama atenção para as especificidades do grupo familiar:

(...) a família agrícola integra uma variedade de relações sociais que, geralmente, não são levadas em conta nas análises. Nestes termos, cabe chamar a atenção para a especificidade estruturante da unidade de produção familiar. Trata-se das interrelações entre os domínios do parentesco e os do trabalho. É desta inter-relação que resultam os princípios que orientam as relações sociais e que, ao serem identificados, permitem apreender a lógica de atuação dos indivíduos, seja na unidade familiar ou de produção (CARNEIRO, 2008, p. 258).

Assim, falar em agricultura familiar requer incorporar, analisar e entender a complexidade das relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais que definem essa categoria social. Nessa perspectiva, torna-se necessário redefinir também o universo de observação, privilegiando-se a família como unidade social e não apenas como unidade de produção (CARNEIRO, 2008).

A área de estudo está localizada em uma região urbano-industrial conhecida como quadrilátero açucareiro de São Paulo, área onde a densidade e intensidade da cultura canavieira têm maior importância no Brasil. Sabe-se que a plantação canavieira vem avançando nas áreas que antes eram destinadas a cultivos alimentícios, tal ação foi impulsionada pela política de produção de combustíveis implantada pelo Estado. Observa-se no espaço rural uma paisagem não diversa, consequência do predomínio da monocultura canavieira e da produção pecuária.

Diante dessa argumentação e, reconhecendo os limites de uma tipologia, é fundamental começar por pensar em critérios que se adaptem aos usos e classificações. Nessa situação, foram elaborados os seguintes parâmetros de análises que auxiliaram no seguinte questionamento: como é caracterizada a agricultura familiar em pequenos municípios urbano industriais, onde a agricultura não é a principal atividade econômica?

- Força de trabalho empregada na propriedade: familiar e/ou externo (trabalhador temporário permanente e/ou ajuda mútua);

- Local de trabalho dos membros da família;
- Origem da renda familiar;
- Tempo de moradia no campo;
- Ocupações agrícolas e não agrícolas;
- Produção para o autoconsumo, para o mercado e a alternatividade dos produtos entre os agricultores familiares (tipos de produtos);
- Processos de transformação e/ou integração com Agroindústria presentes nas propriedades;
- Nível tecnológico e de investimento da agricultura no interior das propriedades; e
- Uso e manejo da terra nas propriedades.

O papel dos parâmetros de análise é estabelecer um universo de representações nas quais a teoria, o ponto de vista do pesquisador e o objeto compreendem os procedimentos de análise (MENDES; PESSÔA, 2009). As análises correspondem às interpretações de cada pesquisador que busca, no âmbito da sua ciência, conhecer seu objeto de estudo e, através dos conceitos, compreender a realidade que o cerca. Na geografia, os conceitos são a base para entender as relações estabelecidas no espaço. Portanto, o melhor conjunto de ideias para auxiliar uma análise empírica é aquele que dê conta de explicar o conjunto de fatos selecionados pela observação, “e principalmente, seja capaz de legitimar-se como a melhor representação possível da realidade” (CARNEIRO, 1999, p. 326).

3 OS CAMINHOS PARA CONCRETIZAR A INVESTIGAÇÃO

A definição de método como um procedimento para chegar a realização do objetivo consolida-se com o surgimento da ciência moderna. A noção de universo orgânico, vivo e espiritual, que os estudiosos tinham nos séculos XVI e XVII, foi substituída pela noção do mundo como uma “máquina” e tornou-se a metáfora dominante na sociedade moderna. Essas importantes transformações no pensamento científico são consequências da Revolução Científica¹⁹, associada às novas descobertas nas áreas da Astronomia, Física e Matemática. René Descartes estabeleceu, no pensamento moderno, o método analítico, baseado na concepção da natureza como divisão da mente e da matéria, dois domínios independentes e separados, que consistem em analisar qualquer fenômeno complexo em etapas, para compreender o comportamento do todo a partir do estudo de suas partes (CAPRA, 1996).

A área rural do município de Ipeúna foi o recorte espacial escolhido para o desenvolvimento deste estudo. Assim, entendemos que as propriedades rurais são partes do sistema, uma vez que o comportamento do município representa o todo do sistema de análise.

Para um estudo ter caráter científico, a ciência como um todo está diretamente ligada à utilização do conceito de método de pesquisa, mas qual a definição de método? Sabe-se que ele auxilia o pesquisador a garantir a confirmação e a confiabilidade de sua investigação. Richardson et al. (2008) explicam a origem, evolução e definição do termo:

Método vem do grego *méthodos* (*meta* = além de, após de + *ódos* = caminho). Portanto, seguindo a sua origem, método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo, distinguindo-se assim, do conceito de **metodologia**, que deveria do grego *méthodos* (caminho para chegar a um objetivo) + *logos* (conhecimento). Assim, a metodologia são os procedimentos e regras utilizadas por determinado método (RICHARDSON et al, 2008, p.22).

Partindo para a ciência geográfica, devemos entender que o método de pesquisa precisa se ajustar com o fenômeno e não o fenômeno se ajustar com o método. O método é a maneira que obtemos os resultados, utilizando uma teoria para fundamentar a investigação. Do mesmo modo, existe uma distinção entre método e metodologia. As metodologias são guias, a priori, que programam as investigações (MENDES; PESSÔA, 2009).

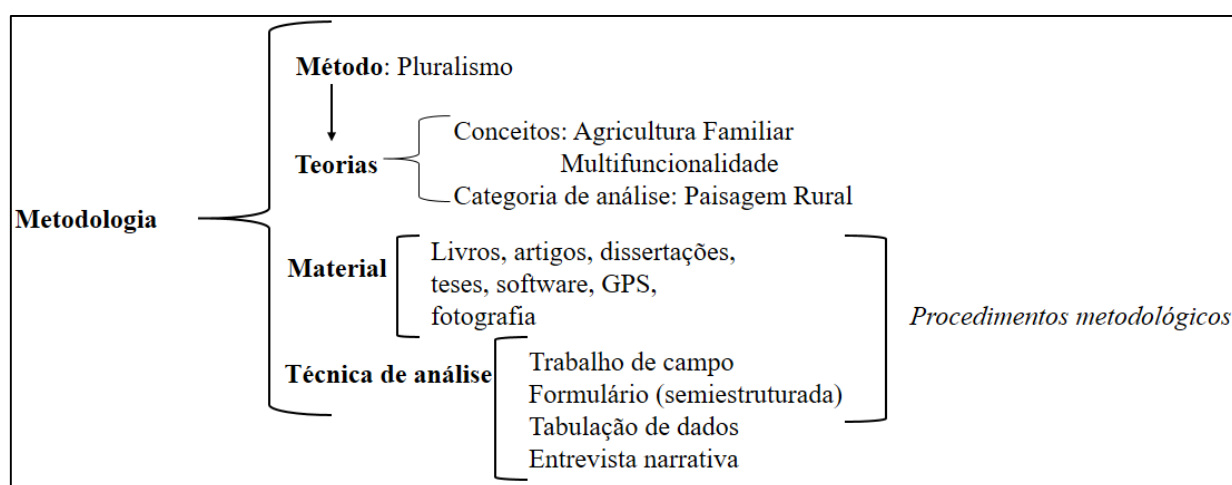
¹⁹ Os exemplos mais óbvios de revolução científica são aqueles episódios famosos do desenvolvimento científico que no passado foram rotulados como revolução sempre associado aos nomes de Copérnico, Newton e Einstein no que concerne à história das ciências físicas (KUHN, 2006).

Portanto, a metodologia da pesquisa consiste no planejamento e organização da estrutura do trabalho de cunho científico, fundamentada a partir de um problema de pesquisa até a obtenção dos resultados finais pretendidos pelo pesquisador. “Metodologia são regras estabelecidas para o método científico” (RICHARDSON et al, 2008, p. 22). Pode-se definir a metodologia como o processo que mostra os caminhos percorridos durante a investigação.

A questão da metodologia para o pesquisador é o ponto crucial para o desenvolvimento da pesquisa. As transformações que ocorreram na sociedade proporcionaram à Geografia uma aproximação com as outras ciências, que enfocavam suas temáticas de maneiras distintas, porém, sempre atreladas aos movimentos de transformação da sociedade. Após a década de 1990, houve uma diversidade de propostas de investigação. Alves (2010, p. 17) intitula de “pluralismo e ecletismo metodológico”, acresce que a revisão metodológica é uma das novas formas para explicar a realidade em mutação. O mesmo autor explica a classificação na subárea, geografia agrária “o início do século XXI apresenta uma diversidade de temáticas, teorias e técnicas que não nos permite uma classificação (quase) homogênea nos períodos anteriores da geografia agrária brasileira” (ALVES, 2010, p. 261).

Elaboramos um esquema (figura 2) para explanar o método, teorias, materiais e técnicas de análise que permearam esta investigação. Em tratando de uma pesquisa que visa conhecer a organização do espaço rural, utilizamos mais uma vez as palavras de Alves (2008), “[na] Geografia há uma dificuldade de obter um método para a análise da organização do espaço, dependendo do enfoque da pesquisa o uso de um pluralismo metodológico é uma alternativa para alcançar os objetivos propostos” (ALVES, 2008, p. 238).

Figura 2: Organização da estrutura metodológica

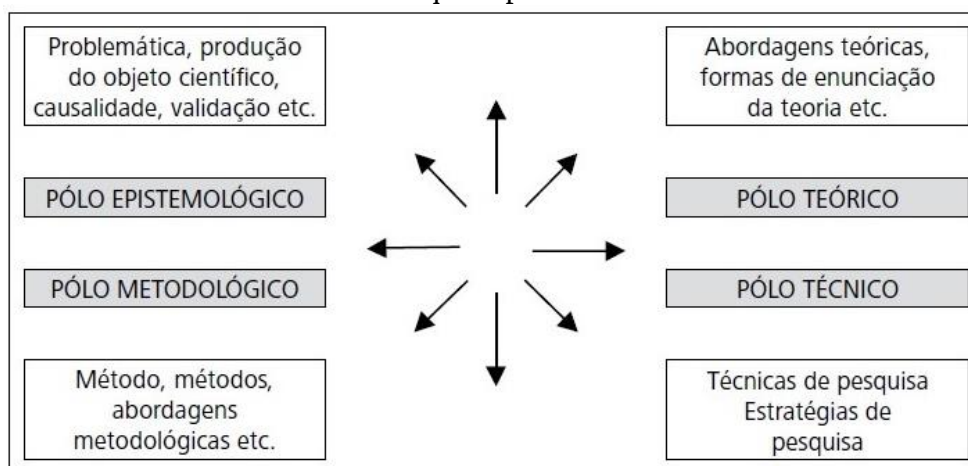


Fonte: Alves (2008, p. 230)
Elaborado pela autora (2017)

A organização da estrutura teórico-metodológica que guiou o estudo refere-se a um esquema metodológico quadripolar para análise da organização do espaço rural (Figura 3), baseado no esquema elaborado por Theóphilo e Iudícibus (2005), como segue:

[...] o polo epistemológico exerce uma função de vigilância crítica da pesquisa. Neles são discutidas questões como a explicitação das problemáticas de pesquisa e a produção do objeto científico; e considerados aspectos como as concepções de causalidade, validação etc. O polo teórico é o lugar da elaboração das linguagens científicas, determina o movimento de conceituação. Compreende aspectos como abordagens teóricas, posturas teóricas. O polo metodológico é a instância que inclui as estratégias ou as maneiras por meio das quais se busca a explicação para os fenômenos estudados. O polo técnico guia os procedimentos de coleta de dados que estão diretamente ligadas as escolhas práticas feitas pelos pesquisadores para permitir o encontro com os fatos empíricos (THEÓPHILO; IUDÍCIBUS, 2005, p. 149).

Figura 3: Esquema paradigmático para análise dos trabalhos: espaço metodológico quadripolar



Fonte: Theóphilo; Iudícibus (2005, p.149)

A figura 4 mostra o esquema quadripolar elaborado para a referente pesquisa. Assim, entendemos que o Polo Epistemológico será constituído pela paisagem²⁰ rural, ou seja, a materialização síntese de todos os elementos presentes na área rural, o objeto de estudo são as propriedades rurais. Nas ideias de Ferreira e Oliveira (2017):

(...) a paisagem rural estará diretamente ligada às transformações operadas pelo Homem através dos sistemas de uso do solo, agrícolas ou florestais. Com as mudanças desencadeadas nas áreas rurais, que deixaram de ser exclusivamente agrícolas em muitos espaços e passaram a sofrer a influência das cidades (FERREIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 75).

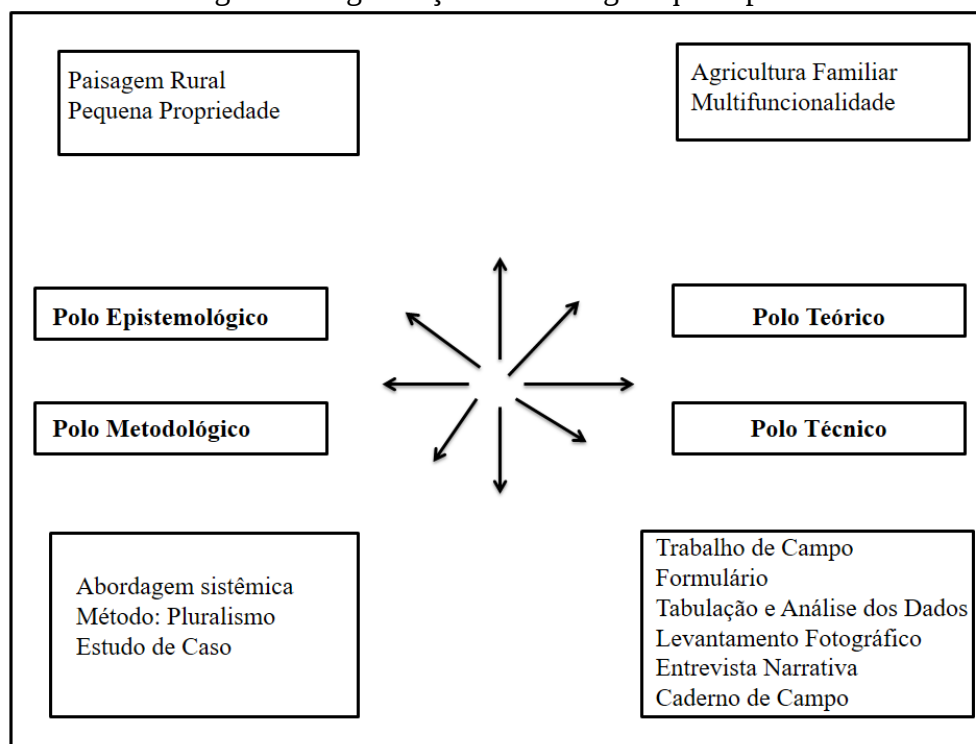
O Polo Teórico representa a agricultura familiar no qual o tripé terra-trabalho-família são categorias analíticas indissociáveis e a multifuncionalidade da paisagem como um conceito

²⁰ É uma forma e uma aparência, ela é a superfície visível, material dos lugares (SOUZA, 2013).

analítico é um atributo do espaço rural que está relacionada às estratégias de gestão, desenvolvimento e sustentabilidade. Em outras palavras é o espaço rural apresentando qualidades para que ele seja multifuncional. Desse modo, a multifuncionalidade da paisagem rural pode contribuir não apenas para o crescimento econômico, mas também manter e conservar seu patrimônio natural, arquitetônico, cultural e social das populações rurais.

O Polo Metodológico diz respeito à abordagem sistêmica, ao método pluralismo e ao estudo de caso para explicar a complexidade dos fenômenos que ocorrem no município de Ipeúna. E por último, mas não menos importante, é o Polo Técnico: trabalho de campo, aplicação de formulário, tabulação e análise dos dados, levantamento fotográfico, entrevista narrativa e anotações em caderno de campo tais procedimentos auxiliaram na investigação empírica.

Figura 4: Organização metodológica quadripolar



Fonte: Theóphilo; Iudícibus (2005)
Elaborado pela autora (2017)

O método que será usado nesta pesquisa é o pluralismo (bases neo-positivista e abordagem sistêmica). No Dicionário Básico de Filosofia, Japiassú; Marcondes (2006, p. 219) “(...) expõem o sentido do termo pluralismo como doutrina que afirma a existência de uma pluralidade ou multiplicidade de seres, indivíduos e autônomos, e que considera o real como múltiplo, irreduzível a uma substância ou princípio único, ou mesmo a dois ou mais princípios”. Alves (2008) complementa:

(...) o geógrafo tem a liberdade para selecionar seu aporte teórico-metodológico, bem como as técnicas e materiais mais apropriados para sua investigação. A utilização de apenas um método para uma complexidade diversa, como é o caso do espaço geográfico, não dá conta ou suporte para o geógrafo. Mas devido à resistência por parte de geógrafos em empregar dois ou mais métodos em uma pesquisa, algumas investigações deixam a desejar no que diz respeito à totalidade e a complexidade dos fenômenos. As técnicas que são meios para se chegar a um fim, devem estar de acordo com a fundamentação teórico-metodológica e por isso, a seleção de um método não contempla essa diversidade técnica e teórica tão vasta. Cabe ao geógrafo fazer sua escolha em relação ao método e técnica, pois a complexidade do espaço geográfico é profunda e deve ter cuidado para não cair em um reducionismo ou senso comum (ALVES, 2008, p. 239).

Por esse viés, entendemos que o espaço é composto de uma pluralidade de elementos, que, embora heterogêneos, podem ser interpretados como o resultado de uma multiplicidade de fatores ou concebidos como integrados. A utilização de um único método não contempla a diversidade de técnicas de pesquisa, as quais devem estar vis a vis à fundamentação teórico-metodológica.

A abordagem sistêmica foi, então, incorporada pela Geografia, para ser utilizada como instrumento conceitual que facilita tratar dos conjuntos complexos, como a organização espacial. A preocupação em focalizar as questões geográficas, sob a perspectiva sistêmica, representou a principal característica que favoreceu e dinamizou o desenvolvimento da Ciência Geográfica. No entanto, a aplicação da teoria dos sistemas aos estudos geográficos serviu para definir o objeto de estudo desta ciência, além de propiciar oportunidade para considerações críticas de muitos dos seus conceitos.

De fato, a abordagem sistêmica serviu, na Geografia, para uma melhor definição das suas pesquisas e com maior exatidão o seu objeto de estudo, permitindo também reconsiderações de seus conceitos e uma revitalização de várias subáreas da Geografia. A partir disso, os sistemas podem ser classificados com base em diferentes critérios ou elementos.

Na subárea disciplinar da Geografia Rural, a abordagem sistêmica também foi amplamente utilizada, principalmente entre os autores alinhados à Escola Teorético-Quantitativa. Pensar o espaço rural, para a Geografia, promoveu o desenvolvimento de várias técnicas, métodos e abordagem, entretanto, alcançou papel de destaque no contexto contemporâneo ao impulsionar o desenvolvimento da geografia científica do século XIX e início do século XX. As transformações que ocorreram na sociedade proporcionaram à Geografia uma aproximação com as outras ciências, que enfocavam suas temáticas de maneiras distintas, porém, sempre atrelado aos movimentos de transformação da sociedade. Diante do que foi exposto nesta seção e ao nos depararmos com “realidades cada vez mais dinâmicas e

complexas, se faz necessário aplicar instrumentos de análises que permitam abordar uma gama de aspectos, informações e suas inter-relações” (ALVES; SILVEIRA, 2008, p. 125).

3.1 O enfoque sistêmico aplicado à organização do espaço rural

A agricultura pode ser entendida como o resultado das atividades de cultivos e criações desenvolvidas por grupos humanos, com a aplicação de técnicas, sobre um determinado espaço. Na percepção de Mazoyer e Roudart (2010),

(...) as formas de agriculturas observáveis variam conforme o lugar, a tal ponto que de uma região do mundo a outra, podemos classificá-las em gêneros muito diferentes. Enfim, com o tempo, toda agricultura se transforma. Em dada região do mundo podem suceder-se espécies de agricultura completamente distintas, que constituem as etapas de uma ‘serie evolutiva’ característica da história dessa região (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 44).

José Alexandre Felizola Diniz (1986) adotou a abordagem sistêmica nos seus estudos, pensando a agricultura na forma de sistemas (subsistemas internos e subsistemas externos) para diagnosticar realidades rurais e entender as dinâmicas presentes na organização do espaço rural, através de tipologias. De acordo com Dambrós (2016),

(...) ficou estabelecido pela Comissão de Tipologia da Agricultura, que para a tipificação da agricultura, seria necessário apenas o levantamento dos elementos internos, porém, para realizar a explicação das causas do desenvolvimento de certos tipos haveria a necessidade de estudos sobre os elementos externos. Esta condição é apenas para efeitos de aplicabilidade, porém a análise não deve ser dissociada. O método de aplicação é multiescalar, ou seja, pode variar desde uma propriedade rural até a escala mundial; neste sentido, devem-se valorizar no primeiro caso as informações levantadas, principalmente, a partir de trabalhos de campo. Já no segundo será necessária a utilização de dados censitários/estatísticos (DAMBRÓS, 2016, p. 56-57).

Em somatória a isso, torna-se necessário delimitar as “fronteiras” do que é definido como um sistema nesta pesquisa. Considera-se que a propriedade rural pode ser entendida como um sistema básico de análise, entretanto, diverso e dotado de relações/interações, endógenas e exógenas, nas quais a terra, a família e a unidade de produção/trabalho/consumo constituem as partes centrais da investigação. Segundo Christofolletti (1979), um sistema pode ser caracterizado por:

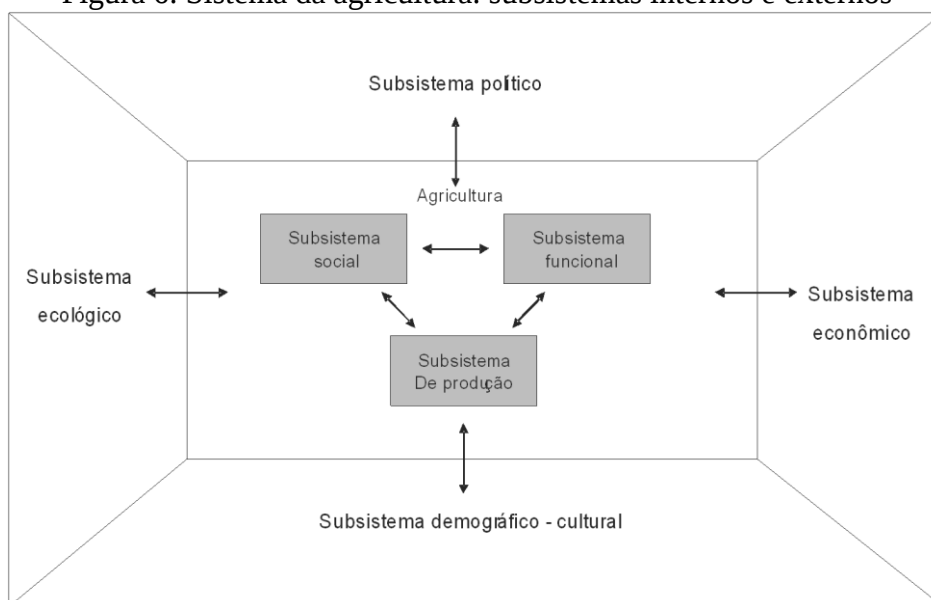
(...) seus elementos ou unidades; b) suas relações – os elementos dependem um dos outros, através de ligações que denunciam os fluxos; c) seus atributos – são as qualidades atribuídas a um sistema para que se possa dar-lhe características, tais como comprimento, área, volume, composição ou densidade dos fenômenos observados; d) entrada (*input*); e) saída (*output*) (CHRISTOFOLLETTI, 1979, p. 13, grifos do autor).

Diniz (1986) representa um momento específico que marcou a transição metodológica da Geografia Tradicional para a Geografia Teorética-Quantitativa. Antes de explicarmos mais

objetivo de elucidar e exaltar o direcionamento dos estudos agrários clássicos que se aproximam da abordagem sistêmica, além de mostrar a importância da construção teórica e valorizar o caráter pioneiro de um conhecimento produzido por geógrafos que, muitas vezes é, curiosamente, esquecido pelos pesquisadores contemporâneos.

O sistema da agricultura (figura 6), então, permite representar as transformações incessantes da agricultura de uma região, como uma sucessão de sistemas distintos constituídos de uma série de etapas históricas definidas. Esta teoria permite compreender, dentro de grandes linhas, a diversidade geográfica da agricultura em uma determinada época. Além de ser um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas encontradas no mundo (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Figura 6: Sistema da agricultura: subsistemas internos e externos



Fonte: DINIZ (1986, p. 58)

O sistema da agricultura é produto da história de uma sociedade rural, onde se formam as paisagens, a economia local, as relações de sociabilidade ligadas ao modo de ocupação do meio rural. Por isso, estudar a evolução dos sistemas da agricultura torna possível compreender o seu funcionamento atual e inferir sobre suas tendências no futuro, pois a análise do passado define o caminho para explicar o presente, reforçando à capacidade para prever o futuro. Sodré;

Salamoni (2016) contribuem quanto a emergência da utilização do conceito de sistema da agricultura: “é uma tentativa de representar teoricamente a agricultura como o produto das relações estabelecidas no interior desse território, bem como a forma como a população se relaciona com o exterior” (SODRÉ; SALAMONI, 2016, p. 317).

Cabe explicar que o sistema da agricultura é composto por uma divisão de três subsistemas internos e quatro subsistemas externos. Assim, podemos conceber a agricultura como um sistema formado por subsistemas internos “*para dentro da porteira*”: subsistema social, que permite a caracterização do agricultor, subsistema funcional ou técnico e subsistema de produção que engloba os mecanismos de transformação; e o terceiro é, essencialmente o *output* “*para fora da porteira*” e objetivo do sistema. Em torno da agricultura estão os quatro subsistemas externos: o econômico, o ecológico, o demográfico-cultural e o político, que fornecem as condições em que se desenvolvem os diferentes tipos de agricultura (DINIZ, 1986).

Diante disso, é necessário entender a configuração detalhada de cada subsistema, a saber: o subsistema social permite saber o tipo de propriedade, há diversas classificações de tipos de propriedade, de forma geral tem-se três grupos (propriedades individuais, propriedades cooperadas, e propriedades coletivas), esse deve ser o primeiro critério a ser analisado; quanto a estrutura física, deve ser observado se propriedade é formada por uma superfície contínua ou se é composta por várias partes não contínuas e caracterizar se o proprietário está ligado ao tipo de propriedade e pode ser especificado se é agricultor ou não. A categoria social de uma propriedade se define pelo estatuto social de sua mão de obra: se é familiar, assalariada ou cooperativa, pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso à terra e pela dimensão da propriedade (MAZOYER; ROUDART, 2010).

O subsistema de produção corresponde a três elementos. No primeiro a produtividade da terra e do trabalho referem-se ao rendimento obtido através da produção (quantidade) e a produtividade que se tem pelo trabalho; o segundo refere-se à orientação da agricultura, interessa saber se na propriedade existe só a lavoura, ou só pecuária, ou os dois, e o último, mas não menos importante, é o grau especialização da agricultura, está associada ao destino da comercialização dos produtos animais ou vegetais e do consumo interno da propriedade. Silva Neto e Basso (2005) explicam que o subsistema social e subsistema de produção estão em coexistência, assim:

O subsistema social e produtivo corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados. A categoria social dos agricultores é definida pelas suas relações de produção, de propriedade e de troca com os demais agentes que, direta ou

indiretamente, atuam na produção agropecuária. Assim, a categoria social à qual pertence um agricultor expressa, entre outras coisas, o seu acesso aos meios de produção disponíveis, assim como a repartição dos produtos gerados. É importante salientar que uma categoria social de agricultores é resultado de um processo de acumulação condicionado pelo acesso à terra e pela origem da mão-de-obra e do capital. Assim, a análise de uma categoria social é realizada pelo estudo de certo tipo de trajetória de acumulação, a qual delimita os sistemas de produção passíveis de serem por ela desenvolvidos em um dado ecossistema (SILVA NETO; BASSO, 2005, p. 19).

Quanto à composição e a finalidade dos subsistemas social e produtivo, apropriamo-nos da explicação de Mazoyer; Roudart (2010):

O sistema social e produtivo é composto de homens e mulheres (força de trabalho e conhecimento), meios inertes (instrumentos e equipamentos produtivos) e de matéria viva (plantas cultivadas e animais domésticos) que dispõe a população agrícola para desenvolver as atividades de renovação e de exploração da fertilidade do ecossistema cultivado, a fim de satisfazer direta (autoconsumo) ou indiretamente (por trocas) suas próprias necessidades (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 73).

No subsistema funcional ou técnico podem-se distinguir três elementos, como a utilização da terra que está dividida em três grupos que representam a sua organização: as terras de cultivo, as pastagens e as áreas de reflorestamento, porém, nessa categoria ressalta-se que também há utilização não agrícola; nas técnicas agrícolas, como o próprio nome já diz, é preciso que alguma técnica agrícola seja empregada, como por exemplo, rotação de cultivo com ou sem pousio, rotação de cultivo e pousio, rotação de cultivo e pastagens, rotação de terras etc. E a intensidade da agricultura designa-se a aplicação de capital e trabalho na terra. O conceito tradicional decorria da definição dos três fatores básicos da atividade agrícola terra-capital-trabalho e estabelecia que o predomínio dos fatores capital e trabalho criava uma agricultura intensiva, enquanto que a dominância do fator terra indicava uma agricultura extensiva. Diniz (1986) complementa “Os elementos técnicos estão relacionados entre si e também se ligam à fatos de ocupação, à apropriação da terra e às relações de trabalho, formando um conjunto identificado como *sistemas agrícolas* na bibliografia clássica” (DINIZ, 1986, p. 93, grifos do autor).

Em torno disso, estão quatro elementos que são os subsistemas externos: o econômico (o desenvolvimento dos mercados e a busca da especialização conduzem as zonas rurais a uma dependência cada vez maior dos centros urbanos, dos transportes, da infraestrutura industrial e do capital), o ecológico (relatividade e rigor das condições naturais, a distribuição do tempo de trabalho aplicado na elaboração de uma produção agrícola subordina-se a ciclos biológicos e climáticos, e as condições naturais impõem limites geográficos às diversas categorias de produção agrícola) é classificado por Diniz (1986) como o subsistema mais importante para a

agricultura, “ a agricultura não tem dependência exclusiva das condições climáticas” (DINIZ, 1986, p. 117).

O subsistema demográfico-cultural tem por objetivo identificar os padrões culturais e as tradições da população que vive no campo (englobam as tradições e os padrões de cultura das populações agrícolas, e indicadores demográficos puramente – taxa de masculinidade, composição etária, potencial migratório) e o subsistema político (este tipo de atuação procura disciplinar e corrigir as distorções de certos setores – política de controle e proteção dessa atividade), sendo que esses últimos fornecem as condições em que se desenvolvem os tipos de agricultura. Na percepção de Diniz (1986) “na maior parte do mundo, a agricultura sobrevive em decorrência de subsídios governamentais. São eles que permitem o barateamento da produção e a implantação de projetos agrícolas de maior envergadura. Esses subsídios geralmente se concretizam através dos juros baixos cobrados ao agricultor, mas também podem estar sob outras formas” (DINIZ, 1986, p.124).

Enfim, esse conjunto de subsistemas permite o estabelecimento de relações entre os elementos da organização social, produtiva e técnica da agricultura. Os elementos externos da agricultura têm papel decisivo para a atividade agrícola, agindo sobre os internos de forma a se construir um determinado tipo de agricultura. De certa forma, pode-se entender a relação entre os dois como uma constante adaptação da agricultura às condições externas. Por essa razão os elementos externos têm sido mais usados para explicar o seu comportamento, tanto em termos causais como temporais, sobretudo a localização da produção agrícola (DINIZ, 1986).

Para uma compreensão sistêmica das diferentes realidades agrárias, metodologicamente, o sistema da agricultura é um instrumento que permite ao pesquisador explicar a diversidade geográfica da agricultura em seu recorte espacial. Estudar a agricultura é um fenômeno complexo, logo, torna-se necessário criar um esquema de análise capaz de ordenar a tipologia. A tipificação permite uma explicação dos fenômenos da agricultura, em termos das relações entre os elementos e do seu dinamismo.

Dentro da organização do espaço comandada pelo setor agropecuário, as cidades representam apenas um foco administrativo e um ponto de intercâmbio de mercadorias e prestação de poucos serviços. A agricultura é, neste caso, o verdadeiro produtor de bens e riquezas. O desenvolvimento urbano industrial, assumindo características diferenciadas nos espaços díspares, condiciona a transformação da agricultura na direção de mudanças da sua base técnica (GERARDI, 1983).

Dentro do conjunto das propriedades rurais e para auxiliar a investigação empírica, vamos nos deter nas propriedades rurais de caráter familiar. Para complementar o esquema metodológico, escolhemos quatro eixos utilizados por Maria de Narareth Wanderley no desenvolvimento de pesquisas sobre agricultura familiar no Brasil. Assim, diante das mudanças de base técnica na agricultura, é importante analisar o grau de modernização (Figura 7) existente nas propriedades visitadas. Diante disso, apropriamo-nos das ideias de Wanderley (1995) com quatro variáveis que auxiliarão a alcançar os objetivos da pesquisa, a saber: área total das propriedades, indicadores tecnológicos, nível de investimento e as práticas de autoconsumo estabelecidas pelos agricultores. Como segue:

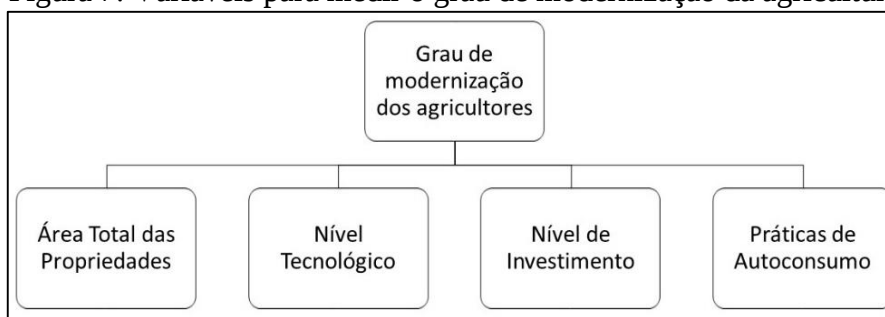
(...) para medir o grau de modernização atingido pelos agricultores pesquisados, selecionei, no banco de dados da pesquisa, algumas variáveis, estruturadas em torno de 4 eixos. Em primeiro lugar, os dados referentes à dimensão da área total dos estabelecimentos. Em segundo lugar, alguns indicadores do nível tecnológico. O grau de modernização foi analisado levando em conta duas variáveis: a proporção das atividades mecanizadas sobre o total das atividades efetuadas e a proporção dos equipamentos sobre o total dos equipamentos necessários às atividades efetuadas. O terceiro eixo das variáveis escolhidas diz respeito ao nível de investimentos realizados no estabelecimento. Neste caso, introduzi os dados sobre a proporção dos investimentos feitos em benfeitorias e equipamentos sobre o total dos investimentos efetuados desde a instalação do atual chefe. Finalmente, acrescentei dois indicadores referentes às práticas de autoconsumo: a proporção dos produtos cultivados que contribuem para o autoconsumo; a proporção das compras de alimentos sobre as necessidades alimentares da família (WANDERLEY, 1995 p. 38-39).

O nível de investimentos é em benfeitorias e equipamentos sobre o total dos investimentos efetuados desde a instalação, ou seja, refere-se a investigar qual a prioridade de aplicação do agricultor, se, por exemplo, é a compra de mais terras ou aquisição de maquinários. Nível tecnológico diz respeito aos equipamentos necessários para auxiliar na produção. Wanderley (1995) esclarece a respeito do nível de investimento: “considerando apenas os investimentos diretamente produtivos, correspondentes à construção de benfeitorias e à aquisição de material e equipamentos, verificamos que eles representam uma pequena proporção dos investimentos totais realizados. Além disso, é importante também registrar que é muito expressiva a parcela dos que não declaram investimentos” (WANDERLEY, 1995, p.39).

As práticas de autoconsumo são a proporção dos produtos cultivados que contribuem para o autoconsumo e também, a frequência das compras de alimentos sobre as necessidades da família, por exemplo, a frequência que se vai ao supermercado. Entendemos que as práticas de autoconsumo não geram rendimentos monetários diretos ao agricultor, porém elas representam uma economia de renda para o homem que vive no campo, pois evita gasto com a

compra de alimentos no mercado. Assim, o autoconsumo é visto por Grisa (2007), Schneider (2001; 2006), Wanderley (1995; 2000; 2003), Van der Ploeg (2009; 2016), como uma estratégia de diversificação dos modos de vida, contribuindo então, para ampliar as estratégias sobre ao qual está assentada a reprodução social. Grisa (2007, p.19) afirma que “ademais, outras características/funções da produção para o consumo familiar relaciona-se com a autonomia”. Em seu estudo Wanderley (1995) observa que dos 65% dos agricultores que participaram da pesquisa “só adquirem no mercado o equivalente a, no máximo, um quarto de suas necessidades alimentares, obtendo, por conseguinte o restante, da própria produção da propriedade” (WANDERLEY, 1995, p.43).

Figura 7: Variáveis para medir o grau de modernização da agricultura



Fonte: Wanderley (1995)
Elaborado pela autora, 2017.

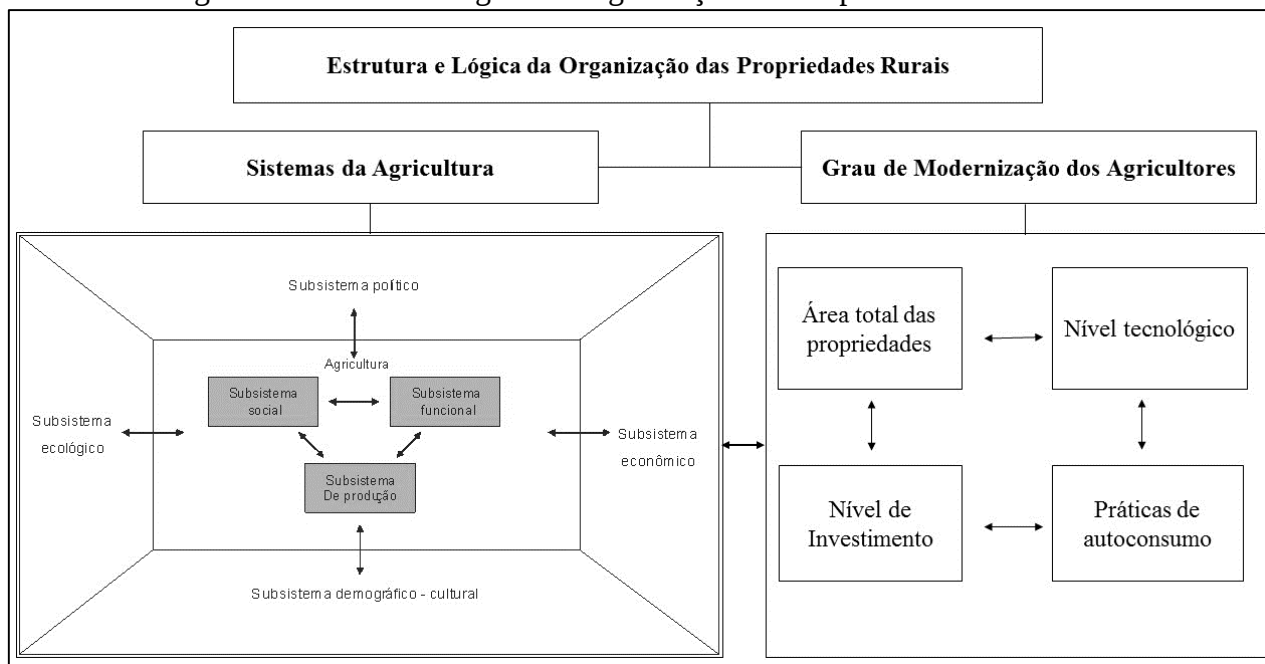
Pelo fato da área de estudo localizar-se em uma região urbano-industrial, acreditamos que analisar os quatro elementos sugeridos por Wanderley (1995) são importantes para observar se nas propriedades visitadas o envolvimento com o mercado é significativo ou não.

Diante do que foi apresentado sobre o Sistema da Agricultura e o Grau de Modernização dos agricultores, elaboramos um esquema para conseguir entender a estrutura e a lógica de organização das propriedades rurais, uma vez que a diversidade nas atividades (sejam elas agrícolas ou não agrícolas) é uma estratégia frequentemente adotada pelos agricultores brasileiros, tão importante que já se consolidou como uma das suas principais características. “O esforço de diversificação, não só ampliar o leque de produtos comerciáveis, mas igualmente garantir o autoconsumo” (WANDERLEY, 1995, p, 42).

O esquema metodológico apresentado busca compreender a organização das propriedades rurais em diferentes realidades agrárias. Com a utilização desta metodologia será possível caracterizar a organização do espaço rural. Assim, o levantamento de dados de campo compreendeu a elaboração, teste e aplicação de formulários (baseado em um roteiro semiestruturado) junto aos produtores rurais. O roteiro foi organizado segundo a divisão do

Sistema da Agricultura e Grau de Modernização dos agricultores, tendo como foco apresentar a estrutura e lógica da organização das propriedades rurais (figura 8).

Figura 8: Estrutura e Lógica da Organização das Propriedades Rurais



Adaptado de Diniz (1986) e Wanderley (1995)

Elaborado pela autora, 2017.

Em virtude deste estudo fazer parte de uma pesquisa maior intitulada “A Organização do Espaço Agrário do Município de Ipeúna-SP: informação como base do conhecimento para políticas públicas de desenvolvimento rural²²” e de um convênio entre o CEAPLA - UNESP e NEA/DEGEO/IGCE/UNESP-Rio Claro e a Prefeitura de Municipal de Ipeúna, a maneira escolhida para a realização das abordagens, juntos aos proprietários e moradores da zona rural do município, a aplicação de um formulário constituído de 98 questões (Apêndice B), o qual foi utilizado anteriormente em pesquisas do NEA, que visa o conhecimento sobre as esferas sociais, econômicas, culturais e naturais existentes dentro das propriedades. Segue o quadro 1 que apresenta as questões as quais foram selecionadas para esta pesquisa de doutoramento visando alcançar os objetivos propostos.

²² Coordenado pela Prof^a Dr^a Darlene A. de Oliveira Ferreira

Quadro 1: Questões selecionadas a partir do formulário

Estrutura e Lógica da Organização das Propriedades Rurais		
Sistema da Agricultura		
Elementos do Sistema	Questões norteadoras	Questões do formulário
Subsistema Social	Quem é o produtor?	Situação do entrevistado Há quanto tempo a propriedade pertence à família Qual a principal atividade do proprietário Quem reside na propriedade A propriedade é dirigida por A propriedade é explorada Quantos hectares (alqueires) são explorados pela família Quem explora o restante Caráter da mão de obra utilizada na propriedade Por quantas pessoas a família que trabalha na propriedade é composta.
Subsistema de Produção	Quanto é produzido? O que é produzido? Para quem é produzido?	Há o processamento, ainda que artesanalmente, de algum produto na propriedade Área cultivada, total da produção, destino da produção agrícola e pecuária Das atividades desenvolvidas na propriedade o que é tarefa de homem e da mulher
Subsistema Técnico	Como produz?	Na propriedade se utiliza sementes, adubos e corretivos na lavoura Práticas/Técnicas/manejo da produção O produtor rural conta com Assistência técnica
Subsistema Econômico	Qual o custo da produção? Qual a rentabilidade/Renda/Salário? Qual o destino da produção?	As atividades desenvolvidas na propriedade são de tipo Das atividades anteriores, qual é a atividade principal e que gera mais renda Há quanto tempo se dedica a principal atividade O total da renda mensal é de (SM a partir de 01/01/2017 – R\$ 937,00) Valor da produção agrícola e pecuária Tem algum membro da família que recebe aposentadoria
Subsistema Ecológico	Quais recursos hídricos existem na propriedade?	Recursos hídricos - Na propriedade há
Subsistema Demográfico-cultural	Indicadores demográficos (população total, crianças). Presença de tradições agrícolas?	Sexo Nº de pessoas da família por idade e atividade praticada Grau de escolaridade dos membros da família
Subsistema Político	Participa de sindicato e/ou cooperativas?	Você acompanha regularmente o noticiário sobre o meio rural Você é associado a sindicato, clube, Cooperativa/Associação e/ou partido político

		Você considera importante que os proprietários/trabalhadores rurais estejam organizados em associações ou cooperativas para obter benefícios na compra de insumos e maquinários, assistência técnica, comercialização da produção, etc.
Grau de Modernização dos Agricultores		
Área total das propriedades	Qual o tamanho da propriedade? Qual a forma de aquisição da Propriedade?	Tamanho da propriedade em hectares ou alqueires A propriedade foi obtida por O tamanho da propriedade é, hoje, suficiente para a manutenção/sustento da família
Nível tecnológico	Quais equipamentos possui?	A propriedade possui equipamentos Em caso de não possuir nenhum desses equipamentos o produtor
Nível de investimento	Acesso ao crédito rural?	O produtor rural conta com Financiamento Em sua opinião, o que é necessário para ter sucesso na agricultura Em sua opinião, qual é a função da agricultura/agricultor na sociedade hoje? Em sua opinião, qual o problema em se residir no campo hoje? Em uma situação de lucratividade (sobra de dinheiro) qual seria sua prioridade de investimento? Em que situação venderia suas terras?
Práticas de autoconsumo	Quais práticas e para quais produtos?	Destino da produção Quantas vezes a família vai ao supermercado A família costuma frequentar feiras para comprar alimentos Que tipos de produtos compra no supermercado/feira

Fonte: Diniz (1986) e Wanderley (1995)

Elaborado pela autora, 2017.

3.2 O planejamento da investigação

Foi importante conhecer previamente o município no qual realizou-se a pesquisa, a fim de obter informações sobre sua composição, suas formas e cores são características primordiais da Geografia. Para tanto, durante a exploração desse espaço é necessário um olhar atento para perceber as peculiaridades existentes. Numa mesma linha, pode-se dizer que “o contato pessoal com a área que será estudada é sempre recomendável, pois um trabalho totalmente num plano abstrato poderá conduzir a uma visão distorcida do mundo real e uma dissociação total dos problemas de produção, das questões sociais, enfim da vida rural” (DINIZ, 1986, p.31). Apresenta-se algumas etapas que auxiliaram no planejamento e execução desta investigação.

Quadro 2: Planejamento da pesquisa

Etapas	Atividade
1ª Etapa	Levantamento de pesquisas realizadas na área de estudo, levantamento de dados secundários no banco de dados do LUPA/CATI e elaboração do formulário
2ª Etapa	Entrevista com o Sr. I. P - Pesquisa Organização Agrária e Resgate Histórico da Ocupação do Município de Ipeúna
3ª Etapa	Visita ao Perímetro Urbano de Ipeúna
4ª Etapa	Aplicação teste do formulário e adaptação de algumas questões
5ª Etapa	Visita a biblioteca pública municipal de Ipeúna e Divisão do Município em quadrantes
6ª Etapa	Escolha dos dias de visita às propriedades e Coleta de dados
7ª Etapa	Tabulação e análise dos dados preliminares referentes ao Assentamento Horto de Camaquã
8ª Etapa	Retorno a Coleta de Dados
9ª Etapa	Tabulação e análise dos dados das propriedades rurais e inserção das informações coletadas
10ª Etapa	Análise dos dados coletados no Município

Elaborado pela autora, 2018.

Como mostra o quadro 2, a 1ª (primeira) etapa constou no levantamento de algumas pesquisas já realizadas na área de estudo, levantamento de dados secundários no banco de dados do LUPA/CATI, e a elaboração preliminar do formulário (semiestruturado). A 2ª (segunda) etapa, realização de uma entrevista narrativa com o Sr. I. P²³. O objetivo da entrevista era retomar aspectos da organização agrária e resgate histórico da ocupação do município de Ipeúna (Apêndice C). Elaboramos as seguintes questões:

- A qual família a pessoa entrevistada pertence?
- Quando a família do entrevistado chegou ao município?
- O que o Senhor se lembra de ouvir sobre os primeiros tempos de Ipeúna?

²³ Por motivos éticos a identidade do entrevistado foi preservada. Sua escolha deu-se por ser um antigo morador do município e detentor valiosas informações acerca dos principais acontecimentos em Ipeúna nas últimas décadas.

- Existem bairros rurais em Ipeúna?
- Quais eram as famílias tradicionais município/ bairro rural?
- Sabe contar alguma história referente às fazendas: Fazenda da Invernada, Fazenda Serra D'água e outras?
- Estava presente durante o processo de emancipação do município? Como foi?
- Como era organizado o centro do município (em relação a paisagem e alguns pontos que marcaram a memória)?
- Os tipos de cultivos agrícolas existentes na época e também as festas realizadas na área urbana ou área rural.
- Se existem festas tradicionais em algum bairro rural? (se existir bairro rural)
- O que o Senhor pensa sobre o município de Ipeúna hoje?

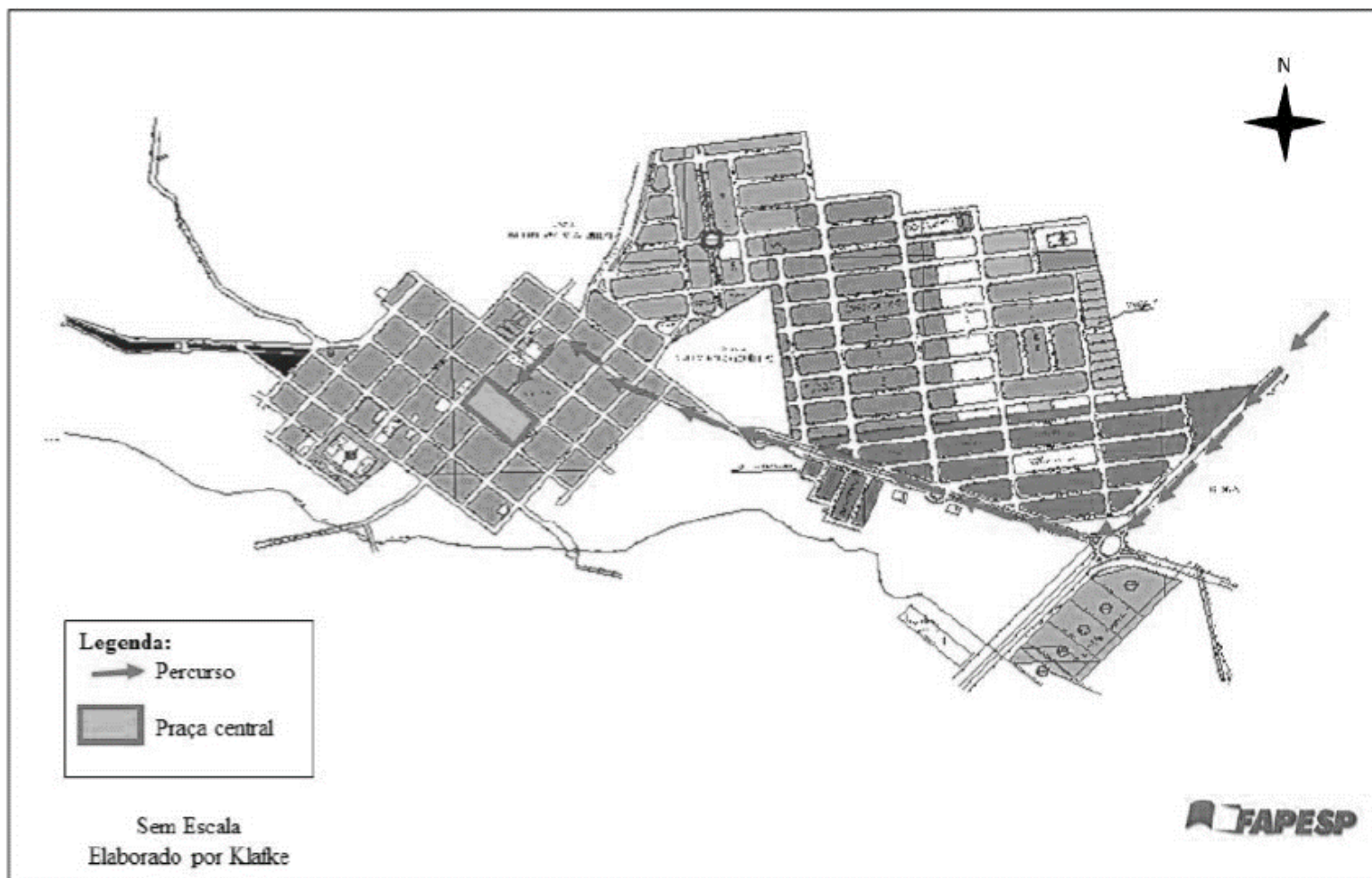
A 3ª (terceira) etapa, consistiu na visita a área urbana. Com o auxílio de um croqui (figura 9) observamos suas construções, os bairros, os espaços novos e os antigos, verificamos a localização dos pontos comerciais, praças, escolas e as ruralidades presentes. A 4ª (quarta) etapa, foi a aplicação teste do formulário em 6 propriedades rurais. Além disso, registramos a localização geográfica (GPS Garmin eTrex Touch 25.), essas propriedades são próximas ao perímetro urbano, logo após, fizemos a adaptação de algumas perguntas.

A 5ª (quinta) etapa foi a visita à “Biblioteca Pública Municipal de Ipeúna”, para averiguar se existiam mais materiais sobre a história do município, para complementar os relatos da formação de Ipeúna e fotografias antigas; também dividimos o território municipal em quatro quadrantes (Figura 10). Essa estratégia teve por finalidade auxiliar o direcionamento da coleta dos dados. A 6ª (sexta) etapa foi o planejamento dos dias de visita às propriedades e a realização do trabalho de campo, que iniciou -se pelo Assentamento Horto de Camaquã em abril de 2017. A 7ª (sétima) etapa consistiu na tabulação e análise dos dados preliminares referentes ao Assentamento. A 8ª Etapa, foi o retorno a Coleta de dados no Município. A 9ª Etapa consistiu na tabulação e análise dos dados das propriedades rurais e inserção das informações coletadas durante o ano de 2017 e 2018. E Por fim, a última etapa foi a análise e interpretação dos dados coletados.

No período de abril de 2017 até maio de 2018 foi percorrida um total de 254 propriedades rurais, porém, em 69 destas ocorreram duas situações: não conseguiu-se localizar alguns proprietários por diferentes motivos (como por exemplo residirem em outros municípios distantes de Ipeúna), ou também as propriedades estavam com aspecto de propriedades

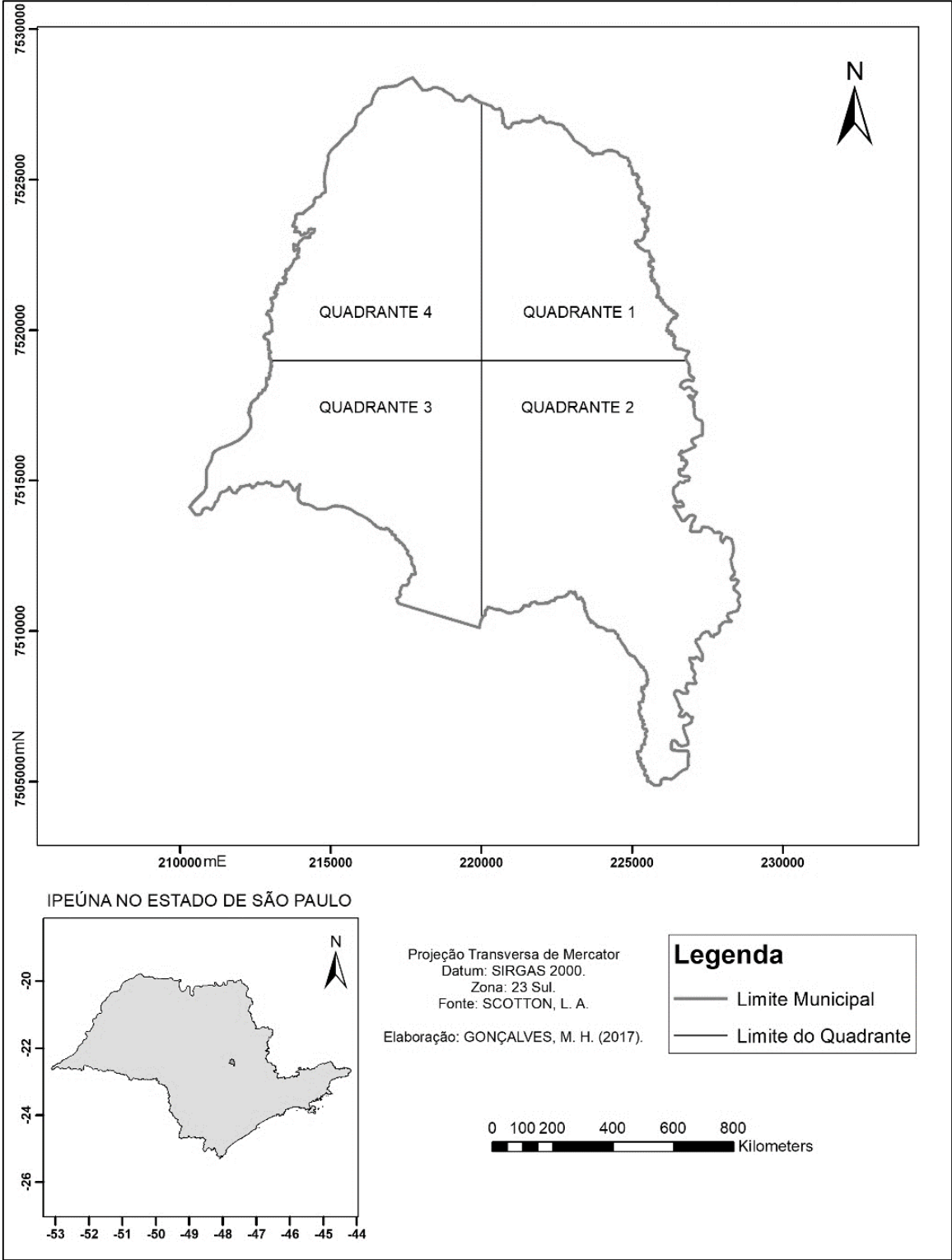
abandonadas. Diante deste cenário, foram tabulados os dados de 185 propriedades rurais, que deram conta de mostrar a organização do espaço rural correspondentes ao município de Ipeúna/SP.

Figura 9: Croqui percurso urbano, Ipeúna/SP



Fonte: Klafke, 2015.

Figura 10: Divisão em quadrantes do Município



4 ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO MUNICÍPIO DE IPEÚNA/SP

Nesta seção serão apresentadas informações que evidenciam aspectos físicos, históricos e uma breve caracterização do município de Ipeúna. A análise e a interpretação das informações secundárias possibilitam conhecer como se apresentam a vegetação, rede de drenagem (principais rios), bem como as áreas de Preservação Ambiental - “APA Corumbataí – Perímetro Corumbataí” e “APA Piracicaba/Juqueri Mirim” e destacar as peculiaridades físico-ambientais do município.

4.1 Caracterização Físico Ambiental

O Município de Ipeúna está localizado nos paralelos 22° 19’ e 22° 32’ S e os meridianos 47° 38’ e 47° 47’ W na região da *cuesta*²⁴ no interior paulista a 198 km de São Paulo (MACHADO, 2004). O principal rio é o Passa Cinco, pertencente à Bacia do Rio Corumbataí²⁵ (Figura 11) e de acordo com Garcia (2011),

(...) está localizado na primeira zona hidrográfica do Estado de São Paulo, abrangendo a parte superior do Rio Tietê, desde suas cabeceiras até a Barragem de Barra Bonita, num percurso de 592 km. Esta zona drena 32.710 km², compreendendo dez bacias hidrográficas e a bacia hidrográfica do Rio Piracicaba integra o sistema Tietê-Paraná sendo composta das bacias do Rio Jaguari (4.339 km²), do Rio Corumbataí (1.710 km²) e do Rio Atibaia (1.030 km²). A bacia do Rio Corumbataí é um exemplo de bacia hidrográfica desenvolvida a partir do Cenozóico, com cabeceiras nas *cuestas* da Serra Geral, em litologias típicas da bacia sedimentar do Paraná. A altimetria varia entre 1058 m na Serra do Cuscuzeiro, próximo da cidade de Analândia e 470 m na desembocadura do Rio Piracicaba, na cidade de Piracicaba (GARCIA, 2011, p. 3).

Ipeúna apresenta aspectos naturais para a composição do que podemos chamar de paisagem natural diretamente relacionada à conservação do relevo de *cuestas*. A composição geológica do município apresenta sedimentos de diferentes eras geológicas e diferentes formações (ZAINÉ; PERINOTTO, 1996).

No vale do Rio Passa Cinco é possível encontrar afloradas rochas da Era Paleozóica, da Formação Tatuí e Grupo Itararé, que possuem idade de aproximadamente 570-225 milhões de

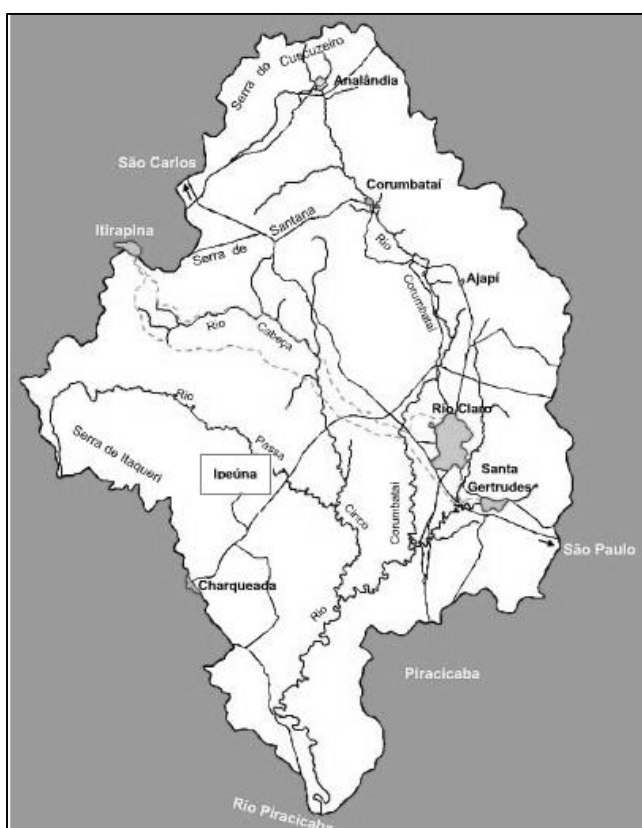
²⁴ As *cuestas* são definidas como uma forma de relevo dissimétrico, composta por uma vertente em declive íngreme de um lado e uma rampa em declive suave no reverso, decorrente da erosão diferencial das rochas. A região da Serra de São Pedro/SP, área de ocorrência de basaltos jurô-cretáceo (topo da escarpa) e arenitos eólicos (escarpa e glaciis) do Triássico ao Cretáceo Médio, consiste em uma das zonas mais típicas das *cuestas* na Bacia do Paraná (PINHEIRO, 2014).

²⁵ A Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí, vem sendo estudada nos últimos 40 anos pelo Campus da UNESP em Rio Claro-SP, constituindo-se num verdadeiro laboratório ambiental para pesquisadores e alunos dos institutos de Geociências e Biociências. Mais recentemente, ao se tornar a única fonte de abastecimento de água para a cidade de Piracicaba, pesquisadores daquela cidade passaram também a dar mais atenção à área. Ver mais em: <http://ceapla2.rc.unesp.br/atlas/apresentacao.php>

anos. A atividade de mineração de calcário, presente até hoje no município, se dá pela existência da Formação Irati, com idade de aproximadamente 250 milhões de anos. Outros afloramentos encontrados pertencem à Era Mesozóica (225-65 milhões de anos), pela Formação Pirambóia, composta por arenitos amarelados, esbranquiçados e avermelhados, argilitos e siltitos; Formação Serra Geral composta por basaltos e rochas intrusivas no leito do rio Passa Cinco, e Grupo Bauru, basicamente formado por arenitos que afloram na Serra de Itaqueri (ZAINE; PERINOTTO, 1996).

Inserido na Bacia do Corumbataí, Ipeúna apresenta uma geomorfologia presente no que se denomina Depressão Periférica Paulista, composta por altitudes que chegam aos 1.000m, colinas e estruturas resistentes e uma drenagem padrão dendrítico. Em Ipeúna, é possível encontrar alguns morros residuais (Morro do Bizigueli, Morro da Guarita e Morro do Baú), o que caracteriza um potencial turístico importante para o desenvolvimento de outras possibilidades econômicas para a região.

Figura 11: Bacia do Rio Corumbataí



Fonte: Garcia (2011)

Outra característica importante da região é a presença de Unidades de Conservação, prevista em lei desde 1986. Segundo a Fundação Florestal do Estado de São Paulo, as Unidades de Conservação “constituem espaços territoriais e marinhos detentores de atributos naturais

e/ou culturais, de especial relevância para a conservação e uso sustentável de seus recursos, desempenhando um papel altamente significativo para a manutenção da diversidade biológica” (SÃO PAULO, 1986).

As Unidades compõem, portanto, importante espaço voltado para a regulação da biota local, conservação de espaços naturais e não naturais, mas que sejam de importância cultural e/ou histórica como os parques e sítios arqueológicos, geológicos e históricos. Essas porções podem ser Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. Diante dessa denominação, Ipeúna está inserida em duas Áreas de Preservação Ambiental - APAs²⁶, denominadas “APA Corumbataí – Perímetro Corumbataí” e “APA Piracicaba/Juqueri Mirim – Área I”. As Unidades de Conservação do tipo APA permitem o uso sustentável de seus recursos.

A APA Corumbataí – Perímetro Corumbataí foi criada em 1983 por um Decreto Estadual, para cumprir a função de proteção e conservação do relevo de *cuestas*, um importante divisor de águas, com beleza cênica única e que possui uma alta fragilidade ambiental (ZAINE; PERINOTTO, 1996). A área indicada para a APA Corumbataí passa pelos municípios de Ipeúna, Rio Claro, Itirapina, Analândia, Charqueada e Corumbataí. Já a criação da APA Piracicaba/Juqueri Mirim – Área I foi criada pelo Decreto Estadual de 1987, com a finalidade de proteger as áreas e afluentes pertencentes ao alto curso da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba; chegando a se sobrepor à APA Corumbataí, anteriormente citada. Envolvem os municípios de Ipeúna, Rio Claro, Analândia, Corumbataí e Itirapina. Segundo Zaine; Perinotto (1996) “o objetivo da proteção ambiental é o de promover a manutenção da quantidade e da qualidade da água para o abastecimento público dos núcleos urbanos situados nesse trecho da bacia [...]” (ZAINE; PERINOTTO, 1996).

Diante dessas peculiaridades ambientais, o município possui um potencial turístico, possibilitado pelas condições físicas, decorrentes dos patrimônios naturais presentes na região. Os atrativos são de ordem natural, exigindo, ao menos, políticas de conservação desses recursos e políticas que permitam a criação de uma estrutura turística adequada, tanto para os trabalhadores como para os turistas.

²⁶ O artigo 1 da resolução de 1988, do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, explica a função da APA: “As Áreas de Proteção Ambiental-APA’s são unidades de conservação, destinadas a proteger e conservar a qualidade ambiental e os sistemas naturais ali existentes, visando a melhoria da qualidade de vida da população local e também objetivando a proteção dos ecossistemas regionais (CONAMA nº 10/1988).

Em relação ao relevo da região, em Ipeúna encontramos dois morros: “Morro do Bizigueli” e “Morro da Guarita”, assim, ambos são denominados de testemunhos, pois “[...] são remanescentes do relevo de *cuestas* da evolução morfológica da região” (ZAINÉ; PERINOTTO, 1996, p. 33). Essas áreas guardam elementos da biota que anteriormente existiu e guardam grande potencial hídrico, como pode ser observado na Figura 12, com a rede de drenagem com os principais rios (Rio Cabeça, Rio Passa Cinco e Ribeirão da Água Vermelha), por possuírem várias nascentes e córregos importantes, principalmente, para recarregar o aquífero Botucatu - Piramboia (localizado no oeste paulista), sendo essa uma das justificativas para a criação e importância da APA Corumbataí (ZAINÉ, PERINOTTO, 1996, p. 35).

Além disso, com o intuito de conseguir verificar as sedes das propriedades rurais que possam conter áreas de vegetação permanente (APP) produzimos um mapa com a distribuição espacial da vegetação e o sistema de drenagem do Município (Figura 13). Pode-se observar que a porção norte concentra grande disponibilidade de nascentes, enquanto na porção sul do município temos o encontro dos três principais rios: o Passa Cinco, o Rio Cabeça e o Ribeirão da Água Vermelha. O encontro destes corpos hídricos mostra-nos uma relevante disponibilidade hídrica e nessa parte que encontramos uma paisagem não diversa, ou seja, a concentração da produção canavieira do município.

Figura 12: Mapa da rede de drenagem do município de Ipeúna/SP.

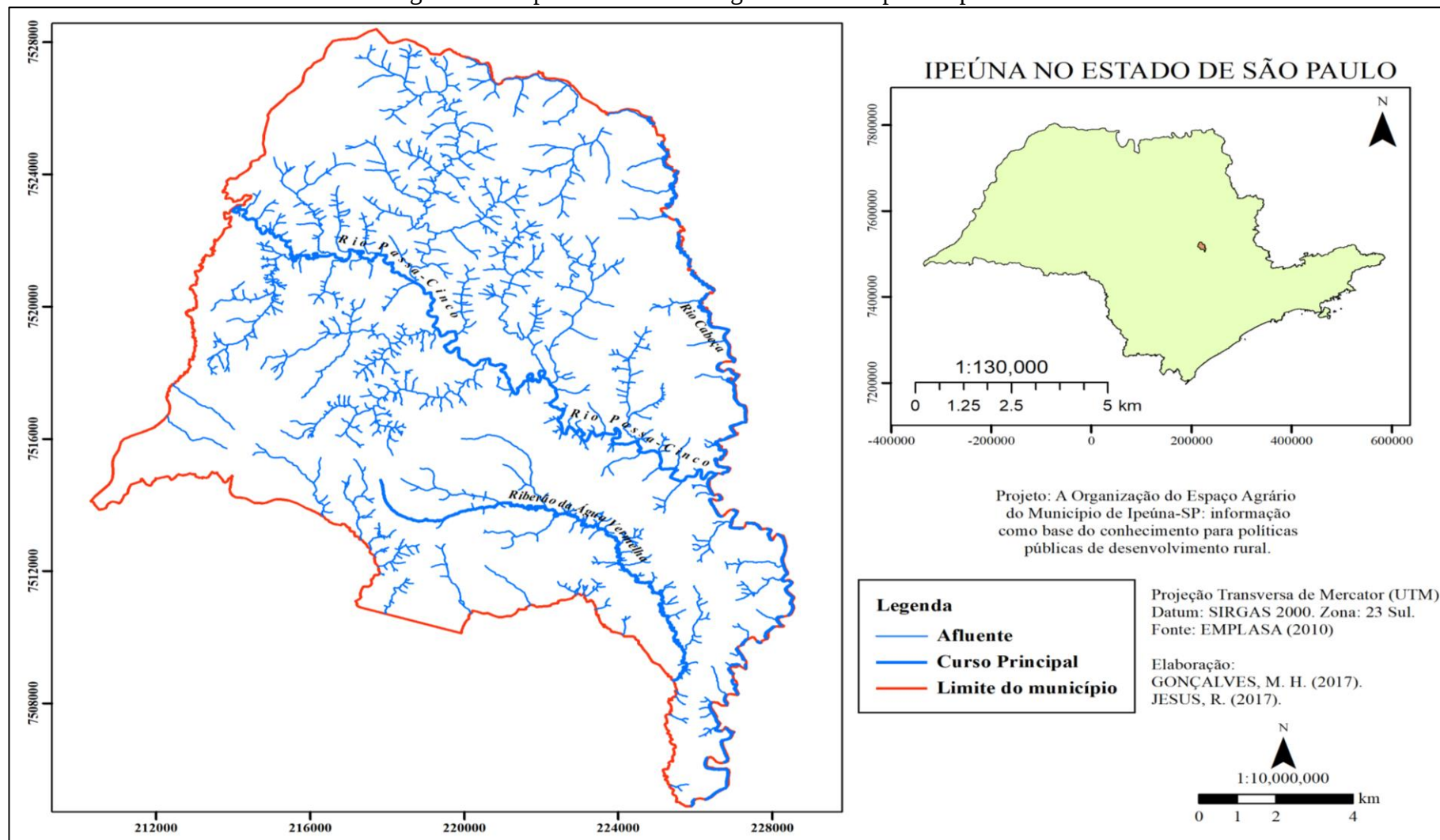


Figura 13: Mapa de vegetação e rede de drenagem do município de Ipeúna /SP.

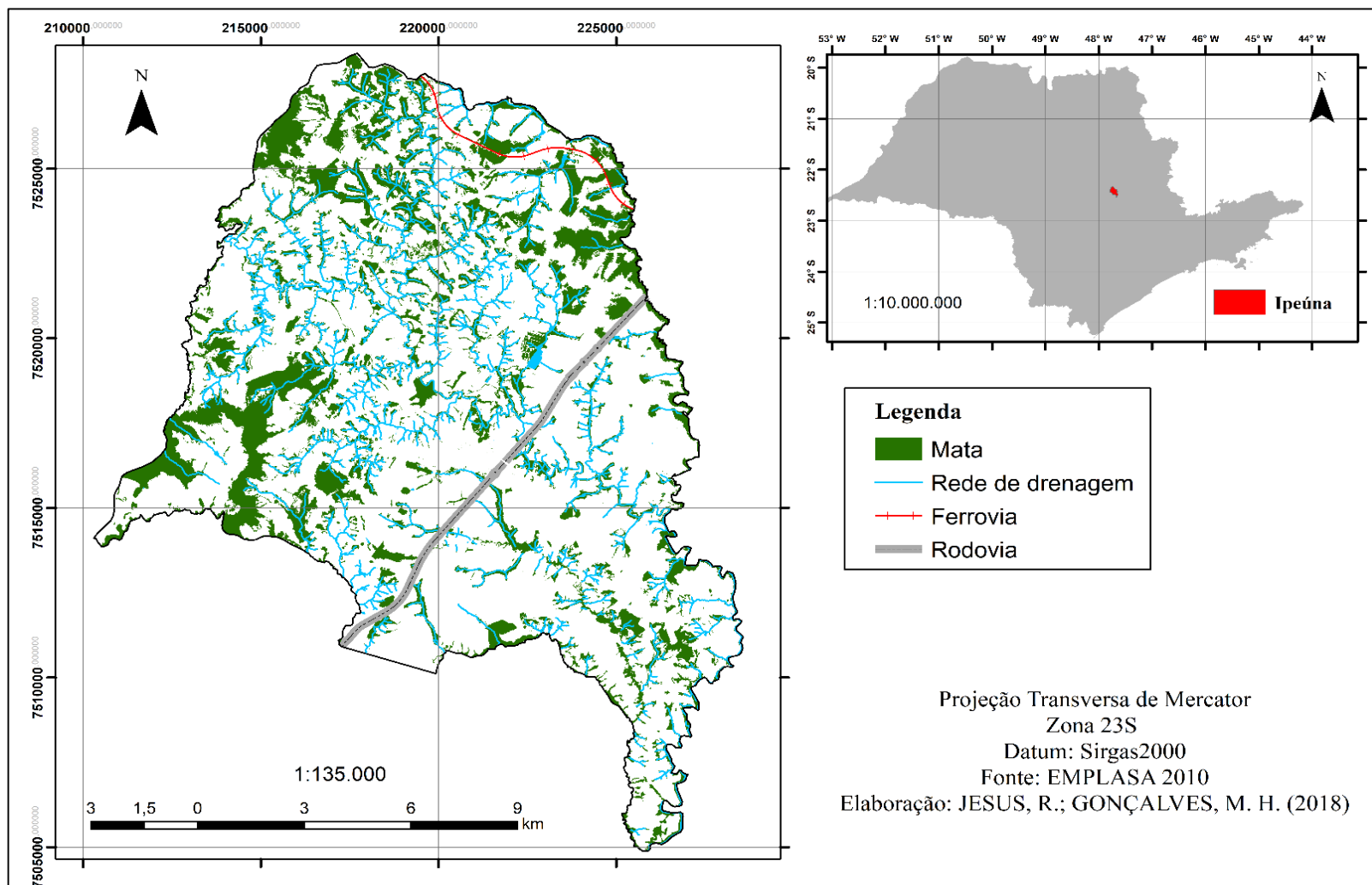
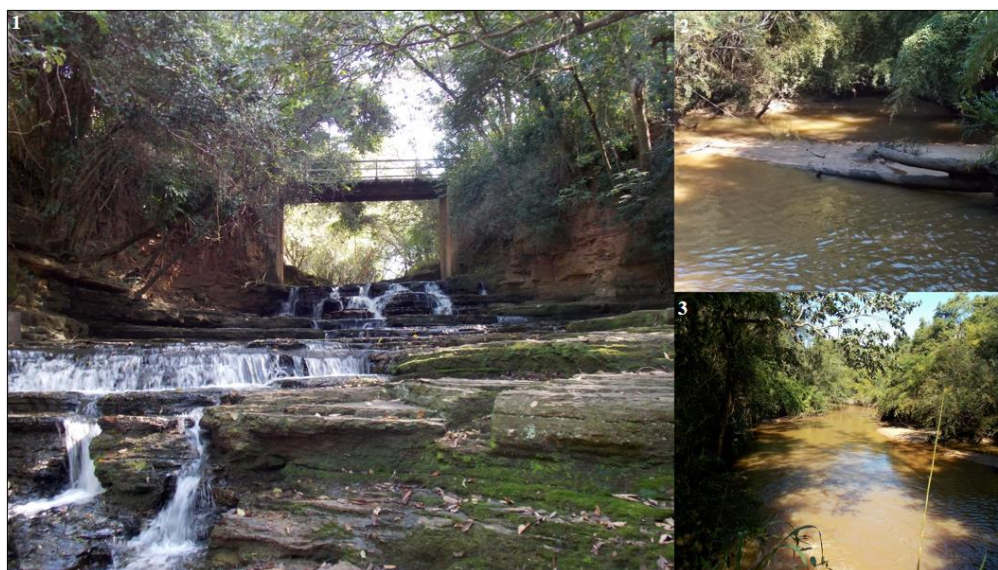


Figura 14: Parque Ecológico Henrique Barbeta “Salto do Nhô To” e Rio Cabeça



Legenda: 1-Parque Ecológico Henrique Barbeta “Salto do Nhô To; 2 e 3- Rio Cabeça

Fonte: Pesquisa de Campo, maio 2017.

Uma informação importante que deve-se descrever é a existência de materiais arqueológicos encontrados na margem do Rio Cabeça, na confluência com o Rio Passa Cinco (Figura 14). Próximo à esse local já foram encontradas pontas de flechas. Sabe-se que a Fazenda Serra d’água, atualmente, é conhecida como Sítio arqueológico Alice Boer. No Museu Municipal existem materiais arqueológicos expostos, encontrados nessa área (Figura 15).

Figura 15: Mão de pilão e pontas de flechas



Fonte: Trabalho de Campo, 2017.

Tais atrativos paisagísticos também foram encontrados nas propriedades rurais que visitadas. Dessa forma, a confirmação na sua totalidade foi comprovada com a elaboração do mapa indicando as potencialidades turísticas do município. Entretanto, essas afirmações

reforçam a discussão de que as propriedades rurais podem exercer funções para além das produções agrícolas. O turismo em área rural aparece como uma alternativa para aumentar a renda dos agricultores e como uma estratégia de permanência no campo.

4.2 Resgate histórico: os primeiros registros

Os estudos sobre a formação de um determinado lugar baseiam-se, geralmente, na historiografia, a qual estuda o processo de ocupação territorial recorrendo aos ciclos econômicos predominantes. Pretendemos resgatar brevemente a história da formação do município de Ipeúna²⁷, desde o ponto inicial da ocupação, criado pela concessão de sesmarias, a vinda dos imigrantes, até a formação de seu núcleo urbano.

São poucos e recentes os trabalhos acadêmicos que relatam a história de Ipeúna e, diante disso, além do levantamento das pesquisas sobre o município, realizou-se uma entrevista com o Sr. I.P, com o objetivo de retomar aspectos da “organização agrária e resgate histórico da ocupação do município de Ipeúna”.

Os registros encontrados sobre Ipeúna estão muito ligados à história do Município de Rio Claro, uma vez que antes de sua emancipação pertencia a Rio Claro. Dessa forma, no ano de 1911, Rio Claro estava subdividido em quatro distritos: o Distrito Sede (Rio Claro), Ipojuca²⁸, Itaqueri da Serra e Itirapina e, devido à formação de novos povoados, em 1920 refez-se a subdivisão, surgindo dois novos distritos: o Distrito de Santa Gertrudes e Corumbatahy. No ano de 1935 desmembram-se de Rio Claro os Distritos de Itirapina e Itaqueri da Serra, para formarem o município de Itirapina. Corumbataí e Santa Gertrudes são promovidos a municípios e desmembram-se de Rio Claro em de 1948, e, no mesmo ano, realiza-se uma nova subdivisão do município de Rio Claro, que fica organizado em quatro distritos: Distrito Sede Rio Claro, Ajapi, Assistência e Ipeúna (ex-Ipojuca) (DAMBRÓS, 2016). Em 1964 o pequeno povoado de Ipeúna conseguiu sua emancipação política, porém, existem poucos registros oficiais referente ao processo de ocupação e formação do município. Nas palavras de Machado (2004):

²⁷ Pelo decreto-lei Estadual nº 14.334 de 30 de novembro de 1944, recebe o nome de Ipeúna, que significa Ipê-Preto (madeira preta), devido à grande quantidade desta madeira existente no Distrito. (IPEUNA, 2017).

²⁸ Através da Lei Estadual nº 1.011, de 13 de outubro de 1.906, o Distrito passou a denominar-se Ipojuca, que em Tupi-Guarani significa água suja, água parada. (IPEÚNA, 2017).

O visual da pequena cidade refletia muita vida, revelando-a como havia sido formada, no século XIX. Embora muito pequena para os padrões atuais, a cidade dava sinais claros de que, naquele espaço, não só ocorreram disputas acirradas como também teria sido palco de grandes festividades. Por que um lugar tão singular não havia registrado seu passado? (MACHADO, 2004, p.2).

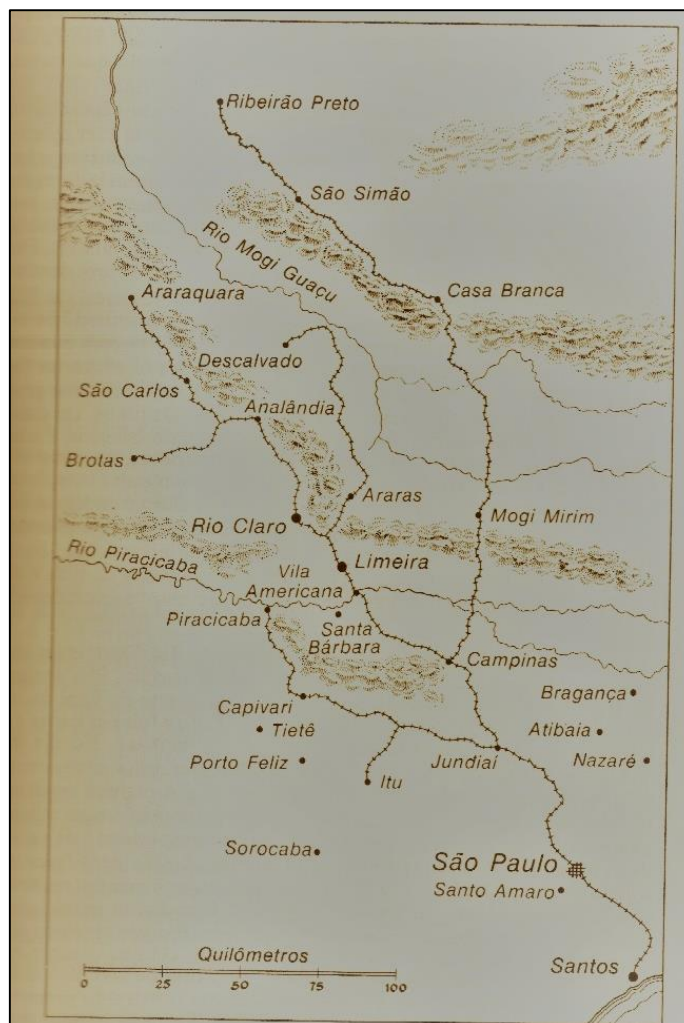
Na época da ocupação a região do “Morro Azul²⁹” era quase desabitada e Machado (2004) descreve características dos primeiros habitantes e aspectos da agricultura:

Na região conhecida como depressão periférica aconteceram doações de grandes sesmarias: a do Morro Azul, a de Piracicaba e a de Corumbataí. Viviam nessas terras, índios, mamelucos e pequenos posseiros, que plantavam roças de feijão, quase que só para o consumo próprio, e de milho, que servia como alimento para os animais que, em tropas, passavam em direção ao interior do país. A própria família cuidava do plantio e da pouca comercialização da produção, contando, às vezes, com alguma mão-de-obra escrava. Tudo era feito de forma muito rudimentar e sem o dinamismo necessário para que fosse promovido o desenvolvimento econômico na região (MACHADO, 2004, p.33).

As doações de terra no Morro Azul garantiram a continuidade da ocupação e formação territorial, bem como, também se definiu a estrutura fundiária da região, uma vez que as grandes fazendas se formaram a partir da divisão dessas sesmarias. Por meio das “Sesmarias”, teve início, de modo definitivo, a formação territorial da região de Rio Claro (Figura 16) e, conseqüentemente, o começo do povoamento de Ipeúna.

²⁹Morro Azul constituía uma fronteira natural separando a área conhecida, abrangendo a borda interna da Depressão Periférica Paulista, das regiões mais interioranas e desconhecidas. Eram terras localizadas para além de uma grande elevação azulada, que conferia pertinência ao nome (MACHADO, 2004).

Figura 16: Oeste Paulista, 1822



Fonte: DEAN (1977, p. 23).

A Fazenda Serra D' Água, propriedade do Capitão-Mor Estevam Cardoso de Negreiros, onde hoje está localizado o município, possuía esse nome em função de uma serra movida pela força da água, decorrente de uma queda natural no curso do rio Cabeça. (MACHADO, 2004)

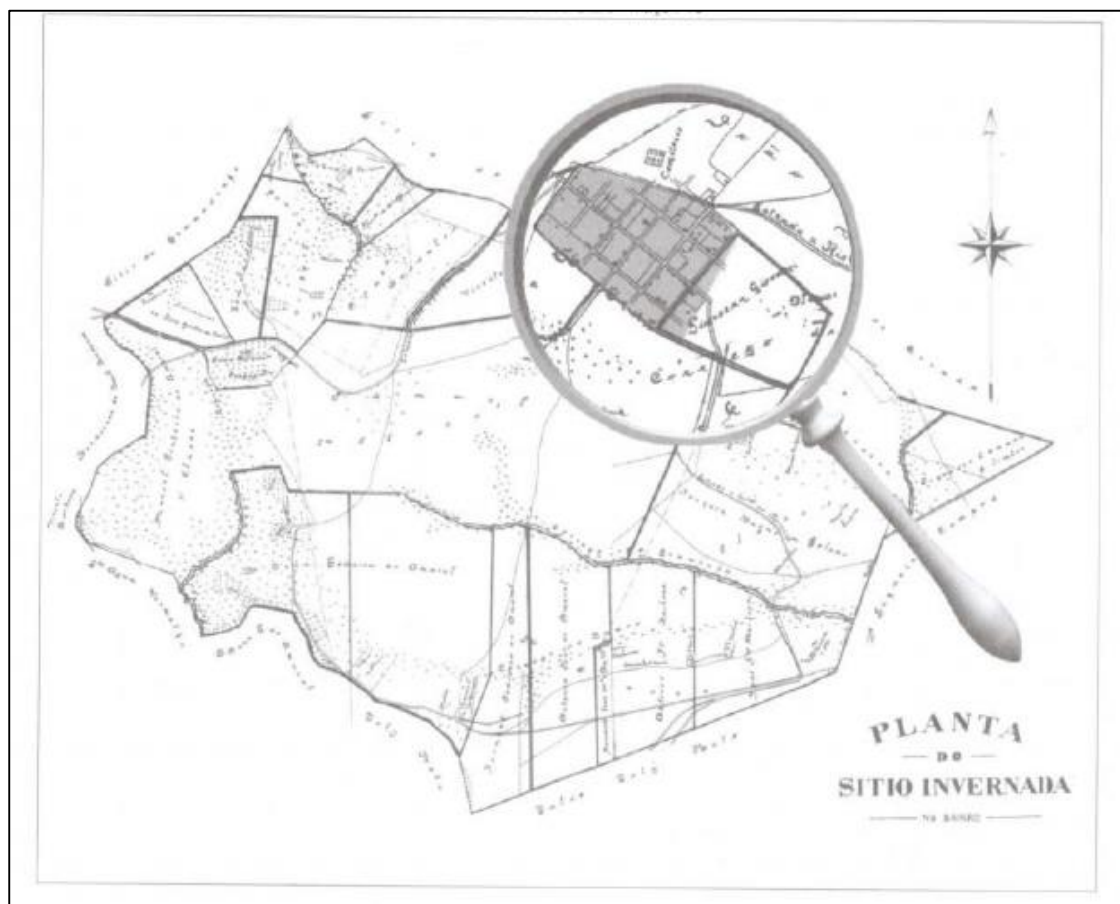
Sabe-se que em 1896³⁰ Vicente José Bonifácio doou seis alqueires de terras à Nossa Senhora da Conceição e, Francisco Barbosa de Moraes, três alqueires à Santa Cruz da Invernada³¹, primeiro nome dado ao município de Ipeúna. Havia uma vasta porção de terra conhecida como Sítio Invernada (figura 17), de propriedade de Antônio Pedroso Amaral. I.P comenta sobre o surgimento e os nomes do município.

³⁰ Após Proclamação da República: Patrimônio Laico.

³¹ Os doadores dos alqueires não eram grandes proprietários de terra.

“Aqui começou como Santa Cruz da Invernada. Depois de Santa Cruz da Invernada ainda teve duplicidade de nomes. Depois passou a ter um outro nome: Santa Cruz da Boa Vista. E teve um período aí que também foi chamado de Santa Cruz do Passa Cinco, mas esse aí não aparece muito nos registros. Depois passou para Ipojúca e antes d’eu nascer, um pouquinho, ele chamava Ipojúca e depois passou a ser Ipeúna. Ipeúna é de 1944, de outubro à novembro de 44” (I.P, fev. 2017).

Figura 17: Planta do Sítio Invernada, 1896



Fonte: MACHADO (2000).

O povoado desenvolveu-se ao redor da área onde foi erguida a primeira capela³² (Figura 18), tendo como padroeira Nossa Senhora da Conceição, onde hoje se localiza a Igreja Matriz³³.

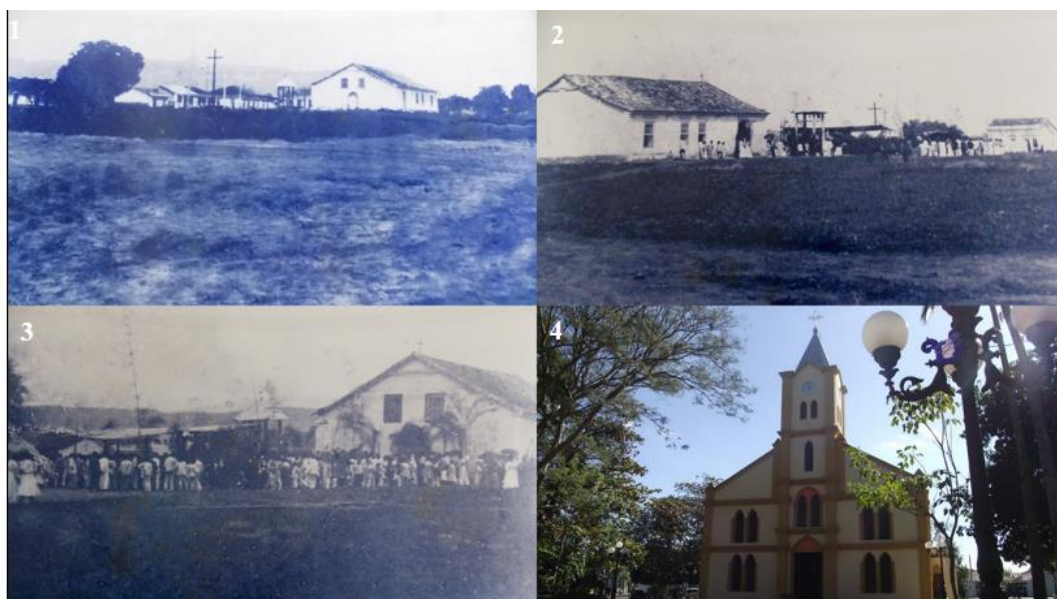
No início do governo republicano, mais especificamente em 1896, ocorreram ali doações de terras para compor o patrimônio religioso. Vicente José Barbosa doou seis alqueires à Nossa Senhora da Conceição e Francisco Barbosa de Moraes doou três alqueires à Santa Cruz da Boa Vista. As doações formais ocorreram no mesmo dia: 14/07/1896. Esta “coincidência”, acreditamos, foi provavelmente motivada pelo

³² A primeira capela de Ipeúna tinha o nome de Capela de Santa Cruz e foi feita de barro pelos imigrantes italianos (CAMARA MUNICIPAL, 2017).

³³ Através de festas religiosas, a comunidade, em alguns anos, providenciou a construção de uma Igreja maior, e posteriormente outra que existe até hoje. Essas festas constituíram a tradição e a alegria do povo (CAMARA MUNICIPAL, 2017).

início da Ação Judicial de Divisão e Demarcação de terras requerida por Samuel Draesback na área que compreendia o sítio Invernada, local onde o povoado estava localizado. As terras doadas ao patrimônio religioso serviam para garantir provisões, o que, em linguagem atual, significaria garantir recursos para a manutenção e a melhoria da capela ou da igreja já existente (MACHADO, 2004 p.46).

Figura 18: Capela de Santa Cruz da Invernada, tradicional festa de São Sebastião em 1910 e Igreja Matriz de Ipeúna/SP



Legenda: 1-Capela de Santa Cruz da Invernada; 2 e 3- Tradicional festa de São Sebastião, 1910; 4- Igreja Matriz de Ipeúna, 2016.

Fonte: Museu Municipal de Ipeúna, 2017 e <http://mapio.net/a/14411766/>, 2016.

No que se refere à história da agricultura, sabe-se que por volta de 1880 havia vastas fazendas que, além de produtoras de açúcar, necessitavam de grandes porções de terra para pasto do gado e roçado. Outras fazendas eram dedicadas à produção de café e a mão de obra predominante era de imigrantes italianos. Segundo Machado (2004):

A cultura do café aproveitou as estruturas já montadas para a plantação de cana e tornou-se a grande responsável pelas transformações ocorridas na região, principalmente em razão da melhoria do transporte. Como o grande entrave para aumentar a lucratividade do café prendia-se à dificuldade de escoamento do produto até o porto de Santos, já que o transporte em “lombo de burro” aumentava muito o custo da produção, a solução foi a implantação do transporte ferroviário, o que veio a se transformar no principal agente propulsor do progresso da região (MACHADO, 2004, p. 48).

Em 1888, com a abolição da escravidão, os negros libertos migraram para os quilombos formados na região do Buracão³⁴, contribuindo para o aumento populacional. No fim da década

³⁴ Aproximadamente 3,5 km do atual centro da cidade

de 1920, a economia cafeeira entra em crise, o que acarretou em modificações no setor agrícola do município. Como resultado dessa crise, alguns fazendeiros permaneceram cultivando café, mas por volta de 1930 inicia-se a produção de arroz, milho e criação de gado. O entrevistado relembra:

“Era mais arroz, porque a época do café já tinha ido e tinha pouco café. Então era gado e arroz. Quem plantava arroz também plantava milho. Então a produção de milho era boa, e arroz também era uma produção boa. [...] Depois do café, que deu aquela crise no país tudo, aí aqui no município passou a ser mais pra cereais, quer dizer arroz e milho. Alguns plantavam um pouquinho de mandioca, mas o forte era o arroz e o milho. [...] O gado sempre existiu porque nessa região de serras aí é muito acidentado, então por esse motivo era mais gado. E depois disso, que parou essa produção, passou a cana. A cana tinha começado, lá pelos anos 50, cana-de-açúcar. Então a cana é que era o fora, da área agrícola. Começou lá pros 50 mas numa propriedade do Carvalho, que fica aqui próxima. E o Carvalho entregava na Usina São Francisco do Quilombo, que fica aqui no Paraisolândia, que tinha aqui em Charqueada” (I.P, fev. 2017).

Em 1940 ocorreu a inserção do cultivo da cana-de-açúcar e havia também, produção de cal. Machado (2004) frisa que essa atividade foi importante para a o desenvolvimento econômico do município, sendo que a produção era destinada às cidades de Rio Claro e Piracicaba para as suas construções,

“Caieiras” foi o nome dado a uma atividade econômica significativa, desenvolvida em Ipeúna no início do século XX, e que forneceu importante sustentação às estruturas administrativas locais. Essas “caieiras” constituíam-se em jazidas naturais de calcário existentes em Ipeúna, das quais era extraída a cal utilizada na construção civil, vendida preferencialmente em Rio Claro e Piracicaba alguns profissionais como “viajantes” levaram esse produto a regiões mais distantes, seguindo a malha ferroviária (MACHADO, 2004, p.55).

Figura 19: Caieiras³⁵

Fonte: Trabalho de Campo, março 2017.

A atividade da extração da cal utilizava técnicas rudimentares. O transporte desse produto era feito por carros de bois (Figura 20), meio mais utilizado na época e, somente em 1925, com a construção da ponte do Rio Passa Cinco é que se inicia o uso de caminhão. Machado (2004) complementa:

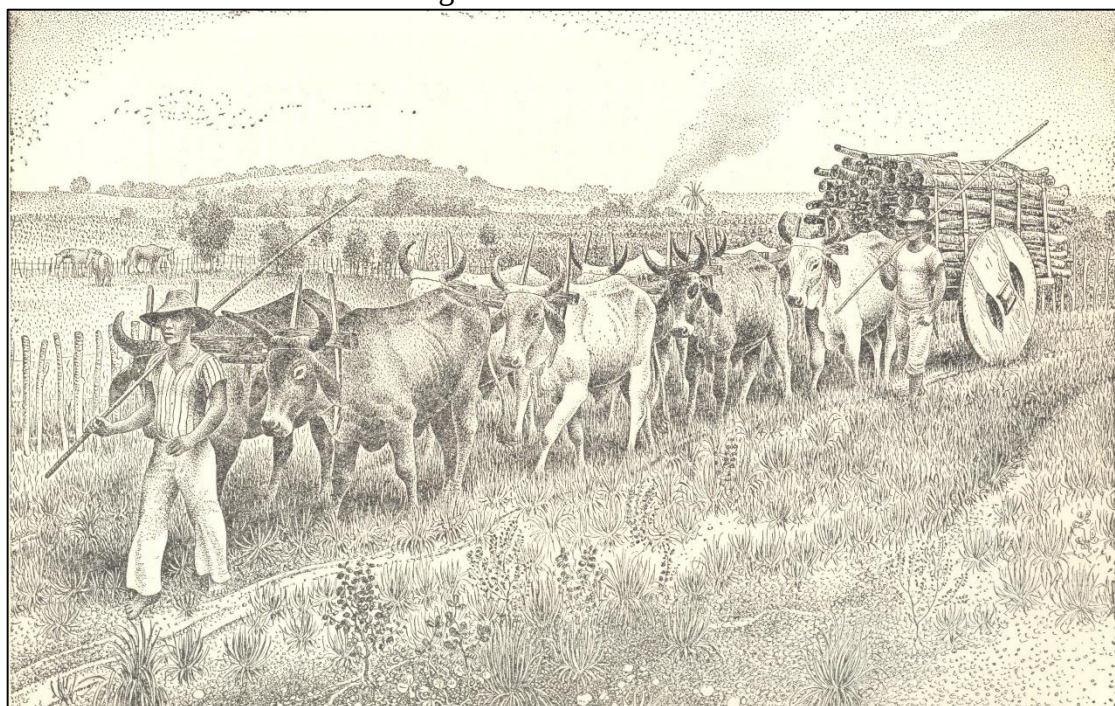
O processo era absolutamente rudimentar. As ferramentas eram poucas e improvisadas e a extração das pedras das jazidas fazia “brotar água”, o que significava que os trabalhadores da extração tinham que permanecer longos períodos com os pés encharcados. Depois de extraídas, as pedras de calcário eram levadas aos fornos de barro, nos quais tinham que ser mantidas, sob altas temperaturas, durante oito dias. Após esse período, esperava-se trinta horas para que o calcário esfriasse e, então, o produto estava pronto para ser comercializado (MACHADO, 2004, p. 55).

Sobre a colonização italiana e as principais atividades econômicas da época, tais como olaria e extração de cal, o entrevistado relembra de seus antepassados:

“(...) os meus avós, da parte da minha mãe, eles vieram da Itália, a minha Avó e meu Avô; e se estabeleceram aqui. A parte da minha avó, eles trabalhavam com a parte de olaria de tijolos e telhas, daqui mesmo, na época de Vila de Santa Cruz. E o meu avô tinha extração de cal aqui na Caieira, era fabricante de cal. A cal que ele fabricava os meus tios levavam para Rio Claro de carro de boi e era vendido lá, a produção, lá pelos anos de 1900 e poucos. Então ele era produtor e até era bem, bem de vida né. E era um pessoal bem evoluído. Era um pessoal que vieram da Europa já com uma visão diferente do que se tinha por aqui” (I.P, fev. 2017).

³⁵ O lugar chamado de “caieiras” era constituído de dezenas de fornos para realizar a queima da cal, no trabalho de campo, conseguimos localizar apenas um.

Figura 20: Carro de Boi



Fonte: Percy Lau (1975)

É importante salientar que a extração da cal se iniciou quando as fazendas de café ainda eram as maiores empregadoras de Ipeúna. Porém, durante as crises pelas quais o café passou, como a geada, a praga dos gafanhotos em 1923/24 e a crise de 1929, as plantações de café passaram a demandar um número reduzido de mão de obra, levando muitos trabalhadores para as caieiras. O entrevistado comenta:

“Além do mais continuava lá nas caieiras a produção da cal, né. Depois, em 63, 64, parou-se a atividade da produção da cal, que era do seu A.V. Ele me falou: “ah, não dá mais...” e aí parou a produção e o pessoal começaram a explorar só a pedra calcária pra outros fins da agricultura” (I.P, fev. 2017).

Essa atividade econômica trouxe mudanças relevantes ao Distrito que estava em formação. Houve um aumento real da população, uma vez que a extração de cal exigia um grande número de trabalhadores, e sabe-se que o trabalho nas caieiras era rude e quase desumano. Além disso, inúmeras atividades correlatas começaram a ser desenvolvidas, como pequenos comércios, que surgiam para atender a demanda do aumento populacional, e carros de boi, que eram organizados para dar conta do transporte da cal. Machado (2004) relata:

Com base nessas narrações, saímos em busca de documentos que comprovassem as informações obtidas e realmente encontramos vários registros que, a partir de 1901, legalizavam as atividades paralelas que surgiam em razão das “caieiras”. A regularização dessas atividades econômicas era feita junto à Prefeitura Municipal de Rio Claro que, para efetivá-las, cobrava taxas e impostos. Um exemplo dessas regularizações foi um alvará solicitado em 1901, por Joaquim da Silva Bueno, morador de Santa Cruz do Passa Cinco, para que lhe fosse autorizado trafegar com

carros de boi de aluguel. Além deste, tivemos acesso a pedidos de abertura de farmácia, botequim e armazém de secos e molhados. São dados que mostram o aumento de atividades econômicas rentáveis no Distrito e que estão registrados, em detalhes, na Prefeitura de Rio Claro (MACHADO, 2004, p.58).

Um acontecimento que deve ser lembrando é a grande safra de café no ano de 1930 ocorreu uma mudança na estrutura fundiária ao redor do município de Ipeúna. Antes disso, I.P relata sobre os dois grandes proprietários de terra da época:

“Aqui nós tínhamos o A.V né, que era o maior proprietário de terras aqui, tinha em torno de uns 700 alqueires, mais ou menos né. Ela abrangia essa região aqui da caieiras até aqui em Ipeúna, ia lá pelo Horto do Camaquã, essa região toda aqui era do A.V. Uns 700 alqueires aparentemente é pouco mas não, era bem grande. Depois tinha o Seu L.L. A. O L.L.A, chamado de L.L também tinha em torno, aí uns 500 a 600 alqueires; era um outro proprietário bem grande. Na época eram os dois maiores. Agora, o A.V, ele começou comprando as propriedades vendendo uns porcos. Comprou uma porca lá, e depois tinha vários leitãozinho, foi aumentando...aquelas porcas começaram a dar cria, os leitões...e ele aumentou a produção. A partir daquela porca ele já aumentou...porque aquelas terras eram muito baratas. Ninguém nem queria. E ele trocava por porco, e foi aumentando a propriedade. Até que comprou toda essa área. E o L.L, pelo contrário, comprou trabalhando. O L.L tem até uma passagem interessante. Meu pai mesmo trabalhou na casa dele uma vez fazendo reforma e eu tive lá de servente de pedreiro, quando eu tinha lá uns 14, 15 anos. A gente veio lá fazer a reforma na casa do Seu L.L. Mas ele saía bem cedo e quando o sol se punha ele já tava com a foice nas costa. E ele vinha no paiol dele lá, pegava uma espiga de milho, quebrava deixava só a palha, ia lá na cozinha, colocava arroz e feijão dentro da palha, amarrava bem, aquele lá era a comida dele. E que ele era bom, que além de trabalhar o dia todo, ele dava emprego pra bastante gente. Como A.V teve uma época que teve mais de 60 famílias que morava nas propriedades dele. Ele deixava morar na propriedade e cada um plantava lá o que queria, trabalhava pra ele na roçada. Era mais gado que ele tinha, porcos e produção de cal (I.P, fev. 2017).

A pecuária é uma marca da história da agricultura do município e tal atividade ainda é expressiva em Ipeúna. Observar-se na figura 21, na época em que não havia comércio, os vendedores ambulantes mais conhecidos como “leiteiros” passavam nas casas das famílias para vender leite em recipientes de vidro, segundo os registros do museu municipal essa prática durou até a década de 1970.

A estrutura fundiária com base em unidades menores começa a se formar quando as grandes fazendas foram divididas em pequenas propriedades, no linguajar local chamadas de sítios, com produção voltada ao mercado interno. Muitos imigrantes italianos tornaram-se pequenos proprietários e naquele momento, as relações entre o rural e o urbano tornaram-se ainda mais fortes.

“[...] depois que eles faleceram, os herdeiros, que nem aqui no A.V; os herdeiros ficaram com aquilo e não conseguiram melhorar em nada. Foram vendendo e a propriedade foi diminuindo. E assim como o L.L né, ele faleceu e os proprietários que eram os filhos, acabaram vendendo outros ainda tem filho vivo, uns 3 filhos vivo dele. E acabou seccionando essas propriedades” (I.P, fev. 2017).

Historicamente, o município de Ipeúna teve suas bases históricas intimamente ligadas à agricultura e pecuária representadas por uma estrutura fundiária de pequenas propriedades rurais. Sabe-se que a partir dos anos 1970 o município inicia um processo de mudança, no qual a atividade industrial é que passa a ter mais importância econômica.

Figura 21: Vendedores Ambulantes - Leiteiros



Fonte: Museu Municipal Ipeúna, 2017.

4.3 O recorte espacial: Caracterizando o município de Ipeúna

Ipeúna pode ser classificado como um pequeno município, conforme Wanderley (2001). A sua dimensão espacial - 214,05 km² - permite que o trajeto seja percorrido em poucas horas, podendo-se assim, conhecê-lo e percebê-lo no espaço. Antes de iniciar o trabalho de campo na área rural, optou-se por realizar um campo na área urbana e, com o auxílio de um croqui, observou-se as construções, os bairros, os espaços novos e os antigos, verificou-se a localização dos pontos comerciais, praças, escolas e as ruralidades presentes. A tabela elaborada por Paula

e Silva (2011), contendo os itens (quadro 3) “Aspectos das formas espaciais, conteúdos socioculturais, cotidiano e modo de vida” possibilitou o seu preenchimento e análise no ato do percurso. De acordo com Paula e Silva (2011),

Outros questionamentos surgem quando notamos um total “esquecimento” ao se tratar de estudos sobre os pequenos municípios e percebemos que, em pleno século XXI, vivencia-se uma modernidade que não chega por completa nesses pequenos centros, mas ao mesmo tempo também esses municípios não podem ser sinônimos de atraso, gerando-se aí uma contradição. Temos em todos esses lugares uma cultura, uma memória a preservar, problemas e uma formação histórica peculiar. Cada uma dessas localidades forma um todo heterogêneo que pode apresentar uma homogeneização quando vista dentro de uma determinada região (PAULA E SILVA, 2011, p. 24-25).

Quadro 3: Aspectos das Formas Espaciais, Cotidiano e do Modo de Vida

Descrição/Existência:	Sim	Não	Observações
Animais típicos do meio rural, uso de carroças e animais como meio de transporte.	X		Presentes nas áreas, chegam a se confundir com o urbano, como os bairros periféricos.
Conhecimento pessoal entre os habitantes.	--	---	-----
Conjunto habitacional popular.	X		Localizado no bairro “Altos de Ipeúna”.
Construções novas, com padrão arquitetônico “moderno” e porte superior ao predominante na cidade.	X		Presentes, há pouco tempo, nos bairros loteados, como o bairro “Jardim das Palmeiras”
Feiras	X		Feira de produtos naturais mensal realizada junto à empresa Korin
Festas comemorativas com exposição agropecuárias e outras ligadas a alguma atividade produtiva.	--	---	-----
Festas religiosas tradicionais.	X		Festa ligada diretamente à Igreja Matriz, a mais tradicional é a “Festa de São Sebastião”.
Formas de representação da sociedade (associação de bairros, associação de terceira idade e outros).	X		Formação do CONSEG - Conselho Municipal de Segurança com o objetivo de melhorar a segurança local. Formação do COMTUR - Conselho de Turismo com o objetivo de discutir e implantar políticas para o turismo, e outro grupo é o “AMIP – Amigos de Ipeúna”.
Localização de endereços associada a nomes de pessoas e estabelecimentos.	X		Prédios públicos novos, como escolas e creches recebem nomes de familiares dos administradores públicos, bem como as novas vias (uma vez que as antigas são numeradas).
Moradias precárias.	X		Presentes nos bairros que fazem divisa com a área rural ipeunense.
Relação entre administração pública e moradores – questões tratadas individualmente.	---	----	-----
Uso e conservação de praças.	X		Existem três praças, a Praça da Igreja Matriz é a mais preservadas; nela a população tem o costume de se encontrar para estreitar laços de amizade e familiares.
Outros			

Fonte: Adaptado de Paula e Silva (2008, p. 192)

Os itens citados têm como finalidade auxiliar na observação de algumas características que compõem o núcleo urbano de pequenos municípios e a intenção foi de realizar uma primeira aproximação com a área de estudo antes de adentrar na coleta de dados na área rural. O objetivo neste estudo não é realizar uma discussão profunda sobre o significado de pequenos municípios, uma vez que concorda-se com Paula e Silva (2011), ao explicar:

(...) para compreendermos melhor o pequeno município, é preciso também definir primeiramente o que é considerado cidade, pois as pequenas cidades seriam uma subdivisão dessas. Não existe um consenso sobre o que seria uma cidade. Há, portanto, um leque diverso de definições que hoje se torna importante diante das transformações sociais, econômicas, de que de certa forma se refletem na estrutura das cidades (PAULA; SILVA, 2011, p. 25).

Foram selecionadas imagens que apresentam os aspectos observados no trajeto pela cidade. Verificou-se a localização de: Escola Municipal; escola de música; prédios habitacionais em construção, ginásio de esportes (figura 22), os pontos comerciais, praças, e as ruralidades que mostraram o modo de vida rural, como por exemplo, tratores estacionados pelas ruas da cidade (figura 23), a presença de hortas urbanas em terrenos sem construções; pequenas plantações de milho (Figura 24), e, além disso, as criações (Figura 25).

Figura 22: Escola municipal; escola de música; prédios habitacionais em construção, e ginásio de esportes “José Luiz Bueno”



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro de 2017.

Figura 23: Tratores no perímetro urbano, Ipeúna/SP



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro de 2017, abril 2018.

Figura 24: Hortas Urbanas e plantação de milho



Legenda: 1-Horta em terrenos urbanos; 2 Plantação de milho; 3-Hortaliças

Fonte: Trabalho de campo, fevereiro de 2017.

Figura 25: Criações no perímetro urbano



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro de 2017.

De acordo com o Censo demográfico realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, o município conta com população total de 6.016 habitantes. O gráfico 1 indica a porcentagem da população urbana, 86% (5.178 habitantes) e população rural, 14% (838 habitantes), como observado a maior parte de seus habitantes residem na área urbana (IBGE, 2010). Quanto ao número de habitantes residindo no campo temos 473 homens (56%) e 365 mulheres (44%) (Gráfico 2). A Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – SEAD - calcula como população estimada para o ano de 2018 um total de 7.244 habitantes, sendo população urbana 6.509 habitantes e 735 população rural.

Dados do IPEA demonstraram que no período de 1991 a 2010, 81 pessoas deixaram de morar no campo ipeunense, número relevante ao se tratar de um pequeno município (IPEA, 2013). Concorde-se que o número de indivíduos residentes no rural está diminuindo, exceto em algumas áreas pontuais. Porém, vale lembrar que esta condição é inconstante, ou seja, a diminuição ou aumento da população residindo em determinado lugar, varia em relação à oferta de infraestrutura, qualidade de vida e capacidade de desenvolvimento socioeconômico. No município estudado, vale lembrar que pelo seu tamanho, residir na cidade e se deslocar diariamente para o campo é uma prática corriqueira.

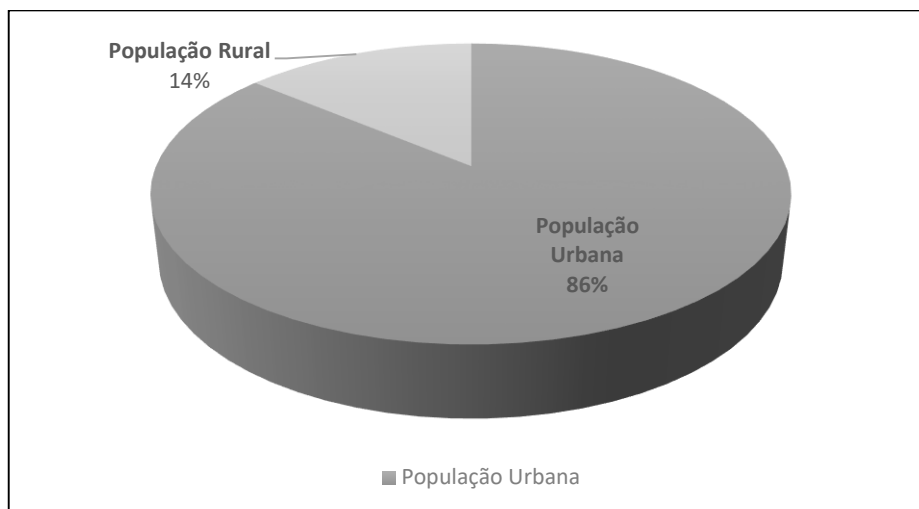
Deve-se fazer uma rápida observação quanto à normatização que o IBGE utiliza como metodologia para definir a contagem da população urbana e rural no Brasil, na qual as sedes municipais e as sedes de distritos são os espaços nos quais a população residente é considerada urbana. Ou seja, são contados como urbanos os residentes em lugares com determinadas características administrativas, como as sedes distritais nas quais as dinâmicas de organização do espaço são eminentemente rurais. Veiga (2003) afirma: “o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra muito peculiar, que é a única no mundo. Este país considera urbana toda a sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características (VEIGA, 2003, p. 31).

Diante disso, Veiga (2003) defende que o “Brasil é menos urbano do que se calcula”, e faz uma crítica à definição presente no Decreto-Lei 311, de 1938, que define o rural e o urbano. A observação feita é:

[...] o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor - criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo Decreto-lei 311/38 - esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades (VEIGA, 2003, p. 10).

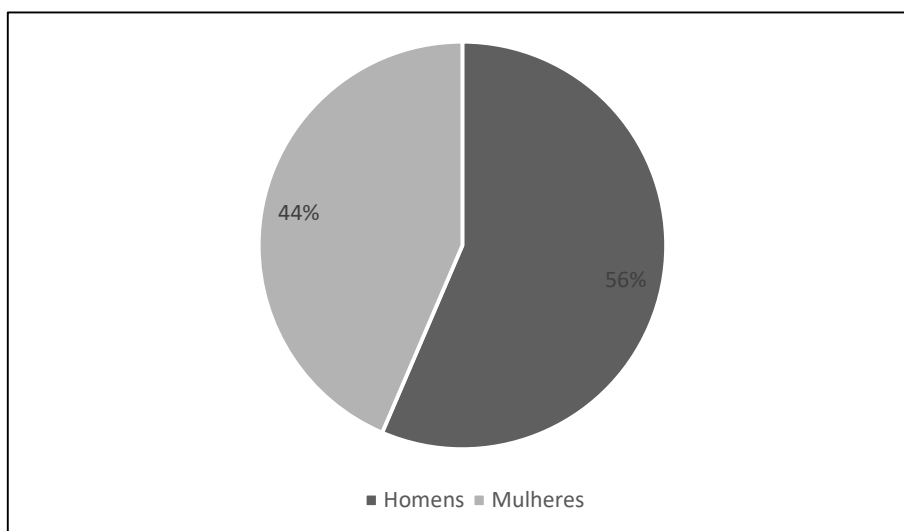
Veiga (2003) ressalta que o surgimento, por meio desta definição, de novos municípios com características de atividades ligadas ao rural, faz emergir uma “urbanidade não existente”, onde tal distorção leva à denominação de cidade o que pelo menos deveria ser reconhecido como vila, aldeia ou povoado, superestimando o grau de urbanização no Brasil. Finalizando, não há no Brasil nenhuma sede de município, independente do seu tamanho populacional, segundo definições do IBGE, classificada como rural. É evidente observar que a população urbana é crescente nas últimas décadas e este fato está intimamente ligado a uma tendência mundial.

Gráfico 1: População urbana e rural - Município de Ipeúna/SP



Fonte: IBGE, 2010.

Gráfico 2: Porcentagem da população rural, por sexo- Ipeúna/SP



Fonte: IBGE, 2010.

Com a análise dos dados populacionais, afirmar-se que o município estudado se enquadra na definição utilizada por Wanderley (2001, p.1) “(...) a maioria da população rural do País vive nas zonas rurais dos pequenos municípios e, pelo menos em algumas regiões, a população rural é majoritária nos municípios com até 20 mil habitantes. Por outro lado, as pequenas cidades, consideradas urbanas pelo IBGE, conhecem uma experiência urbana, que é, frequentemente, frágil e precária.”

Tabela 1: População total, por gênero, rural/urbana, Ipeúna /SP

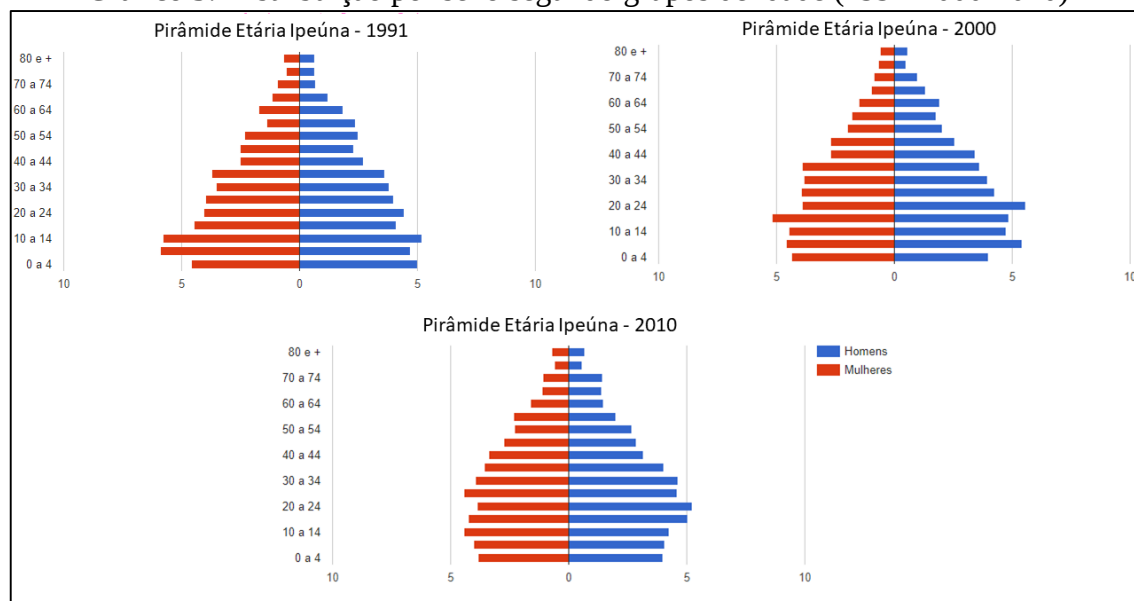
População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	2.698	100,00	4.340	100,00	6.016	100,00
População residente masculina	1.352	50,11	2.252	51,89	3.110	51,70
População residente feminina	1.346	49,89	2.088	48,11	2.906	48,30
População urbana	1.779	65,94	3.446	79,40	5.178	86,07
População rural	919	34,06	894	20,60	838	13,93

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013)
Organizado pela autora, 2017.

Analisando a tabela 1, percebe-se que entre 1991 e 2000, a população do município cresceu uma taxa média anual de 5,42%, a taxa de urbanização passou de 65,94% para 79,40%, ou seja, nessa época que se instalou grande parte das empresas do ramo industrial de significado econômico na área da metalurgia, mineração, agroindústria de frangos, aviação civil, etc. Entre os anos 2000 e 2010, a população cresceu uma taxa média anual de 3,32%, nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 79,40% para 86,07% (IPEA, 2013). A Fundação SEADE estima uma taxa de urbanização para 2018 de 89,85 %.

Inclui-se mais uma variável de análise: a faixa etária, pois é um indicador relevante para se construir um cenário futuro e pensar possíveis estratégias de gestão para o município, visando suprir as demandas da população. O gráfico 3 demonstra o comportamento populacional do município de Ipeúna referente à faixa etária nos anos de 1991, 2000 e 2010. O que chama atenção, no que se refere à população total do município, em 1991, a faixa mais larga é a faixa etária de 10 a 14 anos, tanto masculina, quanto feminina. Nas pirâmides etárias 2000 - 2010, destacam-se a população economicamente ativa e o processo de envelhecimento populacional que já é observado. Concordando com Abramovay (1998; 2003), Camarano; Abramovay (1999), Schneider (2001; 2003) e Wanderley (1995) em seus estudos, indicam o êxodo, envelhecimento e masculinização do campo para o território brasileiro.

Gráfico 3: Distribuição por sexo segundo grupos de idade (1991-2000-2010)



Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2013).

Outro apontamento que se deve fazer é quanto ao número de mulheres que residem no município. Ipeúna destoa do que é encontrado no restante do Brasil: dados divulgados em 2014 pelo PNUD revelam um percentual de 51,6% de mulheres no território nacional, assim, Ipeúna não se enquadra no padrão encontrado na maioria dos municípios brasileiros, pois possui percentual de 48% de mulheres do total da população ipeunense. No trabalho de campo, foi observado que apenas 28 mulheres responderam ao formulário. No assentamento Horto do Camaquã, de 38 lotes rurais visitados, somente 15 mulheres responderam ao formulário.

Ao chegarmos nas propriedades rurais, quando recebidos por mulheres, geralmente elas optavam por não responder, de imediato chamavam os seus companheiros para responderem ao formulário. Porém, as mulheres que responderam foram as viúvas e/ou aquelas que estavam em situação de separação. Por esse aspecto, Carneiro (1994) enfatiza “que as mulheres não se definem como “trabalhadoras”, mas como “donas-de-casa”, considerando a condição de trabalhadora como provisória. Seus projetos individuais são pautados nas representações sociais sobre o gênero baseadas no exercício dos papéis de mãe e esposa” (CARNEIRO, 1994, p. 16, aspas do autor). Rossini (1993) considera que a partir do momento em que a mulher entra no mercado de trabalho na cidade, ela começa se ver como trabalhadora e não mais como elemento de ajuda nas atividades as quais desempenhava na propriedade rural.

Outro indicador que auxiliou na análise prévia das características gerais do município é o Produto Interno Bruto – PIB. Em 2014, o IBGE mostrou que Ipeúna estava no 56º do PIB Per

capita nacional. Diante disso, observa-se que o PIB Per Capita de Ipeúna no ano de 2015 foi o maior, se comparado aos demais municípios que compõem a microrregião de Rio Claro (tabela 2).

O Gráfico 4 indica a porcentagem referente à distribuição do PIB por cinco categorias que são a agropecuária, a indústria, os serviços, a tributação e os serviços públicos da microrregião. Direcionando o olhar ao município de Ipeúna, a indústria corresponde a 54,4%, seguido dos serviços com 26,6%, tributação 12,0%, os serviços públicos 4,8% e por último é a agropecuária, que equivale a 2,2%. Em uma análise mais geral, os dados mostraram que a microrregião de Rio Claro é uma região urbano-industrial, explicitando que a agropecuária não é a principal atividade econômica dos seis municípios que a compõe esta microrregião.

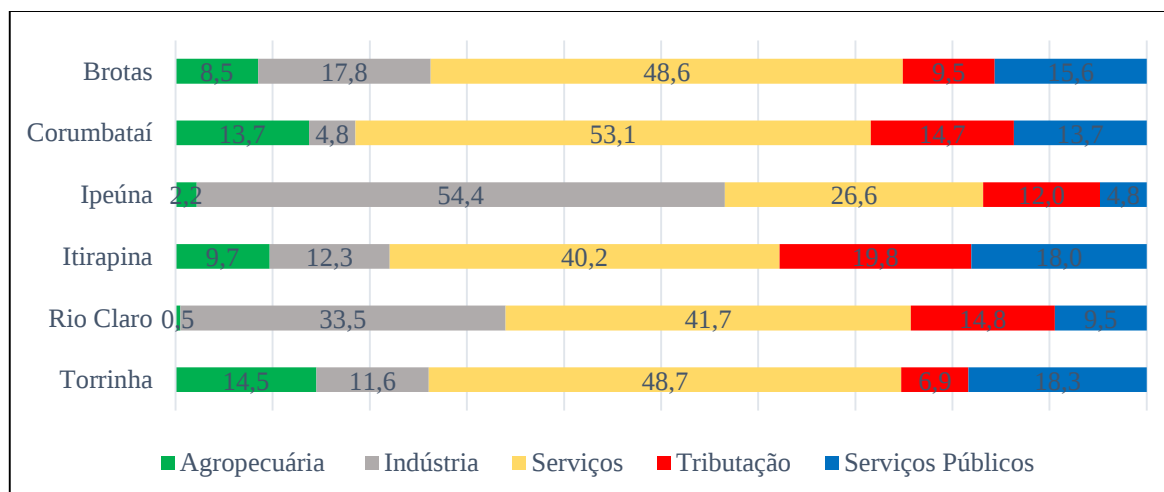
Tabela 2: PIB PER CAPITA – microrregião de Rio Claro/SP

Municípios	PIB Per Capita 2015 R\$
Brotas	25.934,43
Corumbataí	38.912,49
Ipeúna	87.559,65
Itirapina	22.416,12
Rio Claro	42.663,58
Torrinha	18.166, 20

Organizado pela autora, 2018.

Fonte: IBGE, 2015.

Gráfico 4: Distribuição do PIB (porcentagem) por setores da economia



Organizado pela autora, 2018.

Fonte: IBGE, 2010.

A tabela 3 demonstra como se comportou a divisão das terras no município nos anos 1995/1996 e 2007/2008. Do total de 374 propriedades rurais (LUPA/CATI, 2008), 258

propriedades têm dimensão de 1 a 50 hectares, e podem ser consideradas familiares, as quais ocupam uma área total de 33.651 hectares. Historicamente, como nos foi relatado as grandes fazendas de Ipeúna foram fragmentadas. Assim, é a partir dessa divisão de terras que o município apresenta sua base fundiária formada por pequenas propriedades.

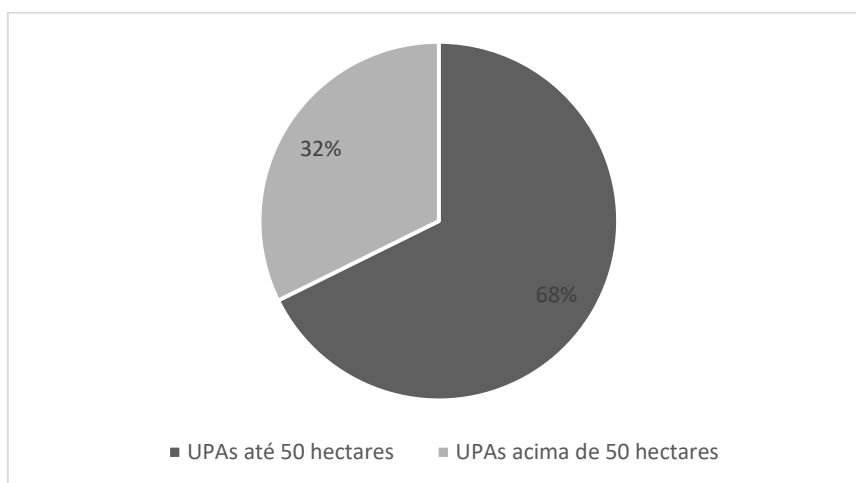
Tabela 3: Número de UPAs³⁶ por ano pesquisado

Município	1995/1996		2007/2008	
	Área das UPAs*(ha)	Nº de UPAs	Área das UPAs*(ha)	Nº de UPAs
Ipeúna	0 a 1	1	0 a 1	2
	1 a 2	12	1 a 2	9
	2a 5	21	2a 5	32
	5 a 10	27	5 a 10	43
	10 a 20	48	10 a 20	53
	20 a 50	111	20 a 50	119
	50 a 100	61	50 a 100	72
	100 a 200	32	100 a 200	29
	200 a 500	10	200 a 500	12
	500 a 1.000	2	500 a 1.000	3
	1.000 a 2.000	0	1.000 a 2.000	0
	2.000 a 5.000	0	2.000 a 5.000	0
	5.000 a 10.000	0	5.000 a 10.000	0
	acima de 10.000	0	acima de 10.000	0
	Total	325	Total	374

Fonte: LUPA/CATI São Paulo, 1995/1996, 2007/2008.

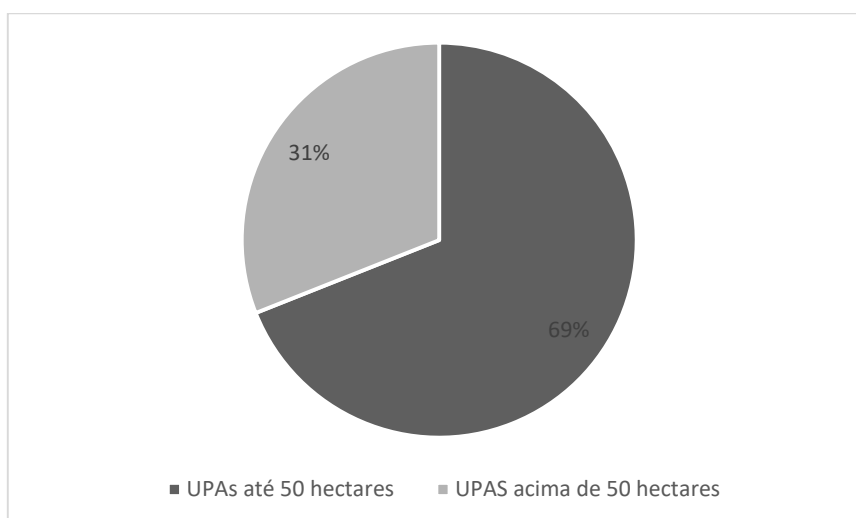
³⁶ Unidades de produção agropecuária

Gráfico 5: Porcentagem da área ocupada nos anos 1995/1996



Fonte: LUPA/CATI, 1995/96.

Gráfico 6: Porcentagem da área ocupada nos anos 2007/2008



Fonte: LUPA/CATI, 2007/08.

Ao analisar o quadro 6 e os gráficos 5 e 6, destaca-se o número das UPAs e a área que elas ocupam. Para verificar como se comporta a distribuição de terras no município de Ipeúna, construiu-se dois gráficos (5 e 6), demonstrando a porcentagem que representa a distribuição de terras, considerando a área rural do município pesquisado. Ou seja, foi usada a própria divisão que o LUPA/CATI realiza, e verificamos a porcentagem da área total de terras de uso agropecuário do município a que as UPAs de até 50 hectares correspondem. Ipeúna não foge das características regionais, com economia do setor agrícola baseada na produção canavieira e pecuária, com destaque à produção leiteira. Além disso, deve-se incluir a produção de milho e as atividades ligadas ao turismo, que estão começando.

Enfim, as informações secundárias detalhadas acima auxiliaram a conhecer o município brevemente essa caracterização foi de suma importância antes da imersão a campo. Diante da realização do trabalho de campo nas áreas do município, pode-se identificar como está a organização da área rural ipeunense a partir das propriedades rurais visitadas.

5 ESTRUTURA E LÓGICA DAS PROPRIEDADES RURAIS FAMILIARES

Neste capítulo apresentam-se os resultados da pesquisa de campo realizada no período de março de 2017 a abril de 2018. O reconhecimento da área foi realizado através de visitas, anotações em caderno de campo e aplicação de formulário (Apêndice B) em 185 propriedades rurais. Desse total há seis pessoas que se recusaram a responder, além disso, cinco propriedades pertencem à Prefeitura Municipal e 38 lotes fazem parte do Assentamento Horto de Camaquã, terras do Estado de São Paulo, o que foi analisado no conjunto do município de Ipeúna/SP.

Salienta-se a complexidade que os estudos acerca da organização do espaço têm, pois muitas são as combinações de elementos a serem vistos pelo pesquisador (DINIZ, 1986). O formulário possui elementos que revelam a estrutura (interna e externa) e a lógica de organização das propriedades rurais. Tentou-se considerar não apenas cada um destes elementos separadamente, mas também as relações entre eles. Com as informações levantadas é possível descrever como se apresenta a organização do espaço rural da área de estudo.

5.1 Delineando os subsistemas internos das Propriedades Rurais

Para iniciar a compreensão da organização do espaço rural, serão expostos os dados que correspondem aos elementos de ordem social, de produção e técnico. O olhar é dirigido para a análise da propriedade rural, das famílias e suas relações internas e externas.

5.1.1 Subsistema Social: Quem é o produtor.

Este elemento permitiu conhecer a propriedade, a relação do proprietário com a terra, ocupação econômica do proprietário, quem reside na propriedade, quem a administra na maior parte do tempo, se existe a presença ou não da família na propriedade, o tempo que a propriedade pertence à família, o tipo de exploração (direta ou indireta), a utilização dada pela exploração indireta da área restante, o tipo de mão de obra empregada e a idade de cada membro familiar do entrevistado.

Sobre o entrevistado, sua situação em relação à propriedade (tabela 4), prevalece a figura do proprietário, seguido dos assentados de reforma agrária, membro da família do proprietário, arrendatários, caseiros e outras situações como gestor público, família do administrador,

administrador e trabalhador assalariado. Quanto à ocupação econômica do proprietário (tabela 5), destacam-se a agricultura, a pecuária, seguidas da combinação dos dois - agricultura e pecuária. Os trabalhadores autônomos também ganham destaque, são empresários do município que além de desempenharem atividade econômica na cidade, são proprietários de terras. Os aposentados indicam a presença dos idosos (acima de 60 anos) na área rural do município. Portanto, das atividades apontadas pelos entrevistados destacam-se três grupos: os agricultores/pecuaristas, os empresários e os aposentados.

Quando questionados sobre quem reside na propriedade (tabela 6), a maioria dos entrevistados respondeu que ninguém mora na propriedade, isso remete à falta de segurança na área rural, os relatos de roubos e furtos nas propriedades rurais foram frequentes na época da coleta de dados. É na porção nordeste do município (Assentamento Horto de Camaquã e Bairro dos Pereira) onde estão os assentados e suas famílias, como residentes permanentes do rural. Os relatos de assaltos ocorreram em três lotes.

Outrossim, processos que reorganizam as formas de uso e apropriação da terra também inserem, no território, grupos sociais que estavam excluídos do acesso à terra e outros que, às vezes, não possuem relação com tradições agrícolas, demonstrando que para alguns o assentamento garante, antes de mais nada, um local de moradia. Essas características revelam que para muitos dos beneficiários dos lotes não há uma preocupação com a sua continuidade entre os membros do grupo familiar, sendo que muitos filhos, apesar de morarem nos lotes, já exercem atividades na cidade.

Os caseiros relatam que têm como função cuidar da propriedade, em alguns casos exercendo funções agrícolas, em outros apenas cumprem a função de um segurança para a propriedade. Além do descrito acima, foram encontrados, ainda, outros tipos de residentes, como os inquilinos que utilizam as propriedades como moradia.

Tabela 4: Situação do entrevistado em relação com à propriedade

Situação do entrevistado	Frequência	Porcentagem
Proprietário	69	37
Assentado de reforma agrária	35	19
Membro da família	31	17
Arrendatário	15	8
Caseiro	14	8
Outros	15	8
Não quer responder	6	3
Total	185	100

Fonte: Trabalho de Campo 2017/2018.

Tabela 5: Principal atividade do proprietário

Principal atividade do Proprietário	Frequência	Porcentagem
Agricultura	44	24
Pecuária	43	23
Agricultura e Pecuária	24	13
Autônomo	22	12
Aposentado	17	9
Não Sabe Responder	16	9
Arrendatário	5	3
Avicultor	3	2
Do lar	2	1
Veterinário	2	1
Administrador de Hotel	1	1
Advogado	1	1
Construtor Civil	1	1
Contador	1	1
Funcionário Público	1	1
Não Quer Responder	1	1
Suinocultor	1	1
Total	185	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 6: Quem reside na propriedade

Quem reside na propriedade	Frequência	Porcentagem
Ninguém	60	32
Proprietário e família	55	30
Caseiro	24	13
Outros	13	7
Proprietário	12	6
Arrendatários	7	4
Não quer responder	7	4
Membros familiares	6	3
Não sabe responder	1	1
Total	185	100

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 7: Administração e tipo de exploração da propriedade

Administração	Frequência	Tipo de Exploração	Frequência
Proprietário	126	Apenas pela família	127
Arrendatário	29	Arrendatário	24
Administrador	17	Outros	15
Outros	13	Não respondeu	11
Não respondeu	7	Pela família e outras pessoas	9
Não sabe	1	Não sabe	1
Total	193	Total	187

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Predominantemente, a direção ou administração da propriedade é realizada, na maior parte do tempo pelo proprietário, seguido do arrendatário de terras (tabela 7). A presença do administrador é encontrada nas propriedades com maiores dimensões de área (pecuária e cana-de-açúcar), cujo proprietário também desenvolve atividades na cidade. Os outros tipos de administração são feitas pelo caseiro e pela prefeitura³⁷. Importante lembrar que oito entrevistados comentaram que a propriedade é dirigida em parte pelo proprietário e em parte pelo arrendatário. Este dado fica evidente quando analisamos também a tabela 8 (hectares explorados diretamente pela família), pois quanto aos tipos de exploração prevalece a família como produtora e gestora, seguido do arrendatário e dos outros (Empresa Privada/usina de cana-de-açúcar e terceiros). Quando questionados sobre a exploração indireta (tabela 9), perguntou-se “quem explora o restante?”, três respostas se destacaram: não sabem responder, área de preservação e arrendatário.

Tabela 8: Exploração direta pela família em hectares

Exploração direta pela família em hectares	Frequência
0,1 a 3	27
3,1 a 6	15
6,1 a 9	13
9,1 a 12	21
12,1 a 15	14
15,1 a 18	9
18,1 a 21	9
21,1 a 25	3
25,1 a 50	14
50,1 a 100	6

³⁷ Cinco propriedades localizadas na área rural são da Prefeitura.

100,1 a 150	3
Mais de 150,1	5
Não sabe	29
Não quer responder	9
Não explora	8
Total	185

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 9: Tipos de exploração indireta

Tipos de Exploração Indireta	Frequência
Não Sabe Responder	52
Área de Preservação	39
Arrendatário	25
Ninguém	20
Cana-de-açúcar/Usina	14
Não Utiliza	10
Pecuária	8
Não Quer Responder	7
Proprietário	7
Benfeitoria/Moradia	6
Caseiro	5
Parceiro	4
Família	3
Silvicultura	2
Turismo/Lazer	1
Total	191

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

A fim de conhecer quanto tempo/anos a propriedade pertence à mesma família, destacam-se na tabela 10 as classes de 10 a 14 anos, de 2 a 5 anos e mais de 60 anos como as mais frequentes. No assentamento, percebeu-se que existe uma constante mudança de pessoas/moradores, uma vez que estes realizam a venda da benfeitoria³⁸. Somente oito entrevistados estão no assentamento mais de 20 anos, ou seja, desde o seu processo de ocupação e consolidação como beneficiários de reforma agrária, como pode ser observado na tabela 11.

³⁸ São todas as construções ou melhorias (casa, barracões, curral, etc.) que foram construídas pela pessoa que estava de posse do lote.

Tabela 10: Tempo em anos que a propriedade pertence à família

Período em anos*	Frequência
Até 1 ano	6
De 2 a 5 anos	20
De 6 a 9 anos	17
De 10 a 14 anos	24
De 15 a 19 anos	19
Mais de 20 anos	15
Mais de 30 anos	13
Mais de 40 anos	16
Mais de 50 anos	12
Mais de 60 anos	20
Mais de 70 anos	10
Não Sabe Responder	5
Não Quer Responder	8
Total	185

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

*Os dados foram apresentados em classes, preservando as peculiaridades do município.

Tabela 11: Tempo que a propriedade pertence à família assentada

Período em anos	Frequência
Até 1 ano	4
De 2 a 5 anos	4
De 6 a 9 anos	11
De 10 a 13 anos	8
De 14 a 17 anos	3
De 18 a 20 anos	8
Total	38

Fonte: Trabalho de campo - abril a maio de 2017.

Referente ao grupo familiar (tabela 12), o número médio de pessoas em sua composição é dois. Já foi referenciado no capítulo anterior, que tanto pesquisadores como os dados divulgados pelo IBGE indicam a diminuição do número médio da composição familiar, bem como a masculinização e o envelhecimento da população rural. Diante dos dados obtidos nesta pesquisa, a afirmação se comprova.

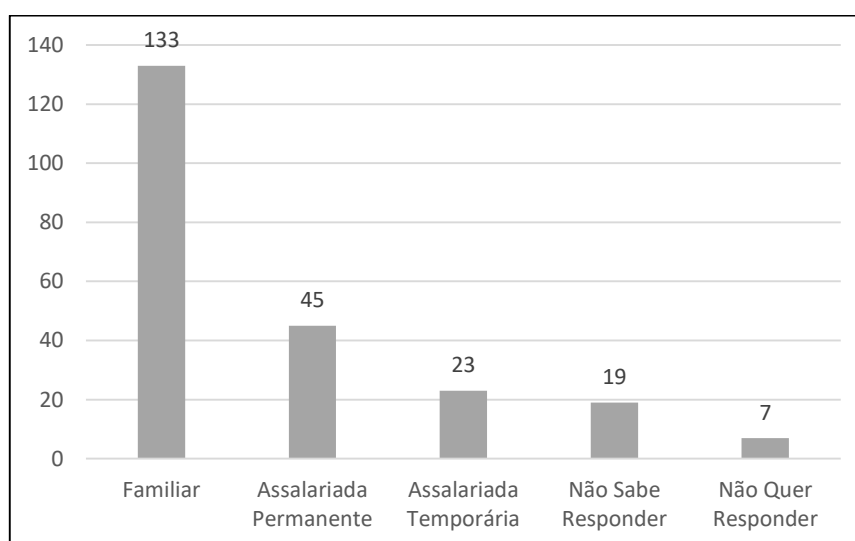
Tabela 12: Número de pessoas da família

Número de pessoas da família	Frequência
1	28
2	52
3	28
4	25
5	9
6	3
7	2
8	3
9	1
10	3
11	1
12	2
NSR	13
NQR	15
Total	185

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Ao serem questionados sobre qual o caráter da mão de obra (gráfico 7), foi contatado que o trabalho é realizado pelas famílias proprietárias, sendo essa a situação na maioria das propriedades. Porém, 16 entrevistados afirmam que, junto com o trabalho familiar, contratam empregados temporários apenas quando necessário para realização de atividades muito específicas, principalmente para construir cercas, roçar algumas áreas e auxiliar no preparo da terra. Os custos variam entre R\$ 70,00 a R\$ 100,00 por dia trabalhado.

Gráfico 7: Caráter da mão de obra



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

5.1.2 Subsistema de Produção: O que é e para quem é produzido.

Após conhecer os aspectos sociais dos entrevistados, apresenta-se a frequência de propriedades em que aparecem os produtos cultivados (figura 26) e o destino da produção (autoconsumo e/ou mercado, agroindústria). Optou-se por agrupar os produtos em frutas/árvores frutíferas, legumes, hortaliças, grãos, gramíneas, outros produtos e as criações. Além disso, indagou-se sobre a existência de produtos artesanais e se ocorre a divisão das tarefas entre homens, mulheres e crianças. Por existir uma diversidade expressiva, estas foram as informações obtidas com um maior grau de dificuldade ao longo da coleta de dados a campo, uma vez que os entrevistados não sabem mensurar o total da sua produção, pois eles não têm o costume de usar uma caderneta para anotar seus rendimentos por safra; e a dificuldade principal diz respeito àqueles produtos destinados ao autoconsumo, além de existirem no município 18 propriedades que não possuem nenhum tipo de produção agrícola, seja para autoconsumo ou para a venda.

Figura 26: Produtos agrícolas cultivados nas propriedades



Legenda: 1-Mandioca; 2-Horta (cheiro verde, alface e rúcula); 3- Abacaxi; 4 e 5- Alface;
6- Berinjela; 7- Banana; 8- Milho; 9- Cana-de-açúcar

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

A tabela 13 representa os tipos de frutas/árvores frutíferas que foram encontradas nas propriedades rurais, algumas das árvores frutíferas citadas ainda não tiveram produção do fruto. Os entrevistados comentam sobre o plantio recente e/ou dificuldade no crescimento das árvores, e que futuramente o destino será o consumo pela família.

Foram levantados 35 tipos de frutas no município, com destaque para banana, manga, limão, abacate e laranja. O destino da produção da grande maioria é para o autoconsumo. Já para a venda, as frutas citadas foram: melancia, maracujá, limão, laranja, amora, acerola, banana, abacate e goiaba.

A tabela 14 apresenta os 13 produtos encontrados na horta cultivada pelos entrevistados, 10 agricultores preferiram não detalhar os produtos da horta, assim, tabulamos como hortaliças em geral. As hortaliças encontradas com mais frequência: alface, almeirão, couve, rúcula e pimentão. O destino da produção majoritariamente é para o autoconsumo, e para o mercado os citados foram: agrião, alface, almeirão, cebolinha, cheiro verde, couve e rúcula. Os legumes (tabela 15) abóbora e/ou abobrinha, berinjela, quiabo e pepino são fornecidos ao Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o rabanete e o chuchu exclusivos ao autoconsumo.

A diversidade no cultivo de frutas e de hortaliças nas propriedades visitadas apresenta-se como importante estratégia em relação à produção para o autoconsumo dos agricultores (CORONA; FERREIRA, 2012). Porém, os agricultores não fornecem seus produtos em feiras de alimentos, os circuitos curtos de comercialização seria uma estratégia para complementar a renda dos pequenos produtores.

Tabela 13: Principais produtos da agricultura: Frutas/árvores frutíferas

Produtos da agricultura	Produtores	Destino da Produção	
		Autoconsumo	Mercado
Frutas/árvores frutíferas			
Abacate	62	58	2
Abacaxi	1	1	0
Acerola	21	20	1
Amora	13	12	1
Ameixa	2	2	0
Banana	77	72	11
Café	11	11	0
Carambola	4	4	0
Caju	7	7	0
Caqui	3	3	0
Seriguela	5	5	0
Coqueiro	9	9	0
Figo da Índia	1	1	0

Fruta do Conde	1	1	0
Gabiroba	3	3	0
Goiaba	10	9	1
Graviola	4	4	0
Jambo	2	2	0
Jaca	8	8	0
Jabuticaba	12	12	0
Laranja	50	46	4
Limão	74	71	3
Lichia	7	7	0
Mamão	13	13	0
Manga	77	70	7
Maçã	2	2	0
Maracujá	8	7	1
Melancia	2	1	1
Pitaia	1	1	0
Pêssego	1	1	0
Poncã	1	1	0
Romã	1	1	0
Tamarindo	1	1	0
Tomate	6	6	0
Uva	2	2	0

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 14: Principais produtos da agricultura: Hortaliças

Produtos da agricultura	Produtores	Destino da Produção	
		Autoconsumo	Mercado
Hortaliças em geral	10	10	2
Agrião	3	2	1
Alface	30	24	6
Almeirão	15	11	4
Cebolinha	9	8	1
Cheiro Verde	8	7	1
Chicória	4	4	0
Coentro	1	1	0
Couve	22	21	1
Escarola	1	1	0
Hortelã	1	1	0
Pimentão	10	10	0
Rúcula	13	10	3
Temperos	4	4	0

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 15: Principais produtos da agricultura: Legumes

Produtos da agricultura	Produtores	Destino da Produção	
<i>Legumes</i>		<i>Autoconsumo</i>	<i>Mercado</i>
Abóbora e/ou abobrinha	44	38	7
Berinjela	15	13	5
Chuchu	17	17	0
Rabanete	1	1	0
Quiabo	5	3	2
Pepino	3	2	1

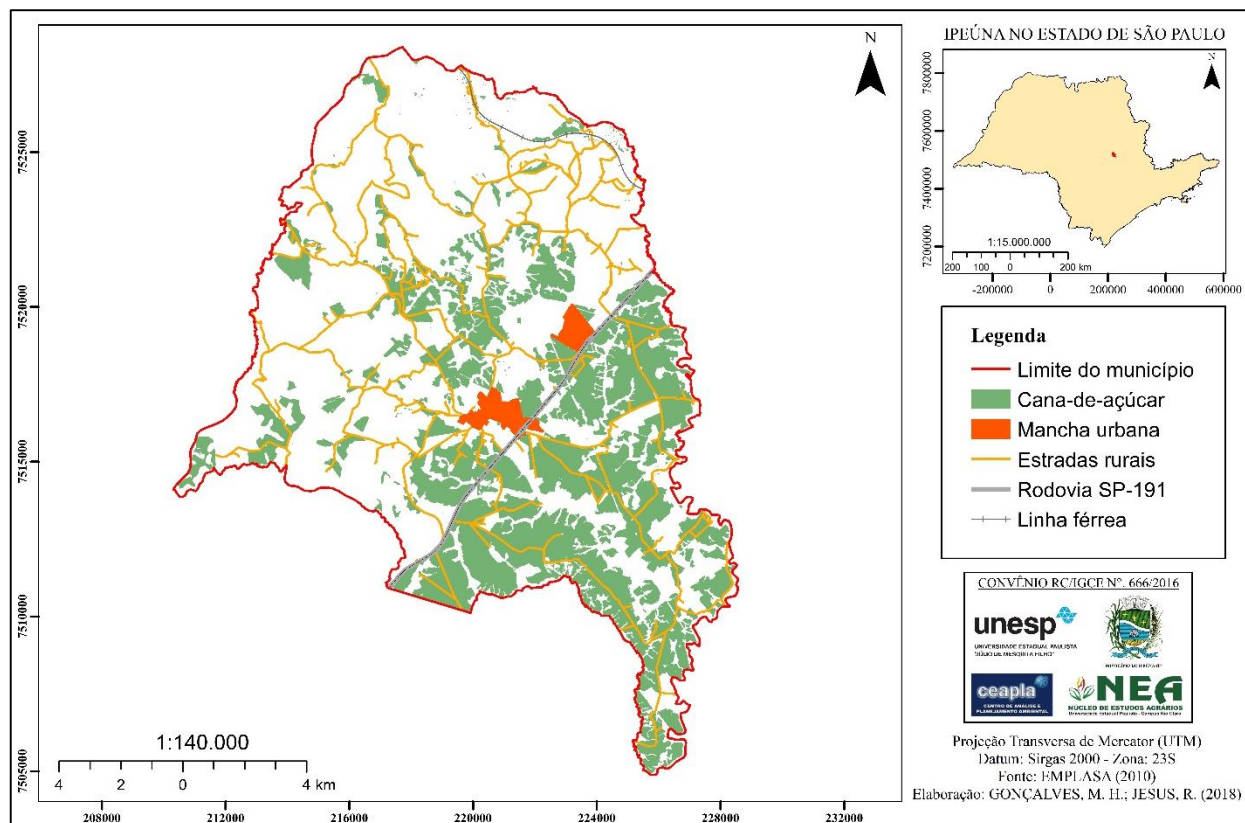
Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

As tabelas 16 e 17 apresentam os tipos de grãos, as gramíneas e os outros produtos encontrados na lavoura. Destaca-se o milho, a cana-de-açúcar e a mandioca, esses cultivos são os mais frequentes, os agricultores comentam que os utilizam tanto para a alimentação das criações como para alimentação da família, exceto a cana-de-açúcar, que não é consumida com expressividade pelas famílias, ela é utilizada para a alimentação das criações ou destinada às usinas canavieiras. O milho e a mandioca representam a alternatividade, ou seja, são destinados tanto para a alimentação da família, alimentação das criações (rações) e para a venda. Em complementação as essas análises, Wanderley (1996) explica: “(...) há uma esfera do consumo doméstico que pode ser abastecida diretamente do roçado para a casa, de produtos que podem ser autoconsumidos ou vendidos. Este é particularmente o caso da mandioca. São produtos que têm a marca da alternatividade” (WANDERLEY, 1996, p. 11).

A cana-de-açúcar está presente no município desde os anos 1950, é produzida em grande quantidade e destinada exclusivamente para as usinas da mesorregião de Piracicaba³⁹. A figura 27 mostra que da área total do município de Ipeúna, 24% está ocupada com essa monocultura, sabido que tal percentagem equivale a 7 mil hectares.

³⁹Segundo o Anuário da Cana de açúcar, em 2016 na Mesorregião de Piracicaba havia 12 Usinas canavieiras instaladas e ativas.<https://www.anuariousinas.com.br/>

Figura 27: Mapa de Distribuição da cana-de-açúcar no município de Ipeúna/SP.



Dois entrevistados optaram por parar de vender macadâmia há pouco mais de um ano. O motivo é que em propriedades vizinhas o plantio de cana-de-açúcar aumentou e os agrotóxicos utilizados nestas lavouras acabaram prejudicando o desenvolvimento da macadâmia, assim, para não terem mais prejuízos no plantio, decidiram extinguir a produção. A última safra da macadâmia produziu três toneladas com renda de aproximadamente 10 mil reais.

Tabela 16: Principais produtos da agricultura: Grãos

Produtos da agricultura	Produtores	Destino da Produção	
		Autoconsumo	Mercado
Grãos			
Milho	31	29	10
Feijão	19	18	3
Arroz	2	2	0
Amendoim	2	2	0
Sorgo	1	1	0

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 17: Principais produtos da agricultura: Gramíneas e outros produtos

Produtos da agricultura	Produtores	Destino da Produção	
Gramíneas e outros produtos		<i>Autoconsumo</i>	Mercado
Cana-de-açúcar	87	38	42
Napiê	3	3	0
Mandioca	65	57	14
Macadâmia	4	0	4
Mudas	2	2	2
Silvicultura	2	1	1
Sem produção Agrícola		18	
Não Sabe Responder		1	
Não Quer Responder		6	

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Nas criações de animais (tabela 18) o destaque é para a pecuária bovina - de corte e leite - e o frango (ovos e corte). A produção pecuária é, também, outra atividade tradicional, presente principalmente nas pequenas propriedades rurais, ela faz parte da história da agricultura do município, seguido pelo cultivo da cana-de-açúcar. A produção bovina é encaminhada para o laticínios de Ipeúna⁴⁰ e/ou para os frigoríficos da região. Uma peculiaridade que foi encontrado no município é a criação de búfalos, três proprietários estão iniciando a atividade (figura 29).

Nas visitas foram encontrados apenas três agricultores que produzem frango, integrados à Korin Agropecuária Ltda. Observou-se que o manejo é rigoroso, os entrevistados comentaram que os frangos vivem em galpões, com o máximo de densidade entre 10 animais por metro quadrado. Essas aves preservam um período mínimo de 8 horas de escuro, que ajuda na redução do estresse. Porém, destes frangos, não foi autorizado fazer registro fotográfico.

No assentamento, observa-se que os frangos caipiras são criados soltos pelas propriedades rurais, não existe uma diferenciação dos frangos que são destinados ao corte e para a produção de ovos. Os assentados comentam que os valores do frango caipira inteiro e limpo ficam em torno de R\$ 20,00 a 40,00, geralmente os citadinos vão até os lotes para efetuar a compra. Os equinos são utilizados tanto para o transporte (em pequenas distâncias), como para auxiliar os agricultores no manejo do gado e também para o lazer. Quando foram perguntados sobre os suínos, imediatamente os agricultores relatavam: “porco é para o gasto”, ou seja, não há comercialização, essa criação é somente para o autoconsumo. Além disso, há 43 propriedades rurais que não possuem produção animal, ou seja, dedicam-se somente a

⁴⁰ Ipê Campos Leite e Queijo, localizado na área urbana de Ipeúna.

produtos da agricultura. A tabela 19, apresenta os principais destinos da produção animal, a comercialização e o autoconsumo foram os mais frequentes.

Visando a agregação de valor aos produtos, os entrevistados foram questionados se realizavam o processamento artesanal de algum produto nas propriedades (tabela 20), sabido que a maioria comentou que não há esse tipo de beneficiamento em virtude da burocracia imposta pela vigilância sanitária. Porém, ainda foram identificados alguns produtos artesanais como queijo, requeijão, linguiça, licores, cachaça, doces, pães, bolachas e vassoura caipira (figura 28). Essa prática aparece para o autoconsumo familiar, exceto a vassoura caipira que é comercializada.

Figura 28: Produtos beneficiados – Queijo e Cachaça



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

A respeito da divisão das tarefas realizadas na propriedade (tabela 21), a maioria dos homens dedicam-se às atividades agrícolas. As atividades não agrícolas ficam a cargo das mulheres, e aquelas que desempenham ambas atividades comentam sobre os serviços domésticos, cuidar da horta, “ajudar na roça” e na comercialização dos produtos. Na prática, a “ajuda”, muitas vezes, demonstra um não reconhecimento da mulher como agente no processo produtivo familiar, o que contribui para subestimar ainda mais o valor da mão de obra familiar quando da contabilidade dos custos de produção (CARNEIRO, 2008).

Percebeu-se que os entrevistados que têm filhos em idade escolar, sentiram-se desconfortáveis com essa pergunta, fato que se deve a fiscalização do Conselho Tutelar sobre o trabalho infantil. A resposta que nos deram a respeito das crianças foi: “não sabem responder”.

Tabela 18: Produção animal

Produção animal	Produtores
Bovinos Corte	70
Bovinos Leite	52
Frango corte	57
Frango ovos	60
Equinos	49
Peixe	9
Suínos	44
Sem produção animal	43
Não quer responder	7
Não sabe responder	1

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 19: Produção animal: Principais destinos

Principais Destinos	Produtores
Comercialização	82
Autoconsumo	80
Sem Produção	39
Não Sabe Responder	5
Não Quer Responder	6

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 20: Processamento artesanal de algum produto

Processamento artesanal	Frequência
Não	137
Queijo	27
Não Sabe Responder	13
Outros	7
Linguiça	6
Doces	3
Cachaça	1
Total	194

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 21: Divisão das tarefas

Divisão de tarefas	Homens	Mulheres	Crianças
Agrícola	33	23	3
Não Agrícola	13	40	1
Não há divisão			34
Não Sabe Responder			32
Não Quer Responder			10
Total		185	

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Figura 29: Produção animal encontrada nas propriedades



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

5.1.3 Subsistema Técnico: Como é produzido.

Após compreender o que os entrevistados produzem, apresenta-se a funcionalidade da propriedade rural, ou seja, como é feita a produção. Geralmente quando se pensa nas técnicas utilizadas na agricultura, vem em pensamento uma produção mecanizada, com utilização de insumos químicos. Esse “pacote tecnológico” poderia garantir culturas com altas produtividades. Sabe-se que foi através da assistência técnica, após modernização da agricultura, que chegaram ao campo as indústrias de agroquímicos, os equipamentos, sementes e matrizes de animais selecionadas, etc. Dessa forma, foi pertinente perguntar aos entrevistados como é feita a produção, isto é, se o produtor rural conta com a assistência técnica, se na

propriedade utilizam sementes (orgânicas ou convencionais/industriais), adubos, corretivos e quais são as práticas, as técnicas de manejo escolhidas pelos agricultores.

A maioria dos agricultores contam com assistência técnica (tabela 22) esporadicamente, quando precisam são atendidos por agrônomos, veterinários e técnicos da CPMO. O serviço mais frequente é a vacinação animal, feita pela veterinária da Casa da Agricultura, pelo o qual os agricultores pagam o valor das vacinas. Os assentados são atendidos de vez em quando pelos técnicos do ITESP ou pela Casa da Agricultura do município.

Tendo em vista a criação da lei municipal de 2015 que nomeia Ipeúna como “Capital Nacional da Agricultura Natural”, perguntou-se a respeito da utilização de insumos nas propriedades rurais. O gráfico 8 mostra que a utilização de insumos pelos entrevistados é majoritariamente constituída por produtos não orgânicos/convencionais. Percebe-se pela frequência de respostas que muitas das propriedades incorporam algum tipo de inovações químicas e/ou biológicas (sementes transgênicas, insumos agrícolas), como pode ser observado na figura 30. Corona e Ferreira (2012) comentam: “As mudanças mais marcantes para os agricultores no modo de plantar determinados produtos, na necessidade do adubo químico e das sementes selecionadas, no uso intensivo de agrotóxicos cada vez mais ‘necessários’ porque os agricultores ficam mais expostos às pragas e às ervas daninhas” (CORONA; FERREIRA, 2012, p. 130, aspas da autora).

Sendo assim, os agricultores utilizam significativas quantidades de agrotóxicos e, em consequência, estão expostos a riscos de intoxicação em todas as fases do sistema produtivo. Além do mais, trata-se de um ambiente no qual há o comprometimento dos recursos naturais para a implantação do modelo de agricultura natural.

A degradação ambiental, causada por práticas agrícolas inadequadas, também está relacionada à excessiva simplificação dos agroecossistemas. Além da contaminação dos solos, das águas e dos alimentos, a utilização desses insumos provoca reações de defesa nos organismos que se pretende controlar. Corona e Ferreira (2012) afirmam,

Pode-se afirmar que as práticas técnicas para a conservação ambiental estão vinculadas à dinâmica familiar em que pesam a disponibilidade de mão de obra, as experiências com problemas concretos de doença na família, o enfrentamento às restrições ao uso da terra, em função das tecnologias modernas, os conhecimentos adquiridos e transformados em ações de conservação, entre outros aspectos (CORONA; FERREIRA, 2012, p. 167).

Sabemos que a Câmara de Vereadores vem articulando lei de proibição da pulverização aérea, sabido que essa é uma das iniciativas que o município, junto com a Comissão Municipal

da Agricultura Natural, vem pleiteando. Em relação às práticas e às técnicas de manejo da produção (tabela 23) mais utilizadas temos: a vacinação animal, a adubação, a adoção de curvas de nível, a correção do solo e a análise laboratorial do solo.

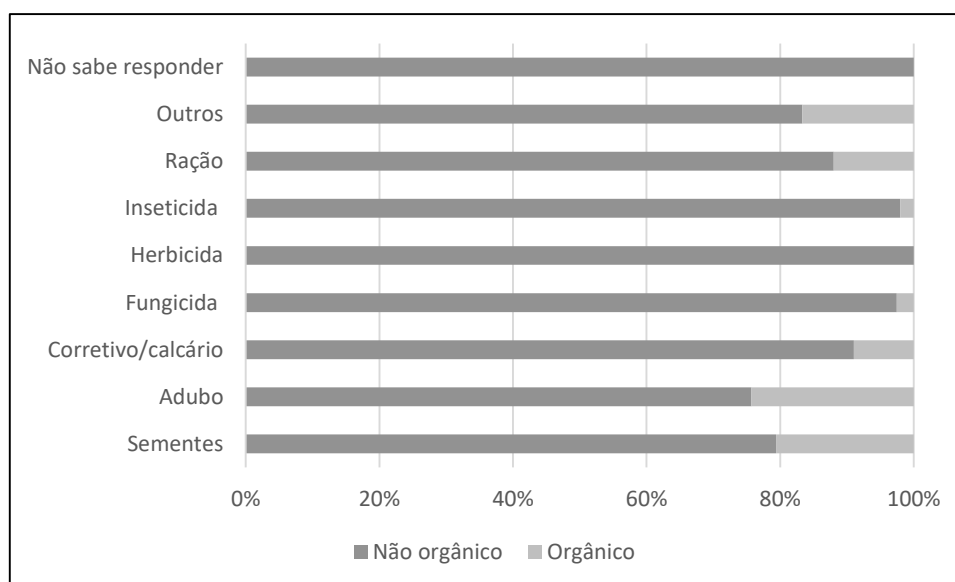
Sendo o solo um dos mais importantes fatores para a produção, a técnica da curva de nível é utilizada para evitar a erosão. As curvas de nível refletem as adaptações de acordo com as condições do relevo das propriedades agrícolas (CORONA; FERREIRA, 2012), porém na área de estudo, 50 entrevistados comentam utilizar essa técnica. Para Queiroga (2012), são várias as razões pelas quais os agricultores não optam pela adoção à prática da curva de nível, “(...) essa adoção implica aumento de custos, do trabalho de máquinas e de sua mão de obra durante as operações de cultivo e manejo, além das curvas reduzirem as áreas de cultivos” (QUEIROGA, 2012, p. 79).

Tabela 22: Assistência Técnica

Respostas	Assistência Técnica
Sim	94
Não	79
Não Quer Responder	6
Não Sabe Responder	6
Total	185

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Gráfico 8: Utilização de Insumos nas propriedades



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Figura 30: Insumos e Técnicas de manejo da produção



Legenda: 1- Fertilizante (NPK); 2- Sementes Transgênicas; 3- Pulverizador costal ; 4- Terra arada; 5- Plantio em Curva de Nível; 6- Ração; 7- Vacinas

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tabela 23: Práticas/técnicas de manejo da produção

Práticas/técnicas de manejo da produção	Sim	Não
Vacinação animal	85	74
Adubação	56	103
Adoção de Curvas de nível	50	109
Correção de solo	49	110
Análises laboratoriais de solo	42	117
Rotação de culturas	32	127
Rotação de terras	22	137
Análises laboratoriais de água	22	137
Rotação de culturas e pastagem	20	139
Não Quer Responder		20
Inseminação/reprodução de matrizes	19	140
Irrigação	12	147
Inseminação artificial / ITF	6	153
Não Sabe Responder		6
Queimada	5	154
Estufa	4	155

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

5.2 Delineando os subsistemas externos das Propriedades Rurais

A necessidade de pensar a agricultura como sistema e compreender a sua organização espacial vêm ao encontro dos subsistemas externos as propriedades rurais. Chayanov (2017), explica que a agricultura e a pecuária, por sua própria natureza, estão ligadas à fatores externos. A partir deste momento o olhar é direcionado aos elementos externos à propriedade, mas que fazem relação direta com os elementos internos que foram descritos anteriormente. Serão expostos os dados que correspondem aos elementos econômicos, ecológicos, demográfico-culturais e políticos.

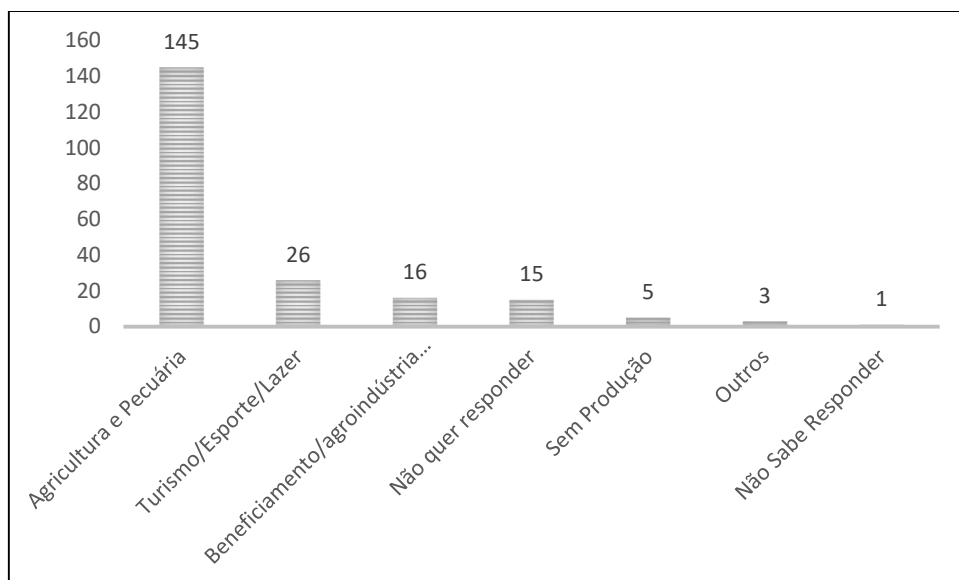
5.2.1 Subsistema econômico: Qual o custo da produção e sua rentabilidade.

Com a finalidade de conhecer alguns aspectos de ordem econômica dos agricultores, perguntou-se sobre os tipos de atividades desenvolvidas nas propriedades rurais; foi indagado sobre a atividade que gera mais renda para as famílias, quanto tempo se dedicam à principal atividade, total da renda mensal em Salários Mínimos⁴¹ e, se havia algum membro da família que recebe aposentadoria.

É possível observar no gráfico 10 que agricultura e pecuária são as atividades dominantes no espaço rural do município, complementadas em alguns casos (16 propriedades) pelo beneficiamento da produção, principalmente, do queijo, linguiça, doces e cachaça. Seguida das propriedades rurais que cumprem a função de lazer das famílias, conhecidos também como os moradores de finais de semana e os campings procurados pelos turistas (figura 31).

⁴¹ Utilizamos o salário mínimo do ano de 2017, pois foi a época em que coletamos a maior parte dos dados.

Gráfico 9: Tipo de atividade desenvolvida nas propriedades rurais



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Figura 31: Camping e chácaras de lazer

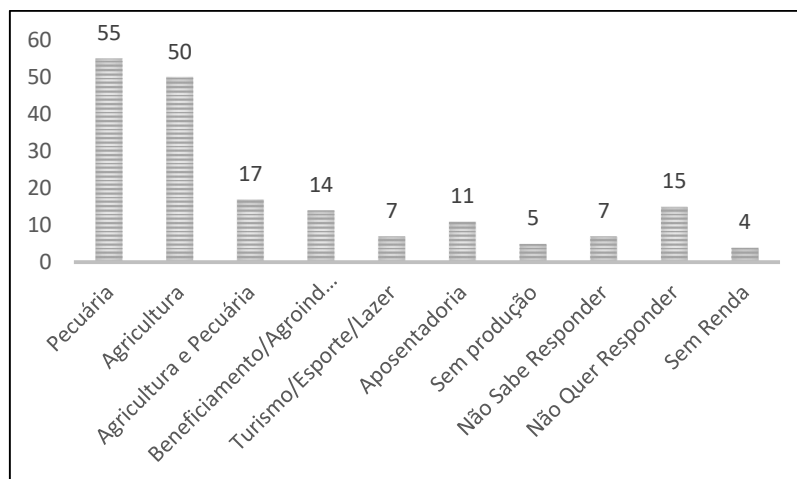


Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Diante disso, as atividades que geram mais renda (gráfico 10) às famílias são a pecuária e a agricultura. Como já referenciado anteriormente, a pecuária é a atividade tradicional, assim, a criação de bovinos para corte não exige a presença frequente dos proprietários; em alguns casos a criação fica sob a responsabilidade dos administradores e/ou caseiros. Importante lembrar que Ipeúna tem porções do relevo íngreme e essa condição dificulta o desenvolvimento

de outros tipos de agricultura. Deve-se salientar que as condições físicas do assentamento são precárias, existe a presença de tocos de eucalipto nos lotes, e por esses motivos, prevalece a pecuária, que a figura 32 evidencia.

Gráfico 10: Atividade que gera mais renda



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Figura 32: Relevo íngreme e tocos de eucalipto, Ipeúna-SP

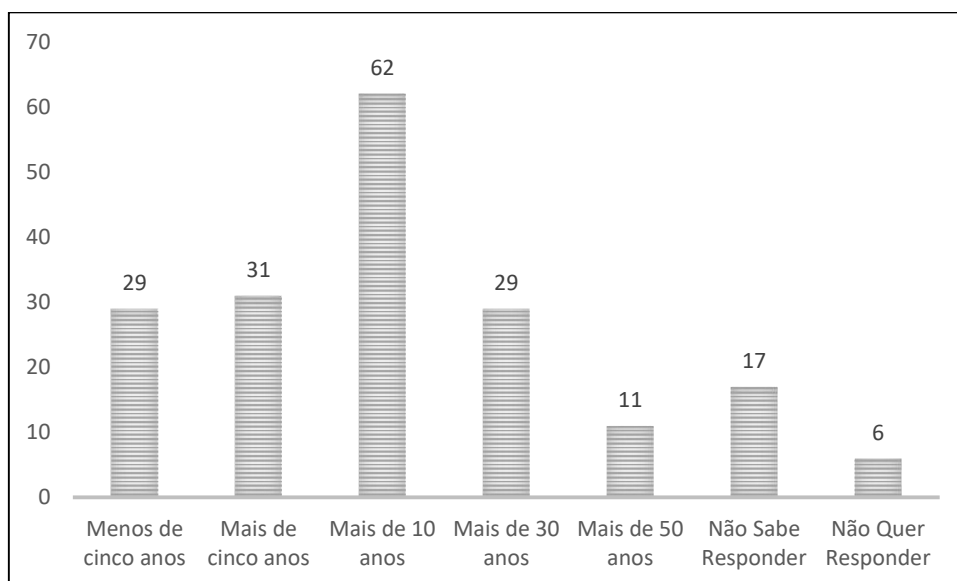


Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Tem-se no município terras que pertencem à família, há menos de 10 anos, se instalaram nas propriedades e não apontam uma tradição agrícola. Ainda deve-se considerar que 62 propriedades desenvolvem a mesma atividade há mais 10 anos, nas quais foi identificado o

cultivo da cana-de-açúcar como prática principal. Trata-se de um grupo que tem na cultura canavieira uma fonte de rendimentos, sem significar que sejam os produtores efetivos. Além disso, existem propriedades que pertencem à mesma família há mais de cinquenta anos, nas quais domina a pecuária, aqui identifica-se uma tradição agrícola, essa análise pode ser observado no gráfico 11.

Gráfico 11: Tempo, em anos, que se dedica a agricultura e pecuária

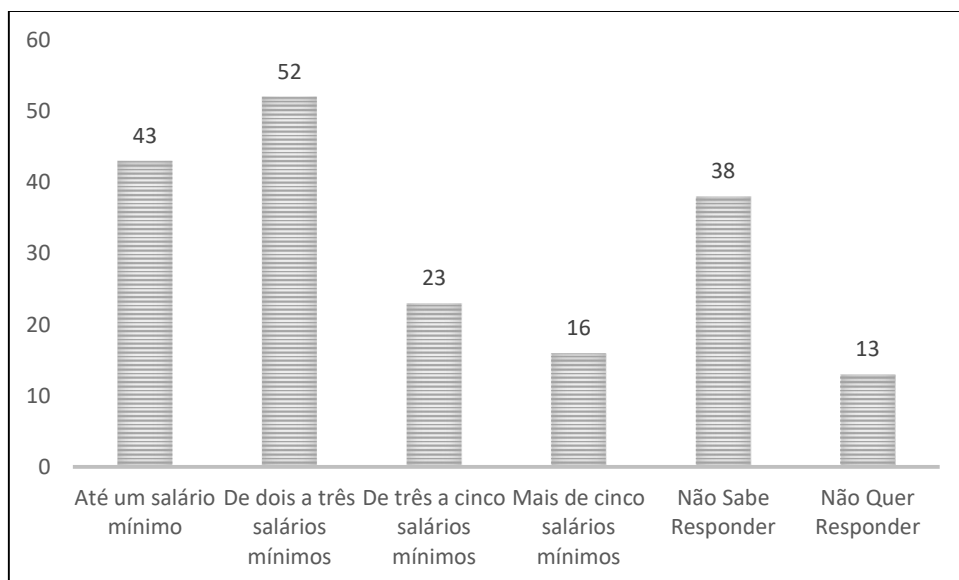


*Os dados foram apresentados em classes, preservando as peculiaridades do município.

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Foi perguntado sobre a renda mensal dos entrevistados (gráfico 12), a maioria recebe mensalmente entre dois e três salários mínimos, isso vai ao encontro dos dados divulgados pelo IBGE em 2016, referente aos trabalhadores formais no município, que é de 2,5 salários mínimos. Percebe-se que muitos dos entrevistados ficaram desconfortáveis para responder essa questão, optaram pelas alternativas não sabe e não quer responder.

A aposentadoria rural (tabela 24), não é a principal fonte de renda para a maioria dos entrevistados. Para aqueles que recebem a aposentadoria, ela pode ser analisada como um indicador da renda complementar nas propriedades. Além do pagamento de despesas pessoais, tais como medicamentos, alimentação, vestuário, entre outras, o dinheiro recebido pela aposentadoria também é investido na propriedade, seja na compra de insumos, maquinários, construção, pequenas reformas de benfeitorias, etc.

Gráfico 12: Total da renda mensal em Salários Mínimos⁴²

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018

Tabela 24: Membro da família que recebe aposentadoria

Membro da Família recebe aposentadoria	Frequência
Não	85
Sim	81
Não Sabe Responder	13
Não Quer Responder	6
Total	185

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

5.2.2 Subsistema ecológico: Recursos hídricos na propriedade.

Além dos elementos internos à propriedade, os elementos ecológicos são relevantes para a compreensão da organização espacial, eles fornecem as condições em que se desenvolvem os diferentes tipos de cultura. Sabe-se que o setor agrícola é o que mais demanda água e o uso excessivo de agrotóxicos sem o controle correto colabora com a contaminação das águas. Existem diversas informações que podem ser levantadas no sistema ecológico e/ou ambiental, porém vamos nos deter apenas em apresentar o que foi encontrado nas propriedades rurais visitadas.

⁴² Salário Mínimo a partir de 01/01/2017 – R\$ 937,00

Assim, com o propósito de conhecer o potencial hídrico das propriedades rurais, compreender como esses elementos interferem concretamente nas transformações da agricultura e no uso não agrícola, perguntamos quais eram os tipos de recursos hídricos (figura 34), quantidade que existia nas propriedades e o uso da água (agrícola e não agrícola). A tabela 25 mostra que 174 propriedades rurais possuem algum tipo de recurso hídrico, estas propriedades possuem mais de um tipo de recurso, somente três não possuem algum recurso hídrico, elas estão localizadas no assentamento. Deve-se salientar que no assentamento existem poços artesianos para uso coletivo, porém não contemplam todos os lotes, sendo assim, perdura a falta de água potável para algumas famílias.

Vale destacar a quantidade de nascentes que o município apresenta: são fontes de água que surgem em determinados locais da superfície do solo, correspondendo ao local onde se inicia um curso de água, seja ele grande ou pequeno. Elas se formam quando o aquífero alcança a superfície e a água armazenada no subsolo jorra. Essa quantidade relevante de nascentes fez com que refletíssemos a respeito das estratégias de preservação, as quais devem abranger alguns pontos básicos tais como: o controle da erosão do solo por meio de estruturas físicas e barreiras vegetais de contenção e a minimização de contaminação química e biológica (agrotóxicos).

Como já foi dito, no município a pecuária é uma das atividades principais, e junto com a mineração, estão associadas a uma das principais causas da degradação das nascentes. Na área rural, na qual existe a extração mineradora, os entrevistados não responderam à maioria das perguntas do formulário.

Cabe ressaltar que a retirada da cobertura vegetal, no caso da área pesquisada, associada ao uso agrícola regular (compactação do solo pela pecuária) potencializaram os processos erosivos dos solos e o assoreamento dos cursos d'água e tais exemplos podem ser observados na figura 33. A perda da capacidade do solo em reter água influenciará na reposição das nascentes, podendo afetar o abastecimento humano. Por sua vez, com a erosão ocorre o assoreamento dos cursos d'água e o transporte de nutrientes e agrotóxicos, contidos no solo, os quais vão causar a contaminação dos recursos hídricos que abastecem tanto os espaços rurais como os espaços urbanos (MARTINS; VALENCIO, 2003).

Proteger nascentes é fundamental para conservação do potencial hídrico municipal. E como já mencionado, é na porção norte que se concentra a grande disponibilidade de nascentes, enquanto na porção sul do município temos o encontro dos três principais rios: o Passa Cinco, o Rio Cabeça e o Ribeirão da Água Vermelha; o encontro destes corpos hídricos mostra a potencialidade hídrica. Além da utilização da água para a agricultura, também encontram-se os

hotéis e as chácaras de lazer que são alugadas nos finais de semana e em época de veraneio, com utilização não agrícola da água, como está representado na figura 35.

Tabela 25: Recursos hídricos encontrados nas propriedades

Recursos hídricos - na propriedade há	Frequência
Nascente/olho d'água	90
Poço artesiano/fonte/mina	77
Córrego	70
Represa	37
Rio	34
Lago/lagoa	22
Não quer responder	8
Cachoeira	3
Nenhum	3

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Figura 33: Assoreamento dos cursos d'água, Ipeúna-SP



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Figura 34: Tipos de recursos hídricos: poços artesianos, nascentes, rios, cachoeiras



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Figura 35: Utilização não agrícola da água - hotéis e chácaras de lazer



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

5.2.3 Subsistema demográfico-cultural

Os aspectos apresentados agora são de caráter demográfico e cultural. Esse subsistema tem a finalidade de demonstrar e identificar como se apresentam os padrões culturais e as tradições de populações rurais. Os indicadores demográficos estão vinculados à taxa de masculinidade e força de trabalho disponível nas propriedades.

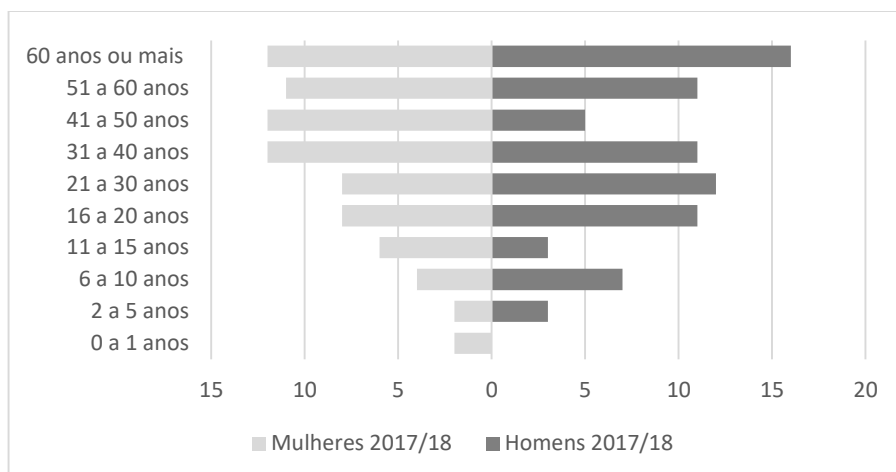
Os gráficos 13 e 14 apresentam as pirâmides etárias; o primeiro refere-se aos assentados e o outro é referente à população rural fora do assentamento. A primeira pirâmide demonstra que existem poucas crianças (faixa etária de 0 a 10), havendo um predomínio em termos de uma população na faixa etária de 16 a 40 anos, que em muitos casos foram assentadas recentemente e estão em busca de oportunidades no meio rural. O assentamento seria um espaço que oferece uma série de atributos, dentre eles, a força de trabalho, que favorece a implantação de um modelo de fazer agricultura em moldes naturais.

A segunda pirâmide também aponta para poucas crianças na área rural, além disso, demonstra que há um número significativo de homens e mulheres, em faixa etária de 21 a 50 anos, sendo então um grupo potencial que poderia implementar a agricultura natural em suas propriedades. Contudo, o mesmo grupo, apesar de residir no campo ipeunense, desenvolve atividades não agrícolas no espaço urbano.

A faixa etária de 60 anos nos mostra também que predomina na área rural de Ipeúna o padrão já evidenciado para o campo brasileiro, ou seja, masculinizado e idoso. “O envelhecimento e a masculinização do meio rural são, talvez, a expressão mais flagrante de seu declínio” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999 p.15). Neste sentido, a força de trabalho disponível, as barreiras econômicas, psicológicas e culturais ou de informação podem definir as escolhas desse grupo de agricultores que com uma idade avançada não tendem a arriscar-se financeiramente em implementar novos modelos de agricultura.

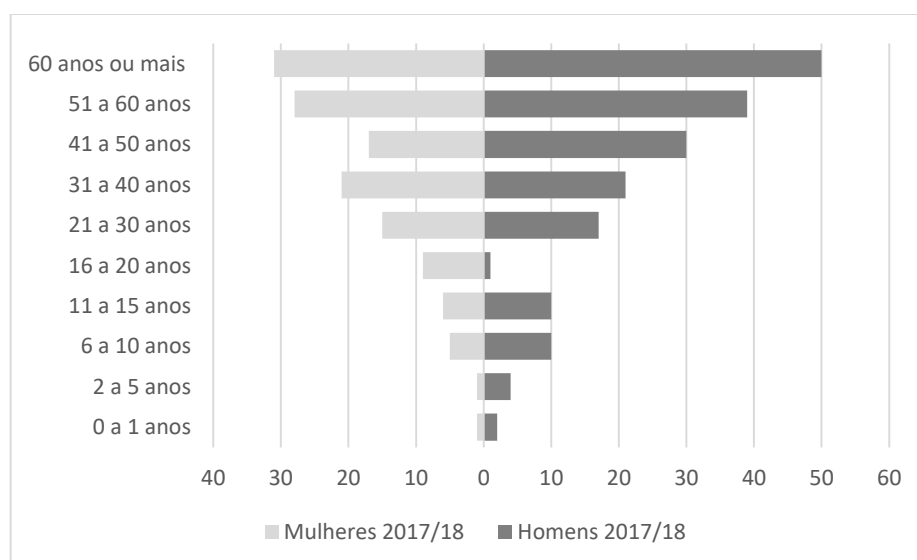
Isso posto, a faixa etária é um indicador que auxilia no planejamento e na construção de um cenário futuro. Também é possível pensar em políticas públicas para o município visando suprir as demandas de seus moradores.

Gráfico 13: Pirâmide Etária: População Rural, Assentamento Horto de Camaquã, Ipeúna/SP



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 14: Pirâmide Etária: População Rural, Ipeúna/SP



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

5.2.4 Subsistema Político: Participa de sindicatos e/ou cooperativas.

A análise dos aspectos políticos refere-se às questões sobre o interesse do entrevistado em obter informação sobre o meio rural, se é associado/filiado em alguma instituição e a importância de estarem organizados em cooperativa. Essas questões têm o objetivo de auxiliar o poder público do município a uma aproximação com a realidade dos rurais e permitirá um processo de gestão territorial mais adequado.

Nos casos estudados constatou-se que o noticiário sobre o meio rural (tabela 26) é acompanhado com frequência por 65% dos entrevistados, os programas televisivos citados foram: o Globo Rural e o Canal do Boi. Quando os agricultores acompanham programas de rádio e/ou TV, auxiliam na ampliação de seus conhecimentos sobre o meio rural, além de aprenderem novas técnicas e, principalmente, visualizarem e ouvirem exemplos, contudo o acesso a informação por meio de programas televisivos como por exemplo “Agro: a indústria-riqueza do Brasil; O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo” fazem uma divulgação de apenas um único discurso, pautado na modernização da agricultura com base na utilização dos insumos químicos e outros modelos alternativos de se fazer agricultura não são mencionados pela mídia televisiva.

Ao questionar se eles estão associados/filiados a alguma instituição (tabela 27), a maioria respondeu não ter vínculo com nenhuma instituição e refere-se aos pequenos produtores; os outros comentam estarem vinculados a cooperativas, sindicatos, partidos políticos e clubes, sendo que muitos perpassam por mais de uma instituição, e atribui-se aos médios e grandes produtores. É no Assentamento que a maioria dos agricultores não possuem a prática da associatividade. Acredita-se que a participação e a organização em alguma cooperativa/associação contribuiria para o pensar e o agir coletivo, essa forma organizativa entre os produtores colaboraria com a dinamização de atividades agrícolas e não agrícolas. Chayanov (2017) explana sobre o trabalho organizado em cooperativas agrícolas em pequenas propriedades e acumulação de capital cooperativo:

Iniciando, via de regra, pela parceria entre pequenos produtores para a aquisição dos meios agrícolas de produção, em pouco tempo as cooperativas se voltam para a organização da comercialização dos produtos agrícolas, que elas desenvolvem na forma de gigantescas alianças reunindo (...) pequenos agricultores. Quando essa forma de operações intermediárias alcança o necessário escopo e estabilidade, ela forma a base de um funcionamento fluido aparato cooperativo e – o que é especialmente importante – de forma análoga ao desenvolvimento do capitalismo, ocorre uma acumulação inicial de capital cooperativo (CHAYANOV, 2017, p. 48-49).

Quando questionados se consideram importante os agricultores estarem organizados em associações ou cooperativas para obter benefício na compra de insumos, maquinários, assistência técnica, comercialização da produção, etc., 84% dos entrevistados comentam sobre a importância da organização em cooperativas (tabela 28). Assim, segundo a análise de Hespanhol (2008b):

A associação a pequenos produtores rurais, preferencialmente aqueles que se dedicam aos mesmos segmentos produtivos, se constitui num dos caminhos importantes para a superação de problemas comuns. Por meio de associações, eles podem conseguir: a) comprar insumos químicos a preços mais baixos, em virtude da aquisição se dar em

maior quantidade; b) fazer uso temporário de tratores, colheitadeiras e implementos agrícolas, cujos unitários são elevados; c) ter acesso à assistência técnica oficial ou particular; d) negociar em melhores condições a produção, pois a oferta em maior quantidade de produtos reduz o custo operacional das empresas e elimina a ação dos atravessadores; e) ter acesso a mercados preferenciais, principalmente para o atendimento de demandas públicas tais como o abastecimento de creches, escolas, asilos, presídios etc. (HESPANHOL, 2008b, p. 87).

Sabe-se que, foi ao longo do tempo que os sindicatos, associações e/ou cooperativas mostraram-se como um canal de reivindicação e promoção de iniciativas com a finalidade de amenizar alguns problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, principalmente, no que diz respeito à concessão de alguns direitos antes inexistentes.

Tabela 26: Informações sobre o meio rural

Acompanha noticiário sobre o meio rural	Frequência
Sim	102
De vez em quando	47
Não	25
Não Quer Responder	11
Total	185

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Tabela 27: Tipo de associativismo

É associado a:	Frequência
Nenhuma instituição	86
Cooperativa/associação	60
Sindicato	31
Partido Político	22
Não quer responder	15
Clube	4
Não sabe responder	2
Total	220

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Tabela 28: Importância de estarem organizados em associações

Considera importante estar organizado em cooperativas/associações	Frequência
Sim	157
Não Sabe Responder	16
Não Quer Responder	12
Total	185

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

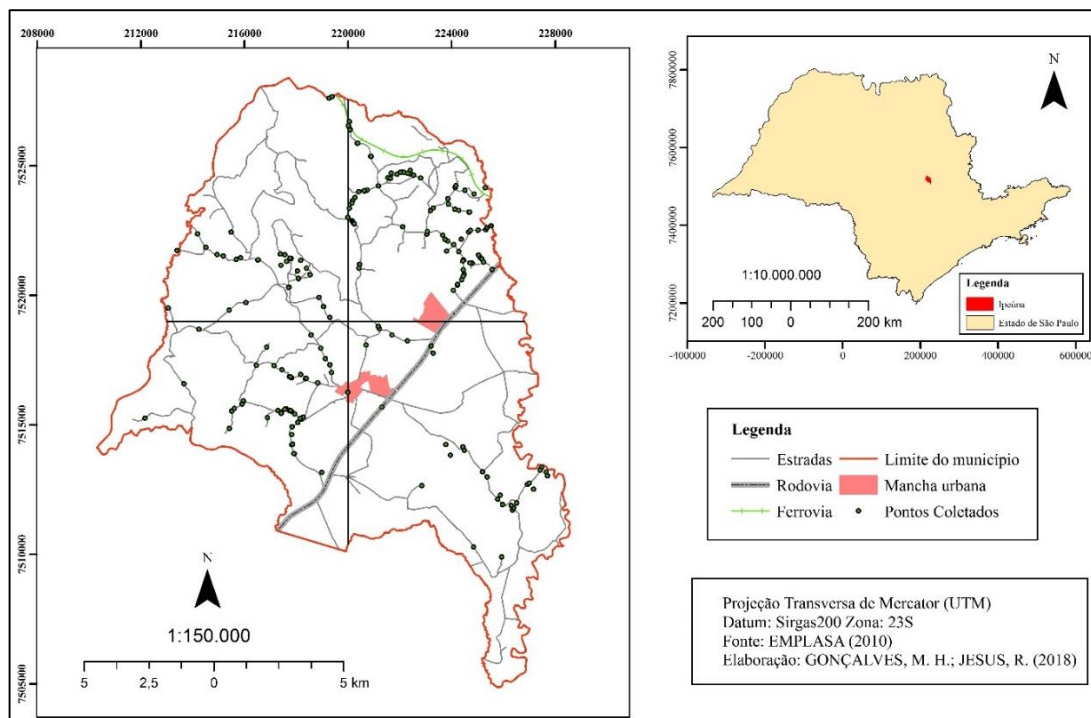
5.3 Delineando o Grau de Modernização dos Agricultores

Para concluir a compreensão da organização do espaço rural, serão apresentados os dados que correspondem aos aspectos do grau de modernização das propriedades. Há quatro variáveis - área total das propriedades, indicadores tecnológicos, nível de investimento e as práticas de autoconsumo estabelecidas pelos agricultores - que auxiliaram na análise das propriedades rurais. Essas questões foram as que contribuíram para a finalização do conhecimento da estrutura e lógica da organização das propriedades rurais de Ipeúna/SP.

5.3.1 Área total das propriedades: O tamanho da propriedade e sua forma de aquisição.

Os dados iniciais referentes a número de propriedades rurais do município de Ipeúna foram fornecidos pelo LUPA/CATI. Assim, no ano de 2008 havia no território do município 374 unidades de produção agropecuária. O total de propriedades visitadas e que estão aqui descritas é de 185, o que corresponde a 49%. Em relação à distribuição espacial podemos observar pela figura 36 que todo o território foi representado, os pontos ficaram concentrados por que foi estabelecido como critério coleta-los nas porteiras das propriedades rurais, obedecendo o percurso das estradas rurais.

Figura 36: Distribuição das propriedades rurais visitadas no município de Ipeúna/SP



Desde o surgimento do município, a estrutura fundiária é baseada em pequenas propriedades e a tabela 29 apresenta como estão distribuídas as propriedades pesquisadas no que se refere ao seu tamanho. Observou-se a prevalência das propriedades de até 50 ha, 147 das visitadas, sendo que as de menor dimensão (1 a 3 hectares) são utilizadas, em geral, como chácaras de veraneio, nas quais a presença do proprietário e família acontece aos finais de semana e/ou em período de férias.

Da dimensão entre 12 e 18 hectares, 38 delas compõem áreas públicas do Governo do Estado de São Paulo, organizadas no nomeado Assentamento de Camaquã. O tamanho total da área é de 1.025 hectares, e, além disso, através de desapropriação amigável, a prefeitura possui cinco propriedades rurais (figura 37). O nome, tamanho, utilização e tempo de pertencimento podem ser observados no quadro 4, todas as propriedades são para a utilização não agrícola, quatro pertencem à prefeitura há mais de dez anos, em somente uma a desapropriação aconteceu recentemente. Outra característica importante é que existem nove famílias tradicionais⁴³ que possuem mais de uma propriedade rural, identificou-se o grupo e as representamos no quadro

⁴³Consideramos famílias tradicionais aquelas em que o tempo de pertencimento da terra está acima de 17 anos com a mesma família.

8⁴⁴. Essas famílias, em sua maioria, vivem da renda da terra, onde associam parte de suas propriedades com o arrendamento da cana-de-açúcar para a usina e a pecuária de corte; verificou-se também a policultura em três propriedades.

Quadro 4: Propriedades Rurais da Prefeitura Municipal

Nome	Triagem para material reciclável	Centro Comunitário dos Pereira	Transbordo de Lixo	Parque Ecológico Henrique Barbeta – “Salto do Nhô Tô”	Estação de tratamento de esgoto
Tamanho em hectares	0,16 hectares	1,3 hectares	10,98 hectares	2,42 hectares	14,56 hectares
Utilização	Reciclagem de materiais	Lazer aos finais de semana, mas está desativado	Descarte de Resíduos Sólidos	Lazer aos finais de semana, espaço para camping	Tratamento de esgoto
Tempo que pertence a prefeitura	43 anos	22 anos	14 anos	11 anos	5 anos

Fonte: Organizado pela autora, Trabalho de campo, 2017/2018.

Figura 37: Propriedades da Prefeitura Municipal



Legenda: 1-Triagem para materiais recicláveis 2- Centro comunitário dos Pereira; 3- Transbordo de Lixo ; 4- Parque Ecológico Henrique Barbeta “Salto do Nhô Tô”; 5- Estação de tratamento de esgoto

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

⁴⁴ Conservamos a identidade das famílias por questões éticas.

Um elemento importante para conhecimento da organização espacial está na forma que os entrevistados obtiveram as propriedades. Nas propriedades rurais visitadas encontraram-se algumas obtidas por compra, herança, ITESP – Assentados de reforma agrária, arrendamento, desapropriação amigável e parte compra, parte herança. Com a discriminação dos resultados, verificamos que a maioria das propriedades foram obtidas por compra (Gráfico 15).

Diante disso, foi averiguado se o tamanho da propriedade é suficiente para a manutenção/sustento da família (Gráfico 16): 56% dos agricultores responderam “sim”, o tamanho é suficiente e acrescentam que o tamanho da propriedade dá para sustentar todo mundo e que existe trabalho de sobra; 35% responderam que não, são os entrevistados que desempenham outras atividades na cidade e aquelas que possuem as chácaras para lazer nos finais de semana; dentre eles também há um morador do assentamento que comenta que se a água chegasse até seu lote o tamanho da propriedade seria suficiente para o desenvolvimento das atividades agrícolas.

Tabela 29: Tamanho das Propriedades rurais em hectares

Tamanho das propriedades em hectares	Frequência
0,1 a 3	24
3,1 a 6	13
6,1 a 9	7
9,1 a 12	9
12,1 a 15	16
15,1 a 18	32
18,1 a 21	12
21,1 a 25	9
25,1 a 50	25
50,1 a 100	12
100,1 a 150	3
Mais de 150,1	7
Não sabe	10
Não quer responder	6
Total	185

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

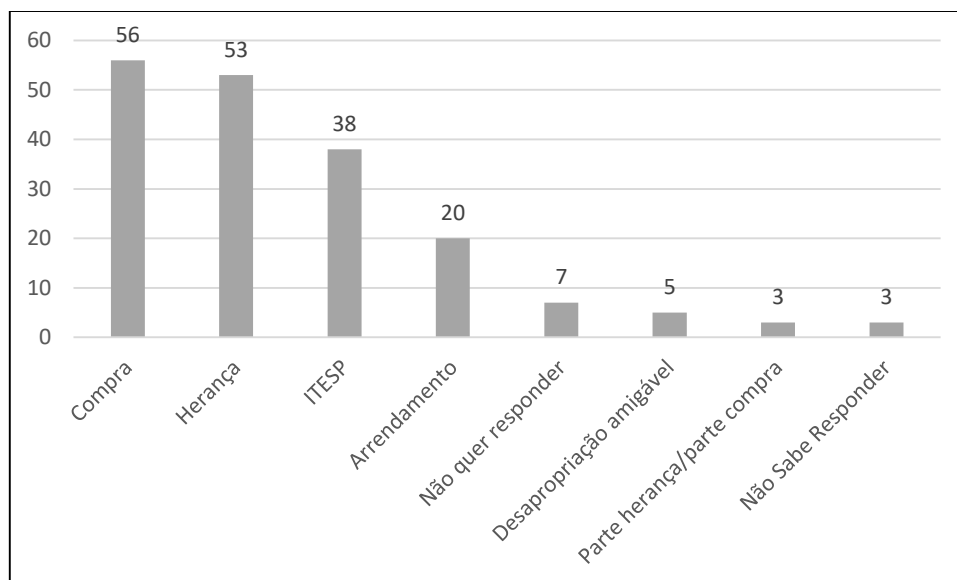
Quadro 5: Famílias tradicionais

Família	Quantidade de propriedades	Localização Quadrantes	Tempo de pertencimento	Área Total em Hectares	Principal Cultivo	Principal Atividade do Proprietário
Família A	10	Quadrante 4 Quadrante 4 Quadrante 4 Quadrante 4 Quadrante 3 Quadrante 3 Quadrante 3 Quadrante 3 Quadrante 1 Quadrante 3	50 anos 67 anos 27anos 52 anos 35 anos 3anos 58 anos 30 anos 65 anos 50 anos	39,93 123,8 13,3 24,4 32,7 27 10,89 62,92 5,87 50,82 Total: 390,63	Cana-de-açúcar Cana e Gado de corte Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar Cana e Gado de corte Gado de corte Gado de corte Gado de corte Cana-de-açúcar Policultura	Cana-de-açúcar – arrendamento Comerciante Cana-de-açúcar - arrendamento Comerciante Cana-de-açúcar – arrendamento – Pecuarista Pecuarista Oficina automotiva Aposentado rural e Pecuarista Funcionário Público Aposentado rural e Corretor de Imóveis
Família B	9	Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2	75 anos 75 anos 75 anos 63anos NS 75 anos 10 anos 19 anos 11 anos	5,4 4,23 9,92 NSR 10,4 9,2 3,63 2,5 0,8 Total: 46,08	Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar Sem produção Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar Policultura Policultura	Cabelereira- Cana-de-açúcar - arrendamento Cabelereira- Cana-de-açúcar - arrendamento Cana-de-açúcar - arrendamento NQR Cana-de-açúcar - arrendamento Cana-de-açúcar - arrendamento Cana-de-açúcar - arrendamento Locatário de casas de veraneio Locatário de casas de veraneio
Família C	7	Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2	45 anos 60 anos 17 anos 19 anos 53 anos 95 anos 60 anos	19,36 19,36 10,3 32,5 30,25 66,55 7,26 Total: 185,58 ha	Cana-de-açúcar Cana e Gado de corte Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar Cana e Gado de corte Cana e Gado de corte Cana-de-açúcar	Agricultor Agricultor Cana-de-açúcar – arrendamento Cana-de-açúcar – arrendamento Cana-de-açúcar – arrendamento - Pecuarista Cana-de-açúcar – arrendamento - Pecuarista Cana-de-açúcar – arrendamento

Família D	6	Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 4 Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 2	9anos 5anos 1ano 14anos 13anos 17anos	5,5 2,96 17,3 2,82 20,1 29,04 Total: 77,72 ha	Gado de corte Gado de corte Gado de corte Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar Gado de corte	Corretor de Imóveis Pecuarista Pecuarista Cana-de-açúcar - arrendamento Produtor rural Pecuarista
Família E	5	Quadrante 3 Quadrante 3 Quadrante 3 Quadrante 3 Quadrante 3	60 anos 70 anos 60 anos 60 anos NS	36,3 56 12,1 58,04 58,08 Total: 220,52 ha	Gado de corte Gado de corte Gado de corte Gado de corte Gado de corte e leite	Agricultor e Vendedor Autônomo Pecuarista Pecuarista e Vendedor Autônomo Pecuarista - arrendamento Pecuarista
Família F	4	Quadrante 2 Quadrante 2 Quadrante 3 Quadrante 3	2 anos 80 anos 30 anos 57 anos	31,46 15,73 24,2 90,75 Total: 162,14 ha	Cana-de-açúcar, suínos e policultura Abacaxi, Cana-de-açúcar e Gado de Corte Gado de Corte Gado de Corte e avicultura	Cana-de-açúcar – arrendamento - produtor Rural Cana-de-açúcar – arrendamento - produtor Rural Pecuarista e motorista de transporte escolar Pecuarista
Família G	3	Quadrante 3 Quadrante 2 Quadrante 2	NS 42 anos 35anos	42,3 24,2 15,7 Total: 82,2 há	Gado leiteiro Cana-de-açúcar Cana-de-açúcar	Pecuarista - Arrendatário Cana-de-açúcar - arrendamento Cana-de-açúcar - arrendamento
Família H	3	Quadrante 2 Quadrante 3 Quadrante 2	35 anos 40 anos 40 anos	24,6 27,83 26,62 Total: 79,05 ha	Cana-de-açúcar Cana e Gado de corte Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar – arrendamento Empreendedor Empreendedor
Família I	2	Quadrante 2 Quadrante 4	50 anos 50 anos	NS 12,1 Total: 12,1 ha	Gado de corte Gado de corte	Produtor rural e motorista de transporte escolar Produtor rural e motorista de transporte escolar

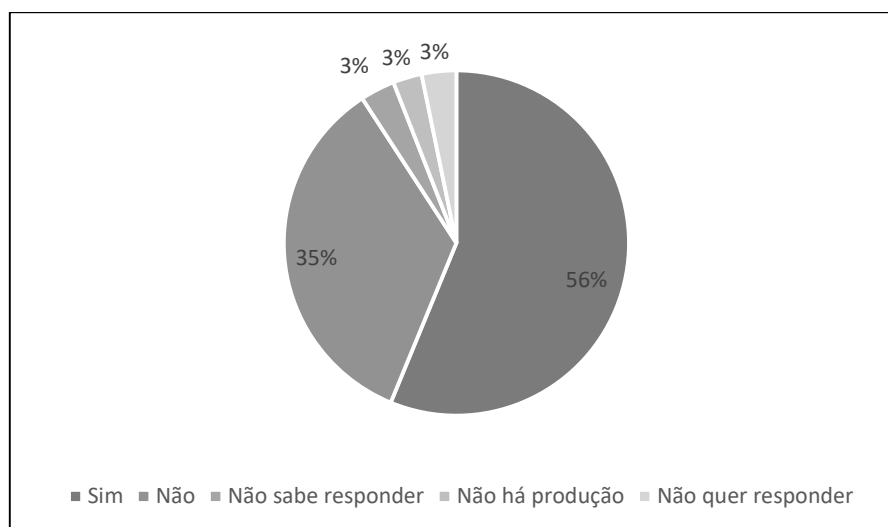
Organizado pela autora. Fonte: Trabalho de Campo 2017/2018.

Gráfico 15: Forma de obtenção da propriedade rural



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 16: O tamanho da Propriedade é, hoje, suficiente para a manutenção/sustento da família.



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

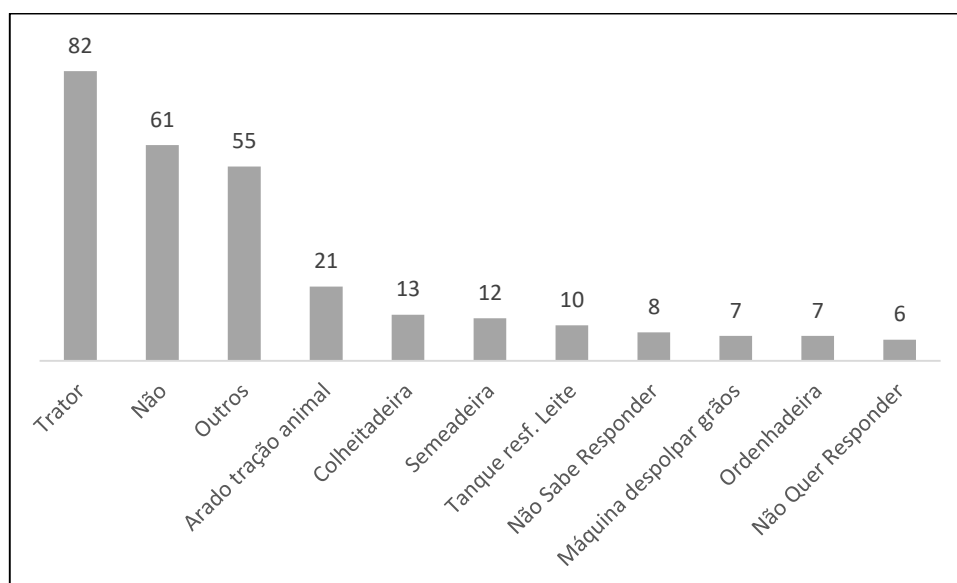
5.3.2 Nível tecnológico: Os equipamentos.

O nível tecnológico refere-se aos equipamentos tecnológicos necessários no auxílio da produção. Sendo assim, perguntou-se sobre quais equipamentos possuem em suas propriedades e, em caso de não possuírem nenhum, como se realizava a produção.

Verificou-se que a maioria dos entrevistados possuem trator, porém os maquinários representam uma pequena proporção dos investimentos, uma vez que 61 entrevistados não possuem nenhum tipo de maquinário. Os outros tipos de equipamento citados pelos entrevistados são: picadeira de cana, máquina de silagem e arado mecânico. Pelo fato do município ter pecuária leiteira, existem propriedades com resfriadores, freezer e ordenhadeira, além de instrumentos que auxiliam na recolhimento e no manuseio de forragens. Tais dados podem ser observados no gráfico 17 e na figura 38.

Nos casos dos agricultores que não possuem nenhum tipo de equipamento (gráfico 18), a maioria dos entrevistados não soube responder, seguido de pagamento para a execução dos serviços na época do plantio e/ou colheita. No entanto, ao longo da coleta de dados, descobriu-se que tais serviços são oferecidos pela prefeitura de Ipeúna, sendo que os agricultores solicitam o agendamento dos serviços e pagam uma taxa por dia pela realização; existem também agricultores que alugam os maquinários para a execução das tarefas produtivas e, além disso, existem ainda os agricultores que preferem executar as tarefas de forma manual.

Gráfico 17: Equipamentos encontrados nas propriedades



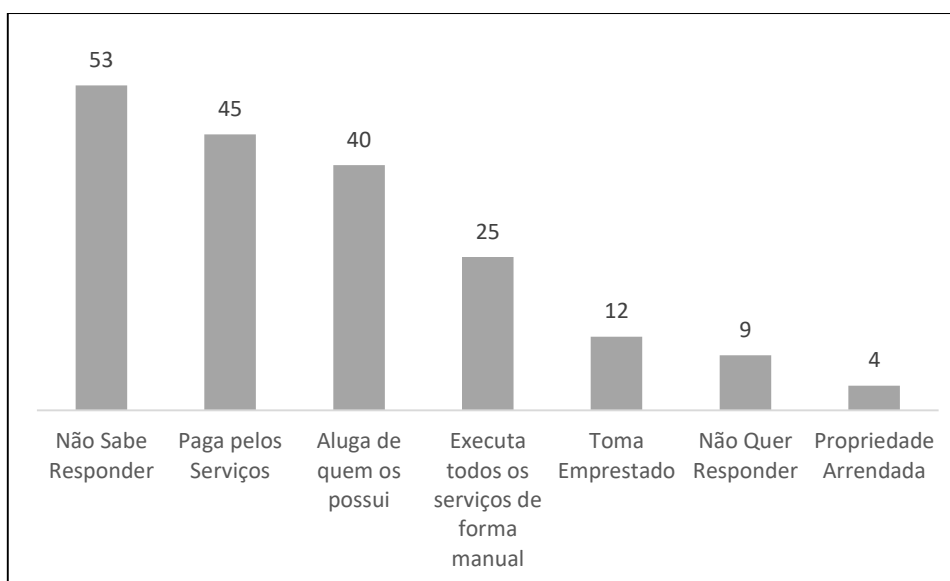
Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Figura 38: Equipamentos encontrados nas propriedades rurais



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 18: Em caso de não possuir nenhum equipamento, o produtor



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

5.3.3 Nível de investimento: Acesso ao crédito rural e prioridade de investimentos.

O nível de investimentos diz respeito ao crédito rural, as benfeitorias, além de instigar o que os entrevistados acham necessário para ter sucesso na agricultura, qual a função da agricultura, se existe problema em residir no campo, em uma situação de lucratividade qual a prioridade de investimento do agricultor e se venderiam a terra.

Ao realizar as análises, foi identificado que muitos entrevistados indicaram mais de uma alternativa, assim, foi elencado todas as respostas e a numeração ao lado, diz respeito a quantos entrevistados indicaram aquela alternativa. Com essas questões será possível perceber as relações, as necessidades e o futuro da família do entrevistado no campo.

O gráfico 19 mostra que a maioria dos entrevistados não acessam a algum tipo de crédito rural. Porém, os agricultores que foram beneficiados com o crédito, ou já acessaram, citaram o PRONAF (Box 5)⁴⁵; entre as linhas de crédito, as comentadas foram PRONAF custeio, PRONAF mais alimentos – o investimento e o financiamento para produção leiteira, os custos dos financiamentos variaram de 20 mil a 33 mil reais. Acreditamos que este percentual aumentaria se todos os residentes do assentamento rural possuísem a DAP⁴⁶.

Uma outra questão procurou saber o ponto de vista dos entrevistados em relação aos aspectos que possibilitam o sucesso na agricultura (quadro 6) e as respostas concentraram-se em trabalhar na própria terra, dispor de sementes e animais de boa qualidade, acesso ao crédito rural, ter acesso a máquinas para trabalhar, ter assistência técnica regularmente e transformar seus produtos agregando-lhes mais valor.

Para os entrevistados, a agricultura/agricultor tem na sociedade as seguintes funções (quadro 7): produção de alimentos, proteção do meio ambiente, fonte de renda para a família e manutenção das tradições culturais.

A respeito da prioridade dos investimentos (quadro 8) as respostas mais frequentes foram: comprar mais animais, comprar mais terras e guardar dinheiro na poupança. Se a maioria dos entrevistados investiriam na propriedade, foi perguntado se eles venderiam suas terras (quadro 9) as respostas foram coerentes. Salienta-se que a maioria respondeu que não venderiam suas terras por nenhum motivo, há casos em que venderiam as terras para ajudar algum filho em dificuldade financeira, comprariam outra terra maior em outro lugar e

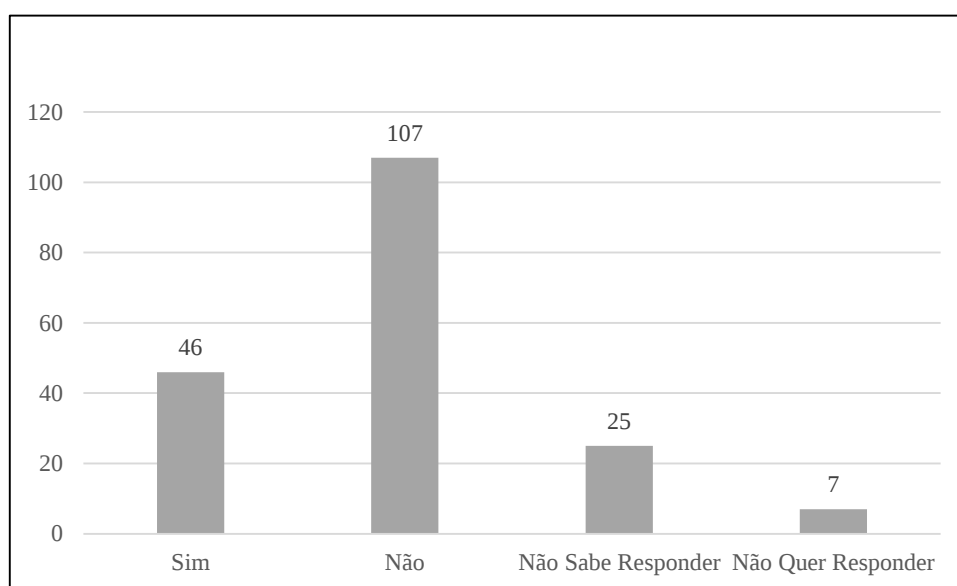
⁴⁵ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

⁴⁶ Declaração de Aptidão ao PRONAF.

comprariam outras terras melhores, ainda que menores. Ao longo do trabalho de campo foram encontradas algumas propriedades para venda (figura 40). Outros entrevistados responderam que venderiam apenas em extrema necessidade ou por motivos de doença. Houve entrevistados comentando que venderiam suas terras, por estarem localizadas em uma área com o solo arenoso e por não ter manejo adequado da terra, o que acarreta a baixa produtividade.

Quando questionados sobre qual o problema em resistir no campo (quadro 10), a violência é o principal problema. Ao visitar as propriedades rurais, muitas vezes, os formulários foram aplicados na porteira e não foi autorizado registro fotográfico. Observou-se também que diversas propriedades rurais possuem câmeras e cercas elétricas (figura 39). Muitos agricultores comentaram que não moram mais em suas propriedades, decidiram morar na cidade e se deslocam todos os dias para a área rural e retornam ao entardecer para suas casas na cidade de Ipeúna.

Gráfico 19: Acesso a crédito rural



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Quadro 6: Sucesso na agricultura

O que é necessário para ter sucesso na agricultura	Frequência
Trabalhar na própria terra	143
Disponer de sementes e animais de boa qualidade	129
Acesso ao crédito rural	128
Ter acesso a máquinas para trabalhar	127
Ter assistência técnica regularmente	123
Transformar seus próprios produtos agregando-lhes mais valor	113
Não sabe responder	14
Não quer responder	6
Outros	9

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Quadro 7: Função da agricultura/agricultor

Função da agricultura/agricultor na sociedade hoje	Frequência
Produção de alimentos	131
Preservação do meio ambiente	98
Fonte de renda para família	84
Manutenção das tradições culturais	58
Não sabe responder	14
Não quer responder	6
Outros	6

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Quadro 8: Prioridade de investimento

Em uma situação de lucratividade (sobra de dinheiro) qual seria sua prioridade de investimento	Frequência
Comprar animais	57
Comprar mais terras	47
Poupança	34
Comprar maquinário	26
Outros	24
Comprar imóveis na cidade	22
Não sabe responder	16
Não quer responder	6
Comprar veículos	5

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Quadro 9: Em que situação venderia suas terras

Em que situações venderiam suas terras	Frequência
Não venderiam suas terras por nenhum motivo	76
Ajudar um filho em dificuldade financeira	39
Comprar outras maiores em outro lugar	36
Comprar outras melhores, ainda que menores	25
Não sabe responder	18
Outros	18
Mudar-se para a cidade e desenvolver outra atividade	15
Não quer responder	6

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Quadro 10: Problema em residir no campo

Qual o problema em residir no campo hoje	Frequência
Violência	114
Não identifica problema	29
Dificuldade de acesso à cidade	19
Não sabe responder	9
Não quer responder	6
Outros	14
Ausência de posto de saúde	13
Ausência de escola	5

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Figura 39: Cercas elétricas e câmeras de segurança



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Figura 40: Propriedades à venda



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Box 5 PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR - PRONAF

Existe uma dificuldade em atribuir um valor conceitual à categoria analítica da agricultura familiar, pois, para alguns pesquisadores, este conceito se confunde com a definição normativa presente na Lei nº 11.326, a qual foi adotada pelo PRONAF.

Wanderley (2009) comenta que a definição estabelecida pelo PRONAF propõe uma tipologia de beneficiários em função de sua capacidade de atendimento.

Percebe-se que a agricultura familiar assumiu uma importância nos debates da atualidade e que a definição normativa estabelece os princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar, bem como para a implementação do PRONAF, como segue:

Art. 1º Esta lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I – Não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
 - II – Utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
 - III – Tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo;
 - IV – Dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.
- § 1º O disposto no inciso I do *caput* deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 86).

Mais grupos (povos indígenas, pescadores, aquicultores, etc.) começam a ser inseridos na Lei, tendo direito a solicitar o Pronaf, como segue no § 2º:

- § 2º São também beneficiários desta lei:
- I – Silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
 - II – Aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o *caput* deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
 - III – Extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores;
 - IV – Pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do *caput* deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente;
 - V – Povos indígenas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do *caput* do art. 3º;
 - VI – Integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais que atendam simultaneamente aos incisos II, III e IV do *caput* do art. 3º. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2016, p. 86)

Em relação à aplicação do PRONAF, o agricultor que se enquadra na norma descrita acima deve estar incluído em um projeto sobre o uso dos recursos. Esse projeto deve gerar renda ao agricultor familiar, seja para o custeio da safra, das atividades agroindustriais, investimentos em máquinas, equipamentos ou na própria infraestrutura de sua propriedade. Após a decisão do que é sua prioridade em financiar, o agricultor deve procurar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais ou a CATI para conseguir a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP.

5.3.4 Práticas de autoconsumo

Para conhecer as práticas de autoconsumo, investigou-se quais são os produtos cultivados que contribuem para o autoconsumo, quantas vezes a família vai ao supermercado,

se possuem a prática de comprar produtos orgânicos, e também, quais produtos a família compra no supermercado.

A tabela 30 apresenta a frequência de produtores que cultivam alimentos direcionados ao autoconsumo e os tipos de produtos mais frequentes (figura 41). Foi observado também como a prática do autoconsumo vem mudando ao longo do tempo entre os agricultores. Segundo Grisa (2007), “há uma percepção de que produzir para o consumo familiar é uma forma de economizar recursos financeiros e uma importante fonte de segurança alimentar, sobretudo pela qualidade dos alimentos” (GRISA, 2007, p.75-76).

A produção para o autoconsumo foi encontrada em 42% das propriedades rurais e está representada por aquelas que têm dimensão física de 3 a 50 hectares. O grupo das frutas, legumes e hortaliças ganha maior notoriedade por garantirem uma alimentação saudável (GRISA, 2007).

Os pomares encontrados com mais assiduidade, em termos de número de propriedades que produzem para o autoconsumo, cultivam as seguintes frutíferas: banana, limão, manga, abacate e laranja. A transformação caseira em doces e geleias dessas frutas não foi encontrada. Os produtos da horta mais consumidos pelas famílias são a alface e a couve, já entre os legumes destaca-se o consumo de abóbora e abobrinha, chuchu e berinjela.

Os produtos advindos da “roça”, aqueles que compõe a base do prato diário que tiveram mais notoriedade foram o feijão e o milho. Já o arroz⁴⁷, somente dois agricultores comentam produzir. A mandioca tem um destaque maior, uma vez que ela serve tanto para a alimentação humana como alimentação das criações. Outrossim, a criação animal passa a ter destaque, uma vez que 43% dos entrevistados relatam que boa parte das criações é destinada ao autoconsumo, destaque para galinhas caipiras e suínos. O beneficiamento que se destacou ao longo da pesquisa foi a produção de queijos artesanais.

Foi possível observar algumas alterações no hábito alimentar quando se pergunta aos entrevistados quantas vezes eles vão ao supermercado (gráfico 20): mais de uma vez por semana foi a resposta que mais se destacou e isso se deve ao fato de muitas famílias morarem na cidade. Ao serem questionados se frequentam feiras para comprarem produtos in natura (tabela 31), a maioria respondeu “não”. Sabe-se que o poder público junto com Korin e a Igreja Messiânica

⁴⁷ Em 1930, havia agricultores que cultivavam no município arroz e milho, porém, com o passar dos anos essa prática foi sendo extinta.

(Box 6) estão promovendo na praça central de Ipeúna uma feira de produtos naturais (figura 42), uma vez por mês.

Realizou-se uma visita e o que foi observado era apenas um agricultor do Município de Rio Claro que estava oferecendo produtos in natura à população. Perguntou-se também quais eram os tipos de produtos adquiridos no supermercado e na feira (tabela 32), a maioria dos entrevistados comentam comprar os gêneros alimentícios no supermercado e apenas 12 comentaram comprar frutas, verduras e legumes na feira.

Com as questões anteriores percebe-se a mudança nos hábitos alimentares⁴⁸ das famílias, as causas podem ser por morarem em uma região urbano-industrial e também pela influência da televisão e das propagandas que incentivam a troca no consumo de gêneros alimentícios que eram produzidos nas propriedades por aqueles vindos dos mercados, geralmente industrializados. Às vezes, elas optam por produzir menos e “a insuficiência pode ser atribuída às dificuldades de determinados cultivos em virtude de condições climáticas, pouca diversificação, preferência por produtos forâneos, limitação da área, opção da família por não produzir, etc” (Grisa, 2007, p. 78).

Tabela 30: Frequência de produtores que produzem para o autoconsumo

Árvores		Legumes	
Frutíferas/Frutas	Produtores		Produtores
Banana	72	Abóbora e/ou abobrinha	38
Limão	71	Chuchu	17
Manga	70	Berinjela	13
Abacate	58	Quiabo	3
Laranja	46	Pepino	2
Acerola	20	Rabanete	1
Mamão	13		
Amora	12		
Jaboticaba	12		
Café	11		
Coqueiro	9		
Goiaba	9		
Jaca	8		
Caju	7		
Lichia	7		
Maracujá	7		
Tomate	6		
Ciriguela	5		
Carambola	4		
Graviola	4		
Caqui	3		
Gabiroba	3		
Ameixa	2		
Jambo	2		
Maçã	2		
Uva	2		
Abacaxi	1		
Figo da Índia	1		
Fruta do Conde	1		
Melancia	1		
Pitaia	1		
Pêssego	1		
Pocã	1		
Romã	1		
Tamarindo	1		

Hortaliças	
	Produtores
Alface	24
Couve	21
Almeirão	11
Hortaliças em geral	10
Pimentão	10
Rúcula	10
Cebolinha	8
Cheiro Verde	7
Chicória	4
Temperos	4
Agrião	2
Coentro	1
Escarola	1
Hortelã	1

Grãos	
	Produtores
Milho	29
Feijão	18
Arroz	2
Amendoim	2
Sorgo	1
Raiz	
	Produtores
Mandioca	57

Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

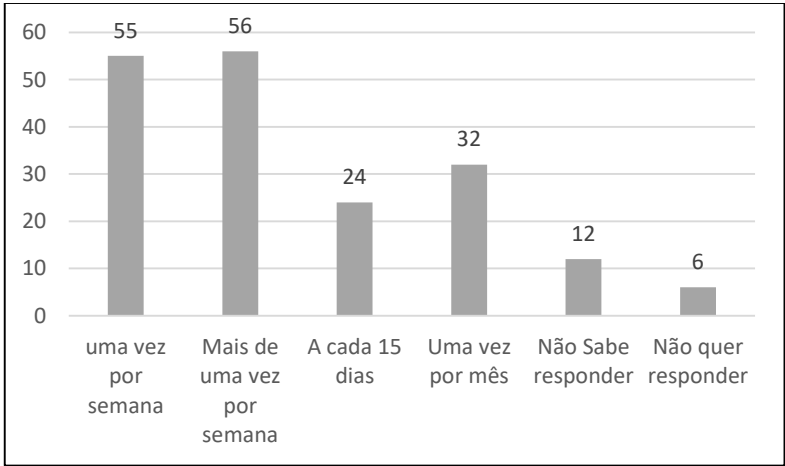
⁴⁸ Conjunto de alimentos consumidos regularmente.

Figura 41: Produtos destinados ao autoconsumo



Fonte: Trabalho de Campo, 2017/2018.

Gráfico 20: Quantas vezes a família vai ao supermercado



Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Tabela 31: A família costuma frequentar feiras para comprar alimentos

A família costuma frequentar feiras para comprar alimentos	Frequência
Sim	24
Não	147
Não Quer Responder	6
Não Sabe Responder	8
Total	185

Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Figura 42: Feira de produtos Naturais em Ipeúna/SP



Fonte: Trabalho de campo, fevereiro de 2018.

Tabela 32: Tipos de produtos comprados no supermercado e na feira

Tipos de produtos	Supermercado		Feira	
	Sim	Não	Sim	Não
Frango	117	51	1	167
Porco	116	52	0	168
Boi	144	24	0	168
Peixes	122	46	0	168
Leites e Laticínios	112	56	0	168
Arroz	162	6	0	168
Feijão	157	11	0	168
Grãos, Cereais e Farinhas (trigo, mandioca, milho)	156	12	0	168
Pães e bolachas	151	17	0	168
Sucos	136	32	0	168
Refrigerantes	134	34	0	168
Bebidas alcoólicas	82	86	0	168
Frutas, verduras e legumes	120	36	12	156
Não Sabe responder			12	
Não Quer responder			6	

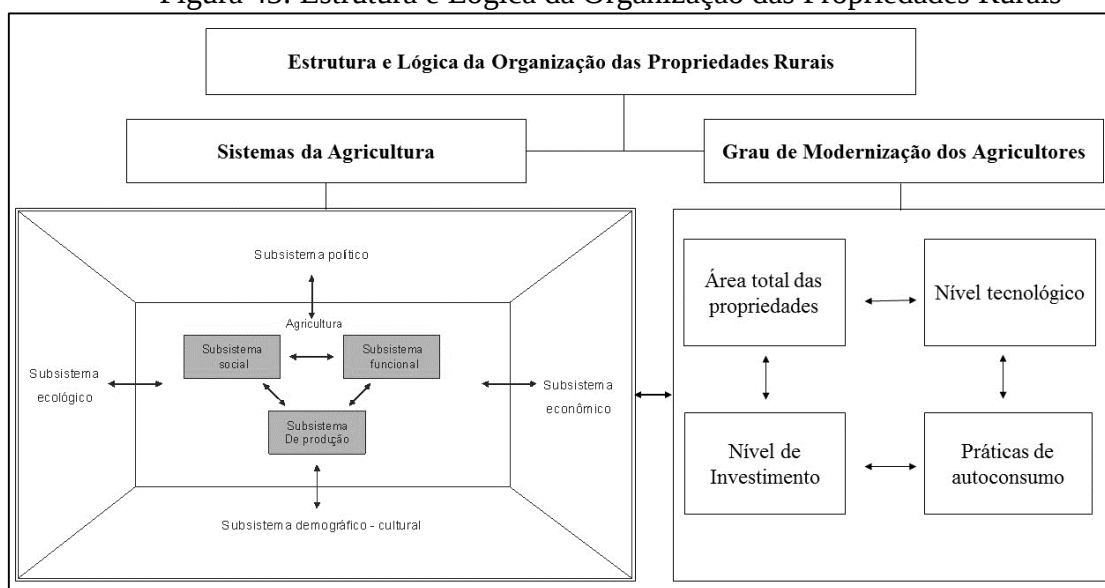
Fonte: Trabalho de campo, 2017/2018.

Em suma, as informações obtidas através da aplicação de formulário auxiliaram na compreensão da estrutura e da lógica organizacional das propriedades rurais da área de estudo. A amostragem foi suficiente para a análise deste capítulo, o esquema (figura 44) representa o

comportamento desta realidade aplicada à metodologia (figura 43) e a elaboração da figura 45 que apresenta as formas de uso da terra no município.

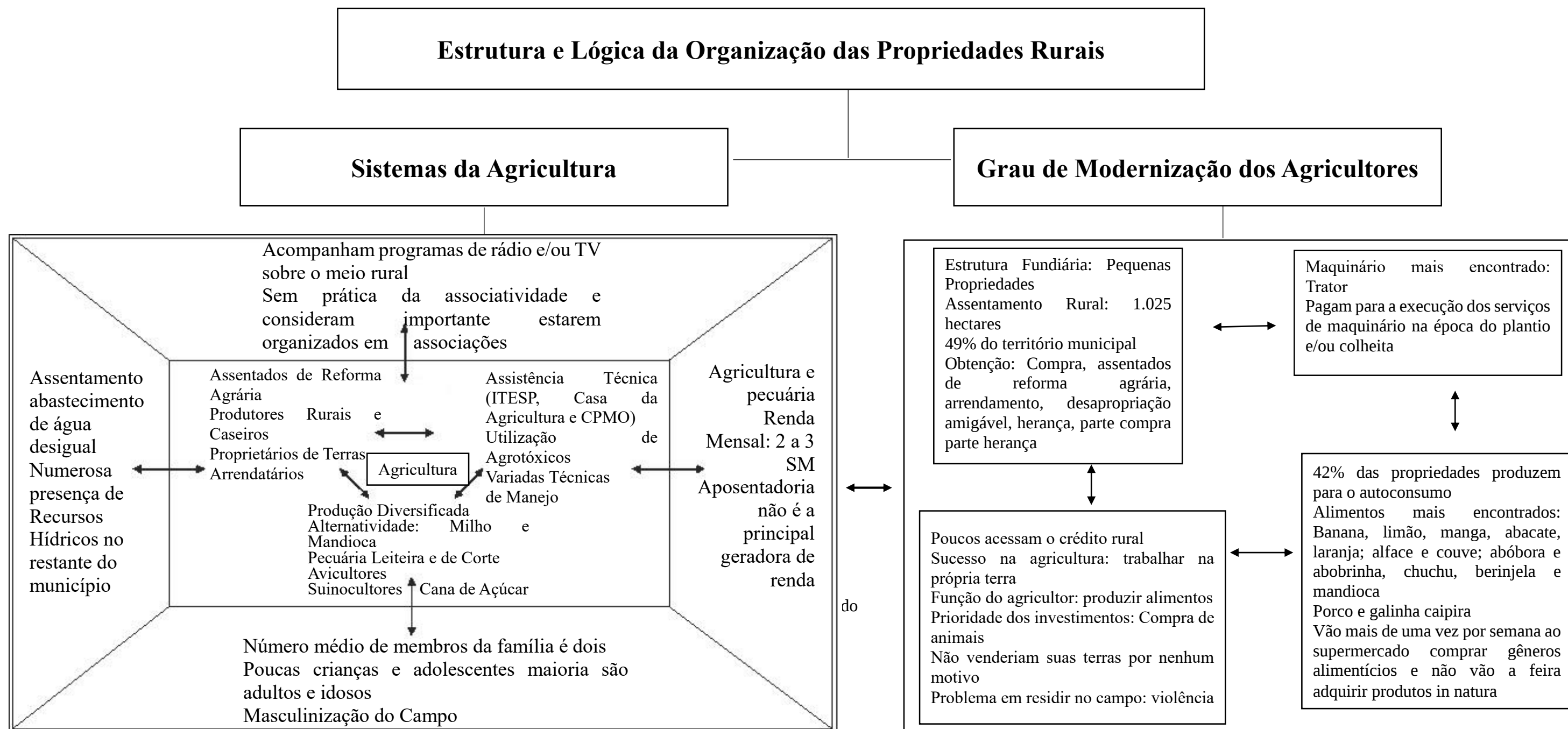
A partir dos resultados descritos acima, foi possível comprovar a tese de que mesmo dentro de um espaço dominado pela produção moderna, representado pela monocultura canavieira e pela atividade pecuária pouco desenvolvida, além da presença de indústrias de representatividade nacional, foi possível encontrar a lógica de organização familiar nas propriedades visitadas, tendo em vista que o processo de ocupação do município esteve diretamente ligado à tradição agrícola com base no trabalho familiar.

Figura 43: Estrutura e Lógica da Organização das Propriedades Rurais



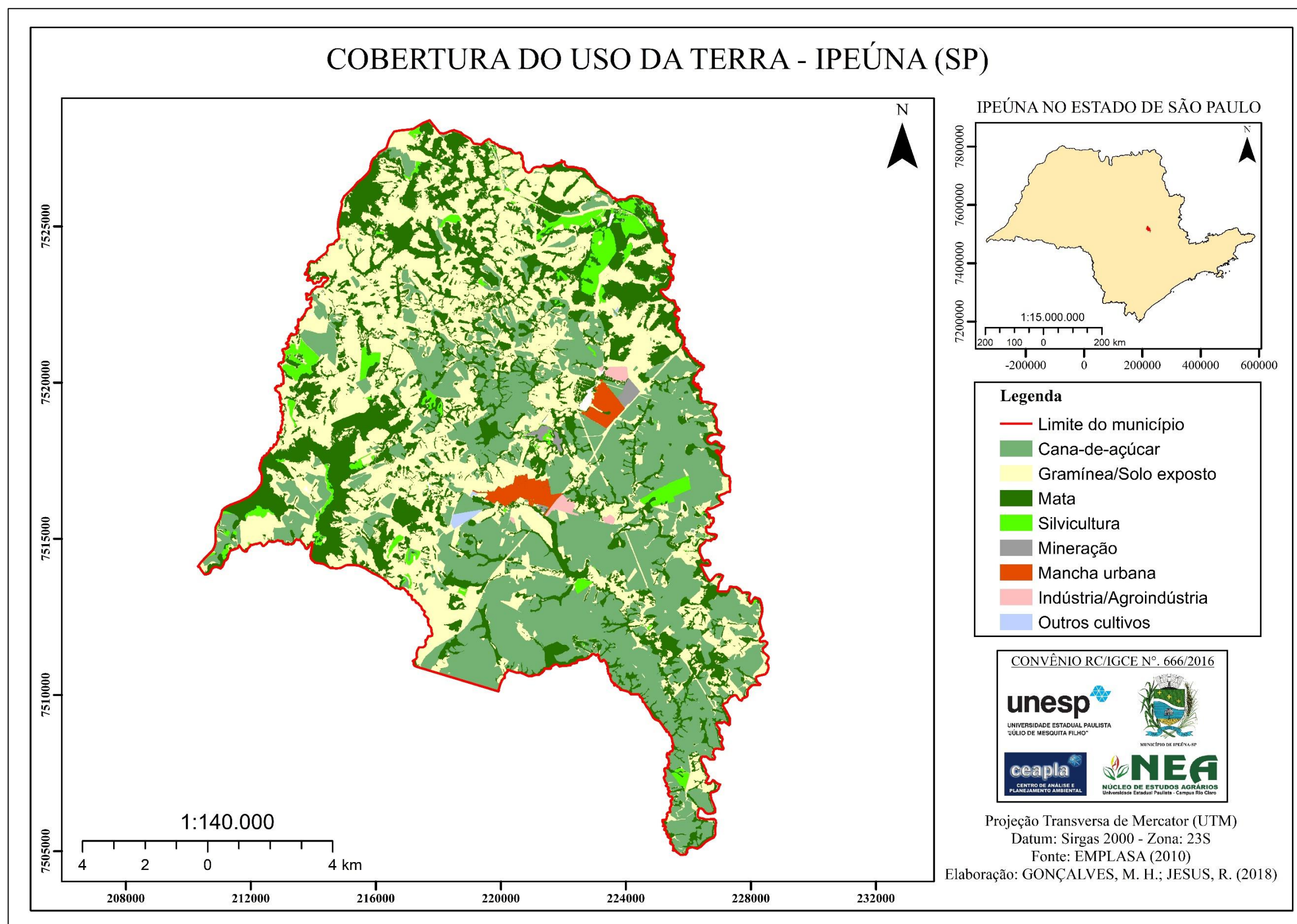
Adaptado de Diniz (1986) e Wanderley (1995)
Elaborado pela autora, 2017.

Figura 44: Estrutura e Lógica da Organização das Propriedades Rurais de Ipeúna/SP



Fonte: Organizado pela autora, trabalho de campo 2017/2018.

Figura 45: Mapa de uso da terra do município de Ipeúna-SP



Box 6 IGREJA MESSIÂNICA MUNDIAL DO BRASIL

A Igreja Messiânica Mundial foi fundada no Japão em 1º de janeiro de 1935 por Mokiti Okada. O objetivo principal da Igreja Messiânica é a construção do Paraíso Terrestre – um mundo isento de doença, miséria e conflito – criando e difundindo uma civilização religiosa que se desenvolva lado a lado com o progresso material. Tem no Johrei o seu principal instrumento de difusão religiosa e atua em áreas distintas como arte, educação, cultura e meio ambiente.

Para a concretização do Mundo Ideal, onde haja Verdade-Bem-Belo, os messiânicos se empenham para fazer sempre o melhor, difundindo e trabalhando incansavelmente na busca do equilíbrio de cada indivíduo, por meio do Johrei, cultos, palestras e trabalhos voluntários.

Mais do que uma simples religião, a Igreja Messiânica acredita no seu papel de ultrarreligião devido às suas várias atividades realizadas em parcerias com instituições que desenvolvem trabalhos embasados nos ensinamentos de Meishu-Sama. São eles: Fundação Mokiti Okada; Centro de Pesquisa Mokiti Okada; Ikebana Sanguetsu; Faculdade Messiânica; Korin Agropecuária Ltda.; Korin Meio Ambiente; Korin Construtora Novo Mundo e Korin Alimentação. (MESSIÂNICA, 2018).

6 POSSIBILIDADES E CONCLUSÕES

Nesta parte serão apresentados brevemente os elementos da multifuncionalidade da paisagem como uma possibilidade futura ao município de Ipeúna. Além disso, serão indicadas as potencialidades turísticas encontradas na área rural. Posteriormente apresentam-se as conclusões da pesquisa.

6. 1 A multifuncionalidade da paisagem rural em Ipeúna/SP

Os debates teóricos da atualidade sobre o futuro da agricultura em circunstâncias espaciais, sociais, ambientais, econômicas e políticas têm incorporado as categorias geográficas, como é o caso da paisagem rural⁴⁹. Entende-se que as paisagens rurais são os reflexos das mudanças que ao longo do tempo foram realizadas pela ação antrópica nas paisagens originais. Sabe-se que a agricultura é uma das atividades mais antigas da humanidade, além de ser uma das principais modificadoras da paisagem.

Tais paisagens sempre tiveram no uso da terra o elemento primordial de suas dinâmicas. Uma das formas conceituais de entendimento de uma parte da realidade, resultado das “novas” dinâmicas do espaço rural, seria através da aplicação da noção de multifuncionalidade que surge no âmago dessas transformações.

A diferenciação de atividades nas unidades de produção agrícolas e pecuárias não constitui um fato histórico novo, mas a valorização de tais atividades é que define o “novo”, o contexto de multifuncionalidade da paisagem rural, tal concepção vem representar também o rompimento com a ótica setorial da agricultura e enfatizar principalmente a diversidade estrutural presente no mundo rural. Em decorrência desses fatos, muitas propriedades rurais têm alcançado o seu rendimento através de elementos externos aos limites de suas divisas, em atividades para além da produção agrícola.

A diversidade do campo concebe uma multiplicidade de rurais, além de conformar articulações com a cidade. Para definição de políticas públicas, o reconhecimento e indicação do potencial multifuncional da paisagem rural é um passo importante para planejar o desenvolvimento local, de ação individual ou comunitária.

⁴⁹ Não é objetivo desenvolver um estudo teórico sobre a categoria paisagem.

A noção de multifuncionalidade possui suas origens na Europa, mais especificamente na França⁵⁰, cuja finalidade era a elaboração de projetos territoriais de desenvolvimento rural num contexto amplo, da União Europeia. Alguns estudiosos ressaltam que os conceitos característicos da multifuncionalidade não são novos: tais aspectos fazem parte da realidade histórico-social. O que há de novo é a institucionalização da multifuncionalidade para o Estado, ou seja, surge como um paradigma para as políticas públicas, para além da produção agrícola, como uma compensação financeira aos agricultores para garantir a conservação ambiental, social e cultural. De acordo com Candiottto (2009)

O crescimento mundial do fenômeno das atividades não-agrícolas no rural, traduzidos no conceito de pluriatividade fez com que o espaço rural deixasse de ser associado somente ao agrícola, de modo que as atividades não-agrícolas levaram os agricultores a ter “novas” funções econômicas e sociais. Com o maior interesse pelo “mundo” rural, há uma complexificação de objetos técnicos e de ações no campo, que levam a necessidade de apreensão das múltiplas funções da agricultura. Considerando a emergência de múltiplas funções para o rural e a agricultura surge o conceito de multifuncionalidade (CANDIOTTO, 2009, p.1, aspas do autor).

Os estudos são concentrados na Europa, porém o debate sobre a multifuncionalidade chega ao Brasil nos anos 2000. Assim, na realidade brasileira, Carneiro e Maluf (2003) pesquisaram como se manifestava a dimensão multifuncional da agricultura familiar em diferentes regiões. A partir da refuncionalização das áreas rurais os autores definiram quatro funcionalidades da multifuncionalidade, que vão ao encontro das funções-chave indicadas por Soares (2000/2001)⁵¹:

- Reprodução socioeconômica das famílias rurais;
- Promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade;
- Manutenção do tecido social e cultural; e,
- Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural (CARNEIRO; MALUF, 2003).

Diante do exposto, na multifuncionalidade da agricultura o olhar do pesquisador é direcionado para dentro da atividade agrícola e procura observar o que é possível utilizar para além da produção e o que na propriedade rural pode ser definido como multifuncional. O objeto

⁵⁰ Primeira referência mundial em termos do debate e reconhecimento da multifuncionalidade da agricultura, havendo uma tentativa de aplicação de valores multifuncionais, através de contratos firmados entre o Estado e os agricultores.

⁵¹ Contribuição à segurança alimentar; função ambiental, econômica e social (SOARES, 2000/2001).

de análise é a propriedade rural que pode ser multifuncional e o agricultor desenvolver múltiplas funções.

Admite-se que faça sentido não considerar apenas a multifuncionalidade da agricultura, mas também das outras atividades ou de outros recursos e valores existentes na área de estudo, o que se considera ser a paisagem. Por isso, utilizou-se o conceito de multifuncionalidade da paisagem rural, uma vez que “a definição de multifuncionalidade como um atributo do espaço rural, que pode ser explorada por múltiplos actores, é muito mais abrangente do que multifuncionalidade do sector agrícola” (PINTO-CORREIA, 2007, p. 68). O objeto de análise é a paisagem rural que se transforma ao longo do tempo e também pode mudar as suas funções; além do mais, ela tem o carácter integrador dos elementos que compõe o espaço geográfico. Sobre as funções desempenhadas pela paisagem entendem-se,

[...] os bens e serviços suportados por uma paisagem e que respondem às necessidades, procuras e expectativas do Homem, no sentido lato, sendo por isso valorizadas pela sociedade. Algumas têm um valor de mercado (produção agrícola, produção florestal), e correspondem a comodidades. Outras são amenidades, que correspondem a bens e serviços públicos, para os quais não existe mercado ou este não funciona satisfatoriamente (recreio, conservação da natureza, identidade, qualidade de vida, preservação dos recursos ambientais, etc.) (PINTO-CORREA et al, 2008, p.3).

Segundo Canhoto (2015), a partir da paisagem é possível entender as relações complexas do espaço e sua projeção na gestão territorial:

Na atualidade, [...] a noção de paisagem tem sido para os geógrafos e cientistas de outras áreas (biólogos, agrónomos, ecologistas, arquitetos, entre outros) o ponto de partida para o entendimento das complexas relações entre o homem e a natureza, buscando através dela uma compreensão global da natureza, bem como possibilita projeções de uso, gestão de espaço e planeamento territorial (CANHOTO, 2015, p. 11).

Além disso, em seus estudos Pinto-Correia (2007) percebe a multifuncionalidade como um conceito analítico e um atributo do espaço rural:

Multifuncionalidade pode ser utilizado para caracterizar o sector primário e as externalidades que lhe estão associadas, mas também para caracterizar a paisagem *per se*, onde a agricultura define a estrutura de produção e assim também domina o uso do solo, mas outras funções, como conservação, qualidade de recursos naturais, recreio e lazer, preservação da identidade cultural, são asseguradas pelas várias unidades espaciais, separadamente ou combinadas num mosaico (PINTO-CORREIA, 2007, p. 68, grifos do autor).

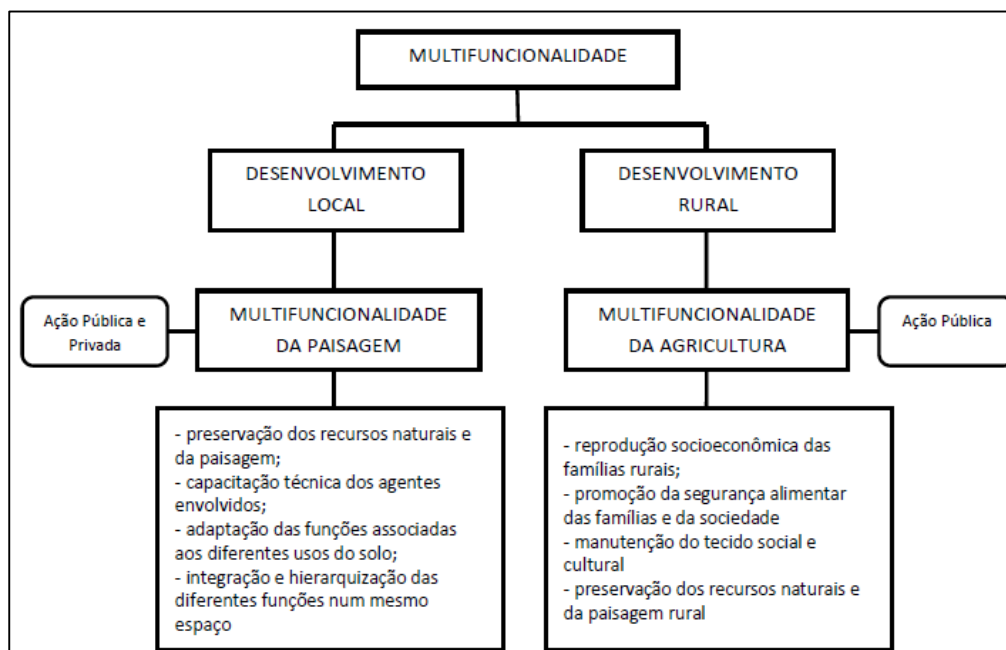
A partir da análise, a autora examina quais funções são sustentadas por uma determinada paisagem. Nas áreas rurais, mesmo aquelas nas quais o uso do solo é dominado somente pela agricultura, procura-se incentivos através de atividades não-agrícolas, o que pode criar novas

possibilidades às pessoas que vivem no campo. Funções que não são necessariamente ligadas à produção de alimentos.

Em vista do que foi apresentado até aqui, na figura 46, Maia e Ferreira (2011), afirmam que existem dois caminhos teóricos que norteiam as estratégias de políticas públicas. Os autores elaboraram um esquema para elucidar a noção de multifuncionalidade, o qual mostra as principais diferenças em relação a lógica da multifuncionalidade.

O primeiro caminho está ligado às questões de estratégias de *desenvolvimento local*, principalmente em espaços onde a atividade agrícola perdeu sua posição central ocorrendo, portanto, a necessidade de criação de alternativas de rendimentos para as pequenas propriedades. Fundamentado nas estratégias de desenvolvimento local, este caminho vai inserir a multifuncionalidade dentro das possibilidades que o espaço oferece para a instalação de “novas” atividades econômicas, aproveitando o capital físico, social e cultural presente no espaço rural. Está relacionada principalmente às estratégias de desenvolvimento sustentável, oriundas das questões ambientais da década de 80. Enfatizando elementos relacionados com um desenvolvimento sócio-cultural e seu reflexo no espaço rural, definindo o que a literatura conclamou de multifuncionalidade da agricultura (MAIA; FERREIRA, 2011, p. 143, grifos dos autores).

Figura 46: Caminhos teóricos de interpretação da noção de multifuncionalidade



Fonte: Maia e Ferreira (2011).

Conhecer a organização do espaço rural é primordial para o desenvolvimento local e rural, tal é a necessidade e importância de políticas que dão vigor ao planejamento e gestão territorial. Ferreira e Oliveira (2017) afirmam: “escolher a multifuncionalidade como fundamento norteador do desenvolvimento local e rural significa trabalhar com um importante

elemento de suporte à decisão. Seu emprego permite esquadriñar como se integram as diferentes funções do espaço rural numa lógica de gestão do território que se concretiza através de práticas espaciais” (FERREIRA; OLIVEIRA, 2017, p. 79).

Diante dos conceitos apresentados e após conhecer como está organizado a área rural do município em estudo percebeu-se o apelo paisagístico da *Cuesta* de São Pedro, sendo uma referência ao município. Ipeúna tem hoje uma paisagem rural com características multifuncionais, mas quais seriam as outras funções que podem ser desempenhadas no espaço rural?

Apresenta-se, então, os elementos da multifuncionalidade da paisagem do município estudado ou seja, quais são os elementos da paisagem rural que oferecem possibilidades, para além da funcionalidade agrícola e posteriormente serão indicados as potencialidades turísticas encontradas na área rural.

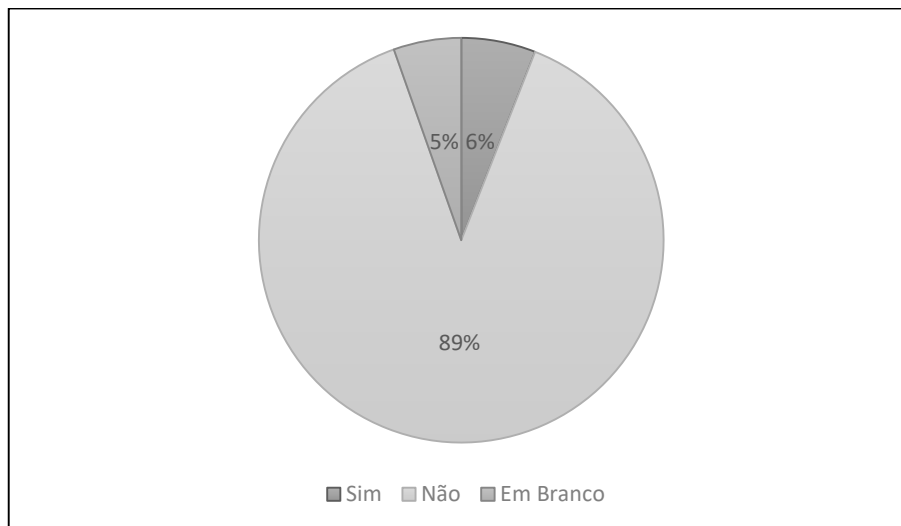
A última parte do formulário foi utilizada para diagnosticar e caracterizar o potencial multifuncional existente no município. As informações levantadas permitiram identificar como as propriedades rurais se organizaram para além da dimensão agropecuária, principalmente o espaço apresentando qualidades para ser multifuncional, no que se refere à manutenção cultural, da tradição e ambiental. Um olhar atento à multifuncionalidade permite traduzir essas múltiplas funções (CANDIOTTO, 2009).

Com a finalidade de constatar se nas propriedades seria encontrado algum bem material e/ou simbólico, perguntamos aos agricultores se existia alguma construção antiga ou construção religiosa. Observa-se no gráfico 21 que 94% (164 entrevistados) responderam que não existe nenhum tipo de construção e 6% (11 entrevistados) disseram sim. À vista disso, a figura 47 exhibe as construções religiosas e a figura 48 mostra os casarões e algumas casas antigas que foram encontrados ao longo do trabalho de campo e 5% (10 entrevistados) preferiram não se manifestar nesta questão.

Algumas das propriedades visitadas detêm um patrimônio arquitetônico notável, a título de exemplo os casarões do período do café. Assim, em tal potencial, se for de interesse da comunidade e dos gestores, novas funções podem ser planejadas, como transformar em museu, restaurante, hotel ou pousada. Também o tombamento pelos órgãos competentes e sua incorporação ao roteiro turístico com um resgate dos aspectos da história da agricultura do município, apresentando que em Ipeúna existiam propriedades rurais que ao longo do tempo eram dedicadas a plantação de café e que hoje cumprem outro objetivo, enfatizando a função

da manutenção do patrimônio histórico e cultural. Essas possibilidades poderiam atrair um público que tem como motivador principal o interesse e curiosidade pela história e cultura.

Gráfico 21: Existência de construção antiga ou religiosa na propriedade



Fonte: Trabalho de campo 2017/2018.

Figura 47: Construções religiosas



Fonte: Trabalho de Campo 2017/2018.

Figura 48: Casarões encontrados na área rural de Ipeúna/SP

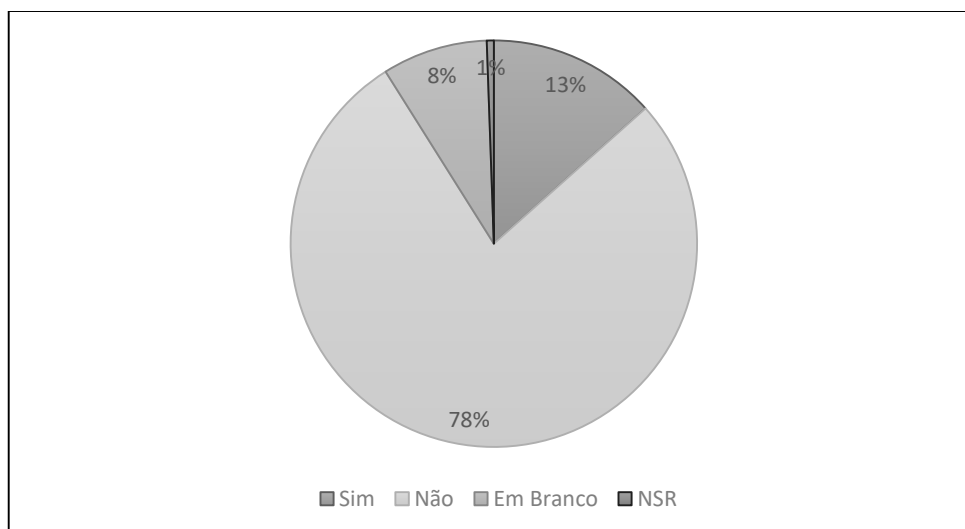


Fonte: Trabalho de Campo 2017/2018.

Com o objetivo de complementar a questão referenciada a cima, indagou-se se na propriedade acontecia alguma festa religiosa ou cultural (gráfico 22) e dos 185 entrevistados, 78% (139 entrevistados) responderam que não. As festas que permanecem sendo realizadas na área rural ipeunense são as típicas juninas e ocorrem em um número restrito de propriedades (24), geralmente ao longo do mês de junho. Essas comemorações denominam-se como festas familiares, associadas ao folclore nacional ligadas à religiosidade rural, pois são realizadas em devoção à São João⁵² e sem fins lucrativos para as famílias. Não foram encontrados festas na área rural com fins lucrativos.

⁵² Santos Juninos: Santo Antônio (13), São João (24) e São Pedro (29).

Gráfico 22: Realização de festas religiosas ou culturais



Fonte: Trabalho de campo 2017/2018

A presença da religiosidade e devoção aos santos é uma marca do município, a qual pode ser percebida nas falas de I.P ao relembrar a festa de São Sebastião que acontecia no mês de janeiro e comenta os motivos de ordem climática que levaram a mudança da data desta celebração:

Então, a festa de São Sebastião normalmente é em Janeiro, 20 de Janeiro, dia do santo. Então aqui tinha, todo ano, vinha o pessoal todo da zona rural. (...) zona rural aqui era muito grande. Na época, aqui a vila tinha tipo de 500, 600 habitantes; mas na zona rural, as fazendas todas somadas que davam 5 ou mais mil habitantes. Dai o pessoal vinha de toda parte em janeiro, (...) aí na praça. E a festa era grande. Festa era pra ter bastante gente mesmo. No dia da festa eram muitas pessoas. Mas, o mês de janeiro chovia o mês inteirinho, né, 30 dias. Não sei se vocês já viram chover 30 dias sem parar? O mês de janeiro de 83 choveu o mês inteirinho. Começou no dia 1º e terminou no dia 30, mas sem parar. Eu me lembro muito bem disso, porque eu era prefeito na época, e eu queria que as estradas funcionassem. Chovia e chovia sem parar, não tinha como fazer nada. Então choveu e acabou com as estradas e não parou a chuva, dia e noite sem parar. Coisa impressionante né. Depois disso, que nem agora, choveu uma semana a turma já tá reclamando. Mas os 30 dia sem parar não é brincadeira. E em vista disso, resolveu mudar a festa do São Sebastião pro meio do ano. Aí lá pelos anos 60 e pouco vamo mudar pro meio do ano que daí é seco. Então passou-se acho que esse período aí mas São Sebastião mesmo é no meio do ano. É uma festa tradicional de 1890, por aí (I.P, fev. 2017).

Complementando as explicações acima, hoje a festa é realizada no mês de julho e em 2018 chegou a sua 128ª edição e na programação⁵³ permanecem as missas, procissões, quermesse e o leilão. I.P relembra como era a organização da festividade de São Sebastião, as famílias responsáveis pelas festas, como e o que os proprietários rurais doavam, as prendas para o Santo, os doces de abóbora secados no sol, as criações que eram leiloadas e as procissões:

No caso, na época era uma festa religiosa onde a maioria dos proprietários, quase todos os proprietários doavam a tal prenda, né? Então aqueles mais aquinhoados doavam bezerro, garrote né...um boi, aqueles que tinham mais condições doavam pro santo. Outros doavam uma galinha, um galo né; outros porquinho. Então a festa era assim. Alguns que produziam abóbora doavam as abóbora, fazia os doce e secava no sol. Então era feito a festa com prendas. E tinha os leilões. Aí aquelas prendas lá, o festeiro, tinha um festeiro; tomava conta de tudo. Ele tinha que se virar: era a família dele que organizava a festa. Geralmente era escolhido da Igreja: essa família é que vai fazer a festa esse ano! É, cada ano uma família. É porque também era muita coisa. Ai o, chamava festeiro, né, recebia as prendas todo; preparava aqueles frangos, daquelas com frango caipira, galinha, tinha o leilão e levava todas essas prendas pra ser leiloada. E os animais vivos, que eram parte principalmente dos bovinos, tinha alguns equinos também, tinha uma coisa de diferente, uns carneiros, outros porcos; e eram leiloados. O dinheiro que arrecadava era da Igreja, pra melhoria do patrimônio da Igreja. Isso aí foi muito tempo acontecendo assim. Tinha as procissões, que se fazia às 4 horas da tarde; e daí saía aqui da Igreja, em fila indiana, duas, uma cada lado da rua, os santos vinham nos andores, pro meio, geralmente os santos de mais devoção da família do festeiro; e a fila indiana ia, dum lado, do outro. Seguia e fazia aqui, chegava no segundo quarteirão, não, o primeiro ali, segundo lá virava, porque pra cima também não dava pra ir, descia aqui e vinha aqui por essa rua 3, ia até a avenida 2 subia, fazia o contorno da praça e chegava de volta na Igreja. Mas era tanta gente que quando ela tava aqui embaixo fazendo a curva quase chegando, ali não tinha completado ainda o povo, de tanta gente. Essa praça ficava lotada de gente, mas com toda a praça cheia. Era muita gente (I.P, fev. 2017).

Os agricultores foram questionados se nas propriedades existe algum atrativo natural ou paisagístico e como apresenta o gráfico 24, 54% dos entrevistados que correspondem a 99 entrevistados responderam sim, existe atrativo. Os citados foram a Cuesta de São Pedro e o Rio Passa Cinco que já é explorado pelos proprietários dos Campings. Salienta-se que a rede

⁵³ Programação da festa de São Sebastião:

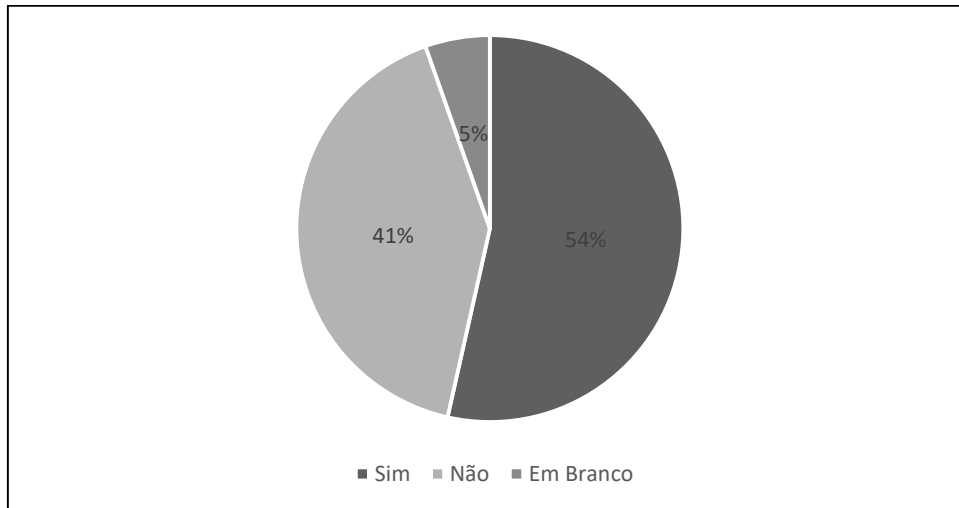
http://www.ipeuna.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1950:festa-de-sao-sebastiao-movimenta-ipeuna&catid=55:noticias-2018&Itemid=37 acesso em 15 ago. 2018

hidrográfica é um diferencial do município e a utilização do referido rio como atrativo turístico vem crescendo no decorrer dos anos.

Além do mais, na porção norte do município concentra-se a maioria das nascentes hídricas. Tal potencialidade poderia ser pensada e articulada pela comunidade e pelos gestores como uma perspectiva ambiental da preservação e conservação dos mananciais existentes nas propriedades rurais através do pagamento por serviço ambiental. Através de uma investigação mais detalhada pode-se descobrir que as propriedades rurais não desempenhem apenas uma função econômica, de produção de alimentos e/ou plantação de *commodities*, elas podem desempenhar uma função ambiental.

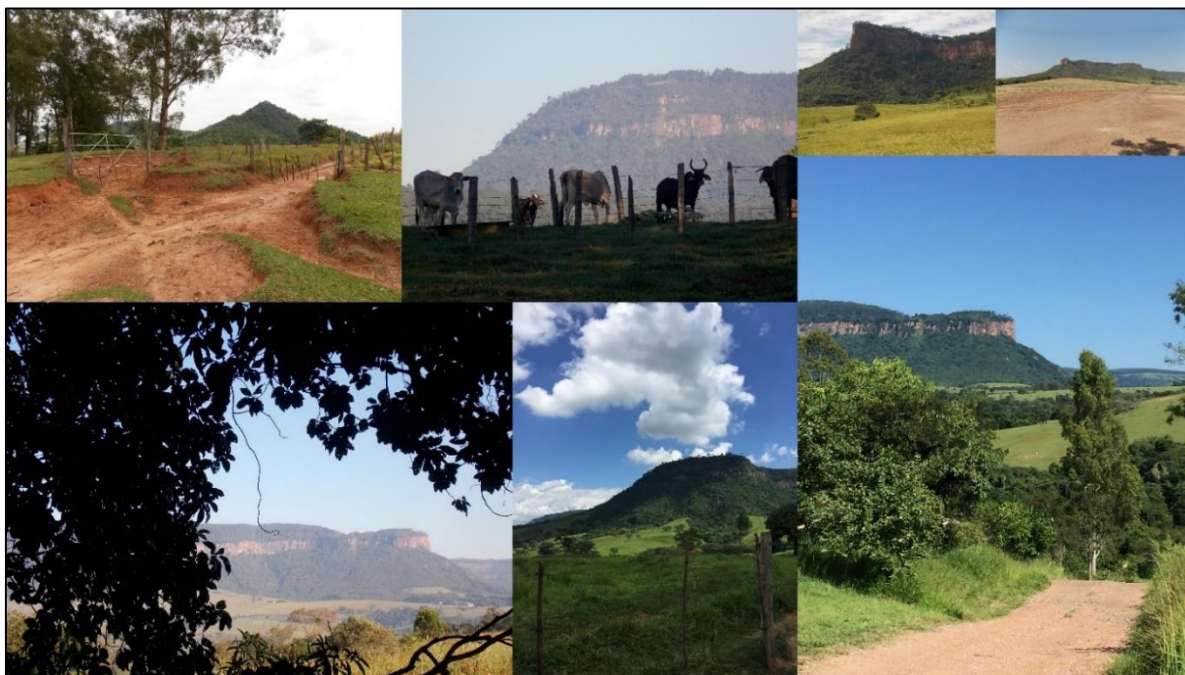
Salienta-se ainda que 41% dos entrevistados comentaram que não existe atrativo paisagístico (Gráfico 23), em muitas das propriedades rurais a *Cuesta* de São Pedro se faz presente, porém como faz parte do cotidiano desses agricultores, muitos deles não conseguem percebê-la como algo relevante e com potencial na paisagem rural do município. Essa dificuldade em observar a paisagem rural pode ser pelo fato dos entrevistados estarem inseridos nela.

Gráfico 23: Existência de atrativo natural ou paisagístico



Fonte: Trabalho de campo 2017/2018.

Figura 49: Atrativo paisagístico encontrado nas Propriedades rurais



Fonte: Trabalho de Campo 2017/2018.

Sabe-se que para o município há o Projeto de lei nº 464 de 2017⁵⁴, o qual classifica-o como Município de Interesse Turístico - MIT. Essa iniciativa do governo do estado de São Paulo tem por objetivo oferecer recursos⁵⁵ aos municípios cujos seus projetos e plano diretor⁵⁶ sejam selecionados. A verba deve ser destinada à investimentos de infraestrutura turística e em agosto de 2018, Ipeúna conseguiu ser aprovado como MIT.

Ipeúna junto com mais 12 municípios compõe o Roteiro Turístico Serra do Itaqueri⁵⁷. Existem 10 sítios arqueológicos reconhecidos, que anualmente atraem visitantes com as mais diferentes motivações (pesquisa, estudo, observação, visitação), outros cinco sítios arqueológicos ainda em verificação, tornando Ipeúna o município com maior quantidade de sítios arqueológicos no Brasil. Devido suas características físico ambientais, com relevo acidentado, Ipeúna sedia eventos de esportes radicais. Estas características conferem a Ipeúna

⁵⁴ Sancionado em 13 de junho de 2017 junto à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

⁵⁵ Valor definido pelo Estado de São Paulo é de R\$ 550 mil por ano.

⁵⁶ Para acessar o Plano Diretor de Turismo acesse: <http://www.ipeuna.sp.gov.br/turismo/PLANO-DIRETOR-DE-IPEUNA-OFICIAL.pdf>

⁵⁷ <http://www.setur.piracicaba.sp.gov.br/site/index.php/roteiros-regionais/serra-do-itaqueri>

potencialidades turísticas relevantes, que se aceitas pela população e organizadas podem gerar emprego, renda e contribuir para o desenvolvimento do turismo em área rural.

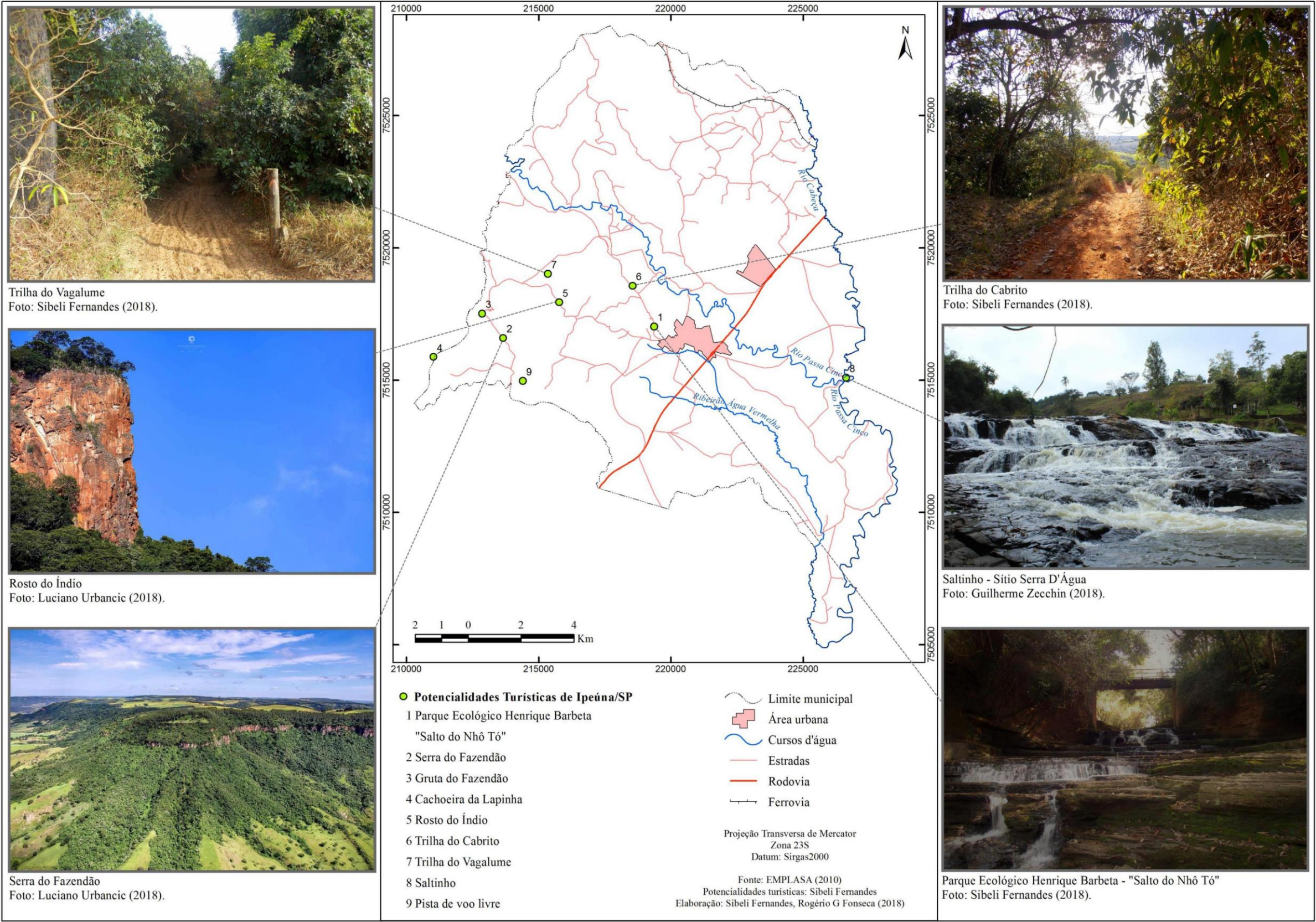
Ao longo da pesquisa, em entrevistas com os membros do Conselho Municipal de Turismo e com o Coordenador Municipal de Turismo, relataram que o turismo no município estava crescendo nos últimos anos. Numa primeira conversa, foram repassados 17 atrativos e na imersão a campo foi descoberto que alguns estavam com difícil acesso e sem estrutura.

Todos os atrativos citados encontram-se na área rural, em propriedades rurais particulares. Percebe-se que o roteiro turístico do município ainda está em fase de implantação, uma vez que foi difícil chegar nesta listagem, pois alguns munícipes, envolvidos na gestão turística, não têm o conhecimento exato de quais atrativos listar já que o município possui diversos pontos que por eles são considerados relevantes.

Assim, as pessoas envolvidas na gestão turística, foram indagadas sobre quais os atrativos que os turistas poderiam desfrutar e que poderiam ser encontrados no município com mais facilidade. A figura 50 apresenta a localização das potencialidades turísticas e nove atrativos são listados:

- Parque Ecológico Henrique Barbeta – “Salto do Nhô Tô”;
- Trilha do Cabrito;
- Trilha do Vagalume;
- Rosto do Índio;
- Pista de Voo Livre;
- Gruta do Fazendão;
- Serra do Fazendão;
- Cachoeira da Lapinha, e
- Sítio Serra d’água (Alice Boer, Sítio Arqueológico).

Figura 50: Mapa das Potencialidades Turísticas, Ipeúna/SP



Salienta-se que a infraestrutura dos atrativos mencionados, está sendo proposta pelos membros do Conselho de Turismo. Em visita ao local da pista de voo livre, observou-se que ainda não é um lugar organizado e com a infraestrutura adequada para receber os turistas que desejam realizar o voo de parapente⁵⁸. O Coordenador do Turismo Municipal, comentou que agora o município está planejando as prioridades do investimento e que sem dúvida priorizarão a confecção e instalação de placas dos principais atrativos turísticos.

Tentou-se identificar os “saberes e sabores” relacionados à culinária local como mais um possível atrativo. Indagados se algum integrante das famílias visitadas sabiam preparar alguma “comida da roça” ou se alguém preparava alguma comida ou doce tradicional (gráfico 24), 135 responderam que não, 40 comentam preparar algum tipo de culinária tradicional, o mais citado foi o queijo. A produção queijeira se constitui como uma atividade tradicional, uma vez que, o município tem tradição na pecuária leiteira desde o seu surgimento. Outros produtos citados foram pães, bolos, doces e linguiça, sendo que a maioria dos agricultores comenta que esses produtos não são destinados a venda, são somente para o autoconsumo da família.

A comunidade da região turística da Serra do Itaqueri promoveu um festival gastronômico no mês de maio de 2018 no município de Torrinha. O estande gastronômico de Ipeúna foi representado pelos produtos da agricultura natural beneficiados pela Empresa Korin. Analisa-se como uma representatividade simbólica que está vinculada à ideia de construir um município pautado nos princípios de uma agricultura natural.

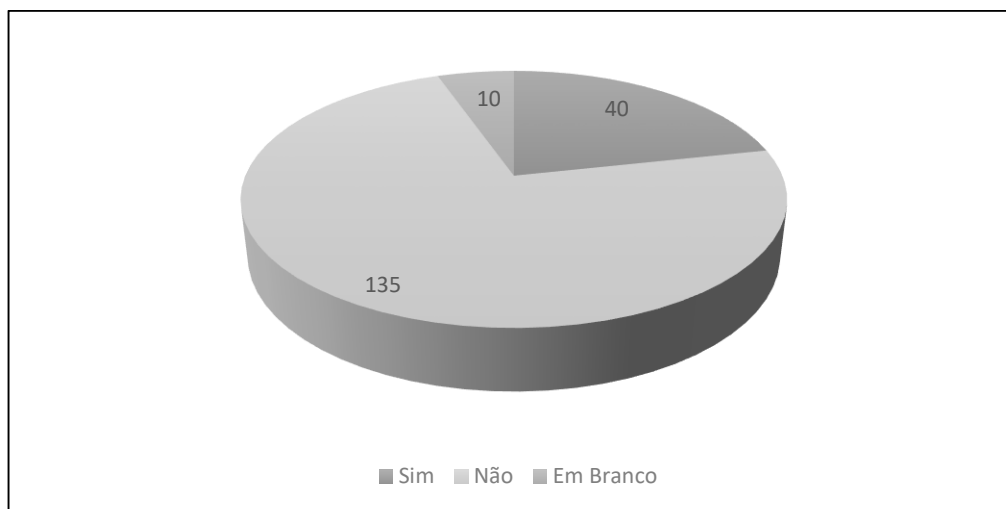
Quando questionados sobre a prática de algum atrativo de artesanato tradicional (gráfico 25) que poderia ser realizado por algum membro das famílias entrevistadas, 160 entrevistados responderam que não existe a prática do artesanato e somente 15 disseram manter essa prática. O artesanato é uma atividade que está se perdendo no rural de Ipeúna; ele se resume aos bordados e ao crochê.

Assim sendo, mostrar algumas das possibilidades multifuncionais encontradas em Ipeúna é relevante na medida em que se for da vontade da comunidade local e dos gestores públicos, pode-se criar novas possibilidades às pessoas que vivem no campo. Percebe-se que a multifuncionalidade e o turismo em área rural são também alternativas de geração de renda e emprego para a população local, um negócio que propicia aos proprietários manterem suas propriedades rurais ativas.

⁵⁸ O voo de parapente pode ser considerado como uma modalidade de voo livre que pode ser praticada tanto para recreação como para competição, sendo considerado um esporte radical.

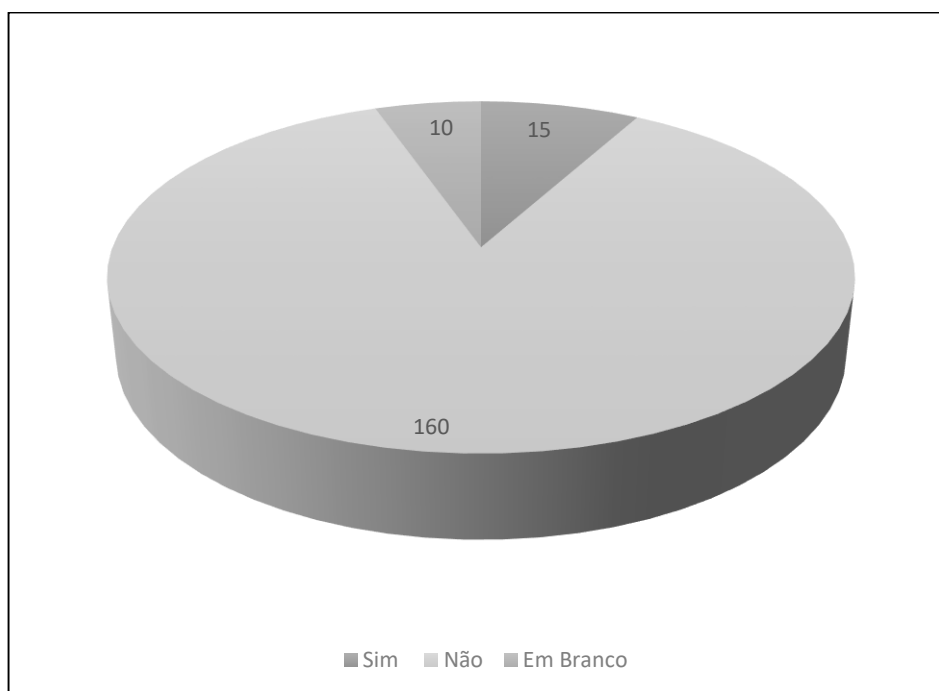
Pensar na integração do município de interesse turístico e na capital nacional da agricultura natural, levará Ipeúna à uma maior diversidade econômica que gerará emprego no setor agropecuário e de serviços, para um maior equilíbrio e desenvolvimento rural.

Gráfico 24: Atrativo culinário nas propriedades



Fonte: Trabalho de campo 2017/2018.

Gráfico 25: Atrativo de artesanato tradicional em sua propriedade



Fonte: Trabalho de campo 2017/2018.

6. 2 CONCLUSÕES

Com a realização deste estudo procurou-se obter a caracterização da organização do espaço rural no município de Ipeúna/SP, identificando a presença da lógica familiar e do potencial para multifuncionalidade, elencando o potencial produtivo, paisagístico, turístico e cultural das propriedades rurais.

Para alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa de doutoramento, para além da fundamentação teórica de campesinato, propriedades rurais e agricultura familiar, adotaram-se as contribuições da abordagem sistêmica aplicada à organização do espaço rural, o que serviu para uma melhor definição da pesquisa e também para delinear com maior exatidão o objeto de estudo. A área rural do município de Ipeúna foi o recorte espacial escolhido. Assim, entende-se que as propriedades rurais são as partes do sistema, uma vez que o comportamento do município representa o todo do sistema de análise.

Foram utilizados dados e informações secundárias acerca do levantamento censitário das unidades de produção agropecuária/Coordenadoria de Assistência Técnica do Estado de São Paulo, levantamento das informações físicas e ambientais (mapas de rede de drenagem e mapas de vegetação), bem como as áreas de Preservações Ambientais - “APA Corumbataí – Perímetro Corumbataí” e “APA Piracicaba/Juqueri Mirim”, também realizou-se por meio de entrevista e revisão bibliográfica o resgate da organização agrária e histórica da formação municipal. Além disso, os dados primários foram obtidos através do trabalho de campo com a aplicação do formulário (semiestruturado) com os proprietários de terras, gestores públicos, caseiros e administradores na área rural.

A caracterização da organização do espaço rural de Ipeúna foi possível através da tabulação, análise e compreensão dos elementos do sistema da agricultura e do grau de modernização dos agricultores, que resultou na estrutura e lógica da organização das propriedades rurais. As figuras 51 e 52 apresentam as espacialidades e a tipificação dos espaços rurais do município.

Figura 51: Mapa das espacialidades em Ipeúna/SP

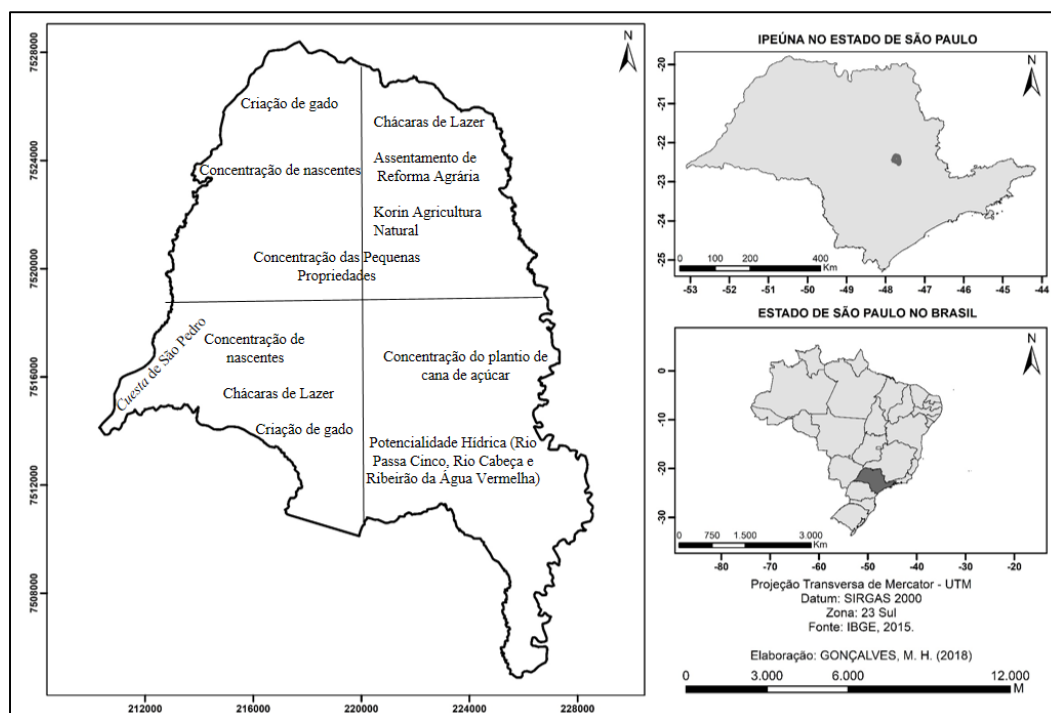
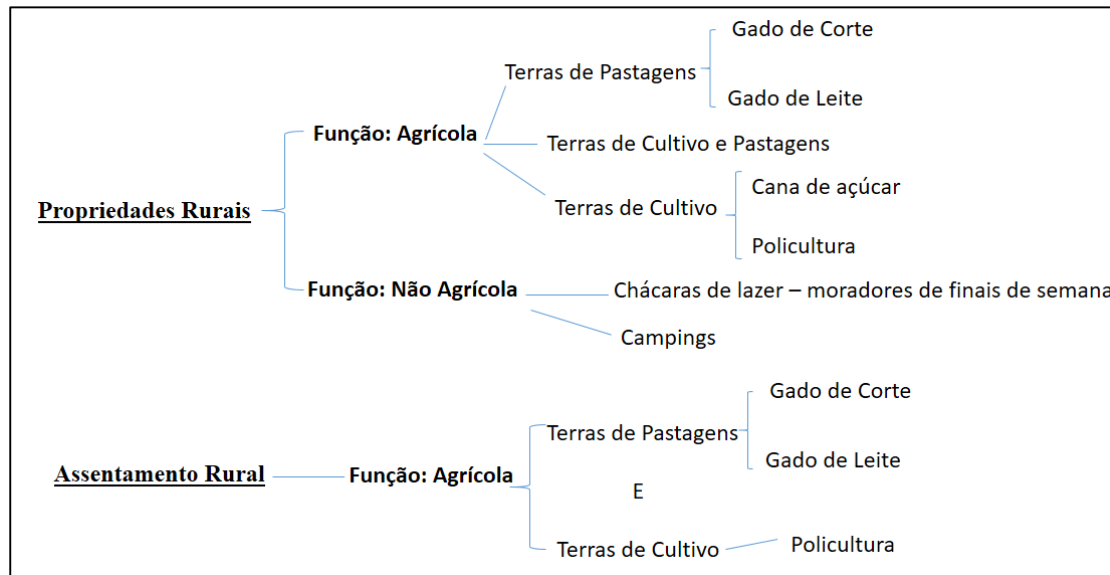


Figura 52: Tipificação dos espaços rurais em Ipeúna/SP



Organizado pela autora, 2018.

Retomando os postulados teóricos da agricultura familiar fundamentada no tripé terra-trabalho-família e a propriedade rural como o lugar de morar, produzir e trabalhar, os espaços da agricultura de caráter familiar mostraram-se vulneráveis na medida em que a propriedade rural não é mais um local de moradia desses agricultores, pela falta de segurança, com relatos

de roubos e furtos frequentes. Para os proprietários de terra, a propriedade rural representa hoje o local de produzir e trabalhar, já na perspectiva dos beneficiários de reforma agrária, o assentamento garante, antes de mais nada, um local de moradia.

Percebemos que o assentamento é um “arquipélago” dentro do município, ele não possui agricultores pluriativos e não apresentou potencial multifuncional. Esse espaço deveria cumprir a função primaz dos assentamentos de reforma agrária, que é produção de alimentos para o autoconsumo e mercantilizar parte da produção. Ele oferece uma série de atributos, dentre eles a força de trabalho, que favorecem a implantação de um modelo de fazer agricultura em moldes naturais. Sabe-se que é difícil comercializar alimentos e concorrer com as grandes empresas alimentícias, porém uma estratégia seria o fortalecimento dos circuitos curtos de comercialização. O Assentamento Horto de Camaquã parece um espaço esquecido pelo ITESP.

As famílias tradicionais do município veem a terra como um patrimônio familiar, visto que elas possuem propriedades desde o surgimento do município. Analisa-se esse grupo como famílias tradicionais que não são exclusivamente agricultoras familiares, ou seja, elas são proprietárias de terras que em algum momento foram no sentido estrito da palavra produtoras/agricultoras, mas que no cenário atual são um grupo que com uma idade avançada, não tendem a arriscar-se financeiramente em implementar novos modelos de agricultura.

A força de trabalho empregada nas propriedades é familiar, com alguns casos específicos de contratação de empregados temporários. A produção de alimentos apresenta-se diversificada, está presente na maioria das propriedades visitadas e pode ser considerada como uma das premissas básicas na organização da agricultura familiar. A produção para o autoconsumo garante a segurança alimentar, e nesse sentido, a família tem acesso aos alimentos básicos, tanto em quantidade como na qualidade.

Produtos destinados ao autoconsumo encontrados com maior frequência foram frutas: banana, manga, limão, abacate e laranja; hortaliças: alface, almeirão, couve, rúcula e pimentão; legumes: o rabanete e chuchu exclusivo ao autoconsumo. A alternatividade dos produtos (destinados tanto para a alimentação da família, alimentação das criações- rações- e para a venda) está presente na produção de mandioca e milho.

A cana-de-açúcar e a pecuária são as atividades que fazem parte da história da agricultura do município e representam a integração com as indústrias. A produção canavieira é em grande quantidade e destinada exclusivamente para as usinas da mesorregião de Piracicaba. A produção bovina é encaminhada para o laticínios de Ipeúna e/ou para os frigoríficos da região.

A partir dos resultados retomados acima, foi possível comprovar a tese que mesmo dentro de um espaço dominado pela produção moderna, representado pela monocultura canavieira e pela atividade pecuária pouco desenvolvida, além da presença de indústrias de representatividade nacional, foi possível encontrar a lógica de organização familiar nas propriedades visitadas, tendo em vista que o processo de ocupação do município esteve diretamente ligado à tradição agrícola com base no trabalho familiar.

Acredita-se ainda que o fortalecimento da agricultura familiar pode ser alcançado através da incorporação da noção de multifuncionalidade, o que possibilitaria um desenvolvimento rural. As paisagens rurais podem, então, ser classificadas como multifuncionais, não só pelas funções apontadas, mas pelas transformações na organização do espaço rural.

A introdução da multifuncionalidade, como uma estratégia de reprodução social e territorial, apresentaria novos arranjos na área rural do município, modificando a estrutura e lógica da organização rural. Uma vez que é importante lembrar que a agricultura não é a principal atividade econômica do município, mas intitula-se desde o ano de 2015 como a capital nacional de agricultura natural.

É vontade do poder público que o desenvolvimento local (Box 7) e rural de base natural se concretize. Para tanto, algumas características devem estar presentes nesse processo que pressupõe também a participação dos proprietários/agricultores rurais. Conforme aponta Kageyama (2008), essas seis características seriam para alcançar um desenvolvimento agrícola:

- Esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva/redução de custos/aproveitamento dos recursos naturais;
- Introduzir novas atividades que permitam utilizar os recursos internos;
- Estimular a produção ambientalmente mais adequada;
- Encorajar práticas de cooperação e pluriatividade;
- Incentivar a diversificação de produtos e busca de economia de escopo; e,
- Conduzir políticas para a pluriatividade das famílias rurais para a absorção da mão de obra.

Através destas alternativas estratégicas, o município conseguiria sair da simbologia e tornar-se de fato a capital da agricultura natural, com desenvolvimento pautado na produção de alimentos livre de agrotóxicos, e com o setor agrícola gerador de emprego e renda. Kageyama

(2008) recomenda também, cinco itens que auxiliam para alcançar o desenvolvimento rural, tais como:

- Diversificação das economias locais;
- Diversidade multi-setorial;
- Agricultura em sistemas de policultura;
- Salubridade do meio ambiente; e,
- Pluriatividade das famílias rurais para a absorção da mão de obra.

Partindo para as análises conclusivas a respeito do turismo em área rural, percebe-se que é um projeto futuro do município e se for bem planejado, pode ser decisivo para o desenvolvimento local. Acredita-se que somente através de um planejamento adequado será possível ter em Ipeúna um turismo em área rural de qualidade, que seja gerador de emprego e renda, fortalecendo o setor de serviços. Para um bom funcionamento, é importante que ocorra a efetiva integração da iniciativa privada, do poder público e principalmente da comunidade.

Ao final desta pesquisa, espera-se que auxilie o poder público e a comunidade em suas tomadas de decisões e na elaboração de políticas públicas. As informações levantadas e a caracterização da organização do espaço rural, deverá trazer à comunidade benefícios como sentimentos de inclusão e pertencimento, além de permitir uma distribuição equitativa da renda. A concretização dos projetos de Município de Interesse Turístico e Capital Nacional da Agricultura Natural poderão ser alcançados através da integração e planejamento entre os diferentes agentes.

A aplicação do formulário, a tabulação e organização dos dados possibilitou uma experiência em pesquisa que é fundamental para a formação de pesquisadora, além de garantir uma vivência e conhecimento sobre a realidade do mundo rural, além do que a convivência com o poder público e com a comunidade local garantiu o contato direto com a gestão municipal e o cotidiano de um pequeno município urbano-industrial que enfrenta dificuldades e está sempre em busca de soluções para as mesmas.

Box 7 – DESENVOLVIMENTO LOCAL

(...) o desenvolvimento local não é meramente a escala mais baixa da aplicação de macropolíticas, nem é apenas uma técnica de integrar territórios, de qualquer maneira, na macroeconomia globalizada. No desenvolvimento local o espaço não pode ser o alvo passivo de medidas ou investimentos, mas torna-se “território-projecto”, numa perspectiva de melhoria imediata do presente e de construção partilhada de um futuro viável e benéfico para a grande maioria dos habitantes. Por isso o desenvolvimento local deve adoptar uma metodologia de educação comunitária e participativa, visando uma maior compreensão, capacitação e autonomia de todos; uma abordagem que integre as diferentes intervenções sectoriais, dado que toma como ponto de partida os problemas efectivamente sentidos pelas populações – que são invariavelmente multidimensionais; uma estratégia que corresponda aos interesses da maioria dos habitantes e que mobilize recursos e vontades dos actores sociais, económicos e políticos do território. Em suma, o desenvolvimento local só pode ser desenvolvimento sustentável: garantindo a sua continuidade e pertinência no tempo e no espaço, deixando-se apropriar pela população numa óptica de cidadania activa e de valorização dos recursos do território, fomentando a justiça e a coesão sociais, respeitando e promovendo os patrimónios cultural e natural (Melo, 2003).

REFERÊNCIAS

- ALVES, F. D. **Mudanças teórico-metodológicas da geografia agrária brasileira: a produção em periódicos científicos de 1939 – 2009**. 2010. 350f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.
- ALVES, F. D. Considerações sobre métodos e técnicas em geografia humana. **Dialogus**, Ribeirão Preto, v.4, n.1, p. 227-241, 2008.
- ALVES, F. D; SILVEIRA, V. C. P. A metodologia sistêmica na Geografia Agrária: um estudo sobre a territorialização dos assentamentos rurais. **Sociedade & Natureza**. Uberlândia, v. 1, n. 20, p. 125-137, jun. 2008.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec/UNICAMP, 1992.
- ABRAMOVAY, R. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estudos Avançados** 12, São Paulo, v. 12, n. 32, p. 69-74, 1998.
- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 2003.
- ARCHETTI, E. Contextualização Histórica do Debate sobre a questão agrária na Revolução Russa. In: CARVALHO, H. M. de. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- BRASIL. **Código Florestal 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa. Brasília, DF, 2012. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm> Acesso em 25 fev. 2016
- BRASIL. **CONAMA nº 10/1988**. Dispõe sobre a regulamentação das APAS. Brasília, DF, 1988. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=74>> Acesso em 25 fev. 2016.
- CALDART, R. S. et al. **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos Últimos 50 anos. **Textos Para Discussão - Ipea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-21, jan. 1999. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3929>. Acesso em: 12 jul. 2018.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: **Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária 2009**, São Paulo. p.1-16.

CANHOTO, J. M. C. **A conservação da natureza como fator de gestão da paisagem rural – o caso da ZPE de Veiros**. 2015. 112f. Dissertação (Mestrado em Ecologia da Paisagem) – Escola de Ciência e Tecnologia, Universidade de Évora, Évora, 2015.

CAPRA, F. **A teia da vida**. São Paulo: Cultrix, 1996.

CARDOSO, C. F.S. A brecha camponesa no sistema escravista. In: **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979. p.133-154.

CARNEIRO, M. J. Mulheres no campo: notas sobre sua participação política e a condição social do gênero. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, p.11-22, jun. 1994. Disponível em: <<https://revistaesa.com/V3/ojs-3.1.1/index.php/esa/article/view/21>>. Acesso em: 25 fev. 2017.

CARNEIRO, M. J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C; MOREIRA, R.J; BRUNO, R. (Orgs). **Mundo Rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad/Pronex, 1999. p.223-344.

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Revista Estudos Feministas**, ano 9, jul./dez. 2001.

CARNEIRO, M. J. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, L. F. de C.; FLEXOR, G.; SANTOS, R. (Orgs). **Mundo Rural Brasileiro: Ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

CARNEIRO, M. J.; MALUF R. S. (Orgs.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, H. M. de. (Org.). **Chayanov e o campesinato**. São Paulo: Expressão Popular, 2014.

CHAYANOV, A. V. **Teoria dos sistemas económicos e não capitalistas**. Buenos Aires: Ediciones. Nueva Vision, 1974. p. 477-502.

CHAYANOV, A. V. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHOLLEY, A. Observações sobre alguns pontos de vista geográficos: I parte. **Boletim Geográfico**, Rio de Janeiro, ano XXII, n. 179, p. 139-145, mar./abr. 1964.

CHRISTOFOLETTI, A. O espaço Geográfico. **Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 94-99, 1979.

CORONA, H. M. P; FERREIRA, A. D. D. As estratégias de reprodução social da agricultura familiar em suas múltiplas inter-relações. In: FERREIRA, A. D. D. et al. **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed: UFPR, 2012.

CENTRO DE PESQUISA MOKITI OKADA. **Centro de Pesquisa: Quem somos**, 2018. Disponível em: < <http://www.cpmo.org.br/home#quem-somos> > Acesso em 1 dez. 2018

DAMBRÓS, C. **Organização espacial e paisagem rural: o potencial multifuncional das pequenas propriedades em Brotas e Rio Claro/SP**. 196f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2016.
DEAN, W. **Rio Claro: Um Sistema de Grande Lavoura 1820-1920**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1977.

DEMATTE FILHO, L. C. **Sistema agroalimentar da avicultura fundada em princípios da Agricultura Natural: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade**. 2014. 252f. Tese (Doutorado em Ciências) - Centro de Energia Nuclear na Agricultura Sistema, Universidade de São Paulo, Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Piracicaba, 2014.

DINIZ, J. A. F. **Geografia da Agricultura**. 2ª ed São Paulo: Difel, 1986.

DERRUAU, M. **Geografia Humana I**. 2. Ed. Lisboa: Editora Presença, 1977. 512p.

FARIA, A. M. de M. A não consolidação das previsões clássicas do fim do campesinato sob o capitalismo: uma resenha. **Revista de Estudos Sociais**, Cuiabá, Ano 3, n 6, 2001. P. 45-58.

FAUCHER, D. **Geografia Agrária: tipos e cultivos**. 2.ed. Barcelona: Ediciones Omega, 1975 [1954].

FERREIRA, D. A. de O.; OLIVEIRA, S. C. de. Caracterização do potencial das propriedades rurais para a multifuncionalidade em Rio Claro-SP. **Campo-território: revista de geografia agrária**, Uberlândia, v. 11, n. 25, p.71-100, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/33847>>. Acesso em: 13 maio 2017.

GARCIA, G. J. **Atlas Ambiental da Bacia do Rio Corumbataí**. 2011. Disponível em: < <http://ceapla2.rc.unesp.br/atlas/> > Acesso em: 22/03/2017.

GALLINO, L. **Dicionário de Sociologia**. Tradução: José Maria de Almeida. São Paulo: Paulus, 2005. P. 68-72.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2006, Fortaleza. **Anais do XLIV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural. “Questões Agrárias Educação no Campo e desenvolvimento”**. Fortaleza: SOBER/BNB, 2006. p.1-19.

GEORGE, P. **Geografia social e do mundo**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969.

GERARDI, L. H. de O. O processo de urbanização/industrialização e seu impacto sobre algumas características do setor agrícola do Estado de São Paulo – Resultados Preliminares. **Boletim de Geografia Teorética**, Rio Claro, vol 13 (25): p. 37-56, 1983.

GERARDI, L. H. de O.; SALAMONI, G. Para Entender o Camponato: A contribuição de A. V. Chayanov. **Geografia**, Rio Claro, v. 19. n. 2, p.197-208, out. 1994.

GRISA, C. **A produção “pro gasto”: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul**. 2007. 200f. Dissertação - Mestrado em Desenvolvimento Rural. Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUANZIROLI, C. E. et al. **Novo retrato da agricultura familiar: o Brasil redescoberto**. FAO/INCRA, Santiago/Chile, 2000.

HESPANHOL, A. N. Modernização da agricultura e desenvolvimento territorial. In: **Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa Dinâmicas e Transformações no Espaço Rural Brasileiro**, 4., 2008a, São Paulo, Anais Eletrônicos... São Paulo: Universidade de São Paulo, 2008a. p. 370 – 392. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%204ENGRUP/trabalho/hespanhol_a_n.pdf>. Acesso em: 29 jun. 2017.

HESPANHOL, A. N. Desafios da geração de renda em pequenas propriedades e a questão do desenvolvimento rural sustentável no Brasil. In: ALVES, Adilson Francelino; CORRIJO, Beatriz Rodrigues; CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessoa. (Orgs.). **Desenvolvimento territorial e agroecologia**. São Paulo: Expressão Popular, 2008b.

IGREJA MESSIÂNICA. **Igreja Messiânica Mundial do Brasil: Quem somos**. <<http://www.messianica.org.br/quem-somos>>. Acesso em 1 dez. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Tipos e aspectos do Brasil**. 10. Ed [s.n.]. Rio de Janeiro, 1975.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>> Acesso em 11 abr. 2017

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de Influência das Cidades**. 2007. Disponível em: http://www.ipeuna.sp.gov.br/portal/ipeuna_html/LOM-PEUNA-SP.pdf > Acesso em 25 fev. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em 1 ago. 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PIB Microrregião Rio Claro/SP**. 2014 <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/ipeuna/panorama>> Acesso em 31 mar. 2018

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **SIDRA**. 2010. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/5938#resultado>> Acesso em 19. jun. 2018.

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/ipeuna_sp>. Acesso em: 1 ago. 2017.

IPEÚNA. Câmara municipal de Ipeúna. **Decreto lei Estadual nº 14.334.**, 1990. Disponível em: < http://www.ipeuna.sp.gov.br/portal/ipeuna_html/LOM-PEUNA-SP.pdf> Acesso em 25 fev. 2016.

IPEÚNA. Câmara municipal de Ipeúna. **Lei Estadual nº 1.011**, de 13 de outubro de 1906. Disponível em: < http://www.ipeuna.sp.gov.br/portal/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=5>. Acesso em 25 fev. 2016.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. **Dicionário Básico de Filosofia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

KAGEYAMA, A. Rural e ruralidade. In: A KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento Rural: Conceitos e aplicações ao caso brasileiro**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 15-49.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KLAFKE, K. **As Dinâmicas Espaciais do Comércio e do Consumo em Pequenas Cidades: Ipeúna(SP)**. Trabalho de conclusão de curso (bacharelado – Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2015. Disponível em: < <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/136564/000858998.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 15 abr. 2017

KORIN. **Agricultura Natural**. 2018. Disponível em: < <http://www.korin.com.br/empresa/agricultura-natural/>>. Acesso em 1 dez. 2018

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. Ed. São Paulo: Editora perspectiva, 1998.

LA BLACHE, P. V. Des caractères distinctifs de la Géographie [Título original]. **Annales de Géographie**, ano 22, n.124, p.289-299, 1913.

LAMARCHE, H. **Agricultura Familiar: comparação internacional**. Campinas: Editora UNICAMP, 1993.

LÊNIN, V. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia: O Processo de Formação do Mercado Interno para a Grande Indústria**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1988.

LINHARES, M. Y.; SILVA, F. C. T. **História da agricultura brasileira: combates e controvérsias**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LORENA, C. Minipropriedade e Pequena Propriedade. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, Campinas, n. 3, ano 18, p. 23-26, dez/88 a mar/89.

LUPA – **Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária/SP**. 2008. Disponível em: < <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa/dadosmunicipais/pdf/t241.pdf>> acesso em 12 ago. 2016.

MACHADO, H.M. de F.G. **Uma história para Ipeúna**. 2004. 158f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). IGCE, Unesp, Rio Claro, 2004.

MACHADO, H.M. de F.G. et al. **Atlas Municipal Escolar**. 1ed. [s.n.] Rio Claro, 2000.

MAIA, A. C.; FERREIRA, D. A. O. Gestão do Território: Multifuncionalidade e Turismo Como Estratégias para o Desenvolvimento Rural. **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 3, n. 2, p. 141-149, 2011.

MARTINS, R. C.; VALENCIO, N. F. L. S. **Uso e gestão dos recursos hídricos no Brasil: desafios teóricos e políticos-institucionais**. São Carlos: Rima, 2003.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

MAZOYER, M.; ROUDART, L. **História das Agriculturas no Mundo: do neolítico à crise contemporânea**. Brasília: NEAD/ MDA, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MENDES, E.P.P.; PESSÔA, V.L.S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: RAMIRES, J.C de L.; PESSÔA, V.L.S. **Geografia e Pesquisa Qualitativa: nas trilhas da investigação**: Uberlândia: Assis, 2009.

MENDRAS, H. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 254 p.

MONBEIG, P. Papel e valor do ensino de Geografia e de sua pesquisa. **Boletim Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, ano III, n8, p. 35-45, jul./out. 1958.

MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; FREITAS, M. N. Pesquisa e agricultura familiar: contribuições para o debate. **Raízes**, Campina Grande, v. 26, n°s 1 e 2, p. 128-139, jan./dez. 2007.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo: Editora Ática, 1988.

OLIVEIRA, D. A. de. **A persistência da unidade familiar de produção a sericultura em Charqueada**. 1988. 154f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - IGCE, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro – SP.1988.

PAULA E SILVA, A. **As relações entre o Pequeno Município e o Espaço Rural: Cristais Paulista (SP) – Um Estudo de Caso**. 2011. 198f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade Ciências e Letras, Unesp, Araraquara, 2011.

PAULILO, M. I. S. O “ser” e o “deveria ser” no conceito da pequena produção. **Anais do XIV Encontro Anual da ANPOCS**. Caxambu, 1990.

PETRONE, M. T. S. **O imigrante e a pequena propriedade**. 2ª ed, São Paulo, Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, M. R. **Estudo Morfotectônico da Região da Serra de São Pedro e do Baixo Piracicaba/SP**. 2014. 293f. Tese (Doutorado em Ciências), USP, FFLCH São Paulo, 2014. 293f.

PINTO-CORREIA, T. Multifuncionalidade da paisagem rural: novos desafios à sua análise. **Inforgo**. Julho, Ed. Associação Portuguesa de Geógrafos. 2007. p 67-71.

PINTO-CORREIA, T. B. F.; MENEZES H.; SANTOS T.; Taveira R. Que multifuncionalidade na paisagem rural: sinergias e Conflitos entre a agricultura e funções não produtivas. Aplicação ao concelho de Castelo de Vide. Actas do III Congresso de Estudos Rurais (III CER), **Faro**, Universidade do Algarve. 2008. p. 1-15.

QUEIROGA, J.L. Sistemas Agrários: Expressão das estratégias de reprodução da agricultura familiar na diversidade da região metropolitana de Curitiba. In: FERREIRA, A. D. D. et al. (Orgs.) **Do rural invisível ao rural que se reconhece: dilemas socioambientais na agricultura familiar**. Curitiba: Ed: UFPR, 2012.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ed. São Paulo: Atlas, 2008.

ROSSINI, R. E. Geografia e gênero: mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, n. 9, p.1-58, set. 1993. Disponível em: <<http://www.iea.sp.gov.br/out/LerTexto.php?codTexto=1159>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

SALAMONI, G. **Produção familiar integrada ao CAI brasileiro: A produção de pêssego no município de Pelotas**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho”, 1992.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho**. 2 ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1984.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. **Lei 1.261 de 29 de abril de 2015**. Estabelece as condições e requisitos para a classificação de Estâncias e de Municípios de Interesse Turístico. São Paulo, SP, 2015. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2015/lei.complementar-1261-29.04.2015.html>>. Acesso em 1 dez. 2018

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 16, p. 164-184, 2001.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre:UFRGS, 2003.

SCHNEIDER, S. (Org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

SEAD. Sistema Estadual de Análise de Dados. **Projeção Populacional Ipeúna/SP** Disponível em < <http://produtos.seade.gov.br/produtos/projpop/index.php>> Acesso em 19 abr.2018.

SHANIN, T. Lições camponesas. Conferência ministrada na sessão de encerramento do III Simpósio Internacional de Geografia Agrária. In: PAULINO, Eliane Tomiasi (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, A. P. **As Relações entre o Pequeno município e o Espaço Rural: Cristais Paulistas (SP) – Um estudo de caso**. 2011. 193p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. 193f. Disponível em: < <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/98989> > Acesso em 15 ago. 2017.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul: Uma análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

SODRÉ, M. T.; SALAMONI, G. Em busca das origens geográficas do conceito de sistema agrário: Revisando os clássicos. **Geografia**, Rio Claro, v. 41, n. 2, p. 313-330, 2016.

SÃO PAULO. Secretaria de Meio ambiente. Fundação Florestal. **Unidades de Conservação**. 1986. Disponível em:< <http://fflorestal.sp.gov.br/> > Acesso em 13 jan. 2016.

SOARES, A. C. O. **A multifuncionalidade da agricultura familiar**. Revista Proposta, 87, FASE. Rio de Janeiro, p. 40-49, 2000/2001.

TEPICHT, J. **Marxisme et agriculture; le paysan polonais**. Paris, A. Colin, 1973.

THEÓPHILO, C. R.; IUDÍCIBUS, S. de. Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. UnB, Brasília, v. 8, n. 2, p.147-175, jul/dez. 2005.

VAN DER PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (Org). **A Diversidade da Agricultura Familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e a arte da agricultura: um manifesto Chayanoviano**. São Paulo: Editora Unesp, Porto Alegre: Editora UFRGS, 2016.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2003.

WAIBEL, L. **Capítulos de geografia tropical e do Brasil**. Tradução de Walter Alberto Egles. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1958.

WANDERLEY, M. de N. de B. A agricultura Familiar no Brasil: um Espaço em Construção. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**. Campinas, Vol 25, n 2 e 3, p.37-57, mai-dez, 1995.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 20, 1996, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 1996. p. 1-21

WANDERLEY, M. de N. B. A valorização da agricultura familiar e a reinvenção da ruralidade no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, nº2, jul/dez, Ed UFPR, 2000. p. 29-37.

WANDERLEY, M. de N. B Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural e Estudo Preliminar sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. NEAD. Brasília, **NEAD/MAD**, 2001. Disponível em: < www.nead.com.br/> acesso em 28 de mar, 2015.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WANDERLEY, M. de N. de B. Em busca da modernidade social. Uma homenagem a Alexander V. Chayanov. Campinas: Unicamp, 1989. In: WANDERLEY, M.N.B. O Mundo Rural como um Espaço de Vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p.137-154.

ZAINE, M. P.; PERINOTTO, J. A. J. **Patrimônios Naturais e História Geológica da Região de Rio Claro-SP**. Rio Claro: Câmara Municipal de Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do Município de Rio Claro, 1996. 91p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BERTALANFFY, L. V. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2008.

BIANCHINI, V. **Vinte anos do PRONAF, 1995 - 2015: avanços e desafios**. Brasília: SAF/MDA, 2015.

BLUM, R. Agricultura Familiar: Estudo Preliminar de Definição, Classificação e Problemática. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3 ed. Passo Fundo: EDIUPF, 2001. p. 57-107.

BRASIL, M. D. A. **Lei nº 11.326: estabelece as diretrizes para formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário da União, Brasília, 25 julho, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm>. Acesso em: 27 jun. 2017.

CALDAS, N.; SACCO DOS ANJOS, F. Crédito agrário y Agricultura Familiar em Brasil. Análisis de la morosidade em la aplicación del Programa nacional de fortalecimiento de la agricultura nacional. **Revista de Fomento Social**, Espanha, n. 64, p. 793-816. 2009.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre agricultura familiar: dispositivos constitucionais, leis e decretos relacionados a agricultura familiar** / Câmara dos Deputados. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/30779>> Acesso em 27 jun. 2017.

DATALUTA. **Banco de dados da Luta pela Terra: Relatório Brasil 2015**. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2015.pdf> Acesso em 16 de ago. 2016.

DELGADO, G. C.; BERGAMASCO, S. M. P. P. (orgs.) **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017.

GERARDI, L. H. de O.; SILVA, B. C. M. Nentwig. **Quantificação em Geografia**. São Paulo: DIFEL, 1981.

GERALDO, J. C. **Contribuição para a caracterização das atividades de turismo em espaço rural em propriedades de médio e grande portes nas cuestas do Estado de São Paulo**. 2012. 190 f. Tese - (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2012. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104437> acesso em 28/03/2018

HEREDIA, B. M. A. de. **A morada da vida: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Painel de Assentamentos**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=8&Para>

meters[Planilha]=Nao&Parameters[Box]=GERAL&Parameters[Linha]=1 > Acesso em 16 Ago. 2017.

MEDEIROS, R. M. V. A produção familiar e suas diferentes formas de representação. In: MARAFON, José Gláucio; RUA, João; RIBEIRO, Miguel Ângelo. (Orgs.) **Abordagens teórico-metodológica em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007. p. 169-178.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O campesinato Brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. São Paulo: Vozes, 1973.

RIBEIRO, V. S.; SALAMONI, G. A territorialização camponesa no Assentamento 24 de Novembro – Capão do Leão – RS. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 6, n. 11, p. 194-217, fev. 2001.

RODRIGUES, R. R. **Análise de um Remanescente de Vegetação Natural às Margens do Rio Passa Cinco, Ipeúna, SP**. 1991. 338f. Tese (Doutorado em Ciências) - UNICAMP, Campinas, 1991.

RODRIGUES, F. H. **Diagnóstico ambiental do Município de Ipeúna: subsídios para o planejamento do turismo**. Trabalho de conclusão de Curso (Engenharia ambiental). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e ciências Exatas, 2009. Disponível em: <
http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120821/rodrigues_fh_tcc_rcla.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em 25 fev. 2016.

SAKAGUTI JÚNIOR, M.M. **Significado das paisagens na microbacia do Ribeirão dos Sinos, Ipeúna/SP**. 2010. 201 p. Dissertação (Mestrado em Ecologia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura “Luiz Queiroz”, Centro de energia Nuclear na Agricultura, Universidade de São Paulo, Piracicaba/SP. 2010.

SILVA, J. G.; STOLCKE, V. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. p. 43-62

Apêndice A: Quadro Conceitual

Referência Nominal	Autor	Definição das pesquisas clássicas	Características	Período	Ano de publicação
Camponês	Karl Marx	O modo de produção capitalista domina não somente a atividade fabril, mas também as atividades agrícolas. Evidencia a extinção dos camponeses uma vez que as grandes propriedades absorveriam as pequenas, assim as camadas mais pobres do campesinato não aguentariam os altos impostos cobrados pelos latifundiários capitalistas.	A agricultura capitalista teria três personagens (classes): proprietário fundiário (dono dos meios de produção), o empresário capitalista e o trabalhador assalariado (vendedor força de trabalho). Ocorreria a especialização de funções e divisão de classes sociais.	1898	1986
Camponês	Vladimir Lênin	A separação entre indústria e a agricultura consiste em que os camponeses pobres se arruinam e se transformam em operários assalariados. Compele aos camponeses abordarem tanto a terra quanto seu ofício. Consiste na expropriação do pequeno produtor a qual passaria a ser operário.	Burguesia Agrária: agricultores camponeses e camponeses-artesões; Operários Assalariados: camponeses arruinados; Operários agrícolas: trabalhadores da terra	1924	1970
Camponês	Karl Kautsky	O homem do campo não é apenas caracterizado como agricultor, mas também como industrial, o camponês autossuficiente passou a sofrer a concorrência da indústria urbana que, revestida de grande superioridade, eliminou rapidamente a indústria doméstica camponesa. O camponês passa a depender do mercado, transforma seus produtos em mercadorias e leva-os ao mercado para realizar a venda. Ele não pode mais prover a sua manutenção sem dinheiro.	Duas Classes: Burguesia e proletariado. A indústria seria a força motriz da sociedade capitalista. Ocorreria proletarianização do camponês através do assalariamento.	18..	1980

Referência Nominal	Autor	Definição das pesquisas no Brasil	Características	Período	Ano de Publicação
Agricultura de Subsistência/ Produção Familiar	M ^a Yeda Linhares & Francisco C. T Silva	Está diretamente ligada à agricultura/produção de subsistência que possibilita a produção de alimentos através de formas como a "brecha camponesa" na sociedade escravista. A produção de subsistência desenvolvida quer nas grandes unidades, para o auto-abastecimento, quer nas pequenas e médias propriedades, com capacidade de produzir excedente para a alimentação de núcleos urbanos. A área que ela ocupa (e continua ocupando) é aquela não ocupada pela agricultura comercial especulativa (no interior do plantation) e não ambicionada por interesses mais poderosos. Gênese do Campesinato brasileiro: produção de alimentos se fazia no âmbito do trabalho familiar, seja ele no interior do latifúndio agroexportador, seja na sua periferia através do lavrador.	A produção de alimentos só é vista como possível no interior da plantagem, havia a inexistência de mercados. Formas de produção familiar como categorias heterogêneas ao modo de produção escravista colonial e não como possibilidades múltiplas da sociedade colonial. Cabe a agricultura produtora de alimentos, no conjunto da economia colonial e no nível das análises até então feitas, um papel secundário e subordinado.	Séc. XIX	1981
Camponês	Margarida M ^a M. Moura	Em qualquer tempo e lugar a posição do camponês é marcado pela subordinação aos donos da terra e do poder, que dele extraem diferentes tipos de renda: renda em produto, renda em trabalho, renda em dinheiro. No campesinato, é impossível separar a prática econômica da família. Outra forma de definir	Elos próximos e igualitários, como os que caracterizam a troca de bens e de trabalho entre os camponeses, sempre envolvem o parentesco e os poderes políticos e jurídicos. Outras fecundas inadequações podem resultar da observação do camponês na família e na relação	Década de 1980	1988

		o camponês, é conceitua-lo como o cultivador que trabalha a terra.	com os parentes, ou nas práticas de herança que aciona para dar continuidade ao uso social da terra que habita e trabalha e a própria organização da vida.		
Pequeno Proprietário Camponês	Carlos R. Brandão	Produtor Agrícola dono de porções de terra de pequenas dimensões (as fazendinhas ou chácaras); trabalhador direto em regime de produção familiar, é em geral, não apropriador da força de trabalho. Podem ser também "meeiros" ou lavradores (produtor rural não proprietário de terra) durante, pelo menos, períodos anuais do ciclo agrícola.	O pequeno Proprietário Camponês consome o alimento produzido em sua propriedade e possui ideia da qualidade do que está comendo. Quando fala a respeito do que come, estabelece uma diferença entre: a) aquilo que é da natureza; b) o que se usa da natureza; c) o que não serve para comer; d) o que é comível.	Década de 1980	1981
Pequena Propriedade	Maria Thereza Schorer Petrone	A implantação da pequena propriedade que no pensamento de então deveria desenvolver-se ao lado da grande propriedade, ser subsidiária desta e não concorrer com ela no mercado de trabalho. A pequena propriedade devia ocupar espaços vazios, promovendo a valorização fundiária, e criar condições para o aparecimento de uma camada social intermediária entre latifúndio e escravo, camada essa que pudesse ao mesmo tempo ser mercado consumidor, oferecer braços no mercado de trabalho e diversificar a economia com a produção de gênero para os quais a grande propriedade não se prestava.	Através da pequena propriedade, trabalhada pelas mãos do proprietário imigrante e sua família, pretendia-se conseguir uma camada social internamente diária atuante entre senhores e escravos, e que até então, embora existisse na forma de pequenos posseiros, agregados e outros, não desempenhava papel relevante na vida brasileira.		1982

Pequena Produção	Ana Célia Castro et al.	Pequena Produção: se trata de uma definição geral. Tomada como problemática, supõe, portanto, interrogações que desvendem sua lógica interna, ao mesmo tempo que se reveste de especificidades estruturais (ex: modo particular de articulação a mão-de-obra) ou culturais (o significado histórico do tradicionalismo), é também a lógica de um sistema dominante e envolvente que a destrói ou a regenerada. A pequena produção mantém seu perfil reprodutivo de pequena propriedade, controlando os meios de produção aí incluída, a propriedade jurídica da terra. A pequena produção responsabiliza prioritariamente o próprio pequeno produtor e sua família pela obtenção de sua subsistência, isto é, de sua reprodução física e social.	O trabalho do pequeno produtor e sua família, que dificilmente atribui o correspondente a um salário para si e sua família. A produção de numerosos bens e serviços é deixado a pequenos produtores porque ela é uma geral antilucrativa para a penetração da lógica capitalista propriamente dita. O sobretrabalho do pequeno produtor se materializa em lucros da propriedade-empresa.	Séc. XVI, XVII e XVIII	1979
Pequeno Produtor Agrícola	Delma Pessanha Neves	Estão sendo entendidos como categoria social por constituírem partes de um sistema classificatório que qualifica as múltiplas posições socialmente diferenciadas. A análise do conteúdo dessas categorias permite o entendimento da prática concreta desses produtores e as formas de inserção dos novos membros, a partir da incorporação de valores e formas espaciais de reprodução da vida e de aprendizagem da prática social e política. Lavradores e Pequenos produtores de cana-de-açúcar forma o objeto de estudo da dissertação	Lavrador de cana: São os pequenos e médios proprietários de terra, possuem uma certa autonomia da unidade familiar de produção. Se dedica à plantação desse produto de forma relativamente especializada, suas alternativas de utilização dos fatores de produção para as outras culturas, cujos produtos possam ser transportados em valor de troca, são bastante limitados. O pequeno produtor não só se subordina à racionalidade do	Anos 1980	1981

		de mestrado escolhido por Delma Pessanha Neves.	capital industrial e financeiro e se submete a uma série de limitações. Ele também tem assegurado a continuidade de sua reprodução pela garantia de propriedade da terra - condição básica a inserção no circuito do capital. Os fatores de produção são caracterizados como "produção da mão para a boca", isto é, como uma atividade produtiva que só assegura a sobrevivência da unidade familiar.		
Unidade Familiar de Produção	Delma Pessanha Neves	Pauta-se num sistema classificatório construído a partir de adjetivações dicotomizadas. Assim sendo, as unidades familiares de produção são entendidas pelas determinações internas, pelas características e necessidades próprias e subtraídas da interdependência com outros princípios de ordenação social. São entendidas pelo produtivo, e ao "mundo rural", se destacando o estilo de vida ou os valores culturais.	Modelo sustentado pela organização da família (objeto de análise). Não constituem especificidade das unidades familiares da produção agrícola os arranjos internos que viabilizem a adequação dos recursos financeiros à hierarquia do consumo; aos projetos de melhorias das condições de vida. As análises sobre essas unidades de produção não devem valorizar um único sentido (econômico ou familiar) e abandonar a atribuição entre representações, ideologia e prática social.	Anos 1990	1995
Pequeno Produtor Familiar/Pequena	M ^a N.B. Wanderley	Mesmo mantendo sua base produtiva, a exploração familiar, para reproduzir-se, é obrigada a completar sua renda com a alocação	O pequeno produtor familiar tenta aumentar o volume de sua produção, alterando a organização	1980	1985

Produção Camponesa		de parte da força de trabalho que dispõe, fora da unidade familiar de produção.	interna do trabalho e intensificando seu esforço produtivo. Tende a especializar sua produção, concentrando seus esforços naqueles produtos que disponham de condições mais vantajosas de preço no mercado. O autoconsumo cede lugar às atividades destinadas à venda.		
Agricultura Familiar	M ^a de Nazareth Baudel Wanderley	O significado da agricultura familiar depende antes de mais nada, da associação de sua presença na sociedade com valores considerados socialmente positivos: tradição, desenvolvimento, eficiência econômica, proteção da natureza, são possíveis caracteres que, atribuídos a certos grupos de agricultores, lhe conferem legitimidade social.	A propriedade da terra é uma condição necessária para ser produtor rural, é através dela que o agricultor tenta assegurar sua condição específica. A proporção dos produtos cultivados que contribuem para o autoconsumo; proporção das compras de alimentos sobre as necessidades alimentares da família; a diversificação das atividades é uma estratégia muito frequente adotada pelos agricultores, a tal ponto que constitui uma de suas características principais. O esforço de diversificação se destina não só a ampliar o leque de produtos comercializáveis, mas igualmente garantir o autoconsumo.	Anos 1990	1995

			
			
	Município de Ipeúna	Programa de Pós-Graduação	N° Questionário

Apêndice B: FORMULÁRIO “Organização do Espaço Agrário: Informações como base do conhecimento”.

- CONVÊNIO -

OBS: Quando o entrevistado não souber responder indicar com “NS”

Quando o entrevistado não quiser responder a questão indicar com “NQR”

GPS

X: _____

Y: _____

Data: ____/____/____

Entrevistador: _____

Horário de Início: ____ : ____ Fim: ____ : ____

I – IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE

Nome do ENTREVISTADO (A): _____

Situação do entrevistado

() proprietário () membro da família () arrendatário () caseiro () outras: _____

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade: _____

Naturalidade: _____

1. Tamanho e localização da propriedade

1.1- Tamanho da propriedade em hectares ou alqueires: _____

1.2- Localização/Nome da estrada: _____

1.3- Nome da propriedade: _____

1.4- A propriedade foi obtida por

() compra () herança () doação () parte herança/parte compra () outros: _____

1.5- Há quanto tempo a propriedade pertence à família? _____

1.6- Qual a principal atividade do proprietário? _____

1.7- Quem reside na propriedade?

() proprietário () proprietário e família () membros familiares () arrendatário () caseiro

() ninguém () outros: _____

1.8- Distância da cidade de Ipeúna em km: _____

1.9- Tempo gasto para ir da propriedade até o centro da cidade utilizando-se automóvel:

() até 5 min () até 15 min () até 20 min () mais de 30 min

1.10- A principal estrada que liga a propriedade à cidade é: () pavimentada () não pavimentada

1.11- Há algum tipo de transporte público que circula próximo da propriedade?

() sim Qual? () ônibus urbano () ônibus interurbano () transporte escolar

() outro _____ () não

2. Recursos naturais - hídricos e vegetação

2.1- Recursos hídricos - Na propriedade há:

Respostas	Rio	Córrego	Lago/Lagoa	Represa	Nascente/Olho d'água	Cachoeira	Poço Artesiano/Fonte/Mina
Sim							
Não							

2.1.1 - Tipo de utilização dos recursos hídricos:

() Utilização doméstica () utilização na produção agrícola () utilização na criação de animais

() utilização com atividades não-agrícolas

Quais? _____

2.1.2 – Realiza a manutenção/conservação dos recursos hídricos?

() sim () tradição familiar () imposição da legislação () informação/cursos/palestras

Quais técnicas de conservação utiliza? _____

() não por quê? _____

2.1.3- O abastecimento de água é feito por:

Respostas	Prefeitura	Rio	Poço artesiano/Fonte/Mina	Outros
Sim				
Não				

2.2 - Vegetação - Na propriedade há:

Respostas	Mata Nativa	Reflorestamento c/ espécies nativas	APP	Mata ciliar	Bosque	Reserva Legal
Sim						
Não						

2.1.1 - Tipo de utilização da vegetação:

() Utilização doméstica () utilização na criação de animais (abelha)

() utilização com atividades não-agrícolas Quais? _____

2.1.2 – Realiza a manutenção/conservação da vegetação?

() sim () tradição familiar () imposição da legislação () informação/cursos/palestras

Quais técnicas de conservação utiliza? _____

() não por quê? _____

2.1.3 – A propriedade possui registro no CAR (Cadastro Ambiental Rural)? () sim () Não

3. Recursos energéticos e comunicação da propriedade

3.2- Recursos energéticos - Na propriedade há:

Respostas	Energia elétrica	Energia solar	Gerador próprio	Outros
Sim				
Não				

3.2.1-Tipo de utilização dos recursos energéticos:

() Utilização doméstica () utilização na produção agrícola () utilização na criação de animais

() utilização com atividades não-agrícolas Quais? _____

3.3- Recursos de comunicação - Na propriedade há:

Respostas	Telefone fixo	Telefone Celular	Internet	Outros
Sim		Se sim, quantos?		
Não				

3.3.1-Tipo de utilização dos recursos de comunicação:

() Utilização doméstica () utilização na produção agropecuária

() utilização com atividades não-agrícolas Quais?

4. Exploração da propriedade

4.1- A propriedade é dirigida por: () proprietário () administrador () arrendatário () outro: _____

4.2- A propriedade é explorada: () apenas pela família () pela família e outras pessoas () arrendatário () outros: _____

4.3- Quantos hectares (alqueires) são explorados pela família? _____

4.4- Quem explora o restante? () arrendatário () parceiro () caseiro Com o quê? _____

4.5- O tamanho da propriedade é, hoje, suficiente para a manutenção/sustento da família?

() Sim () Não Por quê? _____

5. Caráter da mão de obra utilizada na propriedade

Qtde, tempo e custo	Familiar	Assalariada		Outra
		TEMPORÁRIA	PERMANENTE	
Quantos				
Período				
Custo				

6. Atividades desenvolvidas e rentabilidade:

6.1- As atividades desenvolvidas na propriedade são de tipo:

() agricultura e pecuária () turismo/esporte/lazer () beneficiamento/agroindústria familiar

6.1.1 - Das atividades anteriores, qual é a atividade principal e que gera mais renda?

6.2- Há quanto tempo se dedica a principal atividade?

() - de 5 anos () + de 5 anos () + de 10 anos () + de 30 anos () + 50 anos

6.3- O total da renda mensal é de (SM a partir de 01/01/2017 – R\$ 937,00):

() até 1 salário mínimo () de 2 a 3 salários mínimos () de 3 a 5 salários mínimos () mais de 5 salários mínimos

6.4 – Há o processamento, ainda que artesanalmente, de algum produto na propriedade?

Sim () Quais? () queijo () linguiça () cachaça () doces

() outros: _____ () Não

7- Equipamentos tecnológicos e uso de insumos na propriedade:

7.1- A propriedade possui os seguintes equipamentos:

Respostas	Trator	Colheitadeira	Semeadeira	Máquina de despolar grão	Arado tração animal	Tanque de Resfriamento de leite	Ordenhadeira	Outros quais?
Sim								
Não								

7.1.1- Em caso de não possuir nenhum desses equipamentos o produtor:

() aluga de quem os possui () toma emprestado () paga pelos serviços

() executa ela mesma todos os serviços de forma manual

7.2- Na propriedade se utiliza sementes, adubos e corretivos na lavoura:

	Não orgânico (industrializado)	Orgânico	Quantidade. anual
Sementes			
Adubo			
Corretivos/calcário			
Fungicidas			
Herbicidas			
Inseticidas			
Ração			
Outros, quais?			

7.3- Práticas/Técnicas/manejo da produção

	Sim	Não	Frequência
Rotação de terras			
Rotação de culturas			
Rotação de culturas e pastagem			
Inseminação/reprodução de matrizes			
Queimada			
Irrigação			
Estufa			
Vacinação animal			
Inseminação artificial / ITF			
Correção de solo			
Adubação			
Adoção de Curvas de nível			
Análises laboratoriais de solo			
Análises laboratoriais de água			
Outras, quais?			

7.4 – A agricultura orgânica

7.4.1- O agricultor sabe/conhece/já ouviu falar da agricultura orgânica ou pecuária orgânica?

() sim () Não

7.4.1.1-Se sim, como tomou conhecimento?

() Por amigos () pela família () pelos meios de comunicação () por cursos, palestras

7.4.2. O agricultor já teve experiência com agricultura orgânica e pecuária orgânica?

() sim () Não

7.4.2.1- Se sim, como se deu essa experiência? _____

7.4.3-Há na propriedade algum local produtivo que não utiliza defensivo químico?

() sim Qual? _____

() Não

7.4.4- O agricultor tem interesse em trabalhar e oferecer produtos orgânicos?

() sim () Não

8- Assistência técnica, empresarial e financeira:**8.1- O produtor rural conta com Assistência técnica:**

Respostas	Assistência técnica	Atividade orientada / Qual?	
		Agrícola	Não agrícola
Sim			
Não			
Custo			
Quem*			
Frequência			

*Prefeitura, Casa da Agricultura/CATI, Sindicato Rural, Cooperativa, Casa Agropecuária e outros (quais?). Indicar o profissional (agrônomo, veterinário, zootecnista ou técnico agropecuário).

2 – O produtor rural conta com Assistência Empresarial:

Respostas	Assistência Empresarial	Atividade gerenciada / Qual?	
		Agrícola	Não agrícola
Sim			
Não			
Custo			
Quem*			
Frequência			

* SEBRAE, ONGs, Sindicato Rural, Cooperativa, Indústria e outros (quais?). Indicar o profissional.

8.3 – O produtor rural conta com Financiamento

Respostas	Assistência financeira	Atividade financiada / Qual?	
		Agrícola	Não agrícola
Sim			
Não			
Custo			
Quem*			
Frequência			

*Bancos estatais (políticas públicas), bancos privados, cooperativas de crédito, outros (quais?)

8.4- Como você avalia a atuação dos seguintes órgãos junto ao produtor rural

RESPOSTAS	ÓRGÃOS						
	Prefeitura	Casa da Agricultura	Sindicato Rural	Bancos	CONSEG	Cooperativa	Revenda de insumos e maquinários
Ótima							
Boa							
Regular							
Ruim							
Não sabe responder							
Não quer responder							

II- PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ÁREA OCUPADA E RENTABILIDADE

9. Agricultura

Produtos vegetais	Área cultivada*	Total de Produção**	Valor da produção R\$	Destino da Produção
Frutas				
Abacate				
Banana				
Laranja				
Limão				
Manga				
Legumes				
Abóbora/ Abobrinha				
Berinjela				
Chuchu				
Pimentão				
Mandioca				
Verduras /folhas				
Alface				
Couve				
Almeirão				
Rúcula				
Grãos				
Arroz				
Feijão				
Amendoim				
Milho				
Café				
Cana-de-açúcar				
Mudas				
Outros Quais?				

--	--	--	--	--

10. Pecuária:

Produtos animais	Nº de cabeças	Área Ocupada	Produtividade por ano	Valor da Produção (R\$)	Destino da Produção
Abelhas					
Bovinos p/corte					
Bovinos p/leite					
Equinos					
Frangos p/corte					
Frangos p/ovos					
Carneiros					
Peixes					
Suínos					
Outros					

10.1- Onde e como são descartados os dejetos dos animais? _____

II- CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR - aspectos demográficos, grau de instrução, infraestrutura e bens da família

11-Aspectos Demográficos e Sociais

11.1 - Por quantas pessoas a família que trabalha na propriedade é composta? _____

11.2- Número de pessoas da família por idade, sexo e atividade praticada

Número de pessoas da família por idade, sexo e atividade praticada			
Feminino	Idade	Qtd. de pessoas	Atividade praticada
	0 - 1		
	2 - 5		
	6 - 10		
	11 - 15		
	16 - 20		
	21 - 30		
	31 - 40		
	41 - 50		
	51 - 60		
	60 Ou +		
Masculino	Idade	Qtd. de pessoas	Atividade praticada
	0 - 1		
	2 - 5		
	6 - 10		
	11 - 15		
	16 - 20		
	21 - 30		
	31 - 40		
	41 - 50		
	51 - 60		
	60 Ou +		

11.3- Das atividades desenvolvidas na propriedade o que é tarefa:

Do homem	Da mulher	Das crianças

11.4 - Tem algum membro da Família que recebe aposentadoria? () Sim () Não

11.4.1- A renda proveniente da aposentadoria é destinada para?

() manutenção da propriedade () manutenção da família (lazer, compra de remédios, alimentação)

() outros: _____

12 - Grau de escolaridade e religião dos membros da família

Grau de escolaridade e religião dos membros da família											
Família	Analfabeto(a)	Fundamental		Médio		Superior		Religião			
		Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Catól.	Evang.	Espír.	Outra
Pai											
Mãe											
Filho 1											
Filho 2											
*											
*											
*											

* Outros membros da família - exemplos: noras, genros, netos e agregados.

12.1- Qual sua relação com a vizinhança?

() parentesco () compadrio () amizade () sem relação ()

outras: _____

13- Infraestrutura da habitação e bens da família

13.1 Tipos de construção

Quais os tipos de construções que existem na propriedade?

() Barracão () Silo () Galpão () Curral () Galinheiro () Chiqueiro () Câmara Fria ()

outras: _____

13.2-Habitação

Nº de casas na propriedade	Material da Construção (Casa)			Nº de Cômodos	Nº de Quartos	Cozinha e Banheiro			
-	Alvenaria	Madeira	Barro	-	-	Com água encanada	Sem água encanada	Fossa Séptica	Fossa Negra

13.3- Aparelhos Eletroeletrônicos (Quantidade):

Eletrodomésticos						
Tv	Rádio	Geladeira	Máquina de lavar	Microondas	Computador	Outros

14. - Transporte - A família possui:

Respostas	Automóvel	Jeep	Caminhonete	Caminhão	Carroça	Moto	Outros
Sim (quantidade)							
Não							

15- Saúde

15.1- A família procura o médico:

() regularmente () só quando algum membro adoece

15.2- A família possui plano de saúde?

() sim () não () somente um ou alguns membros possuem () já possuiu

15.3- Quando alguém da família adoece, procura-se primeiro:

() médico () farmácia () curar a doença tomando remédios caseiros () benzedor/a

16. - Alimentação

16.1 Quantas vezes a família vai ao supermercado:

() 1 vez por semana () mais de uma vez por semana () a cada 15 dias () 1 vez por mês

16.2 – A família costuma frequentar feiras para comprar alimentos?

() Sim. Qual? _____

() Não

16.3-Tem a prática de comprar produtos orgânicos para consumo da família?

() Sim. O quê? _____

() Não.

16.4- Que tipos de produtos compra no supermercado/feira:

	Supermercado		Feira	
	Sim	Não	Sim	Não
Frango				
Porco				
Boi				
Peixes				
Leites e Laticínios				
Arroz				
Feijão				
Grãos e Farinhas (trigo, mandioca, milho)				
Pães e bolachas				
Sucos				
Refrigerantes				
Bebidas alcoólicas				
Frutas, verduras e legumes				

IV- ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS:

17- Você acompanha regularmente o noticiário sobre o meio rural?

() sim () não () de vez em quando

18- Você é associado a:

() sindicato () clube () Cooperativa/Associação () partido político () nenhuma instituição

() outros: _____

19 – Você considera importante que os proprietários/trabalhadores rurais estejam organizados em associações ou cooperativas para obter benefícios na compra de insumos e maquinários, assistência técnica, comercialização da produção, etc.?

sim () não ()

20- Em sua opinião, o que é necessário para ter sucesso na agricultura?

- () Acesso ao crédito rural
- () trabalhar na própria terra
- () dispor de sementes e animais de boa qualidade
- () ter acesso à máquinas para trabalhar
- () transformar seus próprios produtos agregando-lhes mais valor
- () ter assistência técnica regularmente () outros: _____

21 – Em sua opinião, qual é a função da agricultura/agricultor na sociedade hoje?

() produção de alimentos () preservação do meio ambiente

() manutenção das tradições culturais

() fonte de renda para família () outras: _____

22- Em sua opinião, qual o problema em se residir no campo hoje?

() dificuldade de acesso à cidade () violência () ausência de escola () ausência de posto de saúde () outros: _____

23- Em uma situação de lucratividade (sobra de dinheiro) qual seria sua prioridade de investimento?

() comprar mais terras () comprar animais () comprar maquinário () poupança () comprar bens imóveis na cidade () compra veículos () outros: _____

24- Em que situações venderia suas terras para:

() comprar outras maiores em outro lugar

() comprar outras melhores, ainda que menores

() mudar-se para a cidade e desenvolver outra atividade

() ajudar um filho em dificuldade financeira

() outros: _____

() não venderia suas terras por nenhum motivo

V – POTENCIAL E CARÁTER DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS

25. Na propriedade há lugares que possam atrair visitantes/turistas para passear e/ou praticar esportes?

() sim () não

quais: _____

25.1- Quais dias da semana são preferidos pelos visitantes/turistas?

25.2- Estas pessoas pagam para ter acesso aos lugares?

() sim quanto: _____

() não

26 - É realizada na propriedade alguma festa religiosa ou cultural que atrai pessoas da vizinhança, da cidade e/ou de outros lugares?

() sim qual: _____

() não

26.1- Quem organiza a festa? () a família () a comunidade

26.2 - A festa gera renda para a família?

() sim quanto: _____

() não

Apêndice C: ROTEIRO ENTREVISTA E TRANSCRIÇÃO

“PESQUISA ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA E RESGATÉ HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IPEÚNA”.

Nome:

Data e Local de nascimento:

RESGATÉ HISTÓRICO

- A qual família a pessoa entrevistada pertence.
- Quando a família do entrevistado chegou ao município.
- O que o Senhor se lembra de ouvir sobre os primeiros tempos de Ipeúna?
- Existem bairros rurais em Ipeúna?
- Quais eram as famílias tradicionais município/ bairro rural?
- Sabe contar alguma história referente às fazendas: Fazenda da Invernada, Fazenda Serra D'água e outras?
- Estava presente durante o processo de emancipação do município? Como foi?
- Como era organizado o centro do município (em relação a paisagem e alguns pontos que marcaram a memória)?
- Os tipos de cultivos agrícolas existentes na época e também as festas realizadas na área urbana ou área rural.
- Se existirem festas tradicionais em algum bairro rural? (se existir bairro rural)
- O que o Senhor pensa sobre o município de Ipeúna hoje?

Transcrição da Entrevista.

00:00 até 1:06: fala sobre a última propriedade que comprou, na região do Rio Passa Cinco.

1:07 até 1:38: Darlene: Seu I.P, a gente vai começar. O nosso objetivo é buscar alguns elementos sobre a história de formação de Ipeúna, um pouco sobre o município, a história da área rural. E o senhor fica à vontade.

1:44 até 2:22 - I.P: Sou I.P Sou nascido em Ipeúna no dia 27 de outubro de 1944, às 16:30hrs, na rua 1 nº 87, aqui mesmo no centro. Estamos aqui, morando aqui mesmo desde o nascimento. Fui prefeito 6 vezes.

2:23 – Darlene: 6 vezes?

2:23 até 2:34 – I.P: 6 vezes, e conheço bem o município, né. Conheço o município todo: todas as estradas. O que tiver por aí, já passei por lá!

2:34 até 2:37 - Darlene: A família do Senhor já era daqui da cidade?

2:37 até 3:44 - I.P: Veja bem, os meus avós, da parte da minha mãe, eles vieram da Itália, a minha Avó e meu Avô; e se estabeleceram aqui. A parte da minha avó, eles trabalhavam com a parte de olaria de tijolos e telhas, daqui mesmo, na época de Vila de Santa Cruz. E o meu avô tinha extração de cal aqui na Caieira, era fabricante de cal. A cal que ele fabricava os meus tios levavam para Rio Claro de carro de boi e era vendido lá, a produção, lá pelos anos de 1900 e poucos. Então ele era produtor e até era bem, bem de vida né. E era um pessoal bem evoluído. Era um pessoal que vieram da Europa já com uma visão diferente do que se tinha por aqui.

3:44 até 3:47 - Darlene: Nesse período Ipeúna pertencia à Rio Claro ainda...?

3: 47 até 3:57 - I.P: É, até 1964 era de Rio Claro. Nessa época, aqui era uma vila, vamos dizer assim, pequenininha, né?

3:58 até 3:59 - Darlene: Tinha um nome específico ou já era Ipeúna?

3:59 até 4:45 - I.P: Aqui começou como Santa Cruz da Invernada. Depois de Santa Cruz da Invernada ainda teve duplicidade de nomes. Depois passou a ter um outro nome: Santa Cruz da Boa Vista. E teve um período aí que também foi chamado de Santa Cruz do Passa Cinco, mas esse aí não aparece muito nos registros. Depois passou para Ipojúca e antes d'eu nascer, um pouquinho, ele chamava Ipojúca e depois passou a ser Ipeúna. Ipeúna é de 1944 de outubro à novembro de 44.

4:46 - Darlene: E aí em 64 é que vai se emancipar, então?

4:46 até 4:53 - I.P: É. Daí se emancipou com uma lei de 1964, fevereiro.

4:53 até 4:58 - Darlene: E nesse período, Seu I.P, o que que era Ipeúna? Era só essa parte central...?

4:58 até 6:44 - I.P: A área central aqui, essa praça né. Tem essa Igreja e tem a praça que é a parte de baixo, ela só tinha uma quadra no entorno. Então era ali mais um quarteirão e fazia o entorno da praça. Apenas aqui na saída para Charqueada, na estrada antiga, é que tinha um quarteirão a mais. O resto era só esse miolinho aqui. Quando se emancipou, tinha 154 casas em 1965, que foi o início das atividades administrativas da Prefeitura; nessa época passou-se de Rio Claro 154 casas. E ainda tem aquele fato que eu sempre conto pro pessoal: então a instalação do município se deu em 21 de Março do ano de 65; até esteve presente o prefeito de Rio Claro na época, que era o Schimit, o juiz de Direito, que era o Dr Luiz Gonzaga de Arruda Campos, que naquela época era uma vara só e única e esteve aí. E a solenidade foi aqui na esquina, naquele aqui que hoje é da Igreja, chama "Ipê Clube". A Igreja Católica estava fazendo, pros jovens, até não tinha terminado o concreto e nem rebocado tinha. Mas era o único que tinha e fizeram a solenidade lá. Eu tive presente, tive no dia da instalação.

6:44 até 6:46 – Darlene: o Senhor tinha o que: 20 anos?

6:46 até 7:30 - I.P: É, eu tinha 20 anos. E aí foi-se iniciado a atividade administrativa só em Abril. No dia 22 de Abril, num prédio aqui em frente onde hoje é o banco do Brasil. Só tinha um cômodo só. Nem banheiro tinha. Dai me chamaram pra trabalhar lá. O prefeito falou “ah, você podia dar uma mão pra nós aí, tem só um funcionário...” aí chamaram eu lá pra ajudar. Aí fui: dei uma mão pro pessoal e comecei. Em novembro de 65 como aprendiz, vamos assim dizer...nem era estagiário!

7:30 até 7:32 - Bianca: Como chama esse prefeito?

7:32 até 7:46 - I.P: Seu Moacir da Silva Bueno. Era o prefeito, foi eleito, né. E ele que instalou o município. Mas não tinha receita, a Prefeitura não tinha nada.

7:47 - Darlene: O que que era o município nessa época, economicamente?

7: 47 até 11:14 - I.P: Ah, era só a parte rural, né. Era produção de arroz. Era mais arroz, porque a época do café já tinha ido e tinha muito pouco café. Então era gado e arroz. Quem plantava arroz também plantava milho. Então a produção de milho era boa, e arroz também era uma produção boa. Além do mais continuava lá nas caieiras a produção da cal, né. Depois, em 63, 64, parou-se a atividade da produção da cal, que era do seu Angelo Viana, chamado de Angelico Viana. Angelico falou: “ah, não dá mais...” e aí parou a produção e o pessoal começaram a explorar só a pedra calcária pra outros fins da agricultura. Enfim, a atividade econômica eram poucas, muito pequenas. A cana tinha começado, lá pelos anos 50, cana-de-açúcar. Então a cana é que era o fora, da área agrícola. Começou lá pros 50 mas numa propriedade do Carvalho, que fica aqui próxima. E o Carvalho entregava na Usina São Francisco do Quilombo, que fica aqui no Paraisolândia. Ficava. Depois era do pessoal do _____. E quem ficou aqui não se interessou, fechou a usina São Francisco, mas a Costa Pinto assumiu, então a produção e cana aqui do município ia mais pra Piracicaba, pra Usina Costa Pinto. E também não era tão grande, mas eles compraram a Itaíba, que era uma propriedade que tinha aqui em Charqueada, uma fazenda grande aí, e que também começava a produção de cana-de-açúcar lá do Itaíba. E a cana que era dele mesmo acabava inda pra usina Costa Pinto. Depois que fechou a São Francisco do Quilombo, aí _____. Mas depois foi _____. Muitos terceiros, terceirizou-se um pouco a produção de cana e esse pessoal, os produtores né, trabalham também vendendo pra Costa Pinto. Depois, com o tempo, entrou outras Usinas, que acabaram, que nem a São João de Araras, o pessoal aqui da Iracema, de Iracemápolis; então achou-se levando pra Araras, Iracemápolis e Piracicaba. Agora a pouco só que o ____ abriu uma outra usina aqui no Paraisolândia.

11:15 até __ - Darlene: Paraisolândia é Ipeúna mesmo?

11:17 – I.P: Não, não. É Charqueada.

11:18 até 11:24 - Darlene: Então, ao longo do tempo, depois do café, então vai ser a cana-de-açúcar, o arroz, o milho...é isso?

11:25 até 13:30 - I.P: Depois do café, que deu aquela crise no país tudo, aí aqui no município passou a ser mais pra cereais, quer dizer: arroz e milho. Alguns plantavam um pouquinho de mandioca, mas o forte era o arroz e o milho. E depois disso, que parou essa produção, passou a cana. O gado sempre existiu porque nessa região de serras aí é muito acidentado, então por esse motivo era mais gado. E lá pelos anos 30, 40, até 60 o pessoal só plantava no burro, né. Só na base de animais. Até ontem eu tava na minha propriedadezinha que eu tenho aqui embaixo, um sitinho, tava com o meu menino né; e tinha lá uma foice. E o Wenzel e o ____ até agora fabrica né. Vocês conhecem a fábrica deles lá né? Daí tinha lá uma foice antiga lá do Wenzel. E o meu tio chamava Alfredo Montesso. Alfredo Montesso tinha oficina aqui no centro, quase; e ele fabricava machado, foice, enxada, fabricava também carroça, _____. Aí eu mostrei pro menino “Tá vendo isso aqui? Essa é do Wenzel; porquê agora o Wenzel é um produto excelente, mas antigamente o pessoal falava ‘ah, esse é do Wenzel, esse não vale nada’. O que vale é do Alfredo Montesso. Esse aqui: tem o AM de Alfredo Montesso.” Então tem umas histórias interessantes. Mas sobre essa parte, desses produtos que eles fabricavam, era de excelente qualidade pela _____.

13:30 até 13:44 - Darlene: Seu I.P, pensando nesse período aí, depois do café, um pouco mais à diante; o tamanho das propriedades: comé que era? Eram grandes? Eram pequenas? O Que predominava?

13:44 até 16:44 - I.P; Aqui nós tínhamos o Angelico Viana né, que era o maior proprietário de terras aqui. Depois do Angelico Viana, que tinha em torno de uns 700 alqueires, mais ou menos né, _____. Ela abrangia essa região aqui da caieiras até aqui em Ipeúna, ia lá pelo Horto do Camaquã, essa região toda aqui era do Angelico. Uns 700 alqueires; aparentemente é pouco mas não, era bem grande. Depois tinha o Seu Lica Leme né, Luis Leme de Andrade. O Luis Leme de Andrade, chamado de Lica Leme, também tinha em torno, aí uns 500 a 600 alqueires; era um outro proprietário bem grande. E na época eram os dois maiores. Agora, o Angelico Viana, ele começou comprando as propriedades vendendo uns porcos. Comprou uma porca lá, e depois tinha vários leitãozinho, foi aumentando...aquelas porcas começaram a dar cria, os leitões...e ele aumentou a produção. A partir daquela porca ele já aumentou...porque aquelas terras eram muito baratas. Ninguém nem queria. E ele trocava por

porco, e foi aumentando a propriedade. Até que comprou toda essa área. E o Lica Leme, pelo contrário, comprou trabalhando. O Lica tem até uma passagem interessante. Meu pai mesmo trabalhou na casa dele uma vez fazendo reforma e eu tive lá de servente de pedreiro, quando eu tinha lá uns 14, 15 anos. A gente veio lá fazer a reforma na casa do Seu Lica. Mas ele saía bem cedo e quando o sol se punha ele já tava com a foice na costa. E ele vinha no paiol dele lá, pegava uma espiga de milho, quebrava _____ deixava só a palha, ia lá na cozinha, colocava arroz e feijão dentro da palha, amarrava bem, aquele lá era a comida dele. _____. E que ele era bom, que além de trabalhar o dia todo, ele dava emprego pra bastante gente. Como Angelico também. Angelico teve uma época que teve mais de 60 famílias que morava nas propriedades dele. Ele deixava morar na propriedade e cada um plantava lá o que queria, trabalhava pra ele na roçada. Era mais gado que ele tinha, porcos e produção de cal.

16:44 até 16:48 – Darlene: E hoje essas propriedades foram divididas?

16:48 até 17:32 - I.P: É, depois que eles faleceram, os herdeiros, que nem aqui no Viana; os herdeiros ficaram com aquilo e não conseguiram melhorar em nada. Foram vendendo e a propriedade foi diminuindo. E assim como o Lica né, _____ ele faleceu e os proprietários que eram os filhos, na maioria _____, acabaram vendendo _____ outros ainda tem filho vivo, uns 3 filhos vivo dele. E acabou seccionando essas propriedades.

17:32 até 17:35 - Darlene: Hoje o que predominam aqui são as pequenas?

17:35 até 18:13 - I.P: É, agora são pequenas né. Tem uma ou outra que o pessoal fala propriedade grande. Eu também acho que é grande. Porque tem proprietário aí que tem tipo de, vamos supor, 280 hectares, quer dizer, uma propriedade mais ou menos grande né. Mas, produção de cana, gado né. Tem um pessoal que nem os L.S, com propriedade de uns 90 alqueires. Então as propriedades agora são pequenas; no momento são propriedades pequenas.

18:31 – Darlene: E o que se produz hoje? Cana?

18:31 até 18:58 - I.P: Ainda tem um pouquinho de milho, mas a cana é a que predomina. E o gado...que tem o problema do solo nosso, que faz com que seja mais gado. É que no _____ não dá pra plantar. E também teve um pouco de eucalipto; de uns 10 anos pra cá muitos proprietários passaram a trabalhar com eucalipto. O produto tinha valorizado bastante. E isso ajudou a turma _____.

18:58 até 19:11 - Darlene: E quando é que o município muda, assim, a sua característica de atividade agrícola e começam a aparecer algumas empresas, indústrias, tem um período certo?

19:11 até 19:42 - I.P: Tem, tem sim. Porquê foi lá pelos anos 76, 77 que começou a mudança: que de exclusivamente rural foi até 80, por aí. Aí veio o Seu André, da Edra, começou a trabalhar e aí começou....tinha só aquelas pequenas industriazinhas, mas muito pouco.

19:42 até 19:45 - Darlene: Do que eram?

19:46 até 20:01 - I.P: Daí, com a instalação da Edra, ele também passou uma série de dificuldades, lá pros primeiros 15 anos que ele teve aí. Depois, em 90, é que deu uma evoluída. Mas aí apareceram outras indústrias.

20:30 até 20:42 - Darlene: Seu I.P, o senhor foi falando...e aí, na fala do senhor, a gente vai identificando algumas regiões aqui dentro do município. E o senhor pode dizer pra gente que regiões são essas?

21:42 até 24:52 - I.P - momento do suco e sobre a história do pé de limão, divisão por herança da propriedade do avô, entre os filhos e netos, posteriormente.

24:53 até 24:58 - Darlene: Essas que estão bem próximas aqui á cidade são pequenas?

24:58 até 25:32 - I.P: É, tudo pequena. 1 alqueire, 2 alqueires. Não tem propriedade grande. No máximo que tem é 5, 6 alqueires; só depois que começam...o pessoal tem um pouco mais, né. Mas a maioria são pequenas. Mesmo na parte mais rural, as propriedades têm uma ou outra com 80, 100 alqueires. A maioria é pequenininho: 8, 10 alqueires.

25:32 até 25:44 - Darlene: Vamos pensar um pouco nas regiões que o senhor falou aí pra gente? Quais seriam as regiões aqui dentro do município? A caieiras é uma? É isso? Em direção à Charqueada.

25:44 até 26:04 - I.P: Bem, a caieiras eu citei pelo seguinte: é que no sentido aqui de Rio Claro, mas no sentido Portal. Pega essa antiga rodovia aqui que vai pra Rio Claro, 1 km já são as caieiras. Já havia exploração da pedra calcária _____ pra moer pra fazer o produto _____ .

26:05 até 26:09 - Darlene: Ainda tem propriedades assim lá? Trabalhando com o calcário?

26:09 até 26:44 - I.P: Tem uma propriedade que trabalha e que produz. Atualmente parece que ele tá fabricando também um tipo de uma pedrinha que tá indo pras empresas fabricantes de adubo. Tem o pó calcário, que vai direto pra agricultura; e também tem esse outro subproduto, talvez das pedras lá, que ele vende pra indústria de adubo.

26:44 até 26:46 - Darlene: E qual outra região a mais a gente tem?

26:46 até 32:36 - I.P: Ai, que nem, tem, por exemplo, a parte do rio Passa Cinco. Passa Cinco é exclusivamente uma região de produção de gado. Então produz-se ali muito mais gado de corte. E leite, teve uma época que o leite tinha influencia. Atualmente são poucos produtores que ainda retiram leite. São fornecedores aqui do laticínio aí, mas muito pouco. Então no Passa

Cinco, atualmente, é uma região de produção de gado; e depois mais no sentido da Gurita, que fica um pouquinho mais pra cima, tem bastante cana-de-açúcar já. Então já foi tomado ali, aquele setor, por cana-de-açúcar. Predomina o gado mas a cana-de-açúcar ainda tem uma boa produção. Esse é o Passa Cinco e a Gurita, que é mais ou menos o setor do município no sentido de Itirapina. Na divisa alí. E mais pra cá, depois tem o Horto né, que é divisa com Rio Claro. Aí a produção é muito pouca, né. Antigamente era o eucalipto da FEPASA, antiga Companhia Paulista; e a FEPASA depois foi ficando pro governo do Estado, o Governo do Estado acabou ficando com os royaltys e aí dividiu-se em pequenos produtores, com cessão dos imóveis. Subdividiram essa propriedade em 6, 7 alqueires, em torno de 12, 13, 14 hectares, e receberam. Receberam o pessoal, tinha bastante eucalipto e aí veio o pessoal e começou a derrubar. Venderam muito eucalipto. Terminou. _____. Esse aí não tem grande produção. ____ mais casos, aqui no entorno alí, são produtores também de cana-de-açúcar _____ e o gado também continua. Depois nós temos aqui a região do Rochedo, do Lapa, aqui o Bairro da Lapa; que o proprietário acabou partindo para eucalipto. Ele tinha só gado, atualmente tem uma boa área com eucalipto; então planta-se eucalipto e tem uma boa produção. E antigamente era do Fausto Aguirri. Fausto Aguirri tinha muito leite, lá pelos anos 50, 60, até 1970 era produtor de leite. E depois ele vendeu para o _____ Dias Pacheco. _____ era um médico em Piracicaba. Faleceu, ficou pros filhos a propriedade, e tem um deles que toma conta aí, gosta de gado também. Então é produtor e cria muito gado. No alto da serra também é cana-de-açúcar, maior parte de cana-de-açúcar; quando não pode-se plantar, tem um pouco de gado né; e lá são duas propriedades, no alto da serra: proprietário de São Paulo, Dr Carlos Uchoa Fagundes, já faz muitos anos que ele tem essa propriedade. Antigamente era do seu Antônio _____ [de rio claro], era dono de três fazendas. Depois ele vendeu pro Doutor Carlos. Dr Carlos já tá bem velhinho mas continua proprietário ali, na produção de cana-de-açúcar e com o gado. Aí ele tem um administrador, que é o Wilson Bueno; e o Wilson toma conta pra ele. É uma boa propriedade, propriedade grande, né; pra nós acho que é atualmente a maior. [tem um nome?]. É Fazendão. [ela tem quanto? 500hectares?] Eu acho que em hectares tem em torno disso. Tem o Fazendão e junto tem um outro registro, que é a Fazendinha; juntando as duas, dá essa [são do mesmo proprietário?] São do mesmo proprietário. E depois tem um outro proprietário, _____, já na divisa com Itirapina e São Pedro, que é uma propriedade menor, mas também a atividade é mais ou menos a mesma: um pouquinho de eucalipto, um pouquinho de cana.

32:36 até 32:39 - Bianca: E dessas regiões que o senhor falou, onde ficava a Fazenda Serra D'água?

32:39 até 36:08 - I.P: Bom, a Serra D'água já é uma outra região. A Serra D'água é aqui nesse setor do município. Esse aqui que eu falei são todos _____, nessa parte, divisa com Rio Claro, Itirapina e São Pedro. Agora Serra D'água só divide a divisa com Rio Claro. Serra D'água é uma das regiões, das partes do município mais antigas, de moradores. Serra D'água, atualmente, é do Boer, os Boer ali, que são os proprietários. [tem alguma vilazinha ou só propriedades?] Só propriedades. O único núcleo nosso é só no Portal [é aqui, núcleo urbano, e o portal?] É, aqui e o Portal. Os outros lugares eram fazendas, tinham fazendas antigas mas depois foi acabando, né? Não tem mais.... A Serra D'água tem alguns proprietários que residem em Rio Claro, alguns deles. Ali acho que não tem nenhum que seja proprietário e que resida. O único proprietário que reside já é do município de Rio Claro, que é o fabricante de água ardente lá, fabricam pinga, que é o Altarugio, mas não é aqui no nosso município; é depois da divisa. Ali tem o Rio Cabeça, tem o Passa Cinco, se juntam ali, mas a fábrica de água ardente é do município de Rio Claro. Mas também ali no setor é cana-de-açúcar, só. Ali é mais cana-de-açúcar mesmo. Tinha uma produção de laranja há algum tempo ali, mas depois com a crise do preço, acabou-se, eles, acho que acabaram com a produção lá e voltaram pra cana-de-açúcar. Ali agora tem um proprietário nas proximidades que tá explorando a argila né. Mas não é bem na Serra D'água; é mais aqui no alto, num sítio chamado Catéto, mais pra cima, um pouquinho. Eu sei que lá na Serra D'água; e eu sempre passo lá, outro dia _____ na cana-de-açúcar ____ cana predomina. Lá antigamente tem uma história, muito antiga quando eles encontram aqueles partes de flecha ____ parte arqueológica ____, tem uma casa antiga é onde tinha a aldeia antiga também, coisas de 4mil anos. É bem na confluência do Passa Cinco com o Cabeça. Depois fizeram essa casa lá, mas nem sabiam...acho que _____.

36:08 até 36:15 - Darlene: Vocês buscaram a Fazenda da Invernada também, né?

36:15 até 44:11 - I.P: Invernada é mais ou menos essa região aqui, depois aqui de Ipeúna; saindo aqui é Invernada. Então aqui: você sai aqui da cidade, as primeiras propriedades aqui já, a maior parte é tudo Invernada, porque esse setor era chamado de invernada. Que é aquele caso né: que antigamente, logo depois da escravatura, que terminou a escravatura; então os negros aqui, que eram escravos daqui da região fizeram um quilombo aqui nesse setor, aqui, que era da Invernada. Então passando o buracão, que é uma depressão, que é uma estrada que vai lá...depois logo ali se instalaram. E aqui nesse setor aqui das Invernada tinha muita samambaia, uns pés altos e grandes de samambaia aqui, nessa parte...e os portugueses, eles vieram aqui pra

Ipeúna, mais através da Companhia Paulista, que tava abrindo ainda, fazendo a abertura da estrada e eles precisavam de dormentes né. Então daí desse setor, indo pra cá, nessa parte da Gurita pra cá, eles viam fazendo as picata e levando madeira _____, e aqui acabou se instalando alguns portugueses, entre eles o Ferreirão. Ferreirão, inclusive ele tem uns bisnetos e tataranetos dele que moram aí, pessoal...tem até uma casa ali embaixo ainda, que era do Ferreirão, ela tá lá em pé; e ele era chamado o Capitão aqui da cidade, vamos supor, o subdelegado, é aquele que comandava. [mas ele veio com essa função ou não?]. Não, ele veio mais com a finalidade de trabalhar na Companhia Paulista e tirar a madeira que eles precisavam, e acabou se instalando por aqui, ficou aqui, gostou da lida aí; aí diz que nomearam ele pelo pessoal que já tinha um certo conhecimento, _____. E os negros que eram libertos vinham aqui beber pinga aí já saia meio quente, e mexiam com todo mundo. Eles ficavam atrás dessas samambaias aí da Invernada e deitava os caras _____. Ali ficavam muita gente, enterrada. São histórias, agora: não é do meu tempo; mas o neto dele, o Pedro Ferreira, muito meu amigo, ele tem relato escrito, uns escritos desse pessoal, que passavam pra gente, de um jeito manual mas a gente tem. Ele que me contava. E lá nesses lugares a gente conhecia também, tinha muito vestígio dessas coisas lá pros anos 60, 50...60...e a gente conhece um pouquinho. [mas essa Invernada não faz parte de Ipeúna?] Ela faz parte! São terras aqui, por exemplo, essa chacinha que eu tenho aqui, ela é uma chacinha que chama Invernada, depois o meu pai mudou né; mas quando era do meu avô, ela era Invernada. [e por que que era Invernada?] É porque tinha muito gado. Então ai era o local, nessa área toda, era de gado. Então Invernada é onde se cria gado. Depois foi dividindo, cada um ficou com um pouquinho, mas cada um _____ com o tal do nome: Sítio Invernada, Fazenda Invernada. Mas aqui não tinha muito café não. O café começava mais aqui na região da serra. Aqui tem essa parte da fazenda Retiro né, aqui do A e do S, na fralda aqui da serra era muito café nos anos 30. Até não tinha essa estrada antiga aqui, de 1930, que é a que sai aqui, passa por aqui e sai pra Charqueada...essa aí lá pra década de 30 que fizeram ela. Antes [seguindo em frente ela vai pra Charqueada?] É, vamos supor, cê tem o asfalto, depois termina o asfalto mas ela continua uns 3km, então você chega nessa atual aí [é como uma alça!]. Mas ela é antiga estrada que ia pra Charqueada/São Pedro, que foi construída em 1930, em torno disso. Agora, antes disso, a estrada que ia pra Charqueada era aqui, que passava pelo café, que tinha nessa região, né. Ele passava nas Invernadas, e depois das Invernadas, ia até Charqueada. Ainda tem a estrada, tudo, mas hoje em dia ninguém usa, vai pelo asfalto mesmo. Agora, nesse setor aí, no alto da Serra, também tinham duas colônias muito grandes de italianos que produziam café ali, aonde hoje é cana, antigamente eram cafezais. E

ali tinham um caminho que o pessoal trazia; em Paraisolândia, onde tinha essa Usina São Francisco já tinha a Sorocabana. Então o pessoal que era do Pacheco, ____ Pacheco, também morador de Piracicaba, ele até vinha de Piracicaba de trole, e subia, ____ por Charqueada, subia a serra, pra fazer visita na propriedade dele. Mas a produção de café vinha pela '18 voltas'. Essa '18 voltas' trazia o café no lombo dos burros né, muitos burros, e com dois ____ cada lado lá, e levava até Paraisolândia. Até Paraiso o trem levava pra Santos. E toda a produção vinha no lombo dos animais. A produção desse setor ali, era todo o cafezal: não só do alto da serra mas como da parte de baixo. E vinha até aqui. Só depois próximo a Ipeúna que era mais pra Invernada, onde tinha essas propriedades chamadas Invernada. Mas Invernada era o trecho aqui do município que todo mundo tinha nome de Invernada. Não tem, por exemplo, um proprietário que era o dono da Invernada.

44:12 até 44:24 - Darlene: Seu I.P, quando é que Ipeúna tem um crescimento populacional; que surge Alto Ipeúna, esses bairros novos ali na entrada?

44:24 até 47:02 - I.P: Veja bem. Quando nós desmembramos de Rio Claro, em 1964 e instalado em 21 de Março de 1965, com atividade iniciada de fato em 22 de Abril de 65; a cidade tinha 154 casas como já disse, e depois [quanto de população?] Aqui na vila tinha em torno de 670 habitantes. Depois disso foi crescendo devagarzinho. Não foi assim, não houve. A partir de 1979 daí que criou-se, autorizou-se o Nova Ipeúna. Mas o Nova Ipeúna demorou anos pra...Só com a ascensão da indústria, que é quando instalou-se a Edra, que começou com bastante emprego; daí que o Nova Ipeúna...Depois em seguida surgiu o Altos de Ipeúna que é um outro ____; e também levou muito tempo pra começar a ser povoado. A partir de 1993, é que nós fizemos o Conjunto Habitacional Vila Aparecida. Quando nós fizemos a Vila Aparecida, anteriormente tinha feito o Primavera, que eram 61 casas, é aqui esse primeiro conjuntinho perto do posto ali do Primavera, que é do Juninho; daí fez, em 1993 nós construímos o Vila Aparecida. Daí quando povoou o Vila Aparecida, daí começou a dar uma melhoradazinha nessa área urbana. Então o nova Ipeúna, que é o primeiro loteamento aqui, próximo à via de acesso, e o latos de Ipeúna, que é a sequência, começou-se a ter mais construções. E a partir desse momento, desse período ai que a cidade começou a evoluir. Agora, juntamente com a Edra que é a responsável por ter essa evolução. Quando a Edra começou a melhorar né, a partir de 90, 87, por aí.

47:03 até 47:06 - Darlene: E ai a cidade começa a receber gente de fora?

47:07 até 47:42 - I.P: É, ai começou a receber mais gente de fora. Porque antes os que vinham de fora iam mais pra zona rural. Mas a partir da Edra...E depois começou-se algumas outras

indústrias, tipo Refrata, que também tem um bom número de empregos. Antes só tinha o calcário e o cara tinha tipo 50 empregados. Mas a Edra foi melhorando, empregado 200, 300, 400 funcionários.

47:42 até 47:46 - Darlene: Ela é a principal fonte de arrecadação hoje do município ou não? Qual é?

47:46 até 50:56 - I.P: Veja bem. A Edra teve uma decadência, então uns 4 anos pra cá, deu uma decadência bem grande. Problema de gestão, problema de administração...então caiu muito. De 400, 500 empregados, agora tão com 100. Então atualmente tem a Korin. A Korin é a maior empregadora aqui do município ____ o grande problema: eles tem 400 empregados, em torno disso, 400 e pouco, os estagiários né, mas a parte econômica deles é muito superior ao segundo, que é o calcário agora. A produção e calcário acabou ficando em segundo, em torno de 20 milhões; enquanto que a Korin chega a, creio que, mais de 100 milhões. Então é muito distante. A Korin além de ser a maior empregadora; a Edra que tinha sido a maior empregadora com 400 e tantos, atualmente é quase 5º lugar de produção econômica. Mas por fim eles vão melhorando. É coisa passageira. Essa crise econômica do país atinge todo mundo. Mas enfim, ainda tem aí a Itaiba aqui né, teve um; a Itaiba sempre, que é aqui no município de Charqueada, sempre ____ uma fazenda de cana-de-açúcar, por quê? Porque ela pertencia a esse pessoal do ____, que era o dono da Usina São Francisco do Quilombo, em Paraisolândia, que é um município de Charqueada. Quer dizer: eles também tinham propriedade aqui no nosso município. E ali tinha uma colônia grande de moradores, né. Tinha os administradores, morava muita gente ali. E a produção de cana antigamente era mais manual mesmo _____. E esse pessoal, eles moravam ali. Também movimentavam o comércio aqui, quase todo mundo vinham aqui fazer suas compras nas vendas que tinha aqui no município. [Tinha muitas vendas? Hoje já não tem mais?] Tinha várias vendas. Hoje não. Não tem. Mas naquela época acho que tinha umas 7, 8 vendas [Isso era o que? Anos 60?] Era 50, 60, até 70. Depois já mudou um pouco. Mas a produção lá era cana-de-açúcar e empregava muitos, muitas pessoas né.

50:57 até 51:09 - Darlene: Aquela empresa que tem na estrada do cemitério, pra frente...passando o cemitério, que vai sair na estrada mesmo. Que empresa que é aquela?

51:10 até 52:27 - I.P: Chopp. Fábrica de Chopp. [fábrica de chopp?] É [porque a gente passou ali e não tinha nenhuma indicação]. Ali no cemitério também era chamado de Invernadas. Aqui também, era tudo Invernadas. O setor ali...entrada...tudo Invernada. Ali o proprietário, do Salla, era do Salla; acabou vendendo a propriedade ali, dividiu 1 alqueire pra um, dois alqueires. O pessoal compraram esse 1 alqueire aí e fizeram uma granja. Mas a granja não foi (de frangos,

criação de frangos). Não deu certo [Mas ali parece que tinha umas construções. Eu ainda falei pras meninas ‘parece granja isso’]. É. Dai ele pegou e aproveitou a infraestrutura daquilo e fez uma fábrica de chopp. E o rapaz trabalhava na Skol aqui em Rio Claro. Quando a Skol fechou, ele saiu e não tinha onde trabalhar; e ele gostava, ele conhecia bastante dessa área, aproveitou e fez ali. [E tem um nome esse chopp?] É, atualmente, chama ‘Vila Alemã’.

53:10 até 53:16 - Darlene: E festas? Tem festa tradicional em Ipeúna? Como que é?

53:16 até 58:53 - I.P: Então, a parte de festa...Festas de São Sebastião. Então, a festa de São Sebastião normalmente é em Janeiro, né. 20 de Janeiro, dia do santo. Então aqui tinha, todo ano, vinha o pessoal todo da zona rural. Ainda tem ____ do Boa Vista aqui, esse setor nós não falamos. A zona rural aqui era muito grande. Na época, aqui a vila tinha tipo de 500, 600 habitantes; mas na zona rural, as fazendas todas somadas que davam 5 ou mais mil habitantes. Dai o pessoal vinha de toda a festa aí, em janeiro, que é no dia do santo. [Aí na praça?] É, aí na praça. E a festa era grande. Festa era pra ter bastante gente mesmo. No dia da festa eram muitas pessoas. Mas, o mês de janeiro chovia o mês inteirinho, né, 30 dias. Não sei se vocês já viram chover 30 dias sem parar? O mês de janeiro de 83 choveu o mês inteirinho. Começou no dia 1º e terminou no dia 30, mas sem parar. Eu me lembro muito bem disso, porque eu era prefeito na época, e eu queria que as estradas funcionassem. Chovia e chovia sem parar, não tinha como ____ nada. Então choveu e acabou com as estradas e não parou a chuva, dia e noite sem parar. Coisa impressionante né. Depois disso, que nem agora, choveu uma semana a turma já tá reclamando. Mas no 30 sem parar não é brincadeira. E em vista disso, resolveu mudar São Sebastião pro meio do ano. Aí lá pelos anos 60 e pouco ____ vamo mudar pro meio do ano ____ que daí é seco. Então passou-se acho que esse período aí ____ mas são Sebastião mesmo é no meio do ano. É uma festa tradicional de 1890, por aí. [O que que é o forte dela?] No caso, na época era uma festa religiosa onde os, a maioria dos proprietários, quase todos os proprietários doavam tal, a prenda, né? Então há uma prenda. Então aqueles mais aquinhoados doavam bezerro, garrote né...um boi, aqueles que tinham mais condições doavam pro santo. Outros doavam uma galinha, um galo né; outros porquinho. Então a festa era assim. Alguns que produziam abóbora doavam as abóbora. Então era feito a festa com prendas. E tinha os leilões. Aí aquelas prendas lá, o festeiro, tinha um festeiro; tomava conta de tudo. Ele tinha que se virar: era a família dele que organizava a festa [Era daqui do município essa família?] Geralmente era escolhido ____ da Igreja: essa família é que vai fazer a festa esse ano! [Ah, não era um sempre. Isso fazia uma...] É, cada ano uma família. É porque também era muita coisa. Ai o, chamava festeiro, né, recebia as prendas todo; preparava aqueles frangos, daquelas com frango caipira,

galinha, tinha o leilão e levava todas essas prendas pra ser leiloada. E os animais vivos, que eram parte principalmente dos bovinos, tinha alguns equinos também, tinha uma coisa de diferente, uns carneiros, outros porcos; e eram leiloados. O dinheiro que arrecadava era da Igreja, pra melhoria do patrimônio da Igreja. Isso aí foi muito tempo acontecendo assim. Tinha as procissões, que se fazia às 4 horas da tarde; e daí saía aqui da Igreja, em fila indiana, duas, uma cada lado da rua, os santos vinham nos andores, pro meio, geralmente os santos de mais devoção da família do festeiro; e a fila indiana ia, dum lado, do outro. Seguia e fazia aqui, chegava no segundo quarteirão, não, o primeiro ali, segundo lá virava, porque pra cima também não dava pra ir, descia aqui e vinha aqui por essa rua 3, ia até a avenida 2 subia, fazia o contorno da praça e chegava de volta na Igreja. Mas era tanta gente que quando ela tava aqui embaixo fazendo a curva quase chegando, ali não tinha completado ainda o povo, de tanta gente. Essa praça ficava lotada de gente, mas com toda a praça cheia. Era muita gente.

58:54 até 58:55- Darlene: Tem fotos, registros disso? Ou não?

58:55 até 1:00:19 - I.P: Sabe que eu não tenho essas fotos. Porque eu sou aquele que ficou atrás de foto daqui do município desde o ano de 69. E não consegui essas ditas dessas fotos. Tinha até fotos antes, de 1910, por ai, das festas de São Sebastião, quando eu tenho a foto de uma tia minha, era a Tia Mariquinha, que era do Altarugio. Altarugio é minha tia, e ai tiraram uma foto, então eu tenho a foto, 1910. E era duma festa de São Sebastião, dá pra gente ver ainda a Igreja antiga, na _____ né. E muita gente ali, muita gente; num era pouco não, era muita gente pra época. E os enfeites que muitos faziam: pegavam os bambus, fazia aqueles arcos de bambus; aquelas bandeirinhas né. Tudo na frente ali da Igreja. E depois tinha os leilões também né, como nessa época que eu convivi. E faziam os quitutes né. Faziam muitos doces de abóbora. Aqueles doces que eram secados no sol. Agora deve tá bom pra secar os doce!

1:00:22 - Darlene: E Seu I.P, tem mais alguma festa?

1:00:23 até 1:03:55 – I.P: Atualmente eles fazem um dia, dois dias. Faz a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, dia 08 de dezembro, né. Então todo ano tem essa, mas essas são da Igreja. Agora, depois disso, no ano de 1979, nós reativamos na região as festas juninas. 1979. Porque até os anos 50 por aí, eram festas juninas feitas nas casas. Então algumas famílias mais abastadas faziam as festas nas casas deles. Vamos supor: São Pedro, Santo Antonio, São João. Então o povo ia lá, convidado, e tinha pipoca, batata doce, fazia as fogueiras, né. [Era nas propriedades?] É, na própria casa da pessoa. E assava as batatas. Tinha a reza. A reza era o terço. Fazia o terço em devoção ao Santo e convidava a comunidade toda. Eu mesmo fui em algumas delas. Mas no ano de 51 parou-se isso, esse tipo de...Agora, por quê? Porque aqui, toda

vez que fazia essa festa, era coincidência, lógico; morria uma pessoa. Agora: uma comunidade pequena, que vai fazer uma festa, morre lá, _____. Esse ano morreu fulano, ano anterior morreu cicrano, ah, melhor parar com isso, quem sabe para de morrer gente. E aí é isso aí. Em 79 eu tava fazendo esse prédio aqui na esquina, que tem aqui nessa esquina, do centro comunitário. Nós terminamos em 80, mas em 79 já tinha sido coberto. Ai resolvemos fazer a festa de São João ali, com passagem na fogueira. Ai não tinha o prédio que hoje é do Fundo Social, e fizemo a fogueira. _____ e veio um pessoalzinho passar na fogueira. Passaram, lá. E depois daquele ano, agora, todo ano continua. [E ninguém mais morreu?] Não. Não morreu mais ninguém, ainda bem né, pra festa continuar. Só que o pessoal passa na brasa, e passa atualmente, ainda. Porque naquela época o pessoal passava né, e tinha alguns que passavam até de joelhos. Eu tinha uma prima, chama Olga Escalha né, o meu avô era Escalha, e uma neta dele era prima minha, filha do meu tio Luis; mas ela passava de joelho. Então fazia lá o brasil, bem quente, queimando bem né, e daí ela passava. De joelho. [E não se queimava?] Não se queimava. Agora, atualmente, muitos queima.

1:04:00 até 1:04:03 - Darlene: a Igreja matriz aqui é de são Sebastião ou o nome é Nossa Senhora da Conceição?

1:04:04 até 1:05:57 - I.P: Nossa Senhora. Padroeira é Nossa Senhora. [E por que fazia a festa de São Sebastião, seu I.P?] Era tradição, porque nesse período, 1890 e tal, tinha muito devoto desse santo. E o pessoal que iniciou essa festa né. E a capela aqui antiga ficava na frente dessa aqui, dessa igreja; na frente que era a Igreja antiga, _____. E antes dela, aqui era onde passava os tropeiros, né, lá pra 1850; os tropeiros tinha parada deles aqui. E esse pessoal, sabe como é: não tinha muito destino também. Saia briguinha entre eles, acabaram matando um ali, e fizeram uma capela, uma santa cruz; por isso que chamava santa cruz. Santa Cruz da Invernada. Porque aqui no setor era todo Invernada; e esses tropeiros acabaram fazendo uma santa cruz ali. Depois disso que veio as primeiras capelinhas [a primeira capela foi construída pelos imigrantes, italianos?] É, daí os imigrantes italianos é que construíram a primeira capela. Só que eu não sei precisar quando foi isso. Porque ela foi demolida no ano de 43, a antiga, foi demolida em 43; mas quando foi construída eu não sei precisar.

1:05:58 até 1:06:12 - Darlene: E uma das coisas, nas conversas andou fazendo, é que todo mundo fala que o município tem muitas áreas bonitas e muito potencial para turismo. O que o senhor me diz disso?

1:06:13 até 1:11:05 - I.P: Bom, veja bem. Aqui na região do Fazendão, ali tem algumas grutas né. Então era um potencial a ser explorado ali, no local. Eu conheço tudo lá, as grutas, tudo; sei

lá como que é. Mas só que, pra prefeitura investir nisso, ela ainda não tem condições. Nós procuramos o Governo do Estado, também não conseguimos nada. Até o proprietário lá da propriedade falou ‘Não...pode pegar esse trecho aí e fica aí pra prefeitura. Pode explorar aí que não tem problema nenhum. Eu cedo pra vocês poderem fazer o que quiserem. Se quiser desapropriar também fica livre.’ Só sei que não deu, precisa de muita coisa.

_____ pro pessoal ir: nós fizemos um caminho, limpava, cercava. Tem uma cachoeirazinha ali no meio, entre um morro e o outro, a parte de cá tem uma gruta e pra lá tem outra. Então tem um potencial razoável. O que usa atualmente muito aí é o pessoal que vem aí de moto né, bike, moto, faz trilha nessa região da serra que nós ____, um pouco de jipe, nas trilhas aí, _____. O Rio Passa Cinco é um potencial bonito. Tem muito camping né, _____ então é muito usado. Essa propriedade que eu comprei agora que eu achava muito bonito, ela tem 480m que passa o Passa Cinco. Mas a gente vê que ele tá diminuindo as águas. Então...to preocupado com isso. Porque o Rio Cabeça, que é na divisa com Rio Claro, aqui, atualmente tem mais água que o Passa Cinco. Antigamente o Passa Cinco tinha no mínimo o dobro que o Cabeça. Tinha muita água e agora tá ficando preocupante. Eu não sei se é problema do pessoal não preservar a nascente, muita cana penetrando e tudo mais, e não tá sendo preservado. Ai eu to preocupado. E quando nós fizemos, aqui no fim do ano passado, tinha uma ponte ali na Serra D’água que tava muito úmida. Eu passei por essa ponte, falei: “preciso fazer a ponte”. Ai mandei o pessoal comprar o material, fui lá e fiz a ponte, na divisa com Rio Claro. Mas, quando eu estava fazendo a ponte, eu tive lá não uma vez só, fui lá várias vezes, e a água do Cabeça tá muito grande. E próximo ali, quase, na confluência dos dois tem outra ponte, também na Serra D’água. Passei lá, vi que não tinha nada de água. Falei “tá acabando esse rio. O Passa Cinco tá com metade da água do Cabeça.” _____. Só que a do Cabeça nasce mais no setor aqui de Rio Claro, ali na região de Itapé, Corumbataí. O Passa Cinco é aqui na região de Itirapina. _____.

Então os formadores são dois córregos no município de Itirapina. Mas chegando aqui, não tá chegando mais água não.

_____. Vamo fazer uma campanha, fazer algo pra segurar um pouco. Ou trabalhar mais as nascentes. Ecoturismo já tem, porque no fim de semana que a gente passa por ali, é muita gente que vai na região do Passa Cinco. Então já é turístico ali né. É muita gente em torno do Passa Cinco. Só falta a água.

1:11:05 até 1:11:16 - Darlene: Seu I.P, pra gente terminar, como é que o senhor definiria o município de Ipeúna hoje, o que ele precisa para melhorar...

1:11:17 até 1:15:37 - I.P: Bom, veja bem. A gente precisa ter, né, uma vida tranquila né. Mas pra ter isso você tem que ter trabalho, e ter uma casinha pra morar, um local adequado pra se viver, né. O município de Ipeúna é tranquilo, é muito bom. Mas a atividade econômica é a principal que nós teríamos que estar trabalhando. Então, foi-se pensado em novas indústrias. Com essa crise aí, tudo tava dando errado. Agora parece que tá começando a melhorar. Então a gente vinha trabalhando em trazer novas oportunidades de trabalho, novos empregos, e se caminha pra isso. Porque se tiver uma atividade econômica maior, são mais recursos girando em torno. A agricultura, ela não é rentável. Tanto é que agora, tipo 6, 7 anos pra cá, aqueles produtores de cana-de-açúcar que é a maior atividade econômica rural aqui, tinha um nível de vida muito alto, ou seja: com casas boas, veículo do ano, sempre renovando frota, sempre comprando novos equipamentos, novos tratores e implementos; caiu tanto que atualmente pararam. Não tem mais a condição de tá tocando. O produto, a cana, ficou com um preço muito baixo. Passou-se 10 anos com o mesmo valor. Só que os insumos, a parte de adubo e tudo mais, subiu pra nós. Então nós temos aqui no município, que antigamente era pra nós, 100 ou mais produtores, você tem 3 ou 4. Então a produção de cana aqui ficou na de que? De usinas, dos usineiros e de alguns produtores locais, que são poucos. Atividade econômica não rentável. Só pra quem teve produção grande, que já tem os equipamentos suficientes _____. Agora, a indústria é a saída. Então tem que ter emprego, um nível mais ou menos razoável de salário, né; pra que se possa tá levantando o que nós tivemos a alguns anos atrás, que agora com essa queda, num tá muito agradável. [Tem muitos empregados aqui na cidade?] Ah, tem bastante. Porque só a EDRA, que era a maior, tinha mais de 300 pessoas, as outras também demitiram. Agora, o calcário acabou melhorando. E a Korin também. Então o pessoal que trabalhava na EDRA, um pouquinho foi pro calcário, que já tem uma turminha a mais. Refrata, por exemplo, não mudou nada. 200 e poucos empregados, né. E caiu um pouquinho a ____, a _____. A EDRA Equipamentos ali caiu bastante. E até o helicóptero, o pessoal da EDRA lá, da aviação, que agora já mudou o nome, caiu bastante também. Demitiu todo mundo, porque não tinha mais contrato. Enfim, houve uma queda muito grande da produção industrial nossa. Se não fosse a Korin e ai o calcário, num tava bom não!

1:15:37 até 1:15:45 - Darlene: E na área rural, seu I.P, quem é que está morando no campo hoje? São as pessoas mais velhas?

1:15:45 até 1:16:43 - I.P: Quem mora no campo são um ou outro proprietário, e alguns que trabalham nas propriedades. Uma vez a gente encontra uma pessoa que mora na zona rural, que é trabalhador, produtor, que dizer, o próprio proprietário hoje em dia não mora mais. [Ele mora

aqui na cidade?] É, ele mora aqui ou fora daqui. E lá ele tem uma ou duas famílias que residem. [Ai tem lá, uns canteiros, alguma coisa assim...]É. Também moram na zona rural alguns aposentados, que tem uma chacinha, são esses os que moram. E aqui no Horto onde tem os assentados, que é o maior número de habitantes da zona rural.

1:16:45 até 1:16:49 - Darlene: O Portal trás uma coisa boa pra Ipeúna?

1:16:49 até 1:17:57 - I.P: O Portal até que é positivo sim. O Portal é muito bom pelo seguinte: formou esse núcleo e lá o nível dos proprietários é um nível de poder aquisitivo alto. O que acontece: eles contratam aqui as pessoas pra fazer limpeza nas chácaras, limpeza, poda a grama, acerta as casas. Então creio que quase que entorno de 100 pessoas aqui trabalhem lá. Então é também uma parte econômica interessante. [E pro comércio?] Pro comércio é normal. Também é bom pro comércio. Eles compram muito aqui. A parte de alimentos, verduras...tem um consumo bom do pessoal do Portal que vem pra cá. Então acho bem positivo. E geralmente de nível, né. Gente boa. Não dá problema não.